

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Paulo Marcelo Cambraia da Costa

**Em verdes labirintos: a construção social da fronteira franco-portuguesa
(1760-1803)**

Doutorado em História

São Paulo
2018

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

**Em verdes labirintos: a construção social da fronteira franco-portuguesa
(1760-1803)**

Doutorado em História

Tese apresentada à Banca
Examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo,
como requisito para a obtenção de
título de Doutor em História Social,
sob a orientação do Prof. Dr. Fernando
Torres Londoño.

São Paulo
2018

Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Este doutorado contou durante 36 meses com o auxílio financeiro primordial da CAPES, através da Bolsa Prodoutoral. Agradeço imensamente à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFAP, que proporcionou o edital daquela Bolsa. Ainda na UNIFAP, agradeço aos colegas do Colegiado do curso de História, em especial à Professora Simone Garcia, em nome de quem agradeço a todos os colegas. Não poderia deixar de agradecer especialmente a dois professores do curso de História, cuja convivência e afeto extrapolaram os muros da Universidade. São eles: o amigo e professor aposentado do curso de História, Guilherme Jarbas, e o contemporâneo dos tempos da graduação, nascido em 1977, como eu, grande amigo e companheiro de luta, Sidney Lobato, quem sugeriu, transbordando de sensibilidade, o título desta tese. A esses dois eu tenho muito afeto e gratidão.

Durante o período da pesquisa do doutorado, fixamos residência na cidade de São Paulo, fomos a algumas cidades com a intenção de visitar as instituições de guarda de documentos, os arquivos públicos. Essas cidades foram Caiena, Belém, São Luís e Rio de Janeiro. Na capital da Guiana Francesa, ao visitarmos o arquivo histórico local, contei com o apoio precioso do meu tio Rogério Costa, que nos recebeu em sua casa e me deu todo o apoio para minhas idas ao Archive Départementale de Cayenne. E o tio Rogério não parou por aí, ainda no primeiro ano da tese: quando não tínhamos bolsa de pesquisa, ele me deu uma ajuda substancial para nossa permanência em São Paulo, valeu, tio. Para aproveitar que falamos em arquivo público, queremos agradecer imensamente a todos os funcionários dos Arquivos que visitamos.

Na cidade de São Paulo, foram poucos e preciosos amigos. Danilo Marques foi o primeiro que me falou na aula inicial do doutorado: “Fica, você vai conseguir!” Tínhamos acabado de receber a notícia que não teríamos bolsa de pesquisa. Valeu Danilão. Samia Abou Mahmoud foi uma amiga que se revelou nos últimos dias antes do depósito da tese. Flor do deserto, você foi demais! Assim como o Valmir, um grande amigo que fiz no período de doutorado e que se mostrou um irmão fraterno, principalmente nas horas mais difíceis. Na cidade do Rio de Janeiro, foram várias visitas às instituições de guarda documental e em todas essas idas àquela cidade, agradeço imensamente a guarida e o afeto de Odivaldo Cambraia, o Cam, e Lene Farias que, além de me receberem, ainda me ofereciam o saudoso açaí com farinha da “baguda” do Amapá.

Para algumas pessoas que ao acreditarem em mim, me ajudaram muito em momentos muito difíceis: Mona Mahmoud, Barbara Machado e Tháís Souza, nunca esquecerei de vocês, até o fim de nossas vidas. Um agradecimento mais do que especial se direciona para Hellen Monteiro, a mãe dos meus filhos, Lívio e Hugo. Durante os quatro anos do doutorado, morei na cidade de São Paulo e os encontros com os meus filhos aconteceram sempre nas férias, não em todas, mas mesmo assim, minha relação com os “moleques” se fortaleceu com a ajuda fundamental da mãe. Gratidão para todo o sempre, “Helli”! No final, mas bem no finalzinho mesmo da escrita da tese, tive a guarida dos amigos Janaína e Sileno, na cidade de Campinas. Naqueles dias quentes com algumas manhãs e tardes de “chuvas grossas” em terras campineiras, fortalecemos ainda mais o carinho e o afeto entre nós. Amos vocês dois. Assim como, distante, mas nem tanto, o amigo Márcio “Loco Abreu”, ex-colega da UNIFAP, hoje professor da UFRN. Meu centroavante matador foi “pancadão”! No primeiro semestre do doutorado, ele me mandou um recado: se eu precisasse de ajuda, era só chamar. O chamado aconteceu no último semestre e fui prontamente atendido; gratidão para toda vida amigo. Em Macapá, minha tia Lucinha foi estupenda. Sempre solícita e pronta a ajudar. Tia, valeu “muitão”!

Na UNIFAP, queremos agradecer a algumas pessoas que têm um dedo, não, as duas mãos marcadas nesta tese, tanto pela disponibilidade e pelos retornos imediatos aos meus pedidos de levantamento de informações: Chayenne Farias e César Filho. Valeu mesmo, vamos tomar umas “brejas” aí. Ainda na UNIFAP, um super agradecimento aos professores dos Cursos de Letras, Geografia e História: Yurgel Caldas, Patrícia Chaves e Meire Silva. O primeiro pela leitura muito atenciosa e precisa dos capítulos da tese; a segunda pela contribuição com leituras e informações sobre alguns gráficos, porcentagens e tabelas presentes no trabalho; e a terceira, apesar de termos nos falado rapidamente sobre algumas questões da História Indígena, suas indicações foram valiosíssimas. Ivna Fuchigamai, com a tradução de textos do inglês e francês, e Mateus Reis, com o tratamento dos mapas cartográficos, foram fantásticos. Agradecer também ao professor de matemática do sistema modular da Secretaria de Educação do Amapá, Jorge Garcia, pela ajuda com os dados percentuais: é mais ou menos nessa base, Garcia! Finalmente, agradeço a três pessoas sem as quais esta tese não aconteceria: minha mãe, Eulália Cambraia, meu pai, Paulo Flexa e meu orientador, Fernando Londoño. Afeto e gratidão para o resto de minha vida.

DEDICATÓRIA

Para minha avó, Joana, que me contagiou e contagia com sua alegria.
Para meus pais, Eulália e Paulo, reconhecimento e gratidão para toda vida.
Para Lívio, Hugo e Luna, meus amores para todo o sempre.

“A história precisa ser reescrita a cada geração, porque embora o passado não mude, o presente se modifica; cada geração formula novas perguntas ao passado e encontra novas áreas de simpatia à medida que revive distintos aspectos das experiências de suas predecessoras”

Cristopher Hill

SUMÁRIO

Introdução	1
Colonização, fronteiras e trabalho no Vale Amazônico durante o período colonial	12
Capítulo I – Nesses extensos campos todos cortados por rios o perigo é são as Guianas ficarem sem escravos	27
1.1 – Políticas de ocupação e defesa das fronteiras da América Portuguesa: alguns posicionamentos historiográficos	31
1.2 – “Não convêm aos franceses que seja o rio Oiapoque a raia para os dois domínios”: políticas e disputas na região fronteira das Guianas Francesa e Portuguesa	40
1.3 – “Como se poderão conter quer pretos, quer índios na fronteira”: políticas de colonização e ocupações territoriais nas fronteiras do Platô das Guianas	56
1.4 – “Aqui, os pretos que temos por escravos são pais, filhos e irmãos dos que existem livres naquela Colônia”: a Guiana Francesa	71
Capítulo II – “Que se formem escoltas e destruam esses mocambos”: milícias e rondas de capturas de escravizados nas Terras do Cabo Norte	90
4.1 – Tropas e milícias com escravizados na América Portuguesa	96
4.2 – Fugas e devoluções de escravizados nas fronteiras da Guiana Portuguesa	111
4.3 – O trilho dos fugidos para os mocambos do rio Araguari	123
Capítulo III – Expedições e viagens pelas fronteiras do Cabo Norte	132
3.1 – As expedições às terras do Cabo Norte e suas narrativas no final do século XVIII	137
3.2 – “Tudo feito a golpe de vista sem precisão de rumos e distâncias”: expedição ao rio Araguari de 1791	146
3.3 – “Proteja está obra fruto dos meus trabalhos e dos meus descobrimentos”: viagens do capitão Valadin para a Guiana Portuguesa	161
Capítulo IV – De mãos dadas pela foz do rio Amazonas: as vilas Vistosa da Madre de Deus, Nova Mazagão e São José de Macapá	176
4.1 – Vila Vistosa da Madre de Deus	181
4.2 – Vila de Nova Mazagão	189
4.3 – Vila de São José de Macapá	201
4.4 – Macapá, Vistosa e Mazagão: de mãos dadas pela foz do rio Amazonas?	211
Conclusão	225
Fontes e bibliografia	229
Anexos	243

ABREVIATURAS

ADC - Archive Départementale de Cayenne

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

ANRJ – Arquivo Nacional

APEM – Arquivo Público do Estado do Maranhão

APEP – Arquivo Público do Estado do Pará

BNRJ – Biblioteca Nacional

CRQs – Comunidades Remanescentes de Quilombos

DOU – Diário Oficial da União

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico-RJ

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PFC – Palmares Fundação Cultural

PRDH – Projeto Resgate de Documentação Histórica

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SECULT – Secretaria de Cultura – PA

UNIFAP – Universidade Federal do Amapá

SECRAFO – Secretaria

UNIFAP – Universidade Federal do Amapá

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE MAPAS CARTOGRÁFICOS, IMAGENS E QUADROS

Mapa 1 – *Mapa dos confins do Brasil com as Terras da Coroa de Espanha na América Meridional. O que está de amarelo é o que se acha ocupado pelos Portugueses. O que está de cor rosa é o que tem ocupado os Espanhóis. O que está em branco não está até o momento ocupado. No ano de 1749.*

Mapa 2 – *Mapa de todas as Bocas, Ilhas, Baixos e Foz do Rio Amazonas compreendidos entre a ponta de Maguari e o Cabo Norte, 1798.*

Mapa 3 – *Mapa que contém a entrada para o rio Amazonas com a posição da costa boreal da Ilha Grande de Joanes lavada pelas águas da foz austral do dito rio, a costa de Macapá a foz do rio Araguari lavada pelas águas da foz boreal do mesmo, e a continuação da costa de Macapá a foz boreal do mesmo, e a continuação da costa de Araguari até o rio Calçoene compreendendo o mesmo rio Calçoene, Maiacaré e Carapaporis até suas cabeceiras com a continuação dos lagos. 1798.*

Mapa 4 – *Mapa que contém a entrada para o Rio Amazonas com a posição da Costa Boreal da Ilha Grande de Joanes lavada pelas águas da foz Austral do dito Rio, com a costa de Macapá, a foz do rio Araguari lavada pela foz do Boreal do dito. A continuação da Costa de Araguari até o rio Calçoene, Maiacaré e Carapopori até suas cabeceiras com a continuação dos Lagos, desde do Amapá, Maiacaré, Carapapori e a continuação interiormente até sair no rio Araguari, segundo o exame que fez no ano de 1798.*

Mapa 5 – *Mapa que contém a entrada para o Rio Amazonas, com a posição da Costa Boreal da Ilha Grande de Joanes lavada pelas águas da foz Austral do dito Rio, à costa do Macapá a foz do rio Araguari, lavada pela foz do Boreal do dito; e a continuação da Costa de Araguari até o R. Calçoene, Maiacaré e Carapopori até suas cabeceiras, com a continuação dos Lagos, que desde Amapá, Maiacaré, Carapapori continuação interiormente até sair no Rio Araguari segundo o exame que fez no anno de 1798.*

Mapa 6 – *Cartografia e iconografia relativa ao Pará Mapa do curso dos rios Tocantins, Araguaia, Madeira, Amazonas e seus afluentes. [s.d.].*

Mapa 7 – *Mapa que contém a entrada para o Rio Amazonas, com a posição da Costa Boreal da Ilha Grande de Joanes lavada pelas águas da foz Austral do dito Rio, à costa do Macapá a foz do rio Araguari lavada pela foz do Boreal do dito; e a continuação da Costa de Araguari até o Rio Calçoene, Maiacaré e Carapopori até suas cabeceiras, com a continuação dos Lagos, que desde Amapá, Maiacaré, Carapapori continuação*

interiormente até sair no Rio Araguari segundo o exame que fez no ano de 1798: Junto está o Rio Araguari, segundo o exame que dele fez o Tenente Coronel Pedro Alexandrino, por Ignacio Antonio da Silva, pelo mapa levantado por Jose Simões de Carvalho.

Mapa 8 – *A new chart of Guayane with the colonies of Cayenne, Surinam e Trinidad, 1797.*

Mapa 9 – *Carte du cours du Maragnon ou de la Grande Riviere de Amazonas.*

Mapa 10 – *Carte de la Partie du Bresil Septentrionale Mr Bonne, Ingénieur - Hydrographe de la Marine. 1780.*

Mapa 11 – *Carte reduite des cotes de la Guyane: comprises entre les bouches de la riviere des Amazonas et celles du Maroni, dapres des plans levés par les ingenieurs français et portugais publié par ordre du roi sieus les Ministere de son Exc. le Visconte Dubouchage Lieutenant General Ministre secretaire d'Etat ayant le Departement de la Marine et des colonies au Depot General de la Marine / desenhado pelo Capitão Luis Pedro Lecor.*

Mapa 12 – *Mapa da região Amazônica indicando a fronteira com as Guianas Francesa e Holandesa [cartográfico] 1841.*

Mapa 13 – *Carte de la Guyane françoise et l'isle de Cayenne: dressée au dépost des cartes et plans de la marine. 1763.*

Mapa 14 – *Carta Topográfica. Da principal entrada do Rio Amazonas, pelo canal chamado do Norte, com os rios e terras que lhe são confrontantes pertencem a Praça de Macapá / João Vasco Manuel de Braun. 1790.*

Mapa 15 – *Mapa da região Amazônica indicando a fronteira com as Guianas Francesa e Holandesa. 1841.*

Mapa 16 – *Carte de la Guyane françoise et l'isle de Cayenne: dressée au dépost des cartes et plans de la marine. 1763.*

Mapa 17 – *As Guianas espanhola, holandesa, francesa e portuguesa. 1785.*

Mapa 18 – *Mapa que contém a entrada para o Rio Amazonas com a posição da Costa Boreal da Ilha Grande de Joanes lavada pelas águas da foz Austral do dito Rio, com a costa de Macapá, a foz do rio Araguari lavada pela foz do Boreal do dito. A continuação da Costa de Araguari até o rio Calçoene, Maiacaré e Carapopori até suas cabeceiras com a continuação dos Lagos, desde do Amapá, Maiacaré, Carapapori e a continuação interiormente até sair no rio Araguari, segundo o exame que fez no ano de 1798.*

Mapa 19 – *Carta da Bahia de Macapá – feito por Ordem de Ex.^{mo} Governador e Capitão General do Estado do Pará D. Francisco de Souza Coutinho, ano de 1800.*

Mapa 20 – *Mapa que contem a entrada para o Rio Amazonas, com a posição da Costa Boreal da Ilha Grande de Joanes lavada pelas aguas da foz Austral do dito Rio, à costa do Macapá a foz do rio Araguari lavada pela foz do Boreal do dito; e a continuação da Costa de Araguari até o R. Calçoene, Maiacaré e Carapopori até suas cabeceiras, com a continuação dos Lagos, que desde Amapá, Maiacaré, Carapapori continuação interiormente até sair no Rio Araguari segundo o exame que fez no ano de 1798 [Cartográfico] : Junto a está o R. Araguari, segundo o exame que dele fez o Tenente Coronel Pedro Alexandrino.*

Mapa 21 – *Configuração da Ilha Grande de Joanes feito em 1799.*

Mapa 22 – *Imagem do Canal Norte do rio Amazonas através da Carta Náutica N° 40.*

Mapa 23 – *Mapa do Baixo Amazonas. 1872.*

Mapa 24 – *Mapa que contém a entrada para o Rio Amazonas, com a posição da Costa Boreal da Ilha Grande de Joanes lavada pelas águas da foz Austral do dito Rio, à costa do Macapá a foz do rio Araguari lavada pela foz do Boreal do dito; e a continuação da Costa de Araguari até o rio Calçoene, Maiacaré e Carapopori até suas cabeceiras, com a continuação dos Lagos que desde Amapá, Maiacaré, Carapapori continuação interiormente até sair no Rio Araguari, segundo o exame que fez no ano de 1798: Junto ao rio Araguari, segundo o exame que dele fez o Tenente Coronel Pedro Alexandrino.*

Mapa 25 – *Mapa de todas as Bocas, Ilhas, Baixos e Foz do Rio Amazonas compreendidos entre a ponta de Maguari e o Cabo do Norte. 1800.*

Imagem 1 – *Vista da Fortaleza e da cidade de Macapá [Iconográfico].*

Imagem 2 – *Planta da Vila de Nova Mazagão. 1773.*

Imagem 3 – *Planta de elevação da vila de Nova Mazagão, 1773.*

Imagem 4 – *Planta da Fortaleza de Macapá. 1772.*

Imagem 5 – *Planta da Fortaleza de São José de Macapá. 1772.*

Quadro 1 – *Etnias e grupos indígenas citados pelo capitão Jose Valadin. 1796.*

Quadro 2 – *Mapa dos Casais da V^a. Vistosa N. Sr.^a Madre de Deus, que se acham ausentes e presentes, 5 de dezembro de 1772.*

Quadro 3 – *Relação das pessoas empregadas na obra desta vila Nova Mazagão. 1773.*

Quadro 4 – *Relação do número de casas que se acham completas e habitadas; das que estão por acabar com declaração das que podem receber moradores nesta vila de Nova Mazagão. 1772.*

Quadro 5 – *Relação dos pretos e pretas comprados pelos moradores da vila de São José de Macapá. 1761.*

Quadro 6 – *Mapa de todos os habitantes e fogos que existem na freguesia de São José de Macapá. 1773.*

Quadro 7 – *Mapa de todos os habitantes e fogos existentes na freguesia de Vistosa da Madre de Deus. 1773.*

Quadro 8 – *Mapa de todos os habitantes e fogos da freguesia de Nossa Senhora de Assunção da vila de Mazagão. 1773.*

Quadro 9 – *Mapa com os moradores livres e cativos das vilas de Vistosa da Madre de Deus, Nova Mazagão e São José de Macapá. 1773.*

Quadro 10 – *Mapa demográfico das vilas de Vistosa da Madre de Deus, Nova Mazagão e São José de Macapá contento as divisões por sexo e faixa etária dos habitantes livres. 1773.*

Quadro 11 – *Mapa demográfico das vilas de Vistosa da Madre de Deus, Nova Mazagão e São José de Macapá contento as divisões por sexo e faixa etária dos habitantes cativos. 1773.*

Quadro 12 – *Mapa demográfico com os moradores livres e cativos da Capitania do Grão-Pará, Capitania do Rio Negro e do Estado do Grão-Pará e Rio Negro. 1788.*

Quadro 13 – *Mapa demográfico com a população da cidade de Belém. 1792.*

Quadro 14 – *Mapa demográfico com a população da vila de Macapá. 1789.*

Quadro 15 – *Mapa demográfico com a população da cidade Barcellos. 1786.*

Quadro 16 – *Estrutura militar do Brasil Colônia.*

Quadro 17 – *Relação de todos os Terços, Corpos Auxiliares e Ordenança que nas diferentes Capitánias do Estado do Grão-Pará, criadas e reguladas pelo General Fernando da Costa Ataíde Teive. 1773.*

RESUMO

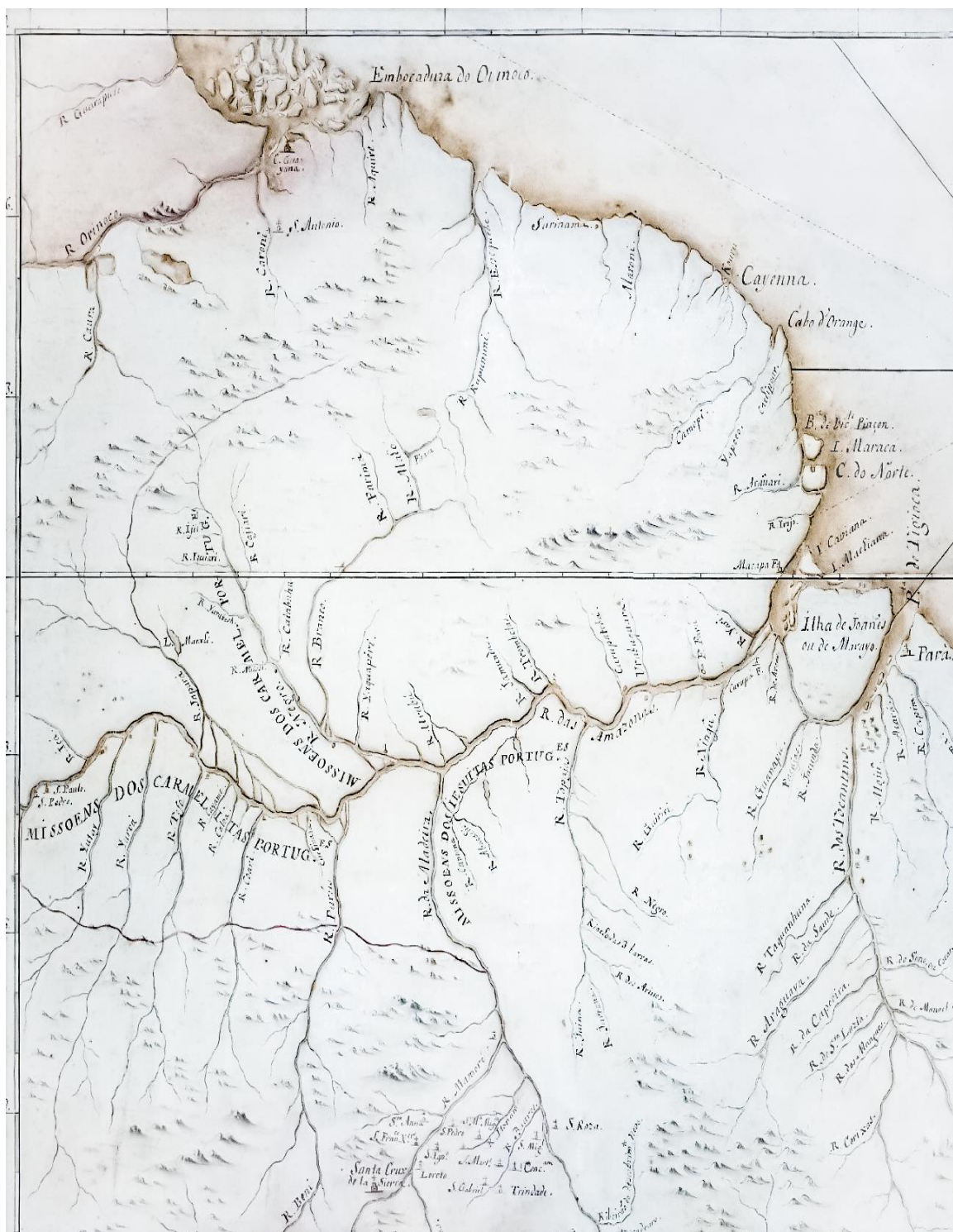
Nas décadas finais do século XVIII, na fronteira entre a capitania do Grão-Pará e a Guiana Francesa, as disputas entre os governos do Grão-Pará e da Guiana Francesa pela manutenção e alargamentos de seus domínios foram intensas. O território localizado entre os rios Oiapoque e Araguari foi o cenário daquelas disputas. Entretanto, as autoridades portuguesas tinham outras preocupações com a região, pois as fugas de escravizados e a formação de mocambos para junto das cabeceiras do rio Araguari eram consideradas incontrolláveis pelos governantes portugueses. Naqueles anos finais dos setecentos, as autoridades coloniais portuguesas se preocupavam principalmente se as notícias da abolição da escravidão nas colônias francesas (1794) pudessem contagiar e motivar a fuga dos escravos do Grão-Pará. Este estudo trata essencialmente sobre as várias faces da fronteira, as fugas de escravizados e a formação de mocambos na região fronteira das terras do Cabo Norte, nos anos de 1760 a 1803.

ABSTRACT

At the end of XVIII century on the frontier between the capitania of Grão-Pará and Guiana Francesa, the disputes between governments the Grão-Pará and Guiana Francesa for the maintenance and enlargement of their domains were intense, the territory located between Oiapoque and Araguari was the scene of those disputes. Although the portuguese authorities had other concerns with the region, because the runaway slaves and the mocambos formation closer the headwaters of Araguari river were considered uncontrollable by the portuguese governments. In those final seven hundred years the Portuguese colonial authorities were, mainly, worry with the news about the abolition of slavery in French colonies (1794) that could contaminate and motivate the escape of slaves from Grão- Pará. This survey deals essentially with the several aspects of frontier, the escape of slaves and mocambos training in the border region at Cabo Norte land among the years from 1760 to 1803.

INTRODUÇÃO

Mapa 1



Mapa dos confins do Brasil com as Terras da Coroa de Espanha na América Meridional, 1749¹.

¹ Optamos em fazer um recorte no mapa para apresentar a região da Guiana Portuguesa e as terras do Cabo Norte. “Mapa dos confins do Brasil com as Terras da Coroa de Espanha na América Meridional. O que está de amarelo é o que se acha ocupado pelos Portugueses. O que está de cor rosa é o que tem ocupado os Espanhóis. O que está em branco não está até o momento ocupado. No ano de 1749”. Este mapa ficou conhecido como mapa das Cortes (Portugal e Espanha), pois foi um dos principais documentos para as definições dos termos do Tratado de Madri de 1750”. In: <http://www.historia-brasil.com/mapas/seculo-18.htm> Acessado em 13/04/2017.

As inquietações iniciais para a elaboração desta tese se originaram nas leituras das *Cartas do Primeiro Governador da Capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Mello e Póvoas (1758-1761)*². Nessas correspondências, Mello e Póvoas se comunicava com seus tios, o capitão-general e governador do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, e o todo poderoso secretário de Estado de Marinha e Ultramar, Sebastião José de Carvalho e Melo. O conteúdo das missivas relatava as experiências de governar uma capitania recém-criada (1755) e as dificuldades de manter as fronteiras dos confins do sertão do império português no Vale Amazônico. Ao apresentar a publicação das *Cartas*, Samuel Benchimol fez a seguinte observação:

Através das cartas de Mello e Póvoas passamos a sentir e perceber uma Amazônia Colonial diferente daquela imaginada de heroísmo e grandezas que nos foram transmitidas por muitos historiadores triunfalistas. Nos seus depoimentos, ao lado de tantos outros, vemos surgir a verdadeira Amazônia Colonial, de penúria e pobreza, de solidão e isolamento, de intriga e corrupção, de mazelas e queixumes, de picuinhas e bajulações. E ainda de rebelião, de matança e de servidão indígena, bem como revelam a face oculta da apatia e do formalismo burocrático. [...]

Registram os fatos, eventos e acontecimentos ocorridos ao longo dos primeiros anos do nascimento da nova Capitania. Contam o enredo do cotidiano e narram o dia-a-dia da vida nos sertões, do rio e do mato através de seus maiores personagens: Principais de mato, índios corsos e bisonhas índias, frades e vigários, colonos e roceiros, soldados e oficiais do reino, canoieiros e droguistas, contrabandistas e tropeiros de resgate.³

Descontado o fato de Benchimol tentar derrubar uma “verdade histórica” para estabelecer outra, a passagem me incitava a pensar em outras “Amazônias”, a ultrapassar um olhar dicotômico sobre o passado colonial da Amazônia, que vigorou nas produções triunfalistas destacadas pelo autor. O trecho também desafiava a reconsiderar as ideias de um poder “centralizado” e “absoluto”, e a de que a história do período colonial seria a primeira etapa da formação da nação⁴.

As inquietações iniciais que originaram esta tese foram completadas com a leitura dos documentos publicados na coletânea *Relatos de fronteiras: fontes para a História da Amazônia séculos XVIII e XIX*⁵. Os documentos reunidos na publicação trazem a problemática da administração e da defesa da Capitania do Grão-Pará, especialmente na

² CEDEAM, 1983.

³ *Op. Cit.*, p. 32.

⁴ LARA, 2005, in BICALHO; FERLINI, 2005, p. 31-33.

⁵ GOMES; QUEIROZ; COELHO (orgs.), 1999.

1782 e o porta-bandeira da praça de Macapá, Leonardo José Ferreira, foi o comandante de uma diligência que tentava reconhecer estabelecimentos franceses naquela região⁸.

O resultado da averiguação foi que o porta-bandeira encontrou uma “canoinha de índios” com seis pessoas dentro, todas indígenas. Uma dessas pessoas se chamava Arcângela e era do aldeamento da vila de Salvaterra, no arquipélago do Marajó. As pessoas relataram que estavam pescando e moravam num aldeamento que tinha um padre colocado lá pelos franceses: o povoado era denominado de São Francisco Xavier⁹. Todos os encontrados pelo militar foram conduzidos para a vila de Macapá à presença do governador da praça, Lobo de Almada. Em Macapá, o governador interrogou a índia com ajuda do porta-bandeira, que serviu de intérprete para a língua falada pela mulher. Com o título “Relação do que em substancia respondeu a Índia Arcângela Rufina as perguntas que lhe foram feitas”¹⁰, este relato traz alguns elementos que simbolizam alguns sujeitos e contradições daquela área fronteira.

Arcângela relatou que havia fugido com mais 13 índios de Salvaterra já fazia cinco anos. Após a fuga, ela se estabeleceu em um povoado do rio Guanani, que contava com a presença de um padre que catequizava em nome dos franceses. Posteriormente, ela se mudou para um lago chamado Sauana, e por lá passou um ano. Em seguida, Arcângela finalmente chegou ao povoado no qual ela seria encontrada nas suas imediações pelo porta-bandeira. Nessa localidade, segundo o depoimento,

quando ela fora ultimamente, não havia nela igreja, nem padre algum. Que os seus habitantes viviam como gentios. Mas que só há dois verões, que do Ariri, aonde os franceses tinham dois clérigos, viera um deles para aquela povoação, cujo o padre ali se confessava a dois verões somente. Que este padre se chamava João. Que lhe diziam a ela que ele era do Pará, aonde fora padre da Companhia. Que a povoação se chamava Huanani. E que agora depois que o padre para ali foi, se chamava São Francisco Xavier. Que o padre doutrina aquela gente ensinando em francês e pela língua geral dos Índios. Que nunca lhe fala em português [...] que além destes índios, há em um braço ou nas cabeceiras deste mesmo rio, quatro casas de uns poucos Índios Ariquenas, que fugiram há anos de Portel com o principal Basílio, apelidado de Canellas [...] que há pouco tempo, tinham ido os principais da povoação em que está o padre, a Caiena, aonde foram chamados,

⁸ AHU_ACL_CU_013, Cx. 89, D 7244. Pará 28/09/1782.

⁹ Este povoado ficava, na verdade, localizado no grande lago do rio Carapaporis, que ficava mais próximo do rio Araguari. Um relato mais detalhado deste povoado foi feito em 1791, numa expedição pela costa da vila de Macapá até o rio Calçoene. No capítulo 3 desta tese, será abordada essa expedição.

¹⁰ AHU_ACL_CU_013, Cx. 89, D 7244. Pará 28/09/1782.

não sabe a que [...] há poucos tempos apareceu por ali, uns cinco pretos, mas que não sabe o rumo que levaram¹¹.

As informações contidas neste relato permitem pensar na complexidade e nas contradições existentes nas relações entre os sujeitos que viviam e sobreviviam naquela área de fronteira internacional e imperial, nas duas últimas décadas do século XVIII. A narrativa de Arcângela evidencia a mobilidade de sujeitos e os contatos entre indígenas e supostamente escravos fugidos, e as incertezas quanto ao pertencimento de territórios. Por isso esta tese se associa aos trabalhos que elegem a fronteira como um elemento importante na conformação das relações sociais nela produzidas, privilegiando, no espaço fronteiriço, as relações diplomáticas, as experiências do cativo, a economia produzida pelos subalternos e as formas de reprodução e manutenção de redes políticas¹². Contudo, no caso das Terras do Cabo Norte ou da Guiana Portuguesa, a fronteira se consolida como perfeito esconderijo social e econômico¹³ para os escravos que fugiam de Caiena e do Grão-Pará¹⁴, uma vez que é no cenário fronteiriço, dinâmico e movediço, objeto de nosso estudo, que delimitamos o recorte cronológico da nossa pesquisa.

Considerando o pequeno relato que envolveu a indígena Arcângela, destacado acima, emerge um breve comentário sobre o título de nossa tese – *Em verdes labirintos: a construção social da fronteira franco-portuguesa (1760-1803)*. A palavra “labirinto” denominando a floresta entrelaçada pela hidrografia da região do atual Estado do Amapá, me acompanhou desde a elaboração do projeto de pesquisa. Desde as primeiras leituras das fontes documentais, aquela palavra era recorrente na comunicação das autoridades do Grão-Pará, principalmente do governador Francisco de Souza Coutinho (1790-1803), para quem a foz do rio Amazonas e a costa do Cabo Norte eram um verdadeiro “intrincado labirinto”. Nesses escritos, fica evidente a força da rede fluvial entranhada nas florestas que também sobem as colinas do extremo norte da região. A respeito da presença fluvial nos discursos elaborados pelos agentes da colonização, Ana Pizarro escreveu:

Os discursos escritos sobre a Amazônia apresentam, frente aos demais discursos da América Latina, a especificidade do fluvial. Na maioria das vezes, são discursos conduzidos pela navegação, tanto no caso dos descobridores, ou aqueles em que a água aparece como instância prévia e se introduz em seu curso, quanto no caso dos

¹¹ AHU_ACL_CU_013, Cx. 89, D 7244. Pará 28/09/1782.

¹² CARVALHO in GRINBERG, Keila (org.), 2013, p. 111-128. Ver também, na mesma coletânea, MATHEUS, p. 129-148; ARAÚJO, p. 163-182; e ACRUCHE, p. 25-42.

¹³ GOMES in GOMES (org.), 1999, p. 225-318.

¹⁴ A respeito das fronteiras coloniais da Amazônia, destacamos duas teses defendidas recentemente: BASTOS, 2013 e BRITO, 2016.

exploradores científicos. São textualidades que repousam sobre o decurso, que se desdobram numa infinidade de furos, igarapés, lagoas, afluentes, tributários, numa geografia de águas que, quando não invade tudo, se faz pressentir a sua volta, em sua permanência, em seu ritmo¹⁵.

Pizarro conclui o argumento apresentado acima, afirmando que aqueles discursos formulados sobre a Amazônia se constituem como de uma nação das águas. Porém, a “nação” tem o sentido figurado, cuja perspectiva das águas tenta dar conta de povos que vivem numa gigantesca área compartilhada culturalmente, “tendo como centro o rio e a selva”¹⁶. Dito de outra forma, aqueles povos sustentam uma intrínseca relação com a natureza e o meio ambiente que subsidia um modo de vida. Isso nos remete ao já clássico entendimento de E. P. Thompson¹⁷, dentro das formulações da História Social, que afirmava que as pessoas vivem integralmente seus valores morais no modo de vida e na cultura, enfrentando suas contradições pessoais, coletivas e escolhas de vida. Valores morais que, segundo Thompson, “não são ‘pensados’, nem ‘chamados’, são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias”¹⁸. É com essa perspectiva que olharemos para o passado daqueles sujeitos das fronteiras do Cabo Norte.

A denominação “Cabo do Norte” para a região que corresponde, na atualidade, ao Estado Amapá começou a aparecer nos documentos da coroa portuguesa em 1621, durante a União Ibérica. Antes, porém, a região já era conhecida como uma referência náutica chamada de “cabo do Norte. Ainda durante a união das coras, em 1637, o rei Felipe IV criou a capitania do Cabo Norte com vistas a impedir as investidas dos franceses saídos de Caiena para ocupar a região. No final da primeira metade do século XVII, a capitania foi extinta e suas terras foram definitivamente incorporadas à capitania do Grão-Pará. Em 1687, organizou-se uma expedição para explorar o sertão do Cabo Norte e verificar os melhores sítios para a construção de fortalezas¹⁹. Chefiou a viagem o capitão-mor do Pará, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho – este relatou que o local mais indicado para a edificação seria a boca do rio Maiacari, que se juntava ao desague do Araguari, região próxima ao lugar ocupado pelos índios Maruanus. Outro local escolhido para construir uma

¹⁵ PIZARRO, 2012, p. 18.

¹⁶ *Id. Ibid.*

¹⁷ E. P. Thompson. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

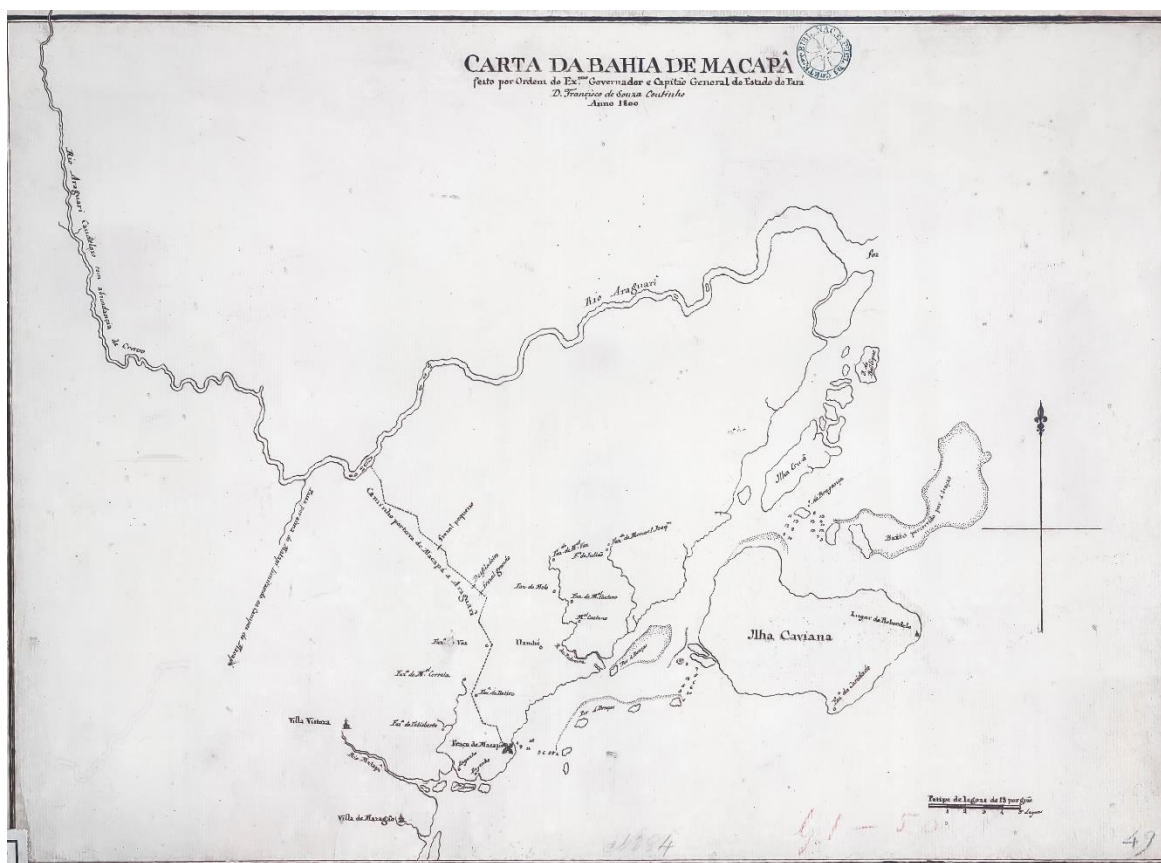
¹⁸ *Id. Ibid.*

¹⁹ CHAMBOULEYRON; MELO; VIANA, in POSSAMAI (org.), 2012, p. 276.

segunda fortaleza foi onde ficava o antigo forte Cumaú, descrito como um sítio de boas terras para a povoação, além de ser uma área próxima aos dos indígenas do sertão dos Tucujus²⁰.

Outra denominação que aparece para a região, na documentação da pesquisa, é a de “Guiana Portuguesa”. Esta começa a ficar mais recorrente nas décadas finais do século XVIII, especialmente em alguns mapas produzidos durante o governo do Grão-Pará, de Francisco de Souza Coutinho, entre 1790 e 1803. Parece que à medida que cresciam as movimentações dos franceses com vistas a ocupar o Cabo Norte, as autoridades portuguesas intensificaram a toponímia daquela parte do Platô das Guianas como sendo a pertencente a Portugal, em uma clara delimitação da Guiana Francesa. A seguir, temos um mapa da região:

Mapa 3



Mapa da Costa do Cabo Norte²¹.

Nesta pesquisa, consideraremos a definição que a historiadora Ângela Domingues traz à luz sobre a concepção do historiador espanhol Francisco de Solano:

²⁰ AHU_ACL_CU_013, Cx. 3, D 267. Belém do Pará 19/09/1687; Cartas de Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Citado por CHAMBOULEYRON; MELO; VIANA, in POSSAMAI (org.), 2012, p. 276.

²¹ CARVALHO in:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart526293/cart526293.jpg.

21/04/2017.

Acessado em

Uma reflexão sobre a construção histórica da fronteira sul-americana encontra-se estruturada, de forma hábil, num artigo que Francisco de Solano escreveu para a Revista de Índias (1990). Para este historiador, o Brasil nasceu, tal como nasceram outros territórios portugueses e castelhanos, em Tordesilhas. Nesta perspectiva, o que se interpretou neste tratado foram as zonas de influência e as fronteiras, reservando-se à iniciativa e capacidade de Portugal e Espanha a ocupação, distribuição e utilização do solo e povoamento de terras. Embora rígida, a linha de demarcação era difusa e o desconhecimento geográfico, humano e ecológico da realidade colonial nas regiões fronteiriças era notório. Daí resultou a construção duma fronteira «em perpetuo vaivém, movediça, cambiante e dinâmica» que não coincidirá com a linha demarcadora, uma fronteira em que os habitantes – mamelucos paulistas, habitantes dos sertões paraenses ou castelhanos dos vice-reinados – estiveram mais tempo em contacto do que em luta aberta e tiveram uma autonomia que lhes permitiu desenvolver formas de organização específicas, que implicaram todos os indivíduos sem excepção e pressupuseram o desenvolvimento de contactos que englobam desde os humanos e comerciais aos bélicos²².

O recorte cronológico delimitado aqui neste estudo, mesmo tendo uma baliza estabelecida preliminarmente no projeto de pesquisa, sofreu modificações, pois o que se viveu foi uma (re)construção a partir da leitura e da interação com a documentação, principalmente a referente ao AHU, disponibilizada no Projeto Resgate. Inicialmente, pensamos uma baliza temporal que abarcasse o início das políticas pombalinas para o Vale Amazônico (1750) até a invasão pelas tropas portuguesas de Caiena (1809). Porém, como já dito, a leitura da documentação nos fez olhar com mais atenção para o momento em que Francisco Xavier de Mendonça Furtado deixou o posto de governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, assumindo a Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar, além da quase imediata nomeação em 1763 do seu sobrinho como governador do Grão-Pará, Fernando da Costa Ataíde Teive. Parece que o processo de ocupação, colonização e defesa dos limites fronteiriços do Cabo Norte, iniciado na segunda metade dos setecentos, se intensificou principalmente com a construção de praças fortes e a fundação de novas vilas: Macapá (1758), Vistosa de Madre de Deus (1763) e Nova Mazagão (1770).

Ainda nesse cenário de disputas pelos territórios do Cabo Norte, segundo as autoridades portuguesas no Grão-Pará, nos anos finais do século XVIII, o maior interesse do governo de Caiena era a posse das margens e da foz do rio Araguari, pois seria o caminho

²² Cf. DOMINGUES in <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8825.pdf>. Acessado em 02/01/2017.

mais curto para dominar a entrada do rio das Amazonas, situada nas Terras do Cabo Norte. Por ser uma região fronteira que despertava o interesse de outros Estados europeus, a praça de São José de Macapá possuía um governador militar, e, portanto, era considerada o principal povoado da Guiana Portuguesa. Junto daquele povoado, duas outras vilas compunham as principais freguesias da região: Vistosa de Madre de Deus e Nova Mazagão. Essas vilas juntas deveriam formar uma linha de proteção militar da foz do Amazonas, assim como defender os caminhos que levassem para o interior do Cabo Norte em direção ao rio Araguari. Nesta tese, deter-nos-emos nas páginas seguintes nesse viés da tentativa de a Coroa portuguesa estabelecer uma tríade militar de defesa do Cabo Norte.

Como limite final para o estudo, escolhemos o ano de 1803, que marcou o fim da administração do governador do Grão-Pará, Francisco de Souza Coutinho, irmão e aliado do secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, Rodrigo de Souza Coutinho, o qual se dizia um admirador de Sebastião José. Em larga medida, Rodrigo de Souza Coutinho fora um continuador do reformismo pombalino, no que concerne ao reordenamento da exploração colonial²³ e à defesa das fronteiras da América portuguesa, principalmente aquelas que delimitavam as capitanias do Mato Grosso e do Grão-Pará²⁴.

Ao propormos estudar uma área fronteira disputada internacionalmente por impérios coloniais europeus, compreendendo seus circuitos locais, pode ajudar o artigo intitulado “Articulação Portugal/Brasil: redes informais na construção do sistema atlântico (séculos XVI-XVIII)”²⁵, de Amália Polônia e Amândio Barros. Ele nos apresenta a importância das redes informais na época moderna, em especial na construção e na manutenção dos impérios marítimos e coloniais e as inter-relações Portugal/Brasil nos séculos XVI e XVII, apontando que o quadro teórico que tem sustentado os trabalhos sobre essas redes informais e os mecanismos de cooperação nesse período histórico tem duas convicções.

A primeira convicção diz respeito à forma como se deve olhar para a importância dada às dinâmicas políticas, militares e econômicas dos estados europeus. De maneira geral, a historiografia europeia superestima o poder desses Estados; por isso a necessidade de se olhar para o outro lado do espelho, uma vez que os indivíduos e os grupos contribuíram decisivamente para aquelas dinâmicas, por vezes com maior importância que o poder central. Concentrando-se no caso português, Amália Polônia aponta duas linhas de revisão

²³ POMBO, 2015, p. 29.

²⁴ POMBO, 2013, p. 81-103.

²⁵ APOLÔNIA; BARROS, *in* ALMEIDA; SILVA; SILVA; SOUZA (orgs.), 2012, p.19-48.

historiográfica. A segunda convicção se concentra na revalidação do conceito de estado e na contestação da emergência desta “entidade” já nos séculos iniciais do período moderno. Para essa discussão, a autora indica a contribuição da obra do historiador Antônio Manoel Hespanha²⁶ para uma abordagem distinta do processo expansionista português. A partir das considerações de Hespanha, vários estudos têm surgido enfocando o âmbito local, a partir de um prisma micro analítico, e indicando a presença de diferentes práticas, agentes e estratégias nas colônias, para além dos praticados na esfera do poder centralizador do estado.

Para Amália Polônia, o poder central deixava lacunas nas administrações coloniais, principalmente com relação a atuação de seus agentes administrativos, seja por incapacidade de resposta, ou por diminutos recursos para investimento. Nessas zonas, atuavam “agentes anônimos, dinâmicas coletivas, informais, orientadas pela adaptabilidade constante a novas circunstâncias e contextos, atuando na frequentemente em franjas periféricas e por isso menos controladas pelo poder central”²⁷. Assim, na linha interpretativa proposta pela referida autora, a atuação conferida na constituição, na ação e na normatividade estabelecidas pela oficialidade aos agentes individuais e às redes auto-organizadas ganha importância considerável. O argumento da autora se sustenta na tese de que nos chamados “impérios marítimos e coloniais” existia uma cooperação generalizada, que extrapolava as fronteiras políticas e territoriais estabelecidas nos tratados entre os Estados.

Tratando da questão do conceito de “redes”, Amália Polônia explica que há muito tempo a Sociologia e a Economia estabeleceram modelos de estudo que podem ser úteis para a História como “análise de redes em perspectiva, como se sabe as relações sociais em termos de nódulos e laços, sendo os nódulos os indivíduos e os laços as articulações entre eles”²⁸. Porém, fica ressaltado que, diferentemente do modelo da Sociologia – que compreende a existência de uma determinação da posição do indivíduo na rede pelo sistema que o integra –, novos modelos interpretativos apontam o entendimento desse mesmo sistema como resultado das redes complexas que se geram entre os nódulos, ou seja, seus agentes. Para Apolônia, a aplicação da análise das redes estabelecidas entre os indivíduos, desenvolvida numa escala intercontinental e intercultural, leva o historiador a novos enfoques, assim como à adoção de novas metodologias. Esse movimento permite uma percepção mais complexa e completa das dinâmicas históricas em estudo.

²⁶ Ver HESPANHA, in: SOUZA; FURTADO; BICALHO, 2009, p. 39-62; HESPANHA, in: FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA (orgs.), 2001, p. 163-188; HESPANHA, in: FRAGOSO; GOUVÊA (orgs.), 2010, p. 43-94.

²⁷ APOLÔNIA; BARROS. *Op. Cit.*, p. 21.

²⁸ APOLÔNIA; BARROS. *Op. Cit.*, p. 23.

O principal aporte documental que sustentou as intenções da pesquisa se encontra, em sua maioria, digitalizado e reproduzido em CD-ROMs pelas instituições de guarda dessas fontes: uma parte em projetos específicos de divulgação de fontes históricas, especialmente o Projeto Resgate²⁹, e outra parte conseguida com consulta presencial, seleção e reprodução do material selecionado, exceto os códices pertencentes ao Arquivo Público do Pará, que não puderam ser visitados³⁰. Evidentemente, não se deve esquecer da lição de Michel de Certeau, para quem “ir aos arquivos é uma lei tácita da História”³¹. Assim, levantamos documentos referentes ao objeto de pesquisa em cinco instituições nacionais: Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro; Arquivo Público do Estado do Maranhão, em São Luís; e Arquivo Público do Estado do Pará, em Belém. No exterior, visitamos o Archive Départementale de Cayenne, na Guiana Francesa. Muito importante também para a pesquisa foram as fontes primárias reunidas em repertórios e publicadas em livros. Destacamos as coletâneas organizadas por Marcos Carneiro de Mendonça³²; por Flávio Gomes, Jonas Marçal e Mauro Coelho³³; pelo Arquivo Público do Estado do Maranhão³⁴; por Arthur Reis³⁵; por Anaiza Vergulino-Henry e Arthur Napoleão³⁶ e pela UFAM/CEDEAM³⁷.

Por fim, vale mencionar duas curtas considerações sobre as fontes pesquisadas. A primeira diz respeito às citações que utilizaremos neste trabalho, optando por fazer uma transcrição com grafia e redação atualizadas para o português brasileiro contemporâneo, por entendermos que a transcrição literal daqueles documentos dificultaria o entendimento dos leitores não especializados em documentos escritos na segunda metade do século XVIII, cujo nível de formação letrada dos autores daquelas fontes era muito variado, com diversos níveis de clareza nos textos e, conseqüentemente, com dificuldades de leitura bem díspares. A segunda consideração se refere à forma como os sujeitos oriundos do continente africano

²⁹ Projeto Resgate foi um trabalho de identificação, leitura paleográfica, organização e sumarização de documentação avulsa referente às capitanias de Minas Gerais, Maranhão, Pará e Rio Negro, guardadas no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, que contou com comissões do Brasil e de Portugal. A esse respeito, ver BOSCHI in *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 8, n. 9, 1º semestre de 2006, p. 11-25.

³⁰ Em julho de 2015, o prédio do Arquivo Público do Estado do Pará se encontrava em uma reforma que iniciara no princípio de 2014. A documentação estava guardada de maneira provisória em um prédio cedido pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Por conta do espaço reduzido e improvisado, a documentação referente ao período colonial não estava disponibilizada para consulta. O acesso aos códices só era possível se o pesquisador soubesse as referências e a localização das fontes; assim os funcionários realizavam uma busca e os documentos que já haviam sido fotografados por outros pesquisadores, em alguns casos, sem muita qualidade nas imagens, eram disponibilizados em CD-ROM para a pesquisa. Com essa limitação, só conseguimos indicar as referências de alguns documentos, a partir das referências documentais contidas no 1º capítulo do livro de Flávio dos Santos Gomes, *A Hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*.

³¹ CERTEAU in LE GOFF; NORA, 1976, p. 33.

³² MENDONÇA, 1967.

³³ GOMES; QUEIROZ; COELHO (orgs.), 1999.

³⁴ MARANHÃO, 2009.

³⁵ REIS, 1993 (volumes I e II).

³⁶ VERGULINO-HENRY; FIGUEIREDO, 1990.

³⁷ UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, 1983.

trazidos para trabalhar compulsoriamente no Grão-Pará eram chamados. Raríssimas vezes apareciam os nomes daquelas pessoas, nem mesmo nos registros pertencentes à câmara do senado. O mais recorrente era a denominação de *pretos e pretas*; às vezes, quando se pretendia especificar uma condição diferente da escravidão, eram chamados de *pretos ladinos* ou *boçais*. Nos documentos produzidos ao final do século XVIII, começa a aparecer a denominação de *negros e negras*, mas sem muita recorrência. Não pretendemos fazer uma discussão mais aprofundada dessas denominações; apenas alertamos que as usaremos dentro do contexto das citações originais.

Colonização, fronteiras e trabalho no Vale Amazônico durante o período colonial

Francisco Xavier de Mendonça Furtado foi o Capitão-General que trouxe à Amazônia a novidade revolucionária que seria o consulado pombalino. Vinha governar o Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede transferida para a cidade de Belém. Mandado executar um programa de reformas que, na realidade, equivaliam a uma transformação total das condições existências do vale, sua gestão assinalou-se por medidas que visavam o cumprimento desse programa, o que lhe custou dificuldades que nem sempre pôde resolver.

[...] A política do povoamento era indicada como aquela que asseguraria maiores frutos. Porque a continuar a região apenas como espaço onde coletar especiarias, aldear gentilidade dispersa ou ainda estabelecer postos fortificados, o perigo da penetração francesa estaria de pé.

[...]

Orientando-se nessa direção, Mendonça Furtado empreendeu a execução do programa governamental: defender a fronteira e povoá-la³⁸.

Os trechos destacados acima foram retirados do capítulo que trata das fronteiras entre o Grão-Pará e a Guiana Francesa, na segunda metade do século XVIII, do clássico livro do historiador amazonense Arthur Cezar Ferreira Reis³⁹, *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*, publicado pela primeira vez em 1948. O título do livro trazia, à época de sua publicação, a ideia de que a gênese das fronteiras da Amazônia pertencente ao Brasil estava diretamente ligada aos esforços da Coroa portuguesa em manter, frente aos outros países da Europa, o imenso território que seria herdado pelo Estado brasileiro. Para Reis, a nacionalidade brasileira nasceu de uma combinação de forças de diversos elementos já existentes desde o período colonial⁴⁰.

³⁸REIS, 1993, p.150-151.

³⁹A respeito do pensamento histórico nas obras de Arthur Cezar Ferreira Reis, ver LOBATO, 2009, p. 625-642.

⁴⁰COELHO; QUEIROZ, 2001, p. 158-190.

Durante a segunda metade do século XX, essa forma de pensar o passado colonial da Amazônia predominou na produção do conhecimento histórico sobre a região. Para Geraldo Mártires Coelho, naquelas produções prevaleciam crônicas oficiais que evidenciavam e glorificavam a tríade povoar, colonizar e defender. Nessas interpretações, os sujeitos históricos por excelência eram: capitães-generais, governadores e bispos, constituindo, no geral, “uma crônica [...] reveladora de um olhar hierarquizado que organizou a sociedade de forma extremamente demarcada”⁴¹. Por esse olhar historiográfico, que tem em Arthur Reis seu mais fecundo representante, a fronteira era entendida como a linha demarcatória que separava os territórios de Portugal e França, com princípios legitimadores de soberania e posse⁴².

Pelo menos nas últimas três décadas, a historiografia que dedica algumas reflexões no estudo das formas de trabalho compulsório de africanos e seus descendentes e de indígenas na América Portuguesa e posteriormente no Brasil, tem problematizado a utilização da denominação “mão de obra” para o trabalho daqueles sujeitos que viveram várias formas de trabalho compulsório, especialmente a escravidão. Quanto aos trabalhos sobre a escravização dos negros, talvez a primeira grande questão para uma historiografia, que tentava atribuir certo protagonismo aqueles sujeitos, tenha sido o rompimento com a ideia do escravo como “coisa”, que preconizava a noção de sujeitos passivos e acomodados que sucumbiam facilmente ao controle e ao poder dos senhores de escravos. Portanto, aquela historiografia praticamente esvaziava a condição humana daqueles sujeitos⁴³. No referente à historiografia sobre as sociedades indígenas e suas relações com as formas de trabalho compulsório, parece que a perspectiva de ver aqueles sujeitos somente como mão de obra vem sendo duramente criticada⁴⁴, assim como o movimento ocorrido com a ideia de escravo como “coisa”, mencionada acima.

Durante a segunda metade do século XVIII, os impérios ultramarinos europeus passaram por transformações e reformas que recorrentemente se associam ao conceito de despotismo esclarecido, segundo o historiador Nuno Monteiro. Esse recorte sofre algumas críticas, mas mormente é uma cronologia consagrada da história europeia, como o período da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), que tinha no seu bojo a disputa colonial entre os Estados europeus no continente americano⁴⁵. Nesse sentido, Carlos Bastos destaca que a

⁴¹ COELHO in D'INCAO; SILVEIRA (orgs.), 1994, p. 182.

⁴² DOMINGUES in <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8825.pdf>. Acessado em 02/01/2017.

⁴³ A respeito da discussão sobre os vários momentos vividos pela historiografia sobre a escravidão, conferir: GOMES, 2006, p. 7-24.

⁴⁴ Ver, especialmente, os trabalhos reunidos na coletânea *História dos Índios do Brasil*. CUNHA (organizadora), 1992.

⁴⁵ MONTEIRO in FRAGOSO; GOUVÊA 2014, p. 111.

ocupação e a defesa das áreas fronteiriças apresentavam grandes desafios para aqueles impérios, representando “ainda obstáculos para a expansão das atividades econômicas, dos padrões culturais e das instituições políticas vigentes em zonas centrais do mundo colonial”⁴⁶.

Para as reformas ocorridas em Portugal, predomina, na historiografia que se dedica ao estudo do tema, o recorte que aponta o início da governança pombalina (1750) como o momento da ruptura do Estado português com as estruturas do passado – tais reformas atingiram seu auge no fim do século XVIII, constituindo de fato uma política colonial⁴⁷. Já para Laura de Mello e Souza, as reformas em Portugal aconteceram antes mesmo da governança de Pombal, em que a referida autora localiza mudanças substanciais nas políticas metropolitanas que datam das primeiras décadas do século XVIII⁴⁸.

De qualquer maneira, foi a partir de 1750 que a preocupação com o estabelecimento dos limites da América portuguesa ganhou fôlego no Estado lusitano, com o envio de expedições demarcatórias e as articulações para assinaturas de tratados, principalmente com a Espanha, em especial, o assinado em 1750, denominado Tratado de Madri⁴⁹. No foco dessas delimitações, que pressupunham a ocupação e a defesa das fronteiras lusas na América, estavam os territórios que compreendiam as capitanias do Grão-Pará e Mato Grosso e seus respectivos limites com os domínios franceses e espanhóis⁵⁰. Neste estudo, interessam as mudanças ocorridas nas terras do Grão-Pará.

Nesta tese, utilizaremos, assim como o historiador Flávio Gomes, a denominação de “Amazônia portuguesa” para configurar o Estado do Grão-Pará e Maranhão, criado em 1621 pela Coroa lusitana. A partir desse ano, o mencionado Estado ficaria separado administrativamente da governança do Estado do Brasil, que tinha sua capital em Salvador. O Estado do Grão-Pará e Maranhão ficava, política e administrativamente, ligado de forma direta a Lisboa, abrangendo, até meados do século XVIII, os territórios dos atuais Estados da região norte, incluindo Ceará, Piauí, Mato Grosso e Maranhão⁵¹.

Ainda no princípio da década de 1750, a Amazônia portuguesa passou por reordenamentos administrativos expressivos. Referimo-nos à administração do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e de Guerra, Sebastião José de Carvalho e Mello, futuro

⁴⁶ BASTOS, 2013, p.14.

⁴⁷ MONTEIRO. *Op. Cit.*, p. 111.

⁴⁸ SOUZA, 2006, p. 49.

⁴⁹ CAMILO, 2008.

⁵⁰ POMBO in MOTTA; SERRÃO; MACHADO (orgs.), 2013, p. 87-92.

⁵¹ GOMES, 2005, p. 43.

Marquês de Pombal — reinado de D. José I (1750-1777). Significativamente, a partir de 1751, no que concerne aos aspectos políticos e administrativos, substituiu-se o então denominado Estado do Maranhão e Grão-Pará pelo Estado do Grão-Pará e Maranhão, com a capital instalada em Belém, agora compreendendo os territórios das capitanias do Grão-Pará, do Maranhão e do Piauí⁵², acrescentando-se a essas, a partir de 1755, a de São José do Rio Negro.⁵³ Essas mudanças levaram a uma intensificação da movimentação militar na região, com o intuito de garantir a presença e afugentar as tentativas, principalmente de espanhóis e franceses, de ocupação daquela região.

Como observou Samuel Benchimol, essas mudanças marcaram o princípio de uma nova política portuguesa na ocupação do *Vale Amazônico*⁵⁴ idealizadas por Pombal e defendidas por seu irmão e governador do Grão-Pará e Maranhão, Mendonça Furtado (1751-1759). Essa política, ainda segundo Benchimol, era uma tentativa de polarização espacial de conquista e ocupação, fundada no polígono de fortes, aldeias e vilas, tendo como vértices (na parte oriental da Amazônia) São Luís do Maranhão, Belém do Pará e Macapá.⁵⁵ No lado ocidental, os lugares de apoio e referência passaram a ser Mariuá (Barcellos), Barra do rio Negro (Manaus), Saracá (Silves), Serpa (Itacoatiara), Ega (Tefé), São José do Javari, Beiradão do Médio Amazonas, Solimões, Borba (Trocano), Príncipe da Beira e Vila Bela do Mato Grosso, nos rios Madeira e Guaporé⁵⁶.

Ao longo da segunda metade do século XVIII, a vila de São José de Macapá, fundada em 1758 para contrapor a intenção da França em dominar a região, passou por um intenso processo de militarização. Arthur Reis lembra que, além das atividades colonizadoras em franco desenvolvimento, foi criado um governo militar no qual os melhores soldados de Portugal vinham para a região. Tendo sido Macapá escolhida a sede do governo militar, o pequeno forte que existia até então “transformou-se na mais notável e potente praça-forte de todo o Brasil”⁵⁷, denotando que tal espacialidade ganhava destaque administrativo e político. Assim, a região de Macapá possuía, em caráter imediato para aquele momento, duas funções para a política colonial portuguesa: contribuía, de maneira decisiva, para a defesa do território e permitia a exploração de gêneros advindos do capital comercial⁵⁸.

⁵² SANTOS in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 447, 2010, p. 75-94.

⁵³ A Capitania de São José do Rio Negro foi instituída pela Carta Régia de 3 de março de 1755, mas sua instalação de fato só aconteceria 3 anos e 2 meses depois na vila da Mariuá (Barcellos). Instituiu-se, assim, um terceiro governo no extremo ocidental da Capitania do Grão-Pará e Maranhão, com sede administrativa na boca oriental do rio Javari.

⁵⁴ Expressão consagrada por Arthur César Ferreira Reis em *A Política de Portugal no Vale Amazônico*, de 1933.

⁵⁵ A respeito dessa política, especificamente o caso da Vila de Macapá, ver CAMILLO, 2003.

⁵⁶ In *Cartas do primeiro Governador da Capitania de São José do Rio Negro* - Joaquim de Mello e Póvoas (1758-1761), 1983, p. 22-23.

⁵⁷ REIS in *HOLANDA* (dir.), 2011, p. 318.

⁵⁸ GOMES; QUEIROZ in DEL PRIORE; GOMES (orgs.), 2003, p. 143.

A mencionada vila se localizava na área costeira do deságue da parte norte do rio Amazonas, próximo da fortaleza, sendo o rio e a própria construção não mais distantes “que um tiro de espingarda”⁵⁹. Essa região era chamada de Terras do Cabo do Norte⁶⁰ porque, segundo Renata Malcher, existia um cabo na costa oceânica do atual Estado do Amapá. Esse tipo de denominação era recorrente desde o século XVII, passando mais tarde a designar uma área expandida, que compreendia ao norte o rio Oiapoque ou Vicente Pinzon, ao sul o rio Amazonas, a leste o rio Jari e a oeste o mar⁶¹. A historiadora Rosa Marin faz lembrar que, apesar de seu caráter militar, impôs-se ao projeto de povoamento um aspecto agrícola para concorrer com os planos de colonização da Guiana Francesa. Assim, as terras do Cabo Norte receberam um alento de povoamento com a chegada de famílias vindas de Lisboa, de escravos trazidos diretamente da África e de indígenas arregimentados em diversos locais do vale amazônico⁶².

Em texto intitulado *Fronteiras do saber: a Amazônia e seus intérpretes*, Jonas Marçal e Mauro Coelho apresentam algumas reflexões sobre a produção do conhecimento histórico sobre a Amazônia – para ser mais exato, sobre alguns intérpretes que, ao longo do século XX, se propuseram a tarefa de pensar e interpretar a região. Tais autores citam Reis em texto publicado em 1968⁶³, no qual ele apresenta um modelo explicativo para o passado colonial amazônico, que sistematizava uma narrativa do processo colonizador em três momentos. O primeiro dava conta das primeiras notícias sobre a região no século XVI; o segundo foi marcado pelo esforço do Estado lusitano em consolidar sua presença na região, frente à pretensão dos outros países europeus; e o terceiro momento se caracterizou pelo esforço metropolitano em desenvolver e modernizar a região amazônica a partir de 1750⁶⁴.

Até meados da década de 1960, a produção historiográfica sobre a Amazônia, no período colonial, concentrou seus estudos na utilização da mão de obra indígena e na história política tradicional, desconsiderando a presença e a atuação dos negros nas cidades, nas áreas de produção agrícola e na formação de quilombos e mocambos que se instalaram na região,

⁵⁹ Descrição geográfica da Costa da Guiana Portuguesa desde a Praça de S. José de Macapá até os limites confinantes com a Colônia Francesa. – Memória escrita pelo capitão de mar e guerra José Lopes Valadim, em 1796, destinada a D. José de Souza Coutinho, irmão de D. Rodrigo de Souza Coutinho (1º conde de Linhares e ministro da marinha) e D. Francisco de Souza Coutinho, governador do Grão-Pará. Biblioteca Nacional.

⁶⁰ Este território era disputado desde o século XVI por ingleses, holandeses, franceses e portugueses. Em 1637, foi criada a Capitania do Cabo do Norte, doada a Bento Maciel Parente em caráter perpétuo por seus serviços prestados à Coroa portuguesa. Em 1713, a posse lusitana foi confirmada pelo Tratado de Utrecht (cf. REIS, 1993).

⁶¹ MALCHER, 1992, p. 145.

⁶² MARIN in GOMES (org.), 1999, p. 39.

⁶³ REIS in HOLLANDA (dir.), 1968, p. 257-272.

⁶⁴ COELHO; QUEIROZ, 2001, p.165.

desde pelo menos a metade dos setecentos.⁶⁵ A este respeito, os historiadores Jonas Marçal e Mauro Coelho acrescentam que a concentração de pesquisas com ênfase no extrativismo, certamente influenciada pela tradição de dividir a história do Brasil numa sucessão de ciclos econômicos, contribuiu para que os estudiosos desconsiderassem o vale amazônico como uma área escravista⁶⁶.

Durante todo o século XVII e nas primeiras décadas do XVIII, predominou no vale amazônico a exploração e a escravização da mão de obra indígena. Porém, nas primeiras décadas dos setecentos, esses trabalhadores indígenas não estariam mais sozinhos, pois a presença de escravos africanos já se fazia notar⁶⁷. Em 1755, foram proclamados dois decretos que indicavam uma inflexão na política da metrópole portuguesa para a população indígena do vale amazônico: a Lei de Liberdades, que extinguiu todas as formas de escravização dos índios (complementada em 1757 pelo Diretório); e o alvará de criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778), responsável pela introdução regular de grande número de escravos africanos no Pará.

Se no início da ocupação e da colonização da Amazônia predominou uma economia extrativista com ampla utilização do braço indígena, não faltaram vozes naquele cenário que defendessem a priorização da produção agrícola com a utilização da mão de obra africana. Segundo Rafael Chambouleyron,

Durante o século XVII e início do XVIII o número de escravos africanos nunca foi elevado, mas as discussões em torno da importância dessa mão-de-obra e os assentos e contratos que se fizeram para mandar escravos para o Maranhão e Pará revelam que esta era uma alternativa importante para a polêmica questão do uso e da obtenção da mão-de-obra indígena. Há que se lembrar, igualmente, como explica Collin Maclachlan, que quando da conquista do Maranhão e Grão-Pará, boa parte da economia da América Portuguesa estava estabelecida com base na mão-de-obra africana. Era natural, assim que os portugueses projetassem (pelo menos inicialmente) a ideia de uma vasta área de *plantation* no Maranhão e Pará, baseada na mão-de-obra africana⁶⁸.

Porém, vários eram os motivos existentes na Amazônia seiscentista para se priorizar a exploração do trabalho indígena, em detrimento da do africano. Vicente Salles, por

⁶⁵ A respeito da introdução dos trabalhadores de origem africana na Amazônia Portuguesa, ver também FONSECA, 2011 in <http://www.periodicos.unir.br/index.php/veredasamazonicas/article/view/241/257> Acessado em 23/09/2017. SAMPAIO (org.), 2011.

⁶⁶ COELHO; QUEIROZ, 2001, p. 186.

⁶⁷ CHAMBOULEYRON in *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 52, 2010, p.79-114.

⁶⁸ CHAMBOULEYRON in NEVES; LIMA (orgs.), 2006, p. 165-166.

exemplo, afirma que as razões da não efetivação de um amplo tráfico negreiro para o Grão-Pará, no século XVII, são conformadas em três aspectos: primeiro, a indústria da escravização indígena era muito mais lucrativa para *predadores* e mercadores urbanos; segundo, as chamadas peças do sertão eram oferecidas aos lavradores por preços irrisórios, comparativamente ao preço do escravo africano; terceiro, a maioria dos escravos africanos introduzidos pela Companhia de Comércio entre 1682-1684 ficou no Maranhão⁶⁹. Além desses aspectos, podemos dizer que, numa economia predominantemente extrativista, a familiaridade dos indígenas com a floresta não deveria ser preterida.

A partir da segunda metade do século XVIII, a presença de trabalhadores escravos de origem africana aumentou consideravelmente na região do Vale Amazônico, que em um ponto de vista mais amplo, segundo Flávio Gomes e Jonas Marçal de Queiroz, está ligada à construção da fortaleza de São José de Macapá (1764-1773). Tal opção acontece, mesmo com a fuga de escravos e o estabelecimento de mocambos, nesse período, sendo considerados problemas crônicos para a administração portuguesa — já que parcela considerável dos escravos fugidos na região era oriunda dos trabalhos realizados nas fortificações militares em Macapá⁷⁰.

O projeto pombalino para a Amazônia previa a substituição do braço indígena pelo africano e da economia extrativista pela agrária. No entanto, a escravização do indígena continuou. Aliás, segundo afirmam alguns historiadores, entre eles Carlos Moreira⁷¹ e Beatriz Perrone-Moisés⁷², esta prática foi ampliada a partir da expulsão dos jesuítas da colônia (1759). De todo modo, é inegável que algo estava mudando. De maneira geral, a historiografia amazônica indica que a principal força de trabalho na Amazônia no período colonial (principalmente no século XVI até a primeira metade do XVIII) foi a indígena — livre ou escrava. No entanto, pesquisas inovadoras nas últimas décadas ressaltam a importância da presença da mão de obra africana na região.

Qualquer desconsideração com a presença negra na região, durante o período colonial, pode ser explicada a partir de três pressupostos modelares que sustentam narrativas consagradas: primeiro, a ideia de que o ciclo das drogas do sertão teria sido exclusivamente voltado para a mão de obra indígena; segundo, a de que não houve empreendimentos agrários relevantes na Amazônia, além das drogas do sertão; terceiro, a noção de que a ocupação da

⁶⁹ SALLES, 1971.

⁷⁰ GOMES in: *Anais do Arquivo Público do Pará*, 1996, p. 137.

⁷¹ MOREIRA NETO, 1988, pp. 26-27.

⁷² PERRONE-MOISÉS, in: CUNHA, 1992, p. 20.

região tinha como modelo explicativo os mesmos moldes das áreas de *plantation* da região açucareira nordestina, assim como a Amazônia não teria se enquadrado nesses modelos. Acerca dessa matriz explicativa, Flávio Gomes e Jonas Marçal lembram que “se por um lado ela abriu importantes perspectivas de regionalização nos estudos, por outro, fez com que regiões inteiras praticamente desaparecessem em termos de conhecimento histórico, apenas devido à inexistência ou decadência de um determinado produto”⁷³.

Os trabalhos pioneiros de Manuel Nunes Pereira e Arthur Cezar Ferreira Reis inseriram (com as devidas proporções e os limites correspondentes ao seu tempo e ao debate sobre o XVII) a mão de obra africana nos estudos sobre a Amazônia colonial. Tais autores mantiveram, contudo, a dimensão argumentativa de certa inexpressividade do africano, que, por sua vez, se explicaria pela própria inconsistência dos empreendimentos agrários na região. Porém, se no decorrer da colonização a atividade agrícola se sistematizou e, mesmo assim, os colonos não tinham condições financeiras para investir na aquisição da mão de obra africana, na segunda metade do século XVIII, com a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (na governança pombalina), a situação da força de trabalho mudou substancialmente.

Nas últimas três décadas, esse cenário historiográfico tem se ampliado, principalmente nas pesquisas com temáticas que envolvem a resistência e os protestos dos escravos, considerando ainda os respectivos significados políticos de tais atos. Esse movimento tem se desdobrado em uma revisão das interpretações tradicionais sobre o tema, dando ênfase a campos de pesquisa que haviam recebido pouca atenção por parte dos historiadores⁷⁴. Ainda assim, de modo geral, a segunda metade do século XVIII tem sido apontada pelos historiadores como o momento em que a introdução da mão de obra africana na Amazônia se intensificou quantitativamente, sendo a ideia aceita pelas correntes historiográficas que se debruçam sobre o tema, como observado por Luís Balkar, para quem “uma entrada maior de negros na Amazônia ocorreu durante a administração de Pombal, quando veio à tona um conjunto de medidas tendentes a modificar a estrutura interna da região”⁷⁵.

Assim, verifica-se que a movimentação de escravos africanos, até 1755 (criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão), era de somente três mil indivíduos. Entre os anos de 1755 e 1777, no entanto, esse quantitativo saltou para doze mil. A fuga de

⁷³ GOMES; QUEIROZ in DEL PRIORE; GOMES (orgs.), 2003, p. 163.

⁷⁴ COELHO; QUEIROZ, 2001,

⁷⁵ PINHEIRO in *Terra das Águas*, vol. I, n. 1, 1999, p. 150,

muitos desses escravos negros e índios levou à formação de vários mocambos, que eram considerados pela elite colonial como verdadeiras ameaças, pois ela temia a associação dos negros com os “estrangeiros” (sobretudo franceses) para tomar a região dos portugueses. A esse respeito, Flávio dos Santos Gomes e Jonas Marçal afirmam:

Além dos escravos negros, os índios também percebiam as relações conflituosas entre espanhóis, portugueses, holandeses e franceses. Deserções em massa de índios eram comuns na região. Na década de 1760 apareceram várias denúncias de índios “amocambados” e mesmo fugindo para formarem mocambos. Do mesmo modo que temiam a possibilidade dos fugitivos estabelecerem contatos na região, principalmente no sentido de estimular outras fugas, as autoridades coloniais tentaram se valer do conhecimento dos negros e índios para adentrar nos territórios das fronteiras⁷⁶.

Portanto, na Amazônia (e também no restante da colônia portuguesa), os contatos interétnicos entre índios e negros tiveram motivações variadas. Na Amazônia portuguesa, havia sempre a presença de índios e negros, bem como de seus respectivos descendentes. Mesmo com tantas evidências históricas e documentais, Gomes e Queiroz lamentam a pouca atenção dos pesquisadores aos estudos voltados para a compreensão da presença escrava africana na ocupação e na colonização da Amazônia, especialmente nas áreas localizadas às margens da nação⁷⁷.

A dupla de historiadores mencionada acima destaca que os espaços de reconstrução social e étnica das experiências da (e na) colonização têm passado por reconsiderações historiográficas importantes. Principalmente as experiências de sujeitos que vivam em territórios demarcatório de limites, como aqueles das áreas fronteiriças, especialmente no Norte (nos limites com a Guiana). Assim, Gomes e Queiroz afirmam que, “na região colonial do Brasil, no extremo norte, atualmente o Estado do Amapá, fugitivos – negros, índios e soldados desertores – foram protagonistas de uma original aventura, na qual reinterpretaram os sentidos da colonização”⁷⁸.

Nas últimas três décadas, o estudo sobre a presença da escravidão negra na Amazônia, durante o período colonial, tem se ampliado, principalmente nas pesquisas com temáticas que envolvem a resistência e os protestos dos escravos – considerando ainda os respectivos significados políticos de tais atos. Esse movimento tem se desdobrado em uma

⁷⁶ PINHEIRO in *Terra das Águas*, vol. I, n. 1, 1999, p. 174.

⁷⁷ GOMES; QUEIROZ in DEL PRIORE; GOMES (orgs.), 2003, p. 161-162.

⁷⁸ GOMES; QUEIROZ in *Revista Lusotopie*, 2002, p. 26.

revisão das interpretações tradicionais sobre o tema, dando ênfase a campos de pesquisa que haviam recebido pouca atenção por parte dos historiadores⁷⁹.

Nossa tese pretende, assim, acompanhar a movimentação na fronteira entre a Capitania do Grão-Pará e a Guiana Francesa, evidenciando as ações do Estado português e dos sujeitos históricos, principalmente dos escravos fugidos, que por vezes subvertiam as ordens impostas pelas autoridades, destacando de que modo a ação dos governados impôs limites e levou os representantes a mudarem suas estratégias de controle⁸⁰ nas três últimas décadas do século XVIII, assim como evidenciando as disputas entre os governos de Belém e Caiena pela manutenção e alargamentos de seus domínios naquele território localizado entre os rios Oiapoque e Araguari.

Ainda que, a despeito das intenções de defesa das autoridades portuguesas, suas preocupações fossem mais agudas, uma vez que as fugas de escravos e a formação de mocambos para as cabeceiras do rio Araguari eram consideradas de qualquer maneira incontroláveis, naqueles anos finais dos setecentos, as autoridades coloniais portuguesas se preocupavam principalmente com que as notícias da abolição da escravidão nas colônias francesas (1794) pudessem contagiar e motivar a fuga dos escravizados do Grão-Pará, mais ainda nas fronteiras.

Flavio Gomes já afirmou que na área do atual Estado do Amapá, durante o período colonial, mais do que em outras regiões da América portuguesa, as fugas de escravizados e consequente formação de mocambos “aumentaram uma enormidade” nas décadas finais do século XVIII⁸¹. Essa tradição de fugas e de mocambos espalhados pelas matas, cabeceiras de rios, colinas e beiras de lagos daquelas paragens, fez com que no presente o Estado do Amapá possua 40 Comunidades Remanescentes de Quilombos localizadas nos municípios de Calçoene, Ferreira Gomes, Itaubal, Macapá, Laranjal do Jari, Santana, Tartarugalzinho, Mazagão e Vitória do Jari – todas reconhecidas e publicadas no Diário Oficial da União, em 2017⁸². Assim como 21 comunidades que estão com o processo de reconhecimento e titulação em andamento das terras reivindicadas⁸³. Portanto, esta tese – ao estudar esses processos de fugas e constituições de mocambos no passado – tem um compromisso social no presente com os remanescentes de quilombolas que resistem e lutam pela posse definitiva

⁷⁹ COELHO; QUEIROZ, 2001, p. 158-190.

⁸⁰ LARA *in* BICALHO; FERLINI, 2005, p. 35.

⁸¹ GOMES, 2005, p. 100.

⁸² Certidões expedidas as Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) atualizadas até a Portaria n. 194/2017, publicada na DOU de 04/07/2017. In Palmares Fundação Cultural. Os documentos constando o nome das comunidades estarão disponíveis nos anexos desta tese.

⁸³ Cf. INCRA, 2016.

das terras ocupadas por aqueles sujeitos escravizados que resistiam e fugiam das relações escravistas de trabalho nas décadas finais do século XVIII.

Por fim, uma última consideração sobre as influências historiográficas que essa tese sofreu. Estamos falando dos artigos reunidos na coletânea organizada por Matthew Restall, intitulada *Beyond black and red: African-native relations in colonial Latin America*⁸⁴. Esta coleção reúne capítulos em torno de uma historiografia que procura estabelecer um diálogo entre a historiografia que estuda a vida dos negros escravizados nas Américas, especialmente no Caribe e na América do Norte, com a historiografia que pesquisa os povos indígenas. Assim, o livro busca pontuar os avanços de uma historiografia que não separa os mundos dos negros escravizados e dos indígenas das Américas. Esses mundos nunca estiveram apartados e rivalizados, como afirmaram vários estudiosos desse passado colonial; pelo contrário, como afirma Restall, dando o tom dos estudos apresentados pela coletânea:

nossos esforços em detalhar elementos culturais da dinâmica da interação negro-nativa forma frequentemente em vão – da mesma maneira que os esforços dos colonizadores espanhóis e portugueses em identificar, classificar e separar os americanos negros e nativos frequentemente eram infrutíferos. As complexas relações entre africanos e nativos raramente eram negras e vermelhas⁸⁵.

Stuart Schwartz, em artigo intitulado “Tapanhuns, Negros da Terra e Curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas”⁸⁶, lembra que no Brasil, durante o período colonial, negros e indígenas tinham muito em comum. Aqueles sujeitos “sofreram com a criação da colônia portuguesa, ocupação das terras e regime de exportação agrícola”⁸⁷. Porém, Schwartz ressalta que esse paralelo de sofrimento e dificuldades dos negros escravizados e dos nativos era apenas um dos lados de uma história de interações provocadas pela Coroa portuguesa e os colonizadores, que também instigavam as hostilidades entre aqueles sujeitos, provocando rivalidades que muitas vezes contribuíam para a perpetuação da dominação colonial. O autor informa que a relação entre “afro-brasileiros e ameríndios” não pode se encerrar si mesma, ou seja, seu entendimento só deve acontecer nos limites e no contexto do relacionamento mutuo, assim como deles com a sociedade colonial. Assim, negros escravizados e povos indígenas “desenvolveram estratégias para lidar com a

⁸⁴ RESTALL, 2005.

⁸⁵ RESTALL, 2005, p. 10.

⁸⁶ SCHWARTZ in RESTALL, 2005, pp. 81-114.

⁸⁷ *Op. Cit.*, p. 83.

complexidade das formas que esses relacionamentos podiam adquirir”⁸⁸. Em larga medida, ao cruzarmos as histórias daqueles sujeitos nas fronteiras do Cabo Norte, estaremos buscando nesta tese aquelas complexidades defendidas pelos autores da coletânea comentada acima.

Esse estudo trata essencialmente sobre as várias faces da fronteira, as fugas de escravos e a formação de mocambos na região fronteira das Terras do Cabo do Norte entre os anos de 1777 a 1803. Para dar conta dos objetivos propostos neste estudo, dividimos a tese em quatro capítulos. O primeiro é intitulado “Nesses extensos campos todos cortados por rios, o perigo são essas Guinas ficarem sem escravos”, abordando as fronteiras e os conflitos do governo do Grão-Pará com a Guiana Francesa pelas Terras do Cabo Norte, na segunda metade do século XVIII, destacando as políticas de Portugal para a fronteira durante a administração do secretário de Estado de Marinha e Ultramar, Sebastião José de Carvalho e Melo, e do também secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, Rodrigo de Souza Coutinho. Destacaremos também as percepções que alguns sujeitos sociais existentes naquelas terras fronteiriças tinham dos tratados demarcatórios de limites que França e Portugal tentavam estabelecer. Neste capítulo, recuaremos o recorte cronológico inicial estabelecido para a tese (1777) ao início da governança de Sebastião José de Carvalho e das reformas pombalinas em 1750, pois defendemos que existe certa continuidade nas ações político-militares do final do século XVIII com a política pombalina⁸⁹.

No segundo capítulo – “ ‘Que se formem escoltas e destruam esses mocambos’: milícias e rondas de capturas de escravizados nas Terras do Cabo Norte” –, analisaremos o processo de formação de corpos de milícias compostas por escravos ou negros alforriados nas fronteiras do Grão-Pará e da Guiana Francesa. Geralmente, a formação de milícias negras nas Américas obedecia continuamente a duas ordens de necessidades – as militares e as burocráticas –, que envolviam o iminente ataque de inimigos internos e externos, a fragilidade burocrática do sistema de defesa e a dificuldade de adaptação dos soldados europeus aos trópicos. Porém, a formação de corpos de milícias com pardos e negros na América portuguesa não foi um processo homogêneo. Para se chegar a esse agrupamento, havia um jogo de forças políticas em cada capitania, que era determinado por uma combinação de compreensões locais e metropolitanas. Comparativamente, a formação e a efetiva atuação dessas milícias nas áreas da capitania do Grão-Pará diferem bastante dos

⁸⁸ Schwartz in RESTALL, 2005, pp. 81.

⁸⁹ CUNHA; CARDOSO in *Revista Tempo*, vol. 16, n. 31, 2011, p. 65-88. <http://www.scielo.br/pdf/tem/v17n31/04.pdf> Acessado em 25/12/2015.

processos vividos nas demais capitanias do Estado do Brasil. Nas terras fronteiriças das Guianas, o mais recorrente era formar milícias para combater os inimigos externos e internos, buscando assim combater as ameaças de invasões estrangeiras (principalmente da Guiana Francesa) e as constantes fugas de escravos que impulsionavam a formação de corpos de milícias na vila de São José de Macapá.

O terceiro capítulo – “Expedições e viagens pelas fronteiras das Terras do Cabo Norte” – tem como objetivo perceber como a natureza e as pessoas foram traduzidas⁹⁰ nos relatos por aqueles homens a serviço da Coroa portuguesa e, a partir dessas traduções, descrever a vida material e o meio biológico, fauna e flora⁹¹, da parte setentrional da Capitania do Grão-Pará nos anos finais dos setecentos. Acompanharemos as viagens relatadas nos escritos do ajudante de praça, Manoel Joaquim de Abreu (1791), e do capitão de Mar e Guerra, José Lopes Valadim (1796).

Aquelas viagens foram realizadas com o objetivo de levantar informações para subsidiar a defesa dos territórios da Guiana portuguesa. Assim, as vilas de São José de Macapá, Vistosa de Madre de Deus e Nova Mazagão deveriam formar um triângulo militar de proteção da foz do Amazonas e dos caminhos que levassem para o interior em direção ao rio Araguari. Assim, considerando aquelas três vilas, desenvolveremos o quarto e último capítulo desta tese, intitulado “De mãos dadas pela foz do rio Amazonas: as vilas Vistosa da Madre de Deus, Nova Mazagão e São José de Macapá”, no qual também acompanharemos o processo de militarização daqueles três povoados nas décadas finais do século XVIII.

A escolha da estrutura desta tese em quatro capítulos, que não possuem uma narrativa sequenciada, mas um conjunto de temas correlatos às fronteiras do Cabo Norte nas últimas décadas do século XVIII, é uma marca indelével da forma de escrever a história nos escritos de E. P. Thompson⁹² para o nosso estudo, especialmente o da clássica obra *Senhores e caçadores*. Nossa intenção, ao eleger essa escrita, se justifica pela busca dos sujeitos históricos que (sobre)viveram frente às políticas imperiais de conquista e controle das fronteiras das Guianas portuguesa e francesa. Apesar de a tese possuir um recorte cronológico definido, os capítulos contam com narrativas independentes que avançam e retrocedem nas balizas cronológicas definidas. “Causas perdidas”⁹³, outra noção

⁹⁰ HARTOG, 2014, p. 290-335.

⁹¹ Uma parte deste capítulo é tributário do primeiro capítulo do livro *Montaillou – povoado occitânico 1294-1324*, do historiador francês Emmanuel Le Roy Ladurie (1997), o qual afirma que o estudo social e sócio-político da aldeia de Montaillou não poderia prescindir de breves observações sobre a vida material e o meio biológico que encarnava na flora e na fauna.

⁹² THOMPSON, 1986, p. 12.

⁹³ THOMPSON, 1987, (3 volumes).

desenvolvida por Thompson, é também utilizada aqui para refletir sobre as vivências e as intervenções de outros sujeitos, entre eles escravos fugidos, índios, brancos pobres e a soldadesca rasa, que emergem como protagonistas para além dos projetos definidos pelo Estado português para a fronteira setentrional do Grão-Pará. Assim, a forma de escrever a história, a maneira de dialogar com a documentação e a consequente construção de uma teoria de forma empírica⁹⁴, como assinalou Thompson, continuam nos acompanhando em nossas pesquisas.

Por fim, gostaríamos de retomar a história da história que originou esta pesquisa. As leituras das cartas de Mello e Póvoas começaram de maneira fortuita quando ainda fazíamos mestrado na PUC-SP, em 2005. A pesquisa de então era sobre o tempo presente em História do Amapá, mas nessa ocasião conheci, no Programa de História Social, um doutorando manauara chamado Leno José Barata Souza. Sempre que nos encontrávamos, a conversa corria solta sobre a História da Amazônia, a dificuldade de acesso aos arquivos, as políticas das instituições de guarda de documentos na região e como existiam “Amazônias”, tão perto e tão distantes entre si, e de como as produções do conhecimento histórico na região estavam cegas e surdas ao que se produzia em cada parte dessa imensa Amazônia.

Lembrando que em 2005 os códigos digitalizados para aquela pesquisa ainda não eram comuns como hoje, e as instituições de guarda ainda estavam iniciando tal processo de digitalização e disponibilização na internet. Foi no contexto dessas conversas que Leno Souza me informou da existência de uma publicação com documentos transcritos em Manaus, da qual quase não existiam edições disponíveis, mas cujo único volume que ele conhecia estava na UFAM. Endereços eletrônico e físico trocados, ele me prometeu que, assim que fosse a Manaus, iria até aquela universidade, produziria uma cópia com sua máquina digital e me enviaria um CD com a documentação gravada. Promessa feita, promessa cumprida. Dali a alguns meses daquelas conversas, chegava em Macapá o CD com as *Cartas do Primeiro Governador da Capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Mello e Póvoas (1758-1761)*. Comecei a lê-las nos intervalos da pesquisa de mestrado e, em poucos dias, já tinha terminado a leitura dos documentos que, ainda na metade do mestrado, já me suscitavam uma pesquisa futura de doutorado – e que passariam a fazer parte da minha trajetória acadêmica.

Em 2010, prestamos concurso para professor efetivo de História da Amazônia da Universidade Federal do Amapá. Na prova didática, um dos temas possíveis para objeto da

⁹⁴ THOMPSON, 1981.

aula era o período pombalino na Amazônia. Acreditávamos que, se o tema sorteado fosse aquele, a aula que mudaria minha vida estava próxima. Utilizando as cartas de Mello e Póvoas, seria possível ingressar como professor de História da Amazônia justamente no curso e na universidade que havia feito minha graduação em meados da década de 1990. A partir daí, incorporei a documentação nas aulas de História da Amazônia I, disciplina que tem como recorte temporal o período colonial da região. Utilizo-as juntamente com outros aportes documentais na unidade que discute documentação primária e noções sobre leituras paleográficas. As leituras, reiteradas semestralmente em conjunto com a documentação referente à *Defesa da Capitania do Grão-Pará*, publicadas no livro *Relatos de fronteiras: fontes para história da Amazônia – séculos XVIII e XIX*, além das discussões em sala de aula com os alunos, me instigaram a escrever o projeto de pesquisa que originou esta tese que agora se apresenta.

Nem no Oiapoque, nem em parte alguma da Costa d'Araguari para baixo se tem formado Estabelecimento porque sempre pensei que em um País como este que Vossa Excelência conhece todo cortado de Rios e de lagos, só podia servir para dividir inutilmente as poucas forças que ele encerra para sua defesa: por isso só tive que mandar recolher as Lanchas que cruzavam no dito Oiapoque e na costa deixando somente uma com suas competentes montarias no Calçoene visto que até aquele Rio e Enseada do Cabo do Norte onde desagua. Reconhecem os Franceses na Primeira Carta que escreveram o Domínio de Sua Majestade, e visto também ser daquele Rio que principia a facilidade da comunicação ulterior pelo Carapaporis e Mayacaré para Araguari, de cujas Cabeceiras estão os negros fugidos transitando até as Campinas de Macapá sem dificuldade, e esta comunicação me pareceu indispensável prevenir, e aguardar enquanto Sua Majestade não mandar contrário⁹⁶.

Desde a segunda metade do século XVII, o clima de disputa pelas Terras do Cabo do Norte⁹⁷, entre portugueses e franceses, começava uma rotina que marcaria os séculos seguintes⁹⁸. Especialmente nos anos finais do século XVIII, a fronteira que separava os territórios de Portugal e França no platô das Guianas estava mais agitada do que nunca: os governos do Grão-Pará e da Guiana Francesa, com sedes administrativas situadas nas cidades de Belém e Caiena, respectivamente, agitavam-se pela manutenção e pelo alargamento de seus respectivos domínios. Naqueles anos finais dos setecentos, a área localizada entre os rios Oiapoque e Araguari foi o cenário daquelas disputas. Tal agitação pode ser verificada significativamente entre os anos de 1797 e 1802, quando foram assinados quatro tratados entre Portugal e França, que fizeram, ao menos no campo diplomático, os limites transitarem entre aqueles rios⁹⁹.

No mapa que segue, feito em 1798 pelo tenente-coronel Pedro Alexandrino, a mando do governador Francisco Coutinho, destaca-se o delta do rio Amazonas, a costa da vila de Macapá, a foz do rio Araguari e sua costa até o rio Calçoene. Essa costa abarcava os rios Maiacaré e Carapapori. O tenente destacou também as três povoações francesas na Guiana Portuguesa.

⁹⁶ Pará, 8 de junho de 1795, ofício do capitão-general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, D. Francisco de Souza Coutinho, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho. Cf. REIS, 1993, p. 241.

⁹⁷ Área costeira do deságue da parte norte do rio Amazonas, na costa oceânica do atual Estado do Amapá. Essa denominação era recorrente desde o século XVII, estendendo-se mais tarde para designar a área que compreendia ao norte o rio Oiapoque ou Vicente Pinzon, ao sul o rio Amazonas, a leste o rio Jari e a oeste o mar. Cf. MALCHER, 1992, p. 145.

⁹⁸ REIS, 1953.

⁹⁹ O Tratado de Paris (1797) estabelecia o rio Calçoene, que ficava entre os rios Oiapoque e Araguari, como limite entre as duas Coroas; o Tratado de Badajós (1801) fixava o limite no rio Araguari; o Tratado de Madri (1801) delimitava o rio Carapanatuba, próximo à vila de Macapá, como marco divisório; o Tratado de Amiens (1802) definia novamente o rio Araguari como limite fronteiriço.

Mapa 5

Mapa da Costa Boreal do Rio Amazonas¹⁰⁰

Este capítulo tem por objetivo apresentar o cenário das políticas de defesa do território ultramarino português nas fronteiras do Grão-Pará com a Guiana Francesa, no último quartel do século XVIII. A discussão se concentrará especialmente na administração dos secretários de Estado da Marinha e Domínio Ultramarino, Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal (1750-1777), e Rodrigo de Souza Coutinho (1796-1803), considerados pela historiografia luso-brasileira os dois mais significativos representantes do reformismo ilustrado português, que preponderou na segunda metade do século XVIII¹⁰¹. Pontuaremos as aproximações e os distanciamentos nas políticas desses dois estadistas –

¹⁰⁰ Mapa que contém a entrada para o Rio Amazonas, com a posição da Costa Boreal da Ilha Grande de Joanes lavada pelas águas da foz Austral do dito Rio, à costa do Macapá a foz do rio Araguari, lavada pela foz do Boreal do dito; e a continuação da Costa de Araguari até o R. Calçoene, Maiacaré e Carapoporí até suas cabeceiras, com a continuação dos Lagos, que desde Amapá, Maiacaré, Carapoporí continuação interiormente até sair no Rio Araguari segundo o exame que fez no anno de 1798. In http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart526293/cart526293.jpg Acessado em 21/04/2017.

¹⁰¹ CUNHA; CARDOSO in Revista Tempo, vol. 16, n. 31, pp. 65-88, 2011.

ainda que se façam referências a outros períodos, a atenção maior será dada aos anos de seus governos.

A manutenção da unidade política do império português e a dependência econômica das colônias em relação à metrópole foram diretrizes que nortearam a governança pombalina e continuaram com o secretário da Marinha e dos Negócios de Ultramar, Rodrigo de Souza Coutinho, o qual escreveu uma defesa dos princípios da política pombalina, com o título *Notas sobre o Marquês de Pombal* ¹⁰².

Este capítulo está organizado em duas partes e, inicialmente, se ocupará do estudo das ações políticas de defesa e ocupação das fronteiras, a partir das reformas pombalinas no império ultramarino português. Serão analisadas especialmente as reformas para o vale amazônico, na parte que compreendia as fronteiras do platô das Guianas, empreendidas pelo Estado português no contexto geral do reformismo ilustrado ¹⁰³. Concentrar-nos-emos nas passagens governativas do Marquês Pombal e de Rodrigo Coutinho, no centro das decisões do império português ¹⁰⁴, ao longo da segunda metade do século XVIII. Aqui evidenciaremos ainda, a partir da leitura das correspondências trocadas entre os governadores e seus superiores imediatos, os secretários de Estado de Marinha e Ultramar, a recepção daquelas políticas pelos agentes responsáveis em levar a cabo a sua execução, os governadores capitães-gerais do Grão-Pará e Maranhão.

Por fim, buscar-se-á a compreensão das várias formas de ocupação dos territórios da fronteira entre o Grão-Pará e a Guiana Francesa, especialmente a área entre os rios Oiapoque e Araguari. Tais territórios estavam para além das políticas pensadas pelo Estado lusitano para conquistar, colonizar e defender. Os processos de ocupação daqueles territórios

¹⁰² *Apud* POMBO, 2015, p. 31.

¹⁰³ MONTEIRO *in* FRAGOSO; GOUVÊA, 2014 p. 111.

¹⁰⁴ Nas últimas duas décadas, a historiografia brasileira, assim como parte da historiografia portuguesa, que pesquisa o recorte colonial referente à história da América portuguesa, vem sendo debatida em colóquios, seminários, GTs e publicações, em alguns momentos com polêmicas acaloradas. Basicamente, três questões estão no centro das discussões que dizem respeito à forma de organização do Estado português entre os séculos XVI e XVIII. São elas: qual seria o principal aspecto do Estado moderno português quanto à centralização administrativa? Qual a totalidade que se deve privilegiar referente ao reino e suas possessões: império, império colonial, império português ou Antigo Sistema Colonial? E, por fim, quais os sentidos do uso do conceito de Antigo Regime? Duas publicações, seguramente, conseguem dar conta do cenário desses debates: o livro *Modos de Governar*, lançado em 2005 e organizado pelas historiadoras Maria Fernanda Bicalho, da Universidade Federal Fluminense (UFF), e Vera Lúcia Amaral Ferlini, da Universidade de São Paulo (USP); e *O Governo dos povos*, lançado em 2009, fruto de um colóquio acontecido em 2005 na cidade de Parati-RJ, organizado pelas historiadoras Laura de Mello e Souza (Universidade de São Paulo), Júnia Ferreira Furtado (Universidade Federal de Minas Gerais) e Maria Fernanda Bicalho (Universidade Federal Fluminense). Na apresentação de *O Governo dos povos*, as organizadoras afirmam: “Constatou-se já há alguns anos, em congresso e livros a partir das questões acima citadas, que o estudo sobre nosso passado colonial vem conhecendo certa variação ou, para alguns, uma correção de rota: nem sempre utiliza os conceitos de colônia e metrópole, deixando igualmente para segundo plano problematizações sobre uma e outra” (p. 11). Outras questões bastante visitadas nas décadas de 1960 e 70, como o escravismo e o seu modo de produção ou de produzir, igualmente tem ficado em segundo plano. Para as organizadoras, “Por outro lado, o conceito de Império vem ganhando popularidade, invocado sobretudo com base em estudos mais antigos ainda, entre os quais sobrelevam os de C. R. Boxer, realizados entre os anos 50 e 60” (p. 11). Elas finalizam a apresentação afirmando “ser tão importante discutir e incorporar novas perspectivas analíticas quanto revisitar, criticamente, aquelas que marcaram nossa tradição historiográfica, como as que esmiuçaram os mecanismos de dominação colonial, entre elas, e como exemplo, as de Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda e Fernando Novaes” (p. 11). Ver também HESPAÑA *in* SOUZA; FURTADO; BICALHO, 2009, p. 39-62; SOUZA, 2009, p. 63-90; BICALHO, 2009, p. 91-106; e FURTADO, 2009, p. 107-130.

envolviam militares desertores, indígenas, religiosos e escravos fugidos – todos agentes que estabeleciam dinâmicas e redes de sociabilidades independentes dos acordos diplomáticos e das estratégias políticas de França e Portugal. Ainda que o Tratado de Utrecht¹⁰⁵ (1713) estabelecesse o rio Oiapoque como limite entre os territórios franco-lusitanos, nas últimas duas décadas do século XVII, era o rio Araguari o limite de fato entre os territórios dessas colônias. Naquele final de século, a disputa pela posse e colonização das terras localizadas na foz do rio Amazonas continuava intensa entre os governos do Grão-Pará e da Guiana Francesa.

1.1 – Políticas de ocupação e defesa das fronteiras da América portuguesa: alguns posicionamentos historiográficos

A ideia de que os domínios ultramarinos eram de extrema importância para Portugal, não somente para a prosperidade e segurança do reino, mas para a própria subsistência da monarquia soberana, já era corrente antes mesmo das reformas pombalinas. Segundo o historiador Jorge Pedreira, Jean Bodin já denunciava nos seiscentos os diferentes modos de um Estado conseguir fundos para sua manutenção. Ele usava Portugal como o exemplo maior de um reino que dependia de um império colonial de caráter mercantil para obter seus ingressos¹⁰⁶. Pedreira informa que o “império e, de um modo mais geral, o comércio marítimo desempenhavam um papel crucial na reunião dos recursos financeiros da Coroa Portuguesa, um papel ainda mais crucial do que os Impérios de todas outras potências europeias”¹⁰⁷.

No quadro descrito por Pedreira, a América portuguesa recebeu uma importância incomparável, no início do século XVIII, com uma expansão territorial que proporcionou a exploração de ouro e diamantes e os consequentes rendimentos fiscais imediatos para a Coroa. Por outro lado, tal expansão levou para a região das Minas Gerais “multidões indisciplinadas de colonos que vinham de Portugal ou das regiões costeiras da América portuguesa ao encontro do ouro, se somavam a mão-de-obra escrava e livre que era desviada das plantações de açúcar e tabaco”¹⁰⁸. O aumento dos dividendos para a Coroa,

¹⁰⁵ Em 1713, foi assinado o Tratado de Utrecht, que garantia a Portugal as terras localizadas entre os rios Amazonas e Oiapoque, ficando, portanto, este rio (Oiapoque) sendo o marco divisor entre os territórios de Portugal e da França no Platô das Guianas. Cf. REIS, 1993, p. 117-128.

¹⁰⁶ PEDREIRA, 2014, p. 419.

¹⁰⁷ *Idem*, p. 419-420.

¹⁰⁸ BOXER, 2002, p. 169.

proporcionado pela extração de ouro e diamantes, também desencadeava uma dependência maior da metrópole para com a colônia:

Era essa a situação paradoxal a que Portugal parecia condenado. Os domínios ultramarinos e o comércio colonial haviam transformado um Estado menor numa potência com algum significado, mas ao mesmo tempo tinha suscitado a cobiça das grandes potências, criando inegáveis riscos para a integridade territorial do Império e para a subsistência da monarquia.

[...]

A simples posse dos domínios coloniais e a sua defesa contra as possíveis ambições territoriais de potências europeias rivais seriam virtualmente irrelevantes para o poder do Estado português enquanto não pudesse usufruir plenamente das vantagens, isto é, das riquezas que essa posse lhe podia trazer.¹⁰⁹

Não resta dúvida que, no transcorrer do século XVIII, era evidente a necessidade de formação e consolidação do território na América pertencente ao Estado lusitano. Segundo Graça Borges¹¹⁰, tal necessidade era fruto de dinâmicas políticas, econômicas e sociais que reorientavam o império português do litoral Atlântico para os sertões¹¹¹ dos domínios americanos com os desafios próprios a um espaço em evidência. Para Borges, a política de consolidação territorial se valeu da diplomacia e da cartografia para garantir a soberania portuguesa sobre o Brasil¹¹². Ainda segundo a autora, durante o reinado de D. João V (1706-1750), período da assinatura de três importantes tratados diplomáticos que versavam sobre os domínios coloniais europeus e seus limites (Tratados de Utrecht 1713-1715, de Cambrai 1720-1727, e de Madri 1750), consolidou-se uma política externa na qual

Portugal acionou os seus próprios instrumentos para reivindicar a sua soberania sobre o território brasileiro. Por um lado, a diplomacia, não fosse esta o instrumento privilegiado para definir jurisdições políticas coloniais de forma amistosa (devemos sempre ter presente que os recursos militares portugueses eram bastante limitados). Por outro, a cartografia, pois a partir do momento que há uma consciência generalizada da importância do conhecimento

¹⁰⁹ PEDREIRA, 2014, p. 420-430

¹¹⁰ BORGES in MOTTA; SERRÃO; MACHADO (orgs.), 2013, p. 55.

¹¹¹ John Russell-Wood apresenta uma importante discussão a respeito da noção de *sertão* ou *sertões*. Ele lembra que, para os geógrafos, *sertão* é a área para lá do agreste, onde a terra se eleva e se torna mais árida, o clima fica mais seco e predominam a vegetação rasteira e os cactos. Porém, para os habitantes da América portuguesa, o *sertão* era bem menos definido, pois uma das características principais era exatamente a ausência de limites. Ao entrar no sertão, percebia-se mais ainda o seu prolongamento, que assumia a vaga denominação de *interior do sertão*. Assim, o “sertão não era contínuo e nem podia ser domado, tampouco tinha um princípio ou um fim exatos. Não era uma fronteira no sentido político ou geográfico, mas, antes, um estado de espírito”. Cf. RUSSEL-WOOD in DOMINGUES; MOURA (orgs.), 2014, p. 279-280.

¹¹² Ver também FURTADO in *Topoi*, Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 66-83. file:///C:/Users/paulo/Documents/Tese/leituras%20pdf%20I%20cap/topoi23_a04_guerra_diplomacia_e_mapas.pdf. Acesso em 28/01/2017; CORTESÃO, 1984; CORTESÃO, 2009; HOLANDA, 1997.

geográfico para a soberania portuguesa sobre o Brasil, a produção cartográfica em Portugal ganha um novo impulso.¹¹³

A diplomacia e a cartografia ganharam, ao longo do século XVIII, nos reinados de D. João V, D. José I (1750-1777) e D. Maria I (1777-1815), a condição de caracterizar o pensamento político de uma época na qual os constantes e progressivos avanços das linhas fronteiriças, assim como a perda de territórios na América portuguesa, obrigavam à construção de um conhecimento documentado sobre o imenso território e seus limites¹¹⁴. Em 1720, o primeiro monarca a ocupar o trono português nos Setecentos cria a Academia Real de História Portuguesa e o Observatório de Lisboa¹¹⁵. Mais para o final do século, durante o reinado de D. Maria I¹¹⁶, foi criada também a Sociedade Real Marítima, que reunia saberes matemáticos e geográficos. Essas instituições fomentaram a construção de um discurso para legitimar a posse dos territórios fronteiriços nas partes norte e sul da América portuguesa. Segundo Graça Borges, surgiram vários textos com características análogas, mesmo em gêneros narrativos diferentes, que buscaram defender a soberania de Portugal sobre os territórios brasileiros, sustentando-se em pormenorizadas descrições históricas, políticas e geográficas¹¹⁷.

Assim, Luciano Figueiredo afirma que, por volta de 1750, a administração central¹¹⁸ do império português dividia sua atenção na situação do reino e das colônias, pois naquele momento existiam sinais de prosperidade e, ao mesmo tempo, de inquietação. Até ali a América portuguesa proporcionava ofertas generosas de riquezas oriundas da produção do açúcar e da extração de pedras e metais preciosos. Mas tão intenso quanto este fluxo de ganhos era a ebulição do descontentamento dos súditos, que insinuavam se rebelar contra os desígnios do poder central. Figueiredo lembra ainda que, antes da chegada de D. José ao poder, o Conselho Ultramarino reiteradas vezes debateu sobre a “soltura” em que os portugueses da América viviam, sempre reclamando, reivindicando direitos e protestando contra impostos. Segundo o autor, até aquele momento foram “uma infinidade de revoltas,

¹¹³ BORGES, 2013, p. 58.

¹¹⁴ *Idem*, p. 57.

¹¹⁵ A respeito da Academia Real de História Portuguesa, ver KANTOR in BICALHO; FERLINI, 2005, p. 257-276. A respeito do Observatório de Lisboa, ver MAGALHÃES, 2011, p. 35-52.

¹¹⁶ POMBO in MOTTA; SERRÃO; MACHADO (orgs.), 2013, p. 88.

¹¹⁷ BORGES, 2013, p. 61.

¹¹⁸ O historiador Antônio Manoel Hespanha apresenta uma discussão que coloca em questão categorias conceituais consagradas, como “Estado”, “centralização” e “poder absoluto”. Segundo ele, desde os anos de 1980, a historiografia política e institucional da Europa meridional vem ponderando a centralidade daqueles temas para o equilíbrio do Antigo Regime. Para o caso da constituição moderna portuguesa, o autor revelou uma significativa importância de poderes coloniais locais, como câmaras, instituições eclesiásticas e senhoriais. Tais instituições tiravam partido das fragilidades do poder, nos seus aspectos doutrinários e institucionais, para garantir um espaço de efetiva, ainda que discreta, autonomia. Cf. HESPANHA in FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA (orgs.), 2001, p. 163-188.

que alcançam a cifra impressionante de mais de uma centena desde o início do século XVI até meados do século XVIII, deixavam a administração central em permanente estado de prontidão”¹¹⁹.

O cenário descrito acima se apresentava à chegada ao centro de decisão da Coroa portuguesa de Sebastião José, em 1750, na condição de encarregado da política externa e da guerra do recém-iniciado reinado de D. José I, imediatamente após a assinatura do Tratado de Madri – regulação que preconizava o levantamento de informações sobre os limites demarcatórios¹²⁰ entre os domínios portugueses e espanhóis na América. Joaquim Romero Magalhães afirma que esse tratado impunha o envio de missões delimitadoras para sul e norte da América portuguesa, por isso

as preocupações militares com o Brasil são muito claras em toda a ação de Sebastião José – quase obsessivas. Como a expulsão da Companhia de Jesus e a condição dos índios. A derrota no sul aos espanhóis e as tentativas de reconquista durante longos anos. A isto foi dada bem mais atenção que as necessidades econômicas da colônia¹²¹.

O processo de demarcação das fronteiras sul e norte provocaram, segundo Iris Kantor, uma rápida expansão das estruturas administrativas no interior do continente sul-americano. Exemplo disso são as diversas políticas demográficas, que visavam garantir o controle dos fluxos de comunicação fluvial e terrestre. Para a referida autora, o adensamento da presença portuguesa pode ser constatado no expressivo aumento do número de paróquias, vilas, comarcas e capitanias criadas nos sertões¹²².

Segundo Joaquim Magalhães, a nomeação de Sebastião José em 1750 não caracteriza ainda a política pombalina; portanto, ela não nascera pronta e acabada. A maturação da política levaria ainda uma década, aliás, segundo Magalhães, ela não pode ser considerada homogênea nem coerente ao longo dos anos, mas certamente foi a partir de 1760, com a nomeação de Mendonça Furtado, ex-governador do Grão Pará, para o cargo de secretário de Estado da Marinha e dos Negócios de Ultramar, que se “pode começar a falar-se com rigor

¹¹⁹ FIGUEIREDO in FALCON; RODRIGUES (orgs.), 2015, p. 126-127.

¹²⁰ A respeito das expedições demarcadoras realizadas para a concretização do Tratado de Madri, no território referente à Amazônia, ver REIS, 1993 (volume II); CAMILO, 2008; VIANA, 1905 (tomo IV) e SANTOS, 2008.

¹²¹ MAGALHÃES, 2011, p. 174.

¹²² KANTOR in FRAGOSO; GOUVÊA, 2014, p. 464.

de administração e de política ‘pombalina’ para o Brasil”¹²³, iniciando-se o que a historiografia biográfica de Sebastião José denominou de “Época pombalina”¹²⁴.

O espaço colonial português no vale amazônico tinha uma atenção especial das governanças portuguesas desde a metade do século XVIII. Para Ângela Domingues, a relevância da região no discurso político colonial se materializou com a nomeação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, para governador e capitão-general do Grão-Pará entre 1751 e 1759¹²⁵, a fim de dar início às reformas pombalinas na região. Para a autora,

havia igualmente um interesse claro da coroa portuguesa em dominar internamente e definir externamente o espaço soberano numa área geográfica onde a autoridade administrativa portuguesa era contestada por todos os extratos da sociedade colonial e por grupos a ela externos, tanto habitando o território colonial, como era o caso dos índios não aculturados, como oriundos de fora desse espaço, como estava bem patente nas intenções de vizinhos espanhóis e franceses, que eram movidos por interesses expansionistas, comerciais, científicos e religiosos.¹²⁶

Porém, Nuno Monteiro lembra que, embora a Amazônia não fosse objeto de um projeto previamente elaborado, ela foi o território mais atingido pela intervenção da política pombalina na América portuguesa¹²⁷.

O sucesso das políticas reformistas ilustradas¹²⁸, iniciadas por Sebastião Carvalho visando a governação eficaz dos domínios coloniais, dependia essencialmente, segundo Domingues, de acessar e controlar as informações sobre os territórios colonizados, do aprendizado da geografia e do controle político, baseando-se numa cartografia pormenorizada dos recursos demográficos, evidenciada em relatórios sobre abastecimentos

¹²³ MAGALHÃES, 2011, p.179-180.

¹²⁴ O historiador Francisco Falcon, em texto que apresenta um amplo painel sobre os estudos a respeito da existência de uma “Época pombalina”, pondera que uma denominação que faz crer na realidade histórica de um período totalmente dominado pelo pensamento e pela atitude de um único homem, situada entre os anos de 1750 e 1777, não passa de uma construção historiográfica ao mesmo tempo útil e enganosa, pois a noção é historicamente duvidosa em termos de papel da ruptura e da continuidade na interpretação do processo histórico a partir do reinado de D. José I, que tende a apontar apenas para as rupturas com o reinado de D. João V e até mesmo com o reinado de D. Maria. No entanto, historiadores como Jorge Borges de Macedo e Vitorino Magalhães Godinho demonstram a existência de continuidades substanciais anteriores a 1750 e posteriores a 1777. Uma segunda implicação para a noção seria a ênfase no caráter pombalino como uma clara reminiscência caracteristicamente positivista, centrada na biografia dos chamados *grandes homens*, que ignora ou diminui os aspectos econômicos, sociais, estruturais e conjunturais do período. Cf. FALCON in FALCON; RODRIGUES (orgs.), 2015, p. 7-8.

¹²⁵ DOMINGUES in ALMEIDA; SILVA; SILVA; SOUZA (orgs.), 2012, p. 85-86.

¹²⁶ *Idem*, p. 87.

¹²⁷ MONTEIRO in FRAGOSO; GOUVÊA, 2014, p. 135.

¹²⁸ Segundo Francisco Falcon, a historiografia a respeito das reformas ilustradas e dos agentes administrativos de Pombal na América portuguesa cristalizou uma tradição fundamentada em quatro linhas interpretativas que, salvo algumas exceções, se constituem com as seguintes características: primeiramente, o registro descritivo-narrativo dos textos legais e regimentais produzidos em Lisboa, que consubstanciavam as reformas a serem aplicadas na colônia; em segundo lugar, a interpretação pautada somente segundo o ponto de vista das autoridades metropolitanas presentes nos referidos discursos; em terceiro, o assíduo desprezo pelas especificidades da colônia, como diversidade colonial, pluralidade dos espaços e diversidade dos tempos; por último, o silêncio das interpretações a respeito da recepção das reformas no ambiente colonial, ou seja, suas releituras e as práticas daí decorrentes, seja dos próprios agentes administrativos da Coroa, seja dos grupos ou segmentos sociais da colônia. A esse respeito, ver FALCON in TENGARRINHA, 2001, p. 227-228.

e reservas de alimentos, em projetos de exploração agrícola e comercial, e de relatórios sobre a organização militar. Essas ações deveriam estar intrinsecamente associadas à aplicação de reformas de reorganização territorial, à eficácia na cobrança de taxas e de impostos reais e ao domínio eficiente de insurreições populacionais¹²⁹.

A manutenção das fronteiras do Estado Grão-Pará e Maranhão com a Guiana Francesa obrigou a Coroa portuguesa a desenvolver projetos de construção de fortificações e de criação de vilas, além de instituir e reorganizar as tropas militares do extremo norte da América portuguesa. Para José e Silva, no referente à política ultramarina, a soberania efetiva da região amazônica foi o principal objetivo, sendo necessário criar um novo modelo de colonização para a região, assentado nos seguintes aspectos: mudança do sistema de colonização; reestruturação político-administrativa do vale amazônico; liberdade, civilidade e dignificação social dos índios; resolução da questão religiosa e querela com os jesuítas; repovoamento do território com colonos, índios e negros africanos; fomento da atividade econômica; afirmação episcopal; reorganização da defesa, atrelada à questão da demarcação dos limites da América portuguesa setentrional; criação de novos povoados e aceleração do processo de municipalização¹³⁰.

Neste capítulo, respeitando os objetivos propostos pela tese, destacaremos, dentre as questões elencadas no parágrafo anterior, a reestruturação político-administrativa da Amazônia portuguesa durante a segunda metade do século XVIII; a ocupação e a defesa territorial, propostas por Pombal e Rodrigo de Souza Coutinho; as disputas pelo território compreendido entre o rio Oiapoque e Araguari com a Guiana Francesa e a militarização das Terras do Cabo Norte.

O Estado do Maranhão e Grão-Pará foi criado em 1621 pela Coroa portuguesa e, até a metade do século XVIII, abrangia os territórios dos atuais Estados da região norte, além de Ceará, Piauí, Mato Grosso e Maranhão. Estava diretamente subordinado ao Conselho Ultramarino em Lisboa, portanto, separado administrativamente da governança do Estado do Brasil, que tinha sede em Salvador¹³¹. Maranhão e Grão-Pará ficava separado fisicamente até mesmo do sistema de ventos correntes do Atlântico Sul, que colocava o vale amazônico mais próximo de Lisboa, capital do império português, do que de Salvador, capital do Estado do Brasil¹³². A partir de 1750, a Amazônia portuguesa passou por reordenações

¹²⁹ DOMINGUES, 2012, p. 91.

¹³⁰ SILVA in <http://www.uc.pt/fluc/iheu/artigos/modelopombalino>. Acesso em 17/01/2016.

¹³¹ SAMPAIO in DEL PRIORE; GOMES, 2003, p. 123.

¹³² A esse respeito, ver ALENCASTRO, 2000.

administrativas expressivas, especialmente durante a administração do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e de Guerra, Sebastião José de Carvalho e Mello, futuro Marquês de Pombal, durante o reinado de D. José I (1750-1777).

Para Ciro Cardoso, a política de ocupação e defesa pensada para o vale amazônico pode ser considerada um dos grandes símbolos das reformas pombalinas no Estado português. Este notadamente buscava uma presença efetiva na região e, para isso, desmantelou-se o sistema de missões religiosas que foram convertidas em vilas e lugares, o que proporcionou um aumento do número de municípios¹³³. Para garantir toda essa reformulação, Pombal, com ajuda decisiva do seu irmão Mendonça Furtado, governador capitão-general do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759), criou a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755) e juridicamente aboliu a escravidão indígena (1755), posteriormente instituindo o Diretório¹³⁴.

Essas mudanças nos rumos das ações nas possessões coloniais ultramarinas de Portugal, na metade do século XVII, estavam inseridas na crise do império ultramarino português, cenário que se agravava principalmente em função de alianças e tratados desfavoráveis e da crescente diminuição do ouro explorado nas Minas Gerais. Segundo Jorge Macedo, em “1760 inicia-se um fenômeno que, por todas estas razões, vem a ter uma importância na vida econômica, social e política portuguesa: a crise do ouro no Brasil, logo seguida de idêntica situação para outros produtos, criando uma situação geral de crise”¹³⁵. Para Charles Boxer, o império português passou por crises econômicas, em especial durante a segunda metade do século XVIII, que podem ser explicadas sinteticamente pela já citada queda na exploração e na produção do ouro brasileiro, além da decadência do comércio do açúcar e escravos e da queda na exploração de diamantes¹³⁶. Ao mesmo tempo, aqueles anos seriam também o cenário para uma grande inovação na maneira como a Coroa portuguesa governaria o complexo Atlântico. Para Maria de Fátima Gouvêa, os desdobramentos das reformas pombalinas em curso tornaram possível a edição de um programa político dedicado à recuperação política do Estado português. Nesse caso,

Para tanto, reconheceu-se a necessidade de formar um grupo de homens habilitados para a sua realização a partir dos quadros da administração metropolitana e ultramarina. Buscava-se, assim, estimular o desenvolvimento das potencialidades econômicas

¹³³ CARDOSO in LINHARES, 2000, p. 115.

¹³⁴ *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e do Maranhão enquanto sua majestade não mandar o contrário*, publicado em 3 de maio de 1757 e transformado em lei pelo alvará de 17 de agosto de 1758.

¹³⁵ MACEDO apud BOSCHI in *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, n. 13, 2002, pp. 77-8.

¹³⁶ BOXER, 2002.

existentes no Império, especialmente no complexo Atlântico. De um lado, a preocupação com a melhor composição das secretarias de Estado e a nomeação de altos administradores que auxiliassem na implementação de tal programa.

[...]

De outro lado, constituía-se também uma elite intelectual habilitada a proceder ao reconhecimento das potencialidades existentes em todo o Império, bem como a demarcação das fronteiras ultramarinas, de modo a garantir meios para uma possível expansão das mesmas em razão da descoberta de novas fontes de riqueza material.¹³⁷

Ao longo da segunda metade do século XVIII, foi gestada em Lisboa a ideia de construção de uma unidade política para o império português. O laboratório para esse processo seria a América portuguesa. Nesse contexto, as províncias do continente sul-americano foram desenhadas por cartógrafos, engenheiros, matemáticos e naturalistas que serviram aos interesses reinóis, com base nas decisões diplomáticas acertadas em tratados com outras cortes europeias, principalmente Espanha e França¹³⁸. Por outro lado, essas ideias surgidas nas cortes precisavam ser impostas, segundo Luciano Figueiredo, aos súditos de um rei distante, com múltiplas identidades regionais. Sobre esse cenário, Figueiredo afirma:

Sob o fogo cerrado das revoltas, a América portuguesa constituiu-se num verdadeiro laboratório de identidades. Recolhemos aqui apenas uma pequena fração de protestos que, no Brasil, foram cotidianos, envolvendo inumeráveis rebeliões escravas, motins de soldados, contestações contra o monopólio comercial, levantes de índios contra o poder do colono e food riots.¹³⁹

A defesa dos territórios fronteiriços foi uma prioridade administrativa, durante a governança pombalina na América Portuguesa. Para tanto, segundo Maria de Fátima Gouvêa, um dos requisitos principais para a ocupação de um posto de governança na colônia era, além de ser nobre de linhagem e ter prestado serviços relevantes à Coroa, ter experiência militar continuada, ou seja, ser militar de carreira¹⁴⁰. Para os governos que se seguiram no Grão-Pará¹⁴¹, prevaleceram as relações familiares e as redes de alianças políticas no desígnio dos indivíduos que atendiam a “relações nítidas de dependência e fidelidade [...] como também tiveram implícitos vínculos familiares e noções de gratidão pessoal”¹⁴², uma vez

¹³⁷ GOUVÊA in FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA (orgs.), 2001, p. 310.

¹³⁸ POMBO in MOTTA; SERRÃO; MACHADO (orgs.). 2013, p. 87.

¹³⁹ FIGUEIREDO in *Revista Tempo*, n. 10, 2000, p. 13. http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg10-5.pdf Acesso em 31/01/2017.

¹⁴⁰ GOUVÊA, 2001, p. 307.

¹⁴¹ A respeito das trajetórias biográficas e administrativas dos governadores do Grão-Pará e Maranhão, durante a segunda metade do século XVIII, ver SANTOS, 2008.

¹⁴² DOMINGUES, 2000, p. 127-128.

que a governança significava uma fonte valiosa de benefícios assinalados através das mercês. Nesse sentido, Fabiano dos Santos assinala que muitos governadores conseguiram os senhorios como remuneração de serviços durante a permanência em terras amazônicas ou no retorno a Portugal¹⁴³.

Em 1796, Rodrigo de Sousa Coutinho assumiu a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, posição outrora já ocupada por Pombal. Dentro da linha temporal que separou a governança destes dois estadistas estava a Viradeira¹⁴⁴, movimento que a historiografia caracterizou como o momento final da governança pombalina e o início do reinado mariano¹⁴⁵. Ainda assim, é possível perceber uma continuidade das ações políticas de exploração colonial, que buscavam retomar os rendimentos proporcionados pelas colônias e, ao mesmo tempo, estabelecer um diálogo mais intenso entre Portugal e suas colônias¹⁴⁶. No caso da Amazônia portuguesa, era necessário garantir o controle do território frente às tentativas de ocupação de franceses e espanhóis. Aliás, além da aproximação nas ações administrativas, Rodrigo de Sousa Coutinho escreveu um texto em que defendia os princípios e as ações do Marquês de Pombal¹⁴⁷. Em grande medida, Sousa Coutinho repetiu a lógica clientelista do Antigo Regime¹⁴⁸, outrora utilizada por Sebastião José. Nesse caso, segundo Nívia Pombo,

repetia-se, no final do século, a constelação da época pombalina, quando Sebastião José de Carvalho e Melo enviou seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado para o governo do Pará, recriando a divisão administrativa do Estado do Grão-Pará e Maranhão. A partir de 1796, seriam os afilhados daqueles dois estadistas a recriarem idêntica configuração política: d. Rodrigo afilhado do marquês de Pombal e d. Francisco Maurício, de Mendonça Furtado.¹⁴⁹

¹⁴³ SANTOS in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 447, 2010, p. 81.

¹⁴⁴ O historiador Antonio Carlos Jucá de Sampaio afirma que a expressão “Viradeira” durante muito tempo definiu a conjuntura política que marcou a morte do rei D. José I e a imediata queda do Marquês de Pombal. A expressão tentava dar conta de um período de mudanças acentuadas na política de Portugal, mas, sobretudo, marcava o fim da “tirania” pombalina. Alguns fatos, como a suspensão da execução de alguns programas, a libertação de alguns presos políticos e a instauração de processo contra Pombal, davam a impressão de uma efetiva mudança. Porém, Jucá de Sampaio aponta que uma análise mais precisa do contexto vai demonstrar que não houve uma contrarreforma, como se tentou demonstrar com a expressão “Viradeira”. O primeiro gabinete governamental formado após sua queda contava com colaboradores próximos a Pombal durante seu governo, como Martinho de Melo e Castro e Aires de Sá e Melo. Para Sampaio, mais do que indicar uma continuidade administrativa, isso demonstra que a nova forma de atuação da Coroa, inaugurada por Sebastião José, não sofreria qualquer descontinuidade. Cf. SAMPAIO in FALCON; RODRIGUES (orgs.), 2015, p. 31-58.

¹⁴⁵ POMBO, 2015, p. 28.

¹⁴⁶ *Idem*, p. 29.

¹⁴⁷ Texto escrito provavelmente em 1778, quando residia em Paris. Tinha o título de “Notas sobre o Marquês de Pombal”. Cf. POMBO, 2015, p. 31.

¹⁴⁸ Para estudos que discutem as limitações da noção de Antigo Regime, ver COSENTINO in GUEDES (org.), 2011 p. 67-82 e PUJOL, 1991, p. 119-144.

¹⁴⁹ POMBO in MOTTA; SERRÃO; MACHADO, Marina (orgs.), 2013, p. 98.

Para Marina Machado, Rodrigo de Sousa Coutinho sempre cultivou princípios políticos que garantissem a soberania da monarquia portuguesa, que deveria estar baseada na unidade política com uma divisão territorial que garantisse a defesa militar e a ocupação ostensiva dos territórios coloniais, além da manutenção da dependência econômica colonial, que garantiria o ressurgimento do comércio e da indústria em Portugal. Exatamente por esses elementos a nomeação de Rodrigo de Sousa Coutinho para o Ministério de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos representou, provavelmente, uma continuidade da política do período pombalino¹⁵⁰.

1.2 – “Não convêm aos franceses que seja o rio Oiapoque a raia para os dois domínios”¹⁵¹: políticas e disputas na região fronteira das Guianas Francesa e Portuguesa

Corria o mês de outubro do ano de 1776, e o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, do seu gabinete no palácio de Nossa Senhora da Ajuda, em Lisboa¹⁵², enviou um ofício contendo ordens para que o governador e capitão general do Estado do Grão-Pará tomasse as devidas precauções nas Terras do Cabo Norte, com a movimentação dos franceses em direção à boca do rio Amazonas. O ofício alertava que, embora até aquele momento as “Guerras” com outros países europeus por territórios estivessem restritas ao “Sul do Brasil” e “sendo muito para recluir” que se espalhassem por outros territórios das fronteiras da América portuguesa, era preciso, contudo, uma orientação para toda a capitania do Grão-Pará e Rio Negro, principalmente para as fronteiras com a Guiana Francesa.

O governador e suas forças militares deveriam estar “preparados e prontos” com os dois regimentos da capital, Belém, e da vila de Macapá. Apesar de ter destacado a pouca possibilidade de guerra naquele momento na parte setentrional da Guiana portuguesa, o secretário ordenava em tom de alarme:

como também em unir, exercitar, e disciplinar todos os Corpos Auxiliares, e ainda Ordenanças que se acham nos Distritos da sua jurisdição; para os ter prontos a se servir em caso de qualquer inesperado ataque, muito particularmente da parte do Macapá, armando V. Sa. ao mesmo fim todos os Mazaganistas que forem

¹⁵⁰ MACHADO, 2012, p. 76-77.

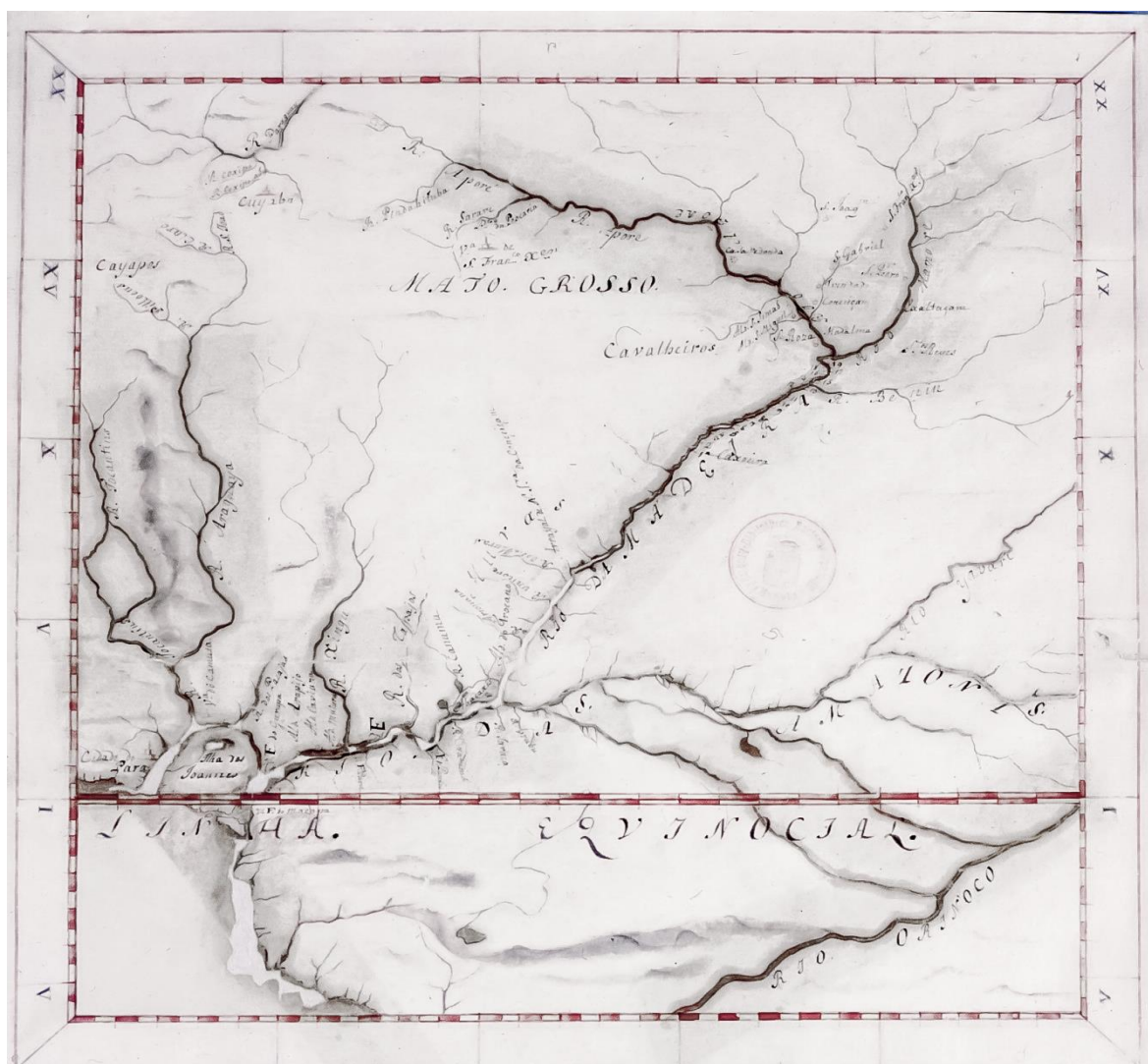
¹⁵¹ AHU_ACL_CU_013, Cx., 101, D. 7977. Pará, 01/07/1791.

¹⁵² REIS, 1993, p. 234-239 (volume I).

capazes de pegar em Armas e tendo certeza de que o que há de defender o Grão-Pará, não são tanto as Praças, e as Fortalezas, como os Braços das Guarnições e dos Habitantes desta Capitania, levantando Redutos, formando Emboscadas, inquietando o inimigo com pequenos, e repetidos Ataques; embaraçando-lhe que possam tirar do Continente Víveres, e Provisões; fazendo-lhe em fim uma guerra de chicana e tirando vantagem de todos aqueles meios que oferecem o espaço dos Bosques, e o conhecimento do Terreno, contra os que então de novo nele, e o desconhecem inteiramente.¹⁵³

Abaixo, segue um mapa em que constam todos os grandes rios do Grão-Pará, os quais eram um dos principais objetos de preocupação da defesa do vale amazônico.

Mapa 6



Mapa dos grandes rios do Grão-Pará¹⁵⁴

¹⁵³ REIS, 1993, p. 238-239 (volume I).

¹⁵⁴ Cartografia e iconografia relativa ao Pará Mapa do curso dos rios Tocantins, Araguaia, Madeira, Amazonas e seus afluentes. [s.d.]. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. <http://www.forumlandi.ufpa.br/biblioteca-digital/desenho/mapa-do-curso-dos-rios-tocantins-araguaia-madeira-amazonas-e-seus> Acessado em 15/05/2017.

Instigado pelo litígio entre Espanha e Portugal envolvendo as fronteiras no rio da Prata, Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina, o governador da vila de Macapá, Lobo de Almada, ainda em 1776 enviou um ofício para o secretário Melo e Castro, alertando que as notícias daquelas disputas eram conhecidas na fronteira com a Guiana Francesa, e que “não poderiam ocultar-se ao governador de uma Praça na fronteira de um Estado português”¹⁵⁵. Porém, Almada afirmou que, mesmo mantendo sua desconfiança ativada contra os vizinhos franceses, ele não acreditava num ataque ao Pará naquele momento.

Passados oito meses da correspondência destacada acima, em junho de 1777, Mello e Castro voltou a escrever um ofício para Pereira Caldas. Neste, ratificava-se a necessidade do patrulhamento das Terras do Cabo Norte e afirmava-se que era iminente um ataque dos franceses. Se em outubro de 1776 o tom daquelas observações ponderava que seria muito recear uma disputa com os franceses, neste lembrete a invasão francesa para a conquista da boca do Amazonas era iminente, e o governador precisava ter todo o seu cuidado e vigilância, independentemente de avisos ou recomendações da corte, pois “tendo a certeza de que as coisas se acham em uma tal situação que justamente podemos recear de um e outro momento, o sermos atacados”¹⁵⁶. Em verificação a essa advertência, o governador Pereira Caldas mandou que o cabo de esquadra Leonardo José Ferreira se dirigisse até Caiena com a desculpa de procurar o “tenente rei daquela praça” para dar notícias de um escravo que havia fugido para o Cabo Norte – o espião deveria, na verdade, levantar informações sobre a movimentação dos franceses¹⁵⁷.

Na noite enluarada de vinte e oito de outubro, a canoa com o cabo Ferreira, o soldado Adão Manoel, os índios Afonso da Silva, Lopo Manoel, Manoel Ignácio e Agripino da Silva, estes oriundos da vila de Chaves, além de Domingos José, também índio do lugar de Rebordello, partiu da guarda costa do canal do Norte em direção à Guiana Francesa. Na altura do rio Calçoene, distante do rio Oiapoque dois dias aproximadamente, a diligência encontrou dois pescadores provenientes de Caiena. Ao encontrar os pescadores, o cabo Ferreira foi logo informando que estava atrás de uns pretos fugidos e, com esse disfarce, pôde iniciar conversas com as tripulações das embarcações, composta por índios e mestiços. Conseguiram buscar conversas com uns “aldeanos de uma povoação” distante duas horas de viagem do local em que se encontravam os pescadores e, naquela povoação, falaram com o filho do principal.

¹⁵⁵ AHU_ACL_CU_013, Cx. 76, D. 6366. 27/12/1776.

¹⁵⁶ REIS, 1993, p. 239.

¹⁵⁷ AHU_ACL_CU_013, Cx. 78, D. 6505. 30/12/1777.

Todas essas pessoas informaram que em Caiena não havia rumor nenhum de guerra para invadir a Guiana portuguesa, muito menos qualquer movimentação de tropas vindas da Europa. Pelo contrário: disseram que Caiena passava por uma falta de sal, que já fazia mais de seis meses que os últimos navios haviam passado por lá, quando o costume fazia com que constantemente estivessem embarcações vindas da Europa no porto daquela cidade. Mas, em meio ao nada novo das informações levantadas, duas traziam uma ponta de agitação para as autoridades portuguesas. São elas: o principal da aldeia que espiões visitaram havia recebido uma ordem do general de Caiena para preparar certo número de índios para “equiparem uma embarcação” que se dirigiria para a cidade do Pará – no entanto, não se conseguiu descobrir a intenção da viagem; a outra notícia dizia respeito à vinda de muitos casais em um navio grande para o rio Oiapoque, a fim de se construir uma fortaleza na margem daquele rio. Os informantes garantiram que eles tinham passado por Caiena há muito pouco tempo, portanto asseguravam serem novas e verdadeiras aquelas informações.

Em fevereiro de 1778, em novo ofício de Pereira Caldas para Melo e Castro, aquele assegurava que os vizinhos franceses de Caiena continuavam em estado de tranquilidade e sem nenhum preparativo militar: a pequena guarnição “daquela Colônia” estava mais diminuta que nos anos anteriores. Naquele momento, assegurava o governador Caldas, a maior preocupação do governo de Caiena era conter a fuga de escravos e a destruição dos mocambos na costa fronteira com a Guiana portuguesa¹⁵⁸. Porém, ainda em 1778, as maiores preocupações do governador Caldas eram com a continuação do seu próprio governo. Em mais uma correspondência ao secretário Melo e Castro, aquele solicitava um sucessor para governar a capitania do Grão-Pará e Rio Negro, pois as intrigas de alguns oficiais e a insurreição da tropa estavam impedindo o governador de exercer suas funções junto ao real serviço. Aliás, as revoltas, as deserções e as insubordinações militares foram recorrentes na capitania¹⁵⁹: Caldas reclamava principalmente dos oficiais que, em suas palavras, “mais tenho contemplado com o acrescentamento, e com outros particulares favores”. De toda sorte, o governador não foi substituído e sua governança se estendeu até 1780.

No trecho escolhido para nomear o título desta seção do capítulo, o governador do Grão-Pará, Francisco de Souza Coutinho (1790-1803), informava ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Luís Pinto de Souza, sobre a intenção

¹⁵⁸ AHU_ACL_CU_013, Cx. 79, D. 6527. 10/02/1777.

¹⁵⁹ A respeito de deserções, insubordinações e deserções militares no Grão-Pará, ver NOGUEIRA, 2000; NOGUEIRAS, 2009; CARDOSO; BASTOS; NOGUEIRA, 2015.

de movimentação por parte dos franceses na região fronteira com a Guiana Francesa. As preocupações do governador estavam ligadas a dois problemas antigos nas Terras do Cabo do Norte: primeiro, a presença de embarcações francesas ultrapassando os limites do rio Oiapoque; segundo, a quantidade de mocambos de negros fugidos nas cabeceiras do rio Araguari e as movimentações desses em direção à vila de Macapá. Ainda naquele mês de junho de 1795, o governador Coutinho comunicava ao seu superior o pedido de um morador de Macapá para que se tomassem providências quanto às fugas dos escravos em direção a Caiena:

a carta inclusa de Antonio José Vaz, morador de Macapá porque conhecido o carácter de indolência deste Sujeito o mais rico d'aquela continente, se pôde bem inferir o cuidado em que vivem os mais Moradores a respeito da evasão dos seus Escravos tanto mais para temer agora que em Caiena vão obter liberdade, quando em outro tempo sem essa esperança, e só pela duvidosa de mudar de Cativo estavam eles buscando aquele caminho. O expediente que acima referi, parece-me o único próprio para evitar este inconveniente, considerando impossível guardar extensos Campos, e inútil a Despesa de Destacamentos de que os Escravos sabem bem evitar o encontro cortando mais para cima, ou por baixo da Situação que acham ocupada.¹⁶⁰

A passagem é emblemática, pois não só reconhece que as fugas existiam em profusão, mas também porque a recaptura daqueles escravos fugidos se tornava impossível, visto que, segundo Coutinho, eles conheciam muito bem os caminhos, podendo evitar o encontro com as rondas de captura. Apesar de esse ser um problema para o governador, o pior para ele era saber que existiam emissários que incentivavam as fugas, conforme se percebe no trecho a seguir:

Sem dúvida é grande o mal q. se nos pode seguir d'estas fugas da Escravatura nuca porem será Ela comparável ao que nos podem causar alguns Emissários mandados a existir sublevações no interior com a referida Escravatura, com os Índios, e ainda mesmo com os Brancos que não tendo Escravos não tenham que perder como infelizmente há muitos; e por isso tenho prevenido quanto me parece possível a sua entrada em distritos onde sejam de recear.¹⁶¹

Além das fugas e das quase sempre impossíveis capturas, o governador Coutinho denunciava a existência de uma rede de pessoas que instalavam a sublevação não só entre

¹⁶⁰ Pará, 21 de junho de 1795, ofício do capitão-general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, D. Francisco de Souza Coutinho, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho. Cf. REIS, 1993, p. 242.

¹⁶¹ *Idem*, p. 243.

os escravos, mas também entre os índios e os brancos pobres. Essas observações do governador permitem considerar que havia uma rede de solidariedade que garantia aos escravos fugidos a possibilidade de refúgios seguros. Mas o problema sequer era novo. Em consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, este ficava alertado da proliferação dos mocambos em 1750, quando

as povoações, que os Escravos fugidos fazem nos matos, a que naquele Estado chamam Mocambos, e no Brasil Quilombos, em todo o tempo foram muito prejudiciais às fazendas dos moradores, não só pela destruição que fazem nas culturas, mas por agregarem a si outros Escravos, que Convidados da Liberdade da Vida, e isenção do Senhorio desamparam as mesmas fazendas e associados uns com os outros e cometem todo o gênero de insultos.¹⁶²

No cenário de defesa do território luso frente às intenções dos franceses em alargarem seus domínios em direção ao rio Araguari, o governador Coutinho alertava aos seus superiores que, caso as forças de Caiena resolvessem invadir as fronteiras das Terras do Cabo Norte, ainda que Macapá possuísse uma fortaleza, as forças externas de defesas estavam enfraquecidas e sem embarcações para a contenção dos franceses. De maneira geral, a defesa da região pelos portugueses seguiu, segundo Nírvia Ravena, o binômio “planejamento e improvisação”, comum na colonização das possessões do ultramar. Assim, “não é difícil supor que o detalhamento exposto na elaboração dos projetos de povoamento correspondesse, nos momentos de execução, a ações marcadas pelo imprevisto”¹⁶³.

Em 1791, Francisco de Souza Coutinho comunicava ao Secretário de Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a realização de uma expedição de reconhecimento do rio Araguari, naquela década final do século XVIII, quando os franceses da Guiana ainda buscavam o domínio da foz do rio Amazonas nas Terras do Cabo Norte e, por conta desse objetivo, não aceitavam os limites divisórios no Platô das Guianas fixados no rio Oiapoque pelo Tratado de Utrecht. Coutinho lembrava ainda ao secretário que a manutenção da fronteira no “Rio Oyapoko” era fundamental para a conservação do monopólio dos portugueses do majestoso Amazonas¹⁶⁴. O governador indicava que os franceses apostavam no conflito de informações e na grande quantidade de rios na região para alargar os limites demarcatórios de suas possessões. Nesse caso, o rio Oiapoque era chamado pelos franceses

¹⁶² AHU_ACL_CU_013, Cx. 31, D. 2977. Lisboa, 21/05/1750.

¹⁶³ RAVENA *in* GOMES (org.), 1999, p. 63.

¹⁶⁴ AHU_ACL_CU013, Cx. 101, D. 7977. Pará, 01/06/1791.

de “Vicente Pinzón” e pelos índios de “Calçoene”, considerando assim o que o governo de Caiena intentava:

Com sutis considerações querem iludir tão incontestável discurso, e talvez para alegar sincera causa para se estabelecerem no Rio Guanany entre o Oiapoque, e o de Viente Pinçon, antes de estar decidido qual deles deva servir de Raia; para se internarem até o Carapaporis quase tributário do Amazonas; para estabelecerem no seu Lugar a Povoação que nela existe, e na margem levantarem o fortim de cuja persistência a malignidade do País nos preservou, buscam inculcar-nos que é o Araguari o que divide os dois Domínios, como bem se infere da recomendação do Governador de Caiena aos Vassallos Franceses; recomendação que eles pouco respeitam frequentando, e repetindo a Pescaria no grande Lago deste Rio, como se refere no citado Diário.¹⁶⁵

Como se pode perceber na manifestação do governador Coutinho, a disputa pelas Terras do Cabo Norte, no final do século XVIII, continuava sendo a posse da foz do rio Amazonas. Para garantir essa tarefa, era necessária, segundo Coutinho, a manutenção dos domínios do rio Araguari. Aqui parece claramente que no Cabo Norte as estratégias de conquista e manutenção das fronteiras passavam pelo controle da abundante bacia hidrográfica da região¹⁶⁶. Além de a localização daquele rio ser fundamental para a conquista do Vale Amazônico, em correspondência de março de 1791, o governador Coutinho lembrava que o lago do Araguari era rico em peixes e dizia ter informações dos moradores da Praça de Macapá sobre a existência de um fortim com artilharia dos franceses.

Segundo o governador, a intenção dos franceses, ao garantir a posse do rio Araguari, seria estabelecer comunicação pelos canais interiores com o rio Amazonas. A isso se somava a preocupação da governança do Grão-Pará; o contrabando que se estabeleceria com a perda do Araguari; o fato de a região se tornar definitivamente asilo de desertores e “o mais seguro Mocambo a que os Escravos se recolham”, prejudicando a agricultura; além da influência para “introduzir-se por aquela vizinhança, aquele maligno Espírito Vertiginoso, que os tem desgraçadamente consumido”¹⁶⁷. A derradeira preocupação do governador dizia respeito às fugas de escravos no Cabo Norte, que tinha como principal destino as cachoeiras do rio Araguari.

¹⁶⁵ AHU_ACL_CU013, Cx. 101, D. 7977. Pará, 01/06/1791.

¹⁶⁶ Em levantamento feito com imagens de satélites, em 2004, os técnicos da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Amapá contabilizaram um total de trinta e nove bacias hidrográficas no Estado. Cf. MAPOTECA Digital, Coleção de Mapas – 2004. Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Amapá. *Mapa das Bacias Hidrográficas do Estado do Amapá*.

¹⁶⁷ AHU_ACL_CU013, Cx. 100, D. 7957. Pará, 01/03/1791.

A respeito da relação com os franceses nas fronteiras das Terras do Cabo Norte, anunciada acima, o governador do Grão-Pará, Francisco de Souza Coutinho, produziu um texto que ficou com o pomposo título de “Reflexões sobre o modo, porque se deve atacar a Guiana Francesa sobre as Forças, que são necessárias para se intentar o ataque, e sobre as que tem o Pará para concorrer para esta Empresa”¹⁶⁸. Neste documento, como sugere o título, Coutinho propõe uma invasão preventiva e definitiva da Guiana Francesa. O governador informa ainda, com muitos detalhes, sobre a hidrografia e a geografia da região, assim como as possíveis defesas e socorro dos franceses. Porém, chama atenção, na introdução das reflexões, de maneira direta e sem rodeios, a acusação de que, até aquele momento (1797), o Estado português não havia ainda elaborado uma política de ocupação e defesa das terras fronteiriças com a Guiana Francesa. Coutinho lembrava que, em 1793 e 1794, destruiu alguns estabelecimentos franceses, formados muitas vezes com “gente nossa” entre os rios Oiapoque e Calçoene. O governador também reclamava que não havia recebido “Instruções competentes, e me via obrigado a proceder sempre como quem anda por casas às escuras por falta de Ordens, que me alumiasse”¹⁶⁹.

Na documentação consultada para a escrita deste capítulo, correspondências entre os governadores e os secretários de Estado de Marinha e Ultramar, no que se refere à segunda metade do século XVIII, Francisco de Souza Coutinho foi o primeiro governador e capitão general do Grão-Pará a propor a invasão de Caiena, pelo menos de maneira elaborada. Nessa mesma documentação, encontram-se com recorrência notícias de possíveis tentativas, por parte dos franceses, de ocupar a vila de São José de Macapá – como a que aconteceu em 1774, quando uma autoridade comunicava ao secretário Martinho de Melo e Castro a intenção do sargento-mor e engenheiro João Batista Vanboskstaël de infiltrar-se no Ministério da Marinha francês para investigar uma possível tomada da Praça de Macapá. Segundo consta na correspondência, os franceses possuíam um mapa pormenorizado que descrevia o rio Amazonas e as povoações do Grão-Pará¹⁷⁰.

Não raro, as escoltas de capturas nas fronteiras das Terras do Cabo Norte conseguiam recapturar escravos fugidos e índios, e a estratégia para evitar novas fugas era enviá-los para lugares bem distantes através da navegação costeira. Contando com a falta de conhecimentos do novo território, esperava-se que as ações das autoridades seriam suficientes para conter

¹⁶⁸ AHU_ACL_CU013, Cx. 100, D. 7957. Pará, 01/03/1791.

¹⁶⁹ IHGB, *Coleção Manoel Barata* – Memória sobre a Defesa da Capitania do Pará no Governo de D. Francisco de Souza Coutinho; E outros documentos do tempo do seu governo, Plano de conquista da Guiana Francesa. 1791-1797 – Lata 281, pasta 6, 102 fls. Pará, 8 de abril de 1797. Cf. GOMES; QUEIROZ; COELHO (orgs.), 1999, p. 66.

¹⁷⁰ AHU_ACL_CU_013, Cx.72, D. 6131. Lisboa, 07/04/1774.

as fugas em direção às fronteiras com a Guiana Francesa. No trecho da correspondência a seguir, o governador Coutinho constata, entretanto, de maneira resignada, o que denomina de “tristíssima verdade”:

Transportados por fora, e pela Navegação da Costa a esta cidade [Belém], dela remetidos para o Caieté ou Bragança na Estrada do maranhão com a maior cautela entregues ao oficial que ali comandava, e ao Diretor, rodeados de Moradores Brancos, e com a mais positiva recomendação para se não chamarem para Serviço algum nem público nem particular mais que para os de reformarem os seus pequenos Estabelecimentos, nem isto, nem a falta de conhecimento do território, em que existiam, nem a dificuldade de se passarem para o que antes ocupavam, ou o receio de serem encontrados pelas Escoltas, que efetivamente o guardavam omo não lhes era oculto, nada pou de ter não neles. Ousaram sair ocultamente daquela Villa nas pequenas Montarias, que puderam furtar, ousaram descer o Rio dela até sua foz no Oceano distante da Barra desta Cidade vinte ou mais leguas e botando-se ao largo foram quase mortos de fome, e de sede aportar huns no Cabo do N, outros mais abaixo, donde se passarão para Caiea, tendo vencido em semelhantes Embarcações uma travessia de 70 ou mais léguas [398 km] por alto mar. Finalmente nem o verem apreendidos alguns dos primeiros, que tentarão semelhante viagem, nem a notícia, que se fez correr de se terem perdidos os outros, foi bastante a evitar que no ano passado deixassem d’evadir-se em muito maior número, de modo que atualmente já são mui poucos os existentes. Quando, pois, nem um dos obstáculos ponderados pôde conter aqueles, como se poderão conter os outros estimulados efetivamente por tantos modos desde tanto tempo.¹⁷¹

A constatação que o governador entregava ao seu superior era talvez a maior preocupação com a manutenção das posses fronteiriças das Terras do Cabo Norte porque, para Coutinho, o problema não era apenas a fuga dos escravos e índios para Caiena, mas o contato com as ideias de liberdade que circulavam por lá entre os negros livres e os fugidos, os quais poderiam se tornar emissários de uma guerra interior nas terras portuguesas. Assim, Coutinho sentenciava: “Aqui ao contrário os Pretos de diferentes Nações que temos por Escravos são Pais, Filhos, e Irmãos dos que existem livres na confiante Colônia. Os Índios das diferentes nossas Povoações ainda que diferentes Nações, quase todos têm parentes em Caiena”¹⁷².

Desses contatos e interações com os franceses, o receio maior do governador era de que os “nossos fugidos” se tornassem agentes da desordem em terras lusas, pois aqueles conheciam muito bem os rios, os riachos, as ilhas e as remotas e espalhadas povoações das

¹⁷¹ AHU_ACL_CU_013, Cx.112, D. 8712. Pará, 20/04/1798.

¹⁷² AHU_ACL_CU_013, Cx.112, D. 8712. Pará, 20/04/1798.

terras do Cabo Norte. Sentenciava o governante que, “quando menos se pense, podemos ter dentro em Casa um grande corpo dos nossos amados contra nós, e quando esperamos por grande remédio o grande mal de nos vermos livres de escravos e índios, podemos achar-nos às mãos com eles”¹⁷³. A situação da administração portuguesa, nas fronteiras com a Guiana Francesa, vivia uma contradição preocupante, pois a mão de obra escrava, que era fundamental para a manutenção da ordem colonial portuguesa por essas terras, também poderia ser, quando fugida em direção a Caiena e em contato com os cativos daqui, a destruição definitiva da escravidão no Grão-Pará e da própria colonização portuguesa no delta amazônico.

Para o governador, os escravos que fugiam em direção a Caiena contavam com o auxílio decisivo dos franceses, pois esses tinham a clara estratégia de fustigar a administração portuguesa, incentivando as fugas e, em alguns casos, até a invasão da vila de Macapá para resgatar escravos cativos. Coutinho lembrava ao irmão que em 1791 esse fato já tinha acontecido, chegando os fugidos a ameaçarem colocar fogo nas casas, o que encorajava os cativos a intimidarem seus senhores para não serem castigados. Era uma indignação para o governador saber que não existia um escravo fugido que vivesse sossegado nos mocambos, pois a existência de todos estava condicionada aos furtos nos sítios dos moradores. Mas, sem dúvida, para Coutinho, o mais ousado foi ter invadido o povoado de Macapá para aliciar e levar até mesmo à força os companheiros cativos, principalmente mulheres.

Fica evidente que, para Coutinho, toda a agitação nas fronteiras com as fugas de escravos tinha uma participação decisiva das “maquinações dos franceses em auxílio com abundância de meios”. Os tais meios traziam consigo a dificuldade de vigilância e defesa das fronteiras do Cabo Norte e de sua vila principal, Macapá, das ameaças constantes dos franceses de tomarem-na. Naquele momento, as forças francesas se concentravam no rio Oiapoque, distante 80 léguas de navegação costeira de Macapá. A comunicação por terra tinha a travessia de matas, pântanos, rios grandes e pequenos, e um imenso sertão sem socorro algum. Para o governador, esses fatores dificultavam para aos franceses se aproximarem da foz do Amazonas.

Acontece que o governador tinha informações de que os franceses já tinham estabelecimentos em outros rios, e não se contentariam com os limites do rio Calçoene, estabelecido naquele momento com a divisa entre terras portuguesas e francesas pelo

¹⁷³ AHU_ACL_CU_013, Cx.112, D. 8712. Pará, 20/04/1798.

Tratado de Paris, de 1797. Como o rio Calçoene estava distante apenas duas léguas do rio Mayacaré, este facilitaria a chegada ao rio Araguari sem precisar da navegação costeira estando, portanto, às portas de Macapá. A preocupação com o estabelecimento dos franceses no Araguari se potencializava ainda mais porque, como já era sabido por todas as autoridades, aquele rio “sempre foi o trilho dos fugidos, ficando perto do intrincado labirinto d’ilhas da foz do Amazonas para aproveitar as comunicações mais ocultas com a de Marajó”. Coutinho conclui essa passagem afirmando que os franceses estavam numa posição confortável para atacar as defesas portuguesas na foz do rio Amazonas.

Os franceses estavam confortáveis porque, além dos escravos fugidos e dos índios que se aliavam aos estabelecimentos franceses, os brancos que não tinham escravos ou que os possuíam em número bem reduzido também se associavam aos franceses, principalmente, no comércio clandestino e, finalmente, ao estabelecerem povoados em vários rios das Terras do Cabo Norte, estavam garantindo para as suas tropas a sobrevivência necessária para se deslocarem pelo interior da região sem serem obrigados a navegar pela costa, por onde, aliás, segundo Coutinho, as investidas francesas seriam facilmente interceptadas pelas defesas do Grão-Pará – o que não era o caso, visto que as dificuldades de movimentação pela região eram gigantescas para as tropas portuguesas.

Para o governador do Grão-Pará, somente um milagre da onipotência divina a favor dos portugueses poderia garantir a continuidade da posse das Terras do Cabo Norte. Se os franceses, sentenciava Coutinho, não desistissem de seu sistema revolucionário (a escravidão estava abolida desde 1794 na Guiana Francesa), “o Pará não pode escapar de ser vítima dele em poucos anos”; e mais: isso levaria a ruína o reinado do Brasil também. Parece ser evidente que o discurso do governador para seu irmão secretário de Estado da Marinha e Ultramar, pessimista e resignando quanto à possibilidade de perda do Cabo Norte, estava a serviço de uma estratégia de uma invasão preventiva de Caiena, sendo necessário, portanto, convencer seus superiores dessa jornada com um discurso que atribuía um perigo imediato de os vizinhos franceses tomarem a região:

Sendo tudo quanto fica referido ou repetição, ou imediata consequência do quanto tenho participado sobre o mesmo objeto em anteriores officios notadamente no de N. 37 do Ano de 1793 em data de 1º de Outubro, em que expus a necessidade de que a não poder-se conseguir que o Oiapoque fosse o Limítrofe, o fosse ao menos o Cassiporé, fica evidente na Real Presença da Sua Majestade a pureza do motivo, que ditou este que é o não equivoco desejo de cumprir fielmente com as obrigações do Emprego em que foi servida constituir-me, e que ainda assim escusara mortificar novamente a

Sua Real Atenção sem necessidade de solicitar providencias adequadas, é de expor as que alcanço.¹⁷⁴

Naqueles anos finais do século XVIII, os limites de demarcação no Platô das Guianas que separavam os domínios de Portugal e França transitavam entre os rios Oiapoque e Araguari. Em linha reta, são aproximadamente 340 km entre esses rios. Entre os rios Oiapoque e Araguari, estavam outros três grandes rios: Calçoene, Guanany ou Calmeme, e Cassiporé. Entre os anos de 1797 e 1802, quatro tratados diplomáticos foram acordados, estabelecendo que os limites entre os países transitaram pelos cinco rios. Acompanhando as correspondências dos governadores do Grão-Pará, na segunda metade dos setecentos, verifica-se, pelas reclamações, principalmente nos anos de 1790, que existiam pelo menos três camadas que definiam e redefiniam as fronteiras: a primeira era a dos acordos diplomáticos; a segunda era a da atuação das autoridades locais, portuguesas e francesas, frente ao acordado; e a terceira – a mais significativa para essa pesquisa –, a camada dos sujeitos sociais, que estabeleciam dinâmicas próprias para viver as suas vidas e subverter as tentativas do Estado em controlar a fronteira.

Coutinho afirmava que o maior temor para a manutenção dos domínios portugueses era a proximidade dos estabelecimentos franceses junto ao rio Araguari, pois, segundo ele, os franceses conheciam muito bem as potencialidades daquele rio, tanto quanto à localização de sua desembocadura, próxima algumas horas da vila de Macapá, quanto à sua proximidade com a ilha de Maracá, local de abundância de peixes, onde durante muito tempo diversas embarcações de Caiena vinham pescar e comerciar com as “gentes fugidas e refugiadas nos estabelecimentos franceses dessa Ilha”. Os franceses, segundo Coutinho, conheciam muito bem a região do rio Araguari. Em tempos anteriores ao seu governo, os povoados juntos daquele rio tinham destacamentos e presídios¹⁷⁵, assim como mantinham uma rota de fornecimento de produtos com Caiena.

Acompanhando as considerações de Coutinho para seu irmão, Rodrigo de Souza Coutinho, pode-se perceber o quão distante estava o mundo dos acordos diplomáticos da realidade de ocupação dos territórios do domínio da navegação dos rios das Terras do Cabo Norte. As disputas não se davam apenas pelos rios que delimitariam os limites entre um território e outro, mas também pelas enseadas e baías de deságue daqueles rios, uma vez que

¹⁷⁴ Pará, AHU_ ACL_CU_013, Cx.112, D. 8712. 20/04/1798.

¹⁷⁵ A primeira casa forte do rio Araguari foi levantada em 1660, distante 68 léguas do Oiapoque. Em 1687, foi construído um novo forte na confluência do rio Araguari com o rio Maricari. Cf. CASTRO (org.), 1999, p. 154-155.

o possuidor de determinada enseada reclamaria para si os rios que desaguassem nela. Portanto, as definições dos limites territoriais estavam muito mais condicionadas pela movimentação das pessoas por esse território: militares, mas principalmente índios e escravos fugidos de ambos os lados. Nesse último caso, trata-se de movimentos muito bem aproveitados pelos franceses para instigarem a desestabilização do território português, como fica explicitado no trecho a seguir:

Da mesma forma acho que devemos abandonar alguns Estabelecimentos principiados nas ilhas de Caviana e Mexiana chamando os seus proprietários para o interior da de Marajó, e que os Índios Aruãs de Chaves e Rebordelo, que são os que tem mais Parentes com os Franceses, e os mais robustos e fortes entre os deste Estado se chamem também para o interior do Marajó, tudo a fim de dificultar a comunicação não só pelo meio desta considerável distância entre os nossos e o seus Estabelecimentos, mas pelo de efetivas Embarcações armadas e de Ronda nos passos (?), e no Distrito, que devemos guardar.

Mais que tudo é preciso estudar e estabelecer todos os meios de conservar os Índios. Já a esse respeito disse o que entendia. Agora digo demais que não temos tempo que perder, e que é melhor sofrer a sua ociosidade do que arriscarmos ou a ficar sem eles, ou a tê-los por Inimigos. He preciso quanto antes extinguir este Sistema de Diretório, e Diretores, que tanto os tem escandalizado, e permitir que na realidade se governem como os mais Vassalos e tenham os mesmos Direitos que eles. He preciso mesmo desistir de os obrigar ao violento serviço das Fabricas de Madeiras, e para substituir esta falta mandar vir Escravos, e vende-los a credito aos fabricantes para pagarem com Madeiras das suas fabricas, que em tal caso se podem promover quanto se queira conforme o número de Escravos, que se adiantarem a cada fabricante.

[...] preciso se devera fazer quando se trata de conservar esta Costa tão necessária para a defesa do País, que de todos d'América fica sendo o mais exposto. Semelhantemente é preciso aumentar consideravelmente os meios da defesa, e na mesma proporção que os nossos terríveis vizinhos foram aumentando os de ataque.¹⁷⁶

Este trecho revela a intrincada rede de relações a que as autoridades portuguesas estavam submetidas, na tentativa de garantir as terras próximas da foz esquerda do rio Amazonas. Para garantir isso, estava claro àquelas autoridades que conhecer e defender a área compreendida entre os rios Calçoene e Araguari seria fundamental. A esse respeito, causa estranheza que até aquele momento o governo do Grão-Pará não tivesse informações detalhadas do território em questão, visto ser essa uma área há tempos disputada e também notória em refugiar escravos fugidos, principalmente os de Macapá. Era preciso levantar

¹⁷⁶ AHU_ACL_CU_013, Cx. 112, D. 8712. 20/04/1798.

informações de todas as comunicações entre o Calçoene e o Araguari, considerando seus lagos, braços e cachoeiras, até chegar na costa do território.

A preocupação das autoridades com a garantia da posse do rio do Araguari se intensificou em 1783, com a notícia do surgimento de um novo estabelecimento dos franceses nas vizinhanças daquele rio. Em ofício¹⁷⁷ endereçado ao recém-empossado governador do Grão-Pará, Martinho de Souza e Albuquerque, o governador militar da vila de Macapá, Manoel da Gama Lobo de Almada, comunicava que, desde julho de 1782, já tinha enviado para o antigo governador, José Nápoles Telo de Menezes, o comunicado que um espanhol havia sido trazido para Macapá do lago do rio Araguari. O espanhol trãsfuga declarou para Almada que havia desertado da colônia dos franceses. Ao ser interrogado, ele deu detalhes preciosos sobre as defesas de um estabelecimento nas cabeceiras do Araguari, junto ao lago Arari. Durante o tempo que esteve com os franceses, o desertor exerceu o ofício de serralheiro. Lobo de Almada relatou que o espanhol carregava consigo o bilhete de um desertor da praça de Macapá, chamado Ângelo Custódio. O papel foi enviado para Almada, que constatou que a mensagem trazia uma assinatura a qual ele reconhecia sendo a do desertor Custódio. O bilhete dizia o seguinte:

Parte do distrito de Caiena, novidades da Costa do Mar, estão os Franceses, com intenção de formarem uma Fortaleza na Ilha de Gurury, a ordem de El Rei de França, ao que darão princípio neste verão, quando não seja na dita Ilha, será na Boca do Lago do Araguari, e para o que estão já destacados seis soldados no dito Lago, para o efeito, a fé que devo ao nosso Rei, me obriga o mais informará melhor o portador, que vai ausente do dito destacamento¹⁷⁸.

O inusitado foi o fato de um desertor do lado português ter continuado a enviar informações sobre as movimentações dos franceses no território fronteiriço, mesmo tendo guarida no povoado francês. Não poderíamos deixar de considerar que o espanhol não foi parar em Caiena por vontade própria: ele havia naufragado na costa do Cabo Orange, em uma embarcação que saía da Espanha. No momento em que foi encontrado, ele estava com a intenção de retornar para a sua pátria de maneira segura; portanto, seria convincente dizer às autoridades portuguesas o que elas queriam ouvir a respeito da organização de povoados franceses. Para tal constatação, Almada propôs uma averiguação a ser realizada pelo sargento da praça de Macapá, João Vasco Manoel de Braun. O desertor espanhol tinha

¹⁷⁷ AHU_ACL_CU_013, Cx. 90, D. 7368. São José de Macapá, 09/12/1783.

¹⁷⁸ AHU_ACL_CU_013, Cx. 90, D. 7368. São José de Macapá, 09/12/1783.

informações preciosas, pois, por ser serralheiro, durante sua estada em Caiena, fora obrigado a trabalhar no seu ofício e, antes de chegar em Macapá, estava auxiliando um capitão engenheiro que havia feito uma viagem de reconhecimento das fronteiras de Portugal – haviam eles chegado até a medir as margens do rio Araguari.

Dessa viagem de reconhecimento, originou-se a descrição sobre um povoado instalado nas cabeceiras do Araguari, mais exatamente no lago Arari, cuja reprodução consideramos fundamental para os intentos propostos pelo capítulo deste trabalho. A população do lago do rio Arari era educada no idioma francês, ensinado por um vigário chamado João de Padilha, formado na ordem religiosa jesuíta. Quase todos os moradores daquela povoação eram da “nação Aruã”, originária da Ilha Grande de Joanes, localizada no arquipélago do Marajó. Dentre esses indígenas, existia um chamado “Joanico”, que fora condecorado com uma patente de capitão. Junto a essa população indígena, existiam muitos soldados desertores das forças militares do Grão-Pará, com vários nomes. Mas em ofícios e lembretes trocados entre as autoridades, só aparece o do já citado Ângelo Custódio.

Sobre a descrição das defesas do povoado, o governador de Macapá, Almada, escreveu ao governador Castro o que ouviu do espanhol desertor¹⁷⁹:

eles tratam de fortificar um estabelecimento novo que pelo que ele diz distará de Macapá, pelo rio, pouco mais ou menos doze dias. Por terra não posso calcular, porque não sei os passos e mãos que haverá a vencer. Disse-me mais, que já para o dito lugar viera um Destacamento de 20 soldados: que se falava em que o dito Destacamento montaria a 50 homens: e que ainda haveria outro de 25: que já ali se acham 4 peças de artilharia e que ouvira que se faria lá uma embarcação de diferente construção do que duas que atualmente andam na condução de materiais e viveres para a referida povoação.¹⁸⁰

Como havia prometido, a viagem de averiguação dos relatos do espanhol foi realizada quatro meses depois da passagem daquele pela vila de Macapá. O sargento-mor João Braun, acompanhado de outros dois homens, Manoel Pantoja e Manoel da Palma, os quais tinham “conhecimento daqueles rios e suas margens”, partiram em direção à região das cabeceiras do rio Araguari. Constataram de fato existir o tal povoamento no lago do rio

¹⁷⁹ O interrogatório feito pelo governador da praça de Macapá, Manoel Gama Lobo de Almada, ao espanhol desertor que conseguiu levantar as informações sobre a povoação francesa em território português também teve um momento inusitado: tentando arrancar mais informações, Almada, “depois de ouvir por diferentes vezes lhe fazer perguntas que me ocorreram necessárias; mandei-lhes dispor duas vezes de ceia por dois oficiais inferiores, de confiança, para que por meio da ceia lhe dessem vinho bastante a ver se no calor do vinho dizia alguma coisa que importasse sabermos. Tudo que ainda então disse de nenhuma sorte discorda com a que depôs na relação que acima acuso”. AHU_ACL_CU_013, Cx. 90, D. 7368. Pará, 09/12/1783.

¹⁸⁰ AHU_ACL_CU_013, Cx. 90, D. 7368. São José de Macapá, 09/12/1783.

Arari, porém não conseguiram saber com exatidão se as terras estavam de fato em domínios portugueses ou franceses, por “haver aqui instrução, título ou mapa algum que denote” tais domínios. Confirmou-se a presença da povoação com as citadas defesas militares, não no rio Arari, mas no lago imediato à foz do rio Mecari ou Mayari, um braço do rio Araguari¹⁸¹.

Ainda em dezembro de 1783, o governador Martinho de Souza e Albuquerque comunicava ao secretário da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, o estado em que se encontrava a vigilância sobre a entrada dos canais norte e sul da boca do rio Amazonas, que, por ordem régia, deveria ter duas embarcações “guarda-costas” com efetivos de dois barcos de guerra, constando dez militares e vinte e cinco índios em cada uma das embarcações. Este efetivo deveria vigiar os canais, especialmente o Norte, via de acesso para as terras da Guiana Francesa, acesso preferido de desertores e escravos fugidos de Macapá.

O governador se queixava que seus antecessores haviam retirado as embarcações, a começar pela “guarda-costas” do canal sul, em 1778, pelo governador João Pereira Caldas. Foi alegado que, em tempos de paz com os franceses, não era necessário manter dois barcos com os respectivos efetivos, e manteve-se a patrulha do canal Norte. Mas, segundo Souza e Albuquerque, o governador José de Nápoles, sem alegar o motivo, retirou a embarcação responsável pelo canal Norte. Escrevia Souza e Albuquerque que

presentemente se não acha ali embarcação alguma, nem quem possa conter a fuga dos índios e escravos que em grande número passam para os domínios de França e igualmente quem possa vigiar que se não adiantem para os domínios de Sua Majestade os estabelecimentos franceses.¹⁸²

O problema crônico para o Estado português na fronteira retratado na passagem acima atravessou toda a segunda metade do século XVIII e se estendeu nas governanças de oito governadores e capitães gerais do Grão-Pará e Rio Negro. Tais governanças foram iniciadas no mandato de Francisco Xavier de Mendonça Furtado e finalizadas no último governante dos setecentos, Francisco de Souza Coutinho.

¹⁸¹ COUTINHO, Francisco Maurício de Souza. Ofício a Martinho de Mello e Castro, relatando-lhe todos os passos da expedição que mandou fazer na região do Oiapoque, perto da povoação francesa na Guiana. [S.I.], 1789-1798. Cóp. Ms. Coleção Linhares. Biblioteca Nacional.

¹⁸² AHU_ACL_CU_013, Cx. 90, D. 7372. Pará, 21/12/1783.

1.3 “Como se poderão conter quer pretos, quer índios na fronteira”: políticas de colonização e ocupações territoriais nas fronteiras do Platô das Guianas.

O título que abre a sessão acima – “Como se poderão conter quer pretos, quer índios na fronteira” – é uma pequena passagem de uma longa correspondência enviada em 1798 por Francisco de Souza Coutinho ao irmão e secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Souza Coutinho. Nela, o governador expunha uma reflexão “mui exata” a respeito da situação das fronteiras da margem setentrional do rio Amazonas, desde a foz do rio Negro até a do Cassiporé, destacando alguns antecedentes para o sério risco de perder a região para os franceses. Na correspondência, Coutinho demonstra preocupação com a “desprezada navegação” do Amazonas e de seus afluentes, o que dificultava a defesa das raias limites do domínio português no vale amazônico, e lembrava que, para garantir a posse dos reais domínios, seria preciso atalhar o tratado em vigor naquele momento. Esta seção do capítulo se deterá nas reflexões a respeito das relações fronteiriças com a Guiana Francesa, feitas pelo governador.

Para o governador Coutinho, as dificuldades em garantir a posse das Terras do Cabo Norte eram muitas, mas o

perigo, se não o maior, pelo menos o que mais fácil e mais prontamente se pode realizar, é o de ficar esta Capitania em pouco tempo sem Escravos e também sem Índio por se passarem, sucessivamente para as terras de Caiena, e é o que se não em todo já em parte se houvera realizado se a tempo não tivesse evitado toda a comunicação pelo meio de limpar todo o território na extensão de 80 ou mais léguas de costa, que decorrem de Macapá até Cabo d’Orange, e de interpor este grande deserto por barreira quase impassável por ser guardada nos principais pontos, e não admitir se não muito incomodo trajeto pelo interior¹⁸³.

Coutinho continuava lembrando que, mesmo a escravidão francesa sendo mais rigoroso e desumana que a portuguesa (pois, segundo ele, “os pretos gemiam em Caiena”, discurso que buscava construir um caráter mais humano na escravidão praticada pelos portugueses), os escravos do Grão-Pará não paravam de fugir para o outro lado do rio Oiapoque, em direção à colônia francesa. Quando apreendidos, eles eram colocados em galés ou entregues a particulares, que os exploravam. Para Coutinho, os franceses intentavam alargar seus domínios em direção às Terras do Cabo Norte pela força, mas também pelas

¹⁸³ AHU_ACL_CU_013, Cx.112, D. 8712. Pará, 20/04/1798.

maquinações de oferecer guarida aos escravos fugidos, chegando ao extremo de não cooperarem na devolução dos escravos fugidos capturados em Caiena, pois, novamente segundo o autor,

sem cooperação deles ao Sistema nos fugiram tantos Escravos, que perdemos, de que apenas um pequeno número se pode colher quando fiz investir os Mocambos em que habitavam; Nesse mesmo tempo nos fugirão tantos Índios, com que formarão as Povoações, que fiz destruir, de que apenas também se colheu um pequeno número, não só por terem fugido muitos na ocasião em que se prenderão, como por que antes para mais se segurarem se tinham internado nas terras de Caiena. Agora pois que os Pretos estão livres naquela Colônia, que nela vivem tanto ou mais licenciosamente que nas terras em que nascerão. Agora que a cooperação do Franceses não pode deixar de ser tanto ou mais ativado que o tem sido em toda parte, onde tem entrado por bem, ou por mal, como se poderão conter quer Pretos quer Índios, ficando a comunicação tão facilmente continua e inevitável, se isto não basta atenda V. Ex^a ainda as que sucedeu com a maior parte dos Índios apreendidos na Fronteira, de que acima falei¹⁸⁴.

Essa passagem da correspondência do governador Coutinho revela como estavam se processando as relações entre os governos do Grão-Pará e da Guiana Francesa, com relação às terras fronteiriças que separavam seus territórios. Mais do que a disputa entre os Estados europeus, fica evidente que negros fugidos e índios, considerados fundamentais para o sistema, viviam as fronteiras de acordo com suas expectativas de liberdade e aliança momentâneas, inclusive com os franceses. O trecho também explicita a fragilidade das estruturas políticas e administrativas portuguesas na fronteira, assim como evidencia que as redes de solidariedade e sociabilidades entre os sujeitos que viviam aquela realidade estavam muito além do controle dos agentes metropolitanos.

A Capitania do Grão-Pará, na década de 1790, foi marcada no âmbito da defesa do território, pela efetivação das reformas pombalinas iniciadas em 1751 e seguidas por Rodrigo de Souza Coutinho, nos anos finais dos setecentos, especialmente no âmbito das políticas fronteiriças. Essas mudanças foram levadas a cabo pelo governador Francisco de Souza Coutinho. A reestruturação foi uma política, no dizer de Rosa Marin, “preventiva, alicerçada na militarização, orientada para frear, reprimir e dispersar os setores intelectuais e os grupos dominados na sociedade colonial paraense, mais ou menos articulados para lutar pela emancipação, mais ou menos comprometidos com a luta anti-escravista”¹⁸⁵. Para essa autora, os ecos da Revolução Francesa (1789) incitaram o governo da Capitania do Grão-Pará a uma

¹⁸⁴ AHU_ ACL_CU_013, Cx.112, D. 8712. Pará, 20/04/1798.

¹⁸⁵ MARIN in: CUNHA (org.), 1992, p. 38.

reação contrarrevolucionária, sustentada na intensificação do controle das forças militares dentro território lusitano.¹⁸⁶

Nas duas últimas décadas do século XVIII, nos momentos mais tensos da disputa entre franceses e portugueses pelas terras compreendidas entre os rios Oiapoque e Araguari, a preocupação das autoridades do Grão-Pará, para um eventual confronto com os franceses, tinha duas ordens de cuidados além da preparação das defesas militares. A primeira era o reforço nas rondas de vigilância nas passagens estratégicas da costa oceânica, a movimentação e o remanejamento dos destacamentos dos corpos de auxiliares para as vilas mais importantes do Grão-Pará e Rio Negro. A segunda, e não menos importante, era as preocupações para o controle e manutenção da escravidão, que especialmente nesses momentos parecia ficar mais em risco do que em outros.

Esse parece ter sido o cenário em agosto de 1795: a possibilidade de uma invasão do Grão-Pará pelas tropas francesas vindas de Caiena alarmou o governador Francisco de Souza Coutinho, que pôs em alerta e em estado de beligerância a cidade de Belém e as áreas próximas – mesmo que a suposta declaração de guerra em nenhum momento tenha sido confirmada pela autoridade militar do importante destacamento do rio Araguari, o capitão Manoel Joaquim d’Abreu. Esse capitão havia comunicado ao governador que dois de seus soldados vigias das entradas do Cabo Orange haviam avistado quatro embarcações sem, contudo, se aproximarem das mesmas. Diante das informações dos vigias, realizaram-se, durante dois dias, buscas para a confirmação e o detalhamento das informações, mas sem sucesso.

As ditas embarcações de guerra, vistas pelos vigias do Cabo Orange, teriam chegado ao porto de Caiena alguns dias após a notícia dada por aqueles. Dessa vez, quem prestava as informações era um francês morador do rio Oiapoque e aliado dos portugueses, chamado Giron. Ele confirmava não só as quatro embarcações como também, segundo o capitão Manoel d’Abreu, que “das Martinica tinham vindo por se pedirem de Caiena quatro Fragatas e dois Bergantins [...] de donde logo despedirão uma em direitura a essa cidade”¹⁸⁷

As informações prestadas pelo capitão Manoel d’Abreu ao governador Coutinho causavam estranheza naquele governante, pois o relato dos dias que compreenderam a movimentação das embarcações francesas pelo Cabo Orange, saindo do porto de Caiena ou de Belém, eram irrealizáveis entre os dias 17 e 28 de julho (Coutinho lembrava que a última

¹⁸⁶ MARIN in: CUNHA (org.), 1992, p. 39.

¹⁸⁷ AHU_ACL_CU_013, Cx.106, D8354. Pará, 11/11/1795.

carta com notícias da região, e sem nenhuma novidade, datava de 05 de julho), restando poucos dias para comportar todos esses eventos. Mesmo tendo todos os indícios de que a “*esquisita*” declaração de guerra era inverossímil, o governador não teve dúvidas: preparou a sede da capitania e as vilas próximas (Vigia, Ilha de Joanes, Salinas) para o pior cenário:

inclinei-me antes à desconfiança, e ao expediente de pôr esta cidade [Belém], e seu Porto em estado de repelir qualquer insulto [...] e se acaso os Franceses contra o que se pode esperar não satisfeitos da ultimas declaração que se lhes fez, da retirada da nossa gente da Fronteira e das explicações compatíveis com o decoro que V. Ex.^a me tem determinado [...] quiserem com aquelas forças insultar esta cidade, tenho a mais lisonjeira esperança de que no mesmo estado atual poderemos prevenir os seus desígnios e muito mais se houver tempo para nos servirmos ao menos de uma de nossas charruas¹⁸⁸.

Frente à tensão gerada pela notícia da saída de embarcações de Caiena em direção ao Pará, outra preocupação, consequência daquela, fazia com que o governador Coutinho preventivamente tentasse controlar as informações que circulavam no Grão-Pará, especialmente em Belém, a respeito da movimentação das tropas francesas. O temor era que essas notícias pudessem, de alguma maneira, agitar os escravos, provocando revoltas e fugas em direção aos mocambos. Parece mesmo que tão importante quanto defender a Capitania era manter a escravatura “no seu dever, e na mesma sujeição em que tem existido”¹⁸⁹.

A invasão esperada sem muita convicção pelas autoridades lusas não ocorreu; bem provável que nunca estivesse na iminência de acontecer. Mas, acompanhando as correspondências trocadas pelo governador Francisco Coutinho com seus subordinados e superiores, em especial com o secretário da Marinha e Negócios Estrangeiros e Guerra, na última década do século XVIII, fica evidente que o clima de tensão existente era fustigado e alimentado pelas autoridades lusas e francesas, interessadas em apossarem-se definitivamente do território compreendido entre os rios Araguari e Oiapoque. A esse respeito, Flávio Gomes e Rosa Marin afirmam que a Guiana esteve à frente do Grão-Pará até a metade do século XVIII, com seu projeto colonizador para a região, mas que o Grão-Pará, a partir da segunda metade do mesmo século, conseguiu equiparar-se na disputa, a partir das experiências francesas de povoamento na área do Contestado¹⁹⁰.

A apreensão da embarcação portuguesa e o consequente fluxo de correspondências originado a partir desse episódio deixa evidente que o clima beligerante criado pelos

¹⁸⁸ AHU_ACL_CU_013, Cx.106, D8354. Pará, 11/11/1795.

¹⁸⁹ AHU_ACL_CU_013, Cx.106, D8354. Pará, 11/11/1795.

¹⁹⁰ MARIN; GOMES in: *Revista de História/USP*, n. 149, 2003, p. 69-107.

governos do Grão-Pará e da Guiana Francesa não se sustentava, pois internamente tais colônias passavam por dificuldades administrativas e, sem dúvida, naquele momento, os problemas advindos da manutenção da escravidão e da formação de mocambos na fronteira eram os que mais angustiam os dois governos. Em outros termos, o deflagrar de uma guerra estava longe de acontecer, principalmente no que concerne à então capacidade beligerante francesa. Abastecido com as informações de dois pilotos e do cirurgião, presos em Caiena por alguns dias, pertencentes à tripulação do Correio d'Angola, o governador Coutinho sentenciou:

Consta, e todos confirmam que os Negros absolutamente não querem trabalhar, que a fome é extrema naquela Colônia, e que os viveres que consomem os recebem da América Inglesa. Por isso que estas Forças se destinam a reduzir os Negros a sujeição e a ordem, mas como sejam de mar parecem mais próprias para exercer a desordem nas outras, a que não acharam pouco disposta a concorrer a Escravatura só se não prevenir como espero e procuro¹⁹¹.

Toda essa movimentação tinha como pano de fundo uma correspondência do governador de Caiena em que se afirmava:

Il parît d' après cet événement, et d' autres velations qui nous sont parvenues d'Europe, que votre Nation est, bien décidément en guerre, avec la France. D'après cela, nous devons regarder comme hostilités, toute incursion des Portugais sur notre territoire, et les repousser par la voie des Armes.
Le Gouverneur Général de la Guiane Française, Maurice Coint, ou 24 Juillet 1795¹⁹².

A correspondência enviada pelo governador da Guiana Francesa ao governador do Grão-Pará, naquele julho de 1795, aponta para um clima de tensão, no qual o confronto bélico parecia ser iminente. Logo após o apresamento e a condução para Caiena da embarcação portuguesa “Correio d' Angola”, que navegava em águas da costa da Guiana, Maurice Coint deixou bem claro que o clima belicoso criado por Portugal não deixava alternativa aos franceses, a não ser responder agressivamente a seus vizinhos, que insistiam em invadir seus territórios. “Devemos tomar como uma hostilidade toda e qualquer incursão dos portugueses em nosso território e repeli-los por meio das armas”¹⁹³, escrevia o governador de Caiena. A disposição retórica do governante francês não deixava dúvidas no

¹⁹¹ AHU_ACL_CU_013, Cx.106, D. 8400. Pará, 10/12/1795.

¹⁹² AHU_ACL_CU_013, Cx.106, D. 8400. Pará, 10/12/1795.

¹⁹³ AHU_ACL_CU_013, Cx.106, D. 8400. Pará, 10/12/1795.

governador Coutinho: “nestes termos, e à vista do modo por que se explica o governador de Caiena, não parece difícil que tenham vistas sobre estes Domínios, e que pelo menos façam alguma tentativa”¹⁹⁴.

A realização de exercícios militares entre os rios Oiapoque e Araguari, por parte dos franceses, já era denunciada enfaticamente em 1785 pelo então governador da Capitania do Grão-Pará, Souza e Albuquerque, em correspondência com o ministro da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, Martinho de Mello e Castro. O governador lembrava a seu superior que os fatos relatados já tinham sido denunciados dois anos antes; e mais: a única resistência capaz de segurar a iniciativa de invasão dos franceses, a Praça de Macapá, estava precisando de reparos nas suas artilharias. Notemos tal realce no trecho a seguir:

As diversas, e vagas notícias, que n'esta Cidade de que para o Cabo Norte se dirigiram algumas Fragatas Francesas, junto com as que anteriormente tinha combinado de navios pescadores haverem dito, de que para a parte da Ilha de Turiloré [?] tem ouvido alguns tiros de Artilharia; faz com que eu me veja na indispensável obrigação de retificar a[Vossa Excelência] as participações que já sobre este atendível particular, tive a honra de lhe enviar, em Ofício de vinte e três de Dezembro de mil setecentos e oitenta e três, e depois em outra ocasião repeti; os exemplos que a história nos oferece d'estes ambiciosos vizinhos junto com a importância da Praça de Macapá? Única defesa que com formalidade lhes poderá obstar a diligencia de se tomarem, a apossar da margem Septentrional do Rio das Amazonas¹⁹⁵

O governador Souza e Albuquerque finalizava a referida correspondência, dizendo: “como para ter tempo de pôr na Presença de todas estas anedotas, e com a sua respeitável resolução poder seguramente adiantar-me, aos pequenos, e interinos reparos que lhes deixei delineados e recomendados”. Essa passagem parece demonstrar que o governador chamava a atenção dos seus superiores, pois esses ainda entendiam as movimentações militares no lado francês da fronteira como notícias anedóticas — a despeito do que temos apontado nos indícios documentais.

Na década de 1780, período do governo de Souza e Albuquerque, a colonização francesa na Guiana definitivamente conseguira se estabelecer, segundo Arthur Reis. Antes desse período, o empreendimento colonizador só havia conhecido fracassos, até mesmo na tentativa de enviar casais para a conquista da terra e incentivar os “casamentos mestiços”,

¹⁹⁴ AHU_ ACL_CU_013, Cx.106, D. 8400. Pará, 10/12/1795.

¹⁹⁵ IHGB. Documento de abril de 1785. Lata 281, pasta 6, 102 fls.

que logrou certo êxito na América portuguesa. Pequenos núcleos populacionais começaram a se firmar, empenhados na produção de açúcar, rum, café, algodão e gêneros tropicais. Nesse contexto vivia, em 1788, uma população de 12.385 habitantes, dos quais 1.307 eram brancos, 400, mestiços livres e 10.678, escravos¹⁹⁶. Esse número elevadíssimo de escravos na colônia francesa levava a um cenário de perturbações, no qual os governantes franceses se preocupavam com os ecos dos princípios liberais da Revolução Francesa.

No decurso do período de abolição da escravidão em Caiena, o governador do Grão-Pará, Francisco de Souza Coutinho, alertava que “depois da promulgação do Decreto que aboliu a Escravatura todos os Franceses Senhores de Escravos reduzidos a última miséria, e a consternação e terror, que lhes infundem os mesmos Negros”¹⁹⁷. Por trás da preocupação do governador com os senhores de escravos guianenses, estava tamanho temor de que a liberdade dos escravos de Caiena intensificasse a fuga dos escravos do Grão-Pará. Coutinho chegou a denominar Caiena de *exasperado mocambo*, como segue no trecho a seguir:

Nestas expostas circunstancias Caiena, que em outro tempo apesar das poucas Forças do Pará, não podia motivar cuidado se não fosse protegida de sua então’ florescente Metrópole, hoje o pode dar só per si, considerando-se como na realidade é um exasperado Mocambo de Negros dirigidos por um Europeu, e por outros que a rastos vão seguindo seus impulsos, em cujos termos o menos mal, que podemos esperar é o do franco asilo para esta escravatura¹⁹⁸.

No período da governança de Francisco de Souza Coutinho, fazia-se necessário (no contexto externo) garantir a integridade territorial do Império, impedindo o imperialismo francês. Já no plano interno, era preciso evitar a infiltração ideológica libertária e garantir a permanência da mão de obra africana na Amazônia para impedir a decadência da região. Para isso, Coutinho, entre outras medidas, fortificou a entrada de Belém; chamou às armas as populações do interior; organizou unidades auxiliares e a guarnição de Macapá, responsável pela guarda de um vasto território na fronteira; e ficou de prontidão na fortaleza de São José¹⁹⁹. Porém, Rosa Marin ressalta que toda essa movimentação militar se desdobrou na intensificação de diligências realizadas nos principais rios da região, principalmente por embarcações militares. Tais navios acabavam por realizar perseguições aos fugitivos e

¹⁹⁶ REIS in HOLANDA (org.), 2011.

¹⁹⁷ AHU_ACL_CU_013, Cx.106, D. 8400. Pará, 10/12/1795.

¹⁹⁸ AHU_ACL_CU_013, Cx.106, D. 8400. Pará, 10/12/1795.

¹⁹⁹ REIS in HOLANDA (dir.), 2011.

destruição de quilombos. O epicentro de toda essa dinâmica era o território do Contestado entre as duas Guianas, a portuguesa e a francesa²⁰⁰.

Os relatos de pessoas que passaram por Caiena a partir de 1796 se multiplicaram. Neles, era recorrente a presença de descrições de barcos de guerra e tropas de terra integradas por negros em manobra constante, com uma artilharia distribuída estrategicamente pela cidade e na fronteira com o Grão-Pará. Em agosto de 1809, com a conquista de Caiena já consolidada, a Guiana Francesa contava com 15.500 habitantes, dos quais 13.300 eram negros que viviam sob o regime da escravidão, 1.340 eram negros libertos e 930, brancos²⁰¹. Esse cenário, nas palavras do Governador do Grão-Pará, Coutinho, poderia contaminar os escravos da Amazônia.

Os “exasperados mocambos” não eram de todo uma novidade. Em maio de 1750, os oficiais da Câmara da cidade de Belém estavam preocupados com a profusão das fugas de escravos negros e índios das vilas da capitania, assim como com as infrutíferas tentativas de recaptura desses por meio de escoltas particulares. Em função desse insucesso, somado aos muitos mocambos espalhados pela região, a elite local comunicava, por meio de uma representação ao Conselho Ultramarino, a necessidade de uma ação que pudesse garantir a restituição dos escravos fugidos aos seus donos.

Essa movimentação por parte dos oficiais da Câmara da cidade de Belém pressionava o poder régio para que se pusesse fim às fugas e ao desbarate dos mocambos surgidos, considerados pontos de apoio aos negros fugidos e incentivo aos que ainda continuavam em cativeiro para a *liberdade da vida e isenção do senhorio*. No mesmo documento, os proponentes lembravam que o sucesso das diligências não era garantido; aliás, as autoridades coloniais reclamavam, de forma recorrente, que as ditas operações eram onerosas e que mobilizavam um número de soldados e índios que não era fácil arregimentar no Grão-Pará. O trecho a seguir é revelador sobre esse aspecto:

diligência fazem juntar, e depois lhes é ressarcida a despesa com o achado que todo o Senhor de Escravo lhe paga por cada um que se lhe entrega, e lhe fica conveniência, que os incita a Continuarem Semelhantes diligencias. Que as desta qualidade, que lhe consta se tem praticado naquela Capitania no tempo de seus antecessores foram executadas por militares da guarnição daquela Praça, e deles nomeava um Cabo de escolta, que com pequeno número de Soldados, e maior de Índios de Guerra faziam um Corpo suficiente que municados pela Real fazenda de Vossa Majestade entravam em

²⁰⁰ MARIN *in* CUNHA, 1992, p. 34-59.

²⁰¹ REIS *in* HOLANDA (dir.), 2011, p. 111.

ação, e muitas vezes sucedia que dos achados que se pagavam por cabeça apenas cobria a despesas da real fazenda.

[...] para ir dar cerco a alguns Mocambos que se achavam no Rio Capim lhe concedeu com alguns Soldados, e Índios fazendo lhe Capitam os gastos a sua custa, os quais não chegou a Recuperar, porque as prezas não corresponderão a sua expectação [expectativa] por haverem desertado os fugidos das habitações do Mato, e só algum escravo disperso foi apreendido pela tal escolta.²⁰²

No início dos anos 1750, a fuga de escravos e a formação de mocambos já preocupava as autoridades e os escravocratas no Grão-Pará, claramente considerados então por aqueles um problema endêmico. No final da década de 1790, as fugas se transformaram, para o governo do Estado, correntes e incontroláveis para as forças coercitivas. Em 1798, numa longa correspondência, o governador Francisco de Souza Coutinho relata a seu irmão e secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Souza Coutinho, suas apreensões com a ratificação do tratado de paz assinado com o governo francês, que versava sobre os limites fronteiriços das Terras do Cabo Norte com a Guiana, a região do Oiapoque, assim como sobre as defesas necessárias para a proteção do Estado frente à ameaça da movimentação de ingleses e franceses nas fronteiras da colônia.

A essas preocupações juntava-se a angústia do governador em acompanhar, impotente, a fuga de negros e índios em direção a mocambos cada vez mais numerosos, tornar-se incontrolável e assistir, sem a cooperação dos franceses na contenção dessas fugas e no dismantelo de tais mocambos, a fatal ruína para os governos do Grão-Pará e de Caiena:

O perigo se não maior pelo menos o que mais fácil e mais prontamente se pode realizar é o de ficar esta Capitania em pouco tempo sem Escravos, e também sem Índios por se passarem sucessivamente para as terras de Caiena, e é o que se não em todo já em parte se houvera realizado se a tempo se não tivesse evitado toda a comunicação pelo meio de limpar todo território na extensão de 80 ou mais léguas de Costa, que decorrem de Macapá até Cabo d' Orange [...]. Agora que a cooperação dos franceses não pode deixar de ser tanto ou mais ativado que o tem sido em toda a parte, onde tem entrado por bem, ou por mal, como se poderão quer Pretos quer Índios, ficado a comunicação tão fácil, continua, e inevitável²⁰³.

O destaque dado pelo governador Coutinho ao fato de as fugas estarem amparadas por uma comunicação *fácil, contínua e inevitável* não eliminava os perigos de morte que

²⁰² AHU_ACL_CU_013, Cx. 31, D. 2977. Lisboa, 21/05/1750.

²⁰³ AHU_ACL_CU_013, Cx. 112, D. 8712. Pará, 20/04/1798.

cercavam aquelas travessias. Os relatos de fugas de vilas próximas a Belém mostram bem a dimensão dos riscos que esperam os fugitivos. Numa das madrugadas das noites invernosas do ano de 1796, alguns negros furtaram pequenas montarias amarradas na beira do rio e, descendo-o até a sua foz, no Oceano Atlântico, distante vinte e poucas léguas da barra da cidade de Belém, quase vencidos pela fome, chegaram ao Cabo Norte. Outros desceram mais um pouco, de onde puderam passar para Caiena e navegaram mais de 70 léguas em alto mar nas pequenas montarias – um feito impressionante, visto ser as águas do Cabo Orange sabidamente revoltas e impiedosas com embarcações de qualquer porte.

Dessas fugas, o documento nos permite saber que uma parte do grupo foi apreendida pela ronda de captura e transportada pela navegação costeira até a cidade de Belém, de onde foram remetidos para as vilas de Caeté e Bragança, na estrada para o Maranhão. Lá, o governador recomendava a diretores e moradores daquelas vilas uma reclusão para os escravos, não lhes delegando trabalho algum por um tempo, pois o não conhecimento do território não seria impedimento nenhum para uma nova fuga. A outra parte dos fugitivos citados no documento se perdeu na mata. As autoridades acreditavam que os perdidos haviam sucumbido frente à fome e se afogado nos rios da região ou devorados por onças nas matas das Guianas – ou pelo menos era isso que desejavam e torciam para que tivesse acontecido.

De qualquer maneira, as autoridades espalhavam os relatos dessas fugas consideradas malsucedidas e desastrosas com o objetivo de desencorajar os outros escravos que pretendessem fugir. Os resultados desse estratagema, deixemos que o Governador Coutinho, consternado, reconheça:

Finalmente nem o verem apreendidos alguns dos primeiros, que tentaram semelhante viagem, nem a notícia, que se fez correr de se terem perdido os outros, foi bastante a evitar que no ano passado deixassem d'evadir-se em muito maior número, de modo que atualmente já são muito poucos os existentes. Quando, pois, nem um dos obstáculos ponderados pude conter aqueles, como se poderão conter os outros estimulados efetivamente por tantos modos desde tanto tempo.

Reconhecida esta tristíssima verdade reconhecerá V. Ex^a. Também que não é está a gente, que se haja de satisfazer de deixar este país simplesmente por buscar outro, em que vá viver com mais comodidade, nem quando o fosse que os franceses se acomodassem com isso.[...] Aqui ao contrário os Pretos de diferentes Nações, que temos por Escravos são Pais, Filhos, e Irmãos dos que existem livres na confiante Colônia [Guiana Francesa].²⁰⁴

²⁰⁴ AHU_ACL_CU_013, Cx. 112, D. 8712. Pará, 20/04/1798.

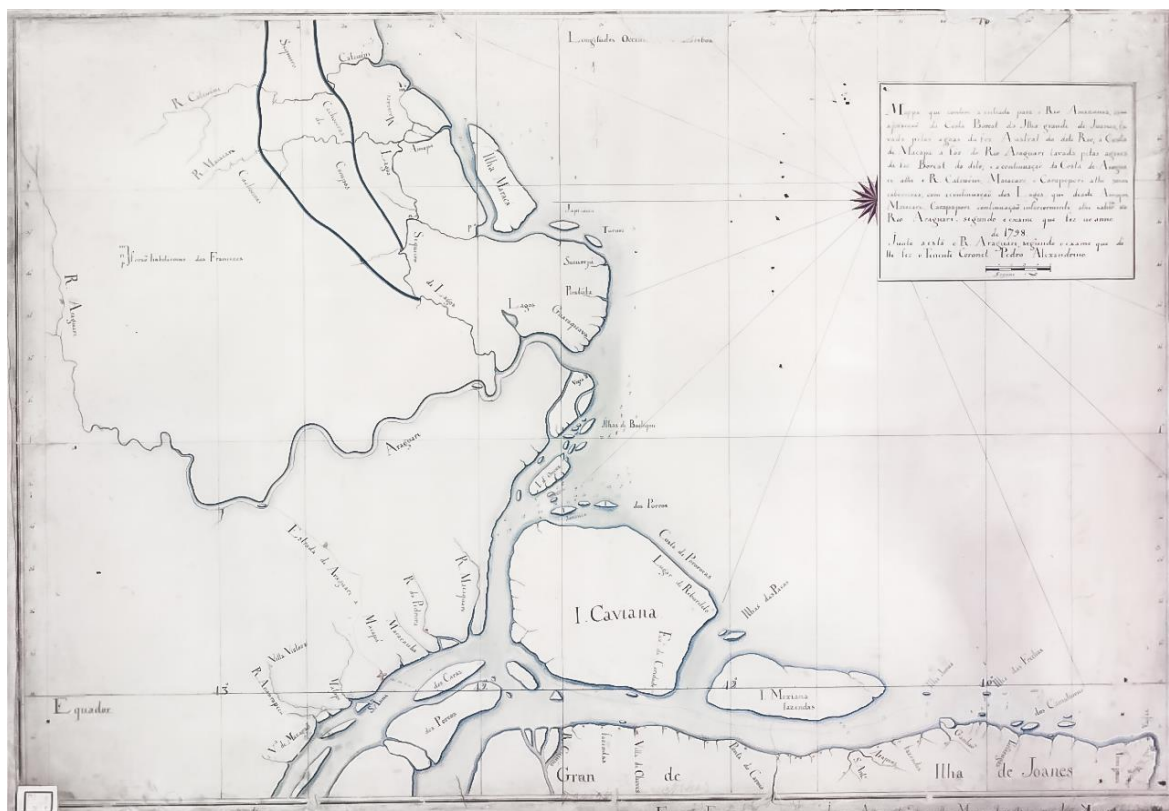
Assim, para desespero do governador Coutinho, não só as fugas continuavam, como os mocambos subsidiavam a ida de negros mocambeiros às vilas para incentivar e facilitar a fuga de escravos. Os mocambeiros das cercanias da vila de Macapá atravessavam fronteiras territoriais e contatavam com cativos das plantações e das construções militares, fugitivos, índios e soldados desertores da Guiana Francesa²⁰⁵. Coutinho observa, de maneira resignada e perspicaz, que os escravos que fugiam para viver nos mocambos não sobreviviam sem furtar as vilas, os sítios, as povoações e as cidades. Nesse caso, o *furtar* se aplica tanto aos víveres necessários quanto aos escravos que se encontravam cativos. Ou seja: os mocambos não existiam de maneira isolada, sem contato nenhum com as povoações.

Nesse cenário, os moradores da vila de Macapá viveram naquelas noites de verão de outubro de 1791 dias bem agitados, que tinha uma origem bem conhecida dos oficiais da câmara da vila: os escravos fugidos e refugiados nos mocambos dos campos e altos do rio Araguari. Os mocambeiros ocupavam os caminhos da povoação, praticavam furtos, convenciam alguns escravos a fugirem e levavam outros à força, principalmente mulheres. Os dias estavam mesmo quentes e, numa das visitas daquele outubro, os senhores de escravos tentaram barrar a entrada dos negros fugidos na vila utilizando seus próprios cativos. A tentativa foi logo arrefecida com a ameaça de terem suas casas queimadas pelos mocambeiros. O documento não nos permite traçar um perfil daqueles negros, pois sempre se referem ao *bando*, sem destacar uma liderança. Isso, de certa forma, é significativo na ação dos mocambeiros: qualquer um poderia ser o líder, quer fosse um fugido, quer um cativo.

Segue abaixo um mapa produzido em 1798, contendo os principais rios do Cabo Norte e suas respectivas cabeceiras, local, segundo as autoridades, preferido pelos fugidos para formarem mocambos.

²⁰⁵ GOMES in *Anais do Arquivo Público do Pará*, 1996, p. 140.

Mapa 7

Mapa do tenente coronel Pedro Alexandrino feito em 1798²⁰⁶

Ao que parece, os mocambeiros dos campos e altos do Araguari aterrorizaram os governantes e os senhores de escravos por muito tempo. A ousadia daqueles era tão dilatada, segundo os oficiais da câmara da vila de Macapá, que era impossível tal grupo agir sozinho sem a ajuda e as maquinações dos franceses do Oiapoque, que viam naquelas agitações uma maneira de ofender e desestabilizar a colônia lusa. De qualquer maneira, as trilhas, as rotas e os caminhos dos escravos que fugiam eram bem conhecidos pelas autoridades coloniais:

que deste [rio] Mayacaré facilita pelo interior, e por água sem vir a Costa até as margens d'Araguari, e de campos, que continuam até Macapá, que foi sempre o trilho dos fugidos, ficando perto do intrincado labirinto d'ilhas da foz do Amazonas²⁰⁷.

²⁰⁶ Mapa que contém a entrada para o Rio Amazonas, com a posição da Costa Boreal da Ilha Grande de Joanes lavada pelas águas da foz Austral do dito Rio, à costa do Macapá a foz do rio Araguari lavada pela foz do Boreal do dito; e a continuação da Costa de Araguari até o Rio Calçoene, Maiacaré e Carapoporí até suas cabeceiras, com a continuação dos Lagos, que desde Amapá, Maiacaré, Carapaporí continuação interiormente até sair no Rio Araguari segundo o exame que fez no ano de 1798: Junto está o Rio Araguari, segundo o exame que dele fez o Tenente Coronel Pedro Alexandrino, por Ignacio Antonio da Silva, pelo mapa levantado por Jose Simões de Carvalho. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart526292/cart526292.jpg Acessado em 15/05/2015.

²⁰⁷ AHU_ACL_CU_013, Cx. 112, D. 8712. Pará, 20/04/1798.

O intrincado labirinto descrito pelo governador Coutinho também era um quebra-cabeça para os governantes portugueses, que tentavam a todo custo manter os limites estabelecidos pelos tratados diplomáticos com a Guiana Francesa. Por isso, essa região passou a ser alvo de várias expedições de reconhecimento na segunda metade do século XVIII. Numa dessas explorações, o sargento do regimento da praça de Macapá, Manoel Felipe, comunicou ter-se encontrado com indígenas da povoação francesa do lago do Carapaporis. Com as informações do militar e com alguns documentos que já existiam sobre a posse daquelas terras, o governador Coutinho afirmou que

se vê que os franceses não se podem satisfazer com a literal inteligência nem lhes convém que o rio Oiapoque na latitude de 4º: 15 N. seja o limítrofe, e o Vicente Pinçon, estendendo suas povoações 30 ou 40 léguas por costa para o sul até o Carapaporis e seu lago, e a sua navegação até o de Araguari e mais adiante. [...] para eles aproveitarem uma ou outra situação menos desvantajosa em que formem algum estabelecimento que no tempo de paz lhes sirva de entreposto para o seu comércio clandestino com estes habitantes, e no tempo de Guerra para entreterem as forças com que nos podem vir atacar, já se vê que muito útil e necessário lhes fica sendo o dito terreno. Suposto constem da descrição geográfica da Guiana as instantes diligências que os franceses têm feito para o seu reconhecimento e para buscarem uma comunicação para o Amazonas, que se refere não terem achado até agora²⁰⁸.

Especialmente na última década dos setecentos, já diligências saídas de Caiena já eram bem conhecidas pelas autoridades portuguesas, em função das várias diligências de reconhecimento que foram realizadas ao longo dos anos de 1790. Alguns militares da praça de Macapá participaram de várias expedições às terras entre o rio Araguari e o Oiapoque. Aqui destacamos Manoel Joaquim de Abreu²⁰⁹, que em 1793, com a patente de capitão, participou da expedição à povoação francesa do rio Carapaporis²¹⁰. Posteriormente, Abreu integraria pelo menos mais três expedições para aquelas terras.

Na última década do século XVIII, os caminhos que levavam para as terras da Guiana Francesa ficaram mais movimentados, além das já recorrentes fugas das pessoas escravizadas, principalmente da vila de Macapá e suas freguesias, assim como de indígenas que rotineiramente se deslocavam para aquelas fronteiras com o intento principal de realizar comércio de pescados e peles, a Guiana francesa também atraía um número cada vez maior

²⁰⁸ AHU_ACL_CU_013, Cx. 103, D. 8179. Pará, 01/10/1793.

²⁰⁹ Em 1791, ainda como ajudante de praça, este sujeito comandou uma expedição ao rio Araguari. Em 1794, participou de várias viagens até o rio Oiapoque. No capítulo III desta tese, voltaremos a tratar do diário da expedição de 1791.

²¹⁰ AHU_ACL_CU_013, Cx. 103, D. 8179. Pará, 01/10/1793.

de desertores dos corpos militares do Grão-Pará, e não raro a deserção era de militares com patentes. Foi nesse contexto que dois segundos tenentes desertaram da companhia de artilharia da capitania do Grão-Pará, mas especificamente das lanchas que comandavam na costa da Guiana Portuguesa, em 1800. Numas das muitas rondas de rotina da costa, encontraram com outras embarcações francesas, largaram o comando dos seus barcos, passaram para as lanchas francesas e se foram em direção à Caiena.

Os relatos colhidos pelo juiz ordinário da Praça de Macapá, Manoel da Cruz de Almeida, na devassa que seguiu a deserção, junto aos oficiais inferiores, soldados e marinheiros que participaram do episódio de sublevação na costa da Guiana Portuguesa, afirmaram que a embarcação em que se encontravam os dois oficiais desertores, uma chalupa encalhou e, quando as embarcações francesas se aproximaram, o 2º tenente comandante falou em alto e bom som: “Camaradas, eu estou perdido quem me quiser acompanhar para Caiena, siga-me, pois antes quero ir para Caiena que aparecer a Sua Excelência o Senhor General”²¹¹. Em seguida, o outro segundo tenente se juntou ao que havia bradado a deserção e seguiram para as em embarcações francesas. Em nenhum dos documentos relacionados ao episódio, tratados aqui nesta tese, o nome dos oficiais foi mencionado. O governador Francisco Coutinho, ao concluir a explicação do episódio para o secretário de Marinha e Ultramar, Rodrigo Coutinho, afirmou que o ato dos desertores foi “falta de inteligência na navegação e de desembarço para semelhantes ocasiões o que em oficiais de tão pouca idade e pratica, só o tempo pode emendar”²¹².

Sobre o episódio envolvendo a deserção dos dois tenentes, tivemos acesso a dois documentos, o ofício do governador do Grão-Pará para o secretário de Marinha e Ultramar, comunicando o ocorrido, e a carta do juiz ordinário de Macapá, explicando os procedimentos e o resultado da devassa que apurou a deserção dos militares. No documento escrito pelo governador Coutinho, em 30 de novembro de 1800, ele afirma que os dois oficiais não foram desleais na fuga para Caiena, por isso, escreveu ele, “não mandei por em Conselho de Guerra estes oficiais e determinei que por hora fossem soltos, continuando a servir na Praça de Macapá”²¹³. Ou seja, parece que os desertores regressaram de Caiena, sem, no entanto, sofrerem punições. Já na carta do juiz ordinário que deu conta da devassa sobre a deserção, em nem uma passagem foi citado o retorno ou recaptura dos desertores, porém o documento

²¹¹ AHU_ACL_CU_013, Cx. 118, D. 9097. Pará, 04/11/1800.

²¹² AHU_ACL_CU_013, Cx. 118, D. 9097. Pará, 04/11/1800.

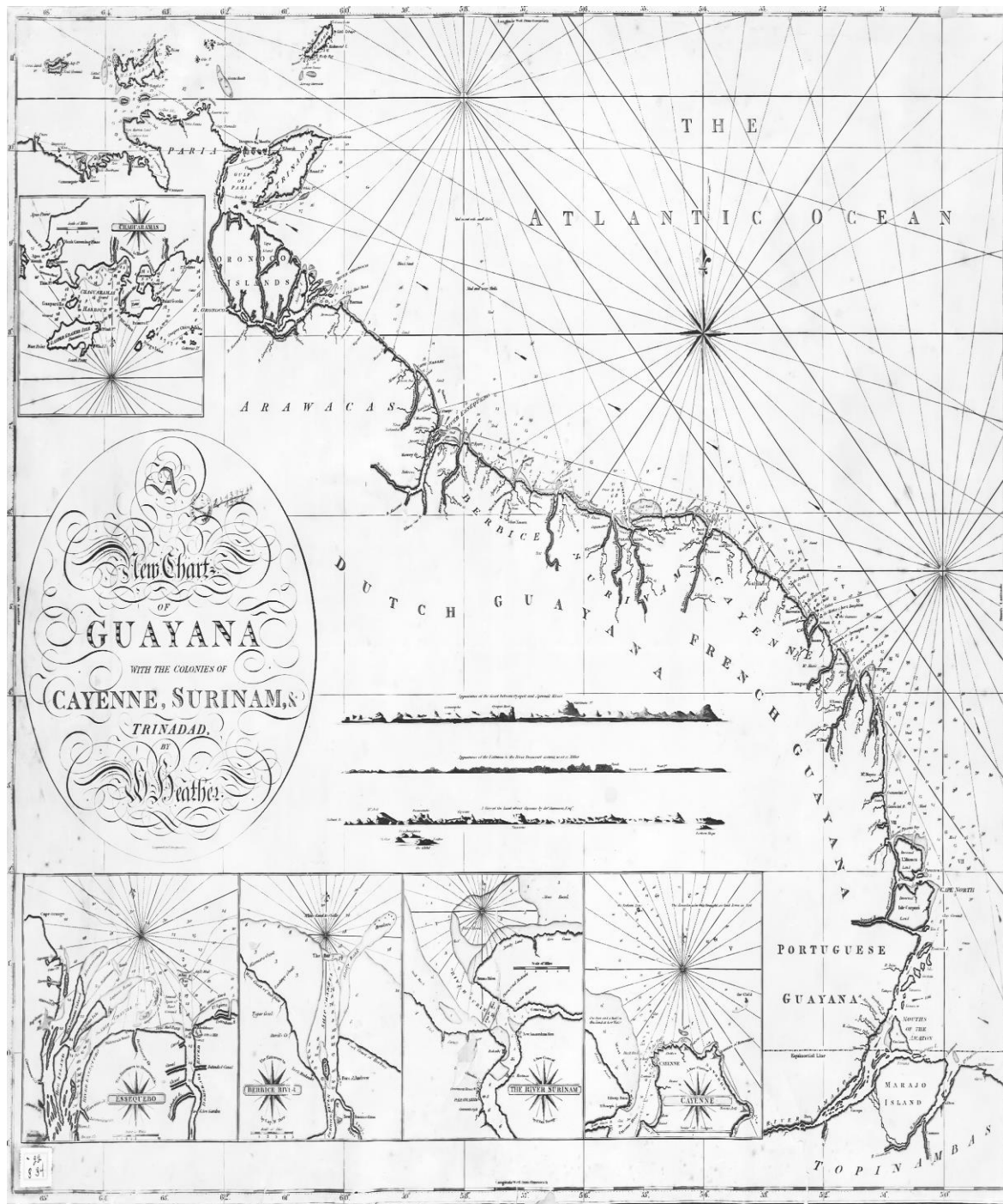
²¹³ AHU_ACL_CU_013, Cx. 118, D. 9097. Pará, 04/11/1800.

tem data de 16 de outubro de 1800. O que nos parece é que entre os dias em que foram tomados os depoimentos para devassa e o comunicado do caso pelo governador Coutinho ao secretário Rodrigo Coutinho, 14 dias, os desertores regressaram de Caiena para Macapá. Também não há como afirmar com os militares voltaram para Macapá, se recapturados ou por vontade própria.

De todo modo, essa história nos permite perceber o quanto as situações que envolviam os sujeitos que viviam no território fronteiriço entre as Guianas Francesa e Portuguesa eram contraditórias e imponderáveis para os agentes que tentavam controlar para as suas respectivas Coroas aquele território. Outro aspecto que podemos destacar, de acordo com a discussão proposta por este capítulo, era o fato de que as vilas de Macapá e Caiena estavam mais próximas para os sujeitos que recorriam a fugas e deserções em direção ao povoado do outro lado da fronteira. O episódio nos permite reafirmar que, naqueles territórios disputados por França e Portugal, a vontade dos governantes e dos planos de colonização estavam diretamente condicionados aos movimentos sujeitos sociais que viviam naqueles verdes labirintos.

1.4 – “Aqui, os pretos que temos por escravos são pais, filhos e irmãos dos que existem livres naquela Colônia”: a Guiana Francesa

Mapa 8



A new chart of Guayane²¹⁴.

²¹⁴ A new chart of Guayane with the colonies of Cayenne, Surinam e Trindad [Cartográfico]. [Londres, Inglaterra]. [s.n.], 1797]. Acervo digital da Biblioteca Nacional- RJ. http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart231394.jpg Acessado em 16/06/2017.

Corria o ano de 1764 e o recém nomeado e empossado governador da Guiana Francesa, Monsieur Chauvalon, resumiu em cinco pontos, os quais deveriam ser as medidas necessárias para o desenvolvimento da colônia francesa²¹⁵ no Platô das Guianas. Primeiro, segundo Chauvalon, era garantir a colonização daquelas terras, com um mínimo de custos para o rei francês; segundo, era evitar o desconforto que acomete “a maioria das colônias” de ter uma população de escravizados esmagadoramente superior aos habitantes livres, isso poderia, segundo Chauvalon, privar os proprietários de seus bens a qualquer momento; terceiro, era necessário desenvolver um comércio forte para o benefício do reino; o quarto ponto dizia respeito à necessidade de proteger militarmente a colônia para que, em tempos de guerra, o território fosse defendido; e o quinto e o último ponto dizia respeito à estratégia de criar um desvio de caminhos no estabelecimento da colônia para que “possamos ver a qualquer momento e em uma olhadela o estado da colônia a fim de conhecer se ela traz vantagens ou um encargo ao reino”²¹⁶.

Chauvalon chegava à Província da Guiana como o símbolo do resgate das glórias passadas da colônia, mas ao mesmo tempo como fundador de uma nova colônia, nas palavras do discurso de recepção a Chauvalon, proferido pelo Senhor Morisse, membro do Conselho Superior da Guiana Francesa, ao qual Chauvalon tomava posse como maior autoridade. Assim falava aquele membro do Conselho:

[se] exige que se coloque na liderança de sua administração de pessoas superiores em grau como em mérito
O que determinou a escolha que do Sr. Chauvalon para preencher o lugar em toda a província da Guiana.
Sua Majestade até mesmo julgou a propósito de reunir em si toda a autoridade que ordinariamente dividida entre os dois chefes das colônias.
A extensão de seus poderes que é proporcional à extensão de seu gênio anuncia a grande confiança que se tem nele, o mais feliz fruto de sua administração.
Fundador de uma nova colônia e restaurador da antiga.
Apressemos-nos, senhores, de recebê-lo no comando desta corte superior e de fazer reconhecer aos povos que esperam dele a felicidade deles²¹⁷.

E o novo governador da Província da Guiana Francesa retribui os elogios da seguinte forma:

²¹⁵ AHU_ACL_CU_013, Cx., 55, D. 5048. Guiana Francesa, fev-mar/1764.

²¹⁶ AHU_ACL_CU_013, Cx., 55, D. 5048. Guiana Francesa, fev-mar/1764.

²¹⁷ AHU_ACL_CU_013, Cx., 55, D. 5048. Guiana Francesa, fev-mar/1764.

A atenção que se teve na escolha das pessoas que devem compor esta primeira sociedade, escolha tão decisiva em toda [...], mas sobretudo quando se trata de fundar um novo povo de criar a estabelecer novos costumes.

A união dos chefes (...) entretanto essencial à administração e à felicidade do colonizador, é com a maior satisfação que ousou prometer-lhe que o senhor a verá sempre reinar entre o Sr. Cavaleiro Turgot e eu.

Finalmente e nada mais (...) que eu tenho a vos anunciar em nome do rei justiça, proteção, liberdade inteira de indústria, recompensar o encorajamento, ele mesmo ditou os princípios de administração para a felicidade desses dois colonizadores, o senhor nos verá sempre fiéis a segui-los pelo sentimento e pela inclinação que, por dever [...] submissão às ordens de Vossa Majestade.

Confessem-no, senhores, jamais um empreendimento fora concebido ou formado sob os mais felizes auspícios. Jamais a colônia começou com tanta vantagem e prometeu tanto sucesso.

Mas nós devemos sempre concorrer. Espero que todo zelo [...] a ocasião de fazer eclodir. Da mesma forma, eu posso ser apenas felizmente secundado por aquele que tiver a honra de nos presidir. [...] para obter a consideração pública, a confiança, e estima e todos os sentimentos do coração [...], seu caráter [...] seus conhecimentos, seus princípios quando ele os seguirá. [...] felicita antecipadamente seus servidores, que me prometem suas glórias e a amizade que já nos une²¹⁸.

Parecia mesmo, na retórica de um membro do Conselho Superior da Província e do novo governador, que ali se iniciava um novo tempo para aquela colônia francesa, considerada um território ultramarino do caribe francês.

Sem dúvida que Chauvalon se referia às inúmeras tentativas de colonização do território da Guiana Francesa que, desde o início do século XVII, foram conduzidas sem muito sucesso. Chauvalon se considerava a renovação das esperanças em desenvolver efetivamente a ocupação da colônia na segunda metade do século XVIII. Piantoni afirma que, com este intuito, em 1764, aproximadamente 11 mil franceses se dirigiram à Kourou, localizada a oeste de Caiena, mas em poucos meses foram atingidos por epidemias de malária, tifo, febre amarela e disenteria²¹⁹. Frente àquele perecimento, somente 60 famílias sobreviveram e foram deslocadas novamente pelo governo provincial para as Îles du Salut²²⁰, para se recuperarem e posteriormente voltarem para a França. Dessas tentativas malogradas, a Guiana Francesa era conhecida, até o século XVIII, como “*enfer vert*” (inferno verde)²²¹.

²¹⁸ AHU_ ACL_CU_013, Cx., 55, D. 5048. Guiana Francesa, fev-mar/1764. Documento traduzido para esta tese por Ivna Fuchigami.

²¹⁹ PIANTONI, 2009.

²²⁰ Arquipélago formado por um conjunto de três ilhas de origem vulcânica, localizado a 14 km ao sul de Kourou.

²²¹ PIANTONI, 2009.

O governador Chauvalon estava convencido de que era necessária a seguinte organização para estruturar os cinco pontos elencados acima:

Para a solução deste problema propomos a concessão de outras concessões em senhorio. Os planos indicam a forma e estabelecem a ordem segundo a qual o governador deverá ser instruído sobre tudo o que se passa na colônia para poder igualmente dar conta para a Corte. O detalhe que fugir limita o esclarecimento necessário ao [?] estabelecimento.

Uma concessão em senhorio é composta de dez famílias que formam um vilarejo ao qual o proprietário do senhorio deve ter o direito de dar um nome²²².

Chauvalon definia que o proprietário de um senhorio tem por incumbência básica estabelecer famílias na propriedade e fornecer apoio à produção dos gêneros durante nove anos, visando principalmente à conservação da colônia. No senhorio, as famílias camponesas deveriam trabalhar durante quatro dias da semana no terreno comum com a supervisão do proprietário do senhorio. A respeito da colheita, os camponeses dividirão $\frac{3}{4}$ entre eles e a quarta parte caberia ao proprietário do senhorio para indenizar seus credores. Do restante dos outros dias da semana, durante dois os camponeses deveriam trabalhar em suas moradias ou terrenos particulares. Ciro Cardoso lembra que, na Guiana Francesa, as pequenas e médias propriedades rurais eram chamadas de *habitation* – nelas o número de trabalhadores escravizados não ultrapassava 10. Destacou Cardoso que inclusive os administradores coloniais incentivavam essa organização e tal costume²²³. Nas relações entre proprietários e camponeses, Chauvalon estabelecia que

Fora do trabalho o terreno como se faz em virtude de uma convenção recíproca, o proprietário não tem nenhum direito sobre a pessoa nem sobre os bens dos camponeses que possuirão todas as suas aquisições em propriedade

O terreno comum só será destinado além dos comestíveis à cultura do algodão, do café que como às produções que exigem o mínimo de trabalho e cuja colheita pode ser dividida bem facilmente²²⁴.

Para o cultivo das grandes lavouras com vistas ao comércio, deveria se privilegiar a produção de açúcar e algodão, as quais deveriam ficar reservadas ao terreno do proprietário que deveriam empregar o trabalho de escravizados nos processos de plantio, colheita e produção dos produtos comercializáveis. Decretava o governador Chauvalon que a

²²² AHU_ACL_CU_013, Cx., 55, D. 5048. Guiana Francesa, fev-mar/1764. Documento traduzido para esta tese por Ivna Fuchigami.

²²³ CARDOSO, 1984, p. 31.

²²⁴ AHU_ACL_CU_013, Cx., 55, D. 5048. Guiana Francesa, fev-mar/1764. Documento traduzido para esta tese por Ivna Fuchigami.

permissão da contratação dos trabalhadores escravizados só seria concedida aos proprietários do senhorio que se deveriam comprometer em estabelecer vilarejos em suas propriedades particulares. Para o governador Chauvalon, o que deveria se estabelecer entre o proprietário do senhorio e os camponeses era uma sociedade em uma parte ofereceria as condições de trabalho e a outra o trabalho.

Ciro Cardoso destaca que, na sociedade da Guiana Francesa, as famílias dos escravizados dispunham normalmente de dois lotes de terra, um ficava nas proximidades de suas cabanas e ou outro nos terrenos denominados de *abattis des nègres* (roça ou clareira dos negros). Nestes terrenos, os escravizados podiam trabalhar as culturas de subsistência durante um sábado a cada 15 dias, ou todos os sábados na parte da tarde, assim como os domingos e feriados religiosos, de acordo com o calendário diocesano de Paris. Também era permitido pelos proprietários que aquelas pessoas caçassem, pescassem e recolhessem caranguejos nas horas livres²²⁵. Um momento bem significativo dessa estrutura guianense se deu nos anos finais do século XVIII e iniciais do XIX, quando,

No período da primeira abolição da escravidão (1794-1802), ocorreu um grande movimento de compra e aluguel de pequenos lotes pelos ex-escravos, para praticar a agricultura de subsistência, assim como de contratos de parceria. Em 1789, os fazendeiros da Guiana solicitaram a supressão de grande parte dos dias santificados, alegando que os escravos, em vez de cultivarem os seus lotes, roubavam para viver e praticavam pilhagens e arruaças, no seu tempo livre. Os administradores da Colônia não atenderam a petição. Tentar obrigar os escravos a trabalhar para as fazendas, durante o tempo reservado às suas atividades autônomas, era a fonte mais frequente de fugas e revoltas²²⁶.

No importante estudo intitulado *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*, Cardoso afirmou que a Guiana Francesa, em relação às outras colônias do império ultramarino francês, era pobre e mal integrada ao comércio atlântico. Essa característica pode explicar o fato de que das plantações e de suas vendas próprias os administradores coloniais acabavam esperando que os escravizados obtivessem toda a sua alimentação e vestimenta – uma medida do quão raro o cumprimento das ordens régias para fornecer àquelas pessoas arroz, carne seca, banana e tecidos. Este cenário acabava por propiciar uma produção, por exemplo, de mandioca e aves na qual as famílias escravizadas dominavam o mercado interno daqueles produtos, propiciando aos produtores escravizados

²²⁵ CARDOSO, 2004, p. 77.

²²⁶ *Id. Ibid.*

uma grande parte da moeda que circulava na colônia²²⁷. Segue abaixo a descrição das relações nas fazendas guianenses, feita nas décadas finais do século XVIII:

Numa fazenda, os negros criam aves para obter algum dinheiro. Se o senhor quiser, habitualmente, compra-las todas e, por conseguinte proibir que as vendam alhures sem licença, deixarão de cria-las. Se, de acordo com esta verdade e guiado pela bondade, o senhor decidiu habituar-se a comprar só aquilo que os escravos lhe vierem oferecer, e isto só para ajudar a alguns deles que tenham necessidade urgente de vender, permitindo que disponham livremente da sua propriedade, então todos se apressarão a cria-las, e procurarão obter todos os artigos que puderem garantir-lhes algum lucro. Isto decorre, em primeiro lugar, de que, ao não lhes ser possível discutir o preço com seu dono, creem sempre que ele não lhes paga o valor da sua mercadoria, mesmo se lhes der o dobro do que vale; em segundo lugar, de que assim o senhor conhecerá em parte o dinheiro que possuem, os seus pequenos negócios: coisa que não querem²²⁸.

Retornemos aos documentos escritos pelo governador Chauvalon, onde são apresentadas as ideias de como deveria ser o funcionamento da estrutura colonial na Guiana Francesa. Fica evidente a preocupação que o governador já demonstrava a respeito da questão relacionada à desproporção entre a população livre e a escravizada, principalmente na cidade de Caiena e em seus arredores.

Em 1763, ano anterior ao início do governo de Chauvalon, o quadro populacional da Guiana já apontava para uma população de escravizados esmagadoramente superior aos habitantes livres. Nas décadas seguintes ao governo de Chauvalon, a população de escravizados cresceu em ritmo geométrico e a população livre cresceu em ritmo aritmético. Acompanhemos abaixo três momentos desse crescimento:

Quadro 6

Crescimento populacional da Guiana Francesa (1763-1770-1789) ²²⁹						
Ano	Branco	Libertos	Escravos negros	Índios escravos	Índios livres	Total
1763	575	64	5.023	-	-	6.181
1770	1.178	167	8.675	-	-	10.020
1787	1.745	475	10.177	-	-	12.397

²²⁷ CARDOSO, 2004, p. 79.

²²⁸ In CARDOSO, 2004, p. 79.

²²⁹ In CARDOSO, 1984, p. 48.

Ciro Cardoso afirmara que a escravização de negros constituía o alicerce das estruturas e das relações sociais da Guiana Francesa durante o Antigo Regime. Em essência, a sociedade guianense remontava, em larga medida, à das Antilhas Francesas, porém, menos desenvolvida que as sociedades antilhanas²³⁰.

Keila Grinberg e Sue Peabody lembram que, dos países europeus que se destacaram “no esquema atlântico de conquista e colonização”²³¹ iniciado no século XVI, a França foi o último a aderir aquele processo. Só na primeira metade dos seiscentos os franceses desencadearam uma política de exploração e colonização com o estabelecimento de assentamentos permanentes em alguns territórios das Américas, como no território do hoje Canadá, nas ilhas caribenhas de Martinica, Guadalupe, Haiti e na Guiana Francesa²³².

Ao longo do século XVII, o império colonial francês cresceu e o governo imperial sistematizou a burocracia política de suas colônias ultramarinas. A estrutura assim se organizava:

No topo estava o rei, e imediatamente abaixo dele, o secretário de Estado para Negócios de Marítimos, ambos residindo em Versalhes. O rei apontava dois oficiais reais para trabalhar diretamente nas colônias: o governador, que era invariavelmente um oficial militar da vela aristocracia, e o intendente, que servia como funcionário administrativo e financeiro. A estrutura oficial real deliberadamente opunha os dois oficiais como se fossem rivais, cada um fiscalizando o outro em busca de corrupção e delitos. Nas colônias, os conselhos superiores, compostos de seis dos mais proeminentes colonos, formavam a mais alta corte local de apelações e ela geralmente representava os interesses dos principais proprietários de escravos²³³.

Chauvalon propunha um controle total por parte do governador de Caiena sobre a população de negros escravizados da Guiana Francesa, afirmando:

Cada escravo levará dois números [marcas] dos quais um designará o senhorio e o outro o número da quantidade que se achará em cada possessão. Todos eles serão marcados, na capital. Todo negro sem marca nas concessões será confiscado a proveito do rei. Por este meio não haverá um único negro na colônia cujo governador não tenha conhecimento. Cada proprietário do senhorio poderá consequentemente ser informado do número empregado e da posse dada. O regente será obrigado de colocá-lo a par²³⁴.

²³⁰ In CARDOSO, 1984, p. 58.

²³¹ GRINBERG; PESBODY, 2013, p. 25.

²³² *Idem, ibidem.*

²³³ GRINBERG; PESBODY, 2013, p. 25-26.

²³⁴ AHU_ ACL_CU_013, Cx., 55, D. 5048.

Guiana Francesa, fev-mar/1764. Documento traduzido para esta tese por Ivna Fuchigami.

O governador simboliza um novo tempo na administração colonial da Guiana Francesa, pelo menos retoricamente, como já destacado aqui. De fato, pela retórica do Chauvalon, acima destacada, aqueles anos iniciais da década de 1760 deveriam inaugurar um maior controle sobre os escravizados, os proprietários de terras e os camponeses. Pelo menos era essa expectativa.

Em 1792, ainda dentro do período pós-revolucionário, denominado de Assembleia Nacional, na Guiana Francesa, instituiu-se uma Assembleia Colonial que buscou reordenar a organização da colônia, como informam o parágrafo inicial e alguns artigos do decreto:

A Assembleia Colonial da Guiana Francesa organizada conforme a lei de 4 de abril último e estando em conformidade com o Decreto e Instrução de 8 e 28 de março de 1790, considerando que as leis benéficas do império francês podem ser adotadas na Colônia como as únicas capazes de satisfazer à opressão do poder arbitrário, e conferir a seus habitantes a liberdade e a igualdade; considerando que as modificações a trazer para este livro só devem consistir algumas conveniências locais, tais como a dificuldade de dividir o território em distrito devido ao grande isolamento e à impossibilidade quanto ao presente e compor o corpo administrativo, municipal, judiciário...

Artigo 1º

A Colônia faz parte do império francês.

Artigo 4º

A Guiana Francesa formará um departamento que será dividido em departamentos: Caiena, Remire, Roura, Oiapoque, Macouria, Kourou, Iracoubou.

Artigo 5º

Caiena será o lugar principal do departamento²³⁵.

Foi no período tratado pelo decreto de 1792 o primeiro processo de departamentalização das vilas e dos povoados do território da Guiana Francesa²³⁶. A assembleia colonial se tornaria permanente, com eleição de membro a cada dois anos, sendo puramente deliberativa e consultiva, ficando as decisões executivas a cargo do governador da província e dos prefeitos dos departamentos.

O governador da Guiana Francesa afirmava, em 1792:

Agora, a colônia, por sua riqueza, se encontra em condições de satisfazer a todas suas necessidades sem o auxílio da metrópole? Ou será conveniente que ela possa correr os riscos de sobrecarregar os habitantes e que isso provocaria a ruína, que estabelecer uma contribuição excessivamente forte, ela se vê reduzida a pedir que seja ajudada; ela deve fazê-lo e, sem dúvida, que ela obterá aquilo que ela pode absolutamente se pagar.

²³⁵ Archive Départementale de Cayenne - Guyane Française.

²³⁶ MONTABO, 2004.

O estabelecimento dos juízes comissários, dos escrivães constitui uma forma para sua nomeação que a colônia não saberia suportar na posição atual. Logo isso será a benevolência da minha parte, que designará fazer esta defesa. Mas caberia estipular para ela e dispor do tesouro nacional a minha vontade? Talvez eu não pense em fazê-lo sem seu consentimento. É, portanto, na relação direta entre a colônia e a metrópole, este das necessidades de uma parte e dos meios de satisfazê-los do outro. (...) ²³⁷

A respeito da liberdade e da igualdade no período da Assembleia Constituinte:

A liberdade e a igualdade entre os cidadãos dos dois mundos. Eis a regra de minha conduta; responsável de minhas ações, eu não devo nunca me afastar destes princípios. Isso foi o que eu tracei neste discurso que proferi na assembleia por ocasião do dia da abertura. Persuadido, convencido que a assembleia colonial não tinha outro desejo que usufruir do país que ela habita. De todas as vantagens de uma constituição sábia, de corresponder à confiança destes cidadãos que ela representa, talvez que ela terá o prazer. As observações que eu acreditei de meu dever, qualquer um dos presos que me foram apresentados. Longe de mim qualquer espírito de crítica, qualquer pretensão: concorrer ao bem geral e particular é o único objetivo que eu aspiro ²³⁸.

O reconhecimento dos cidadãos se dava através de princípios já estabelecidos anteriormente à revolução de 1789:

A colônia consistirá deste meio principalmente em duas classes de homens: os agricultores que fornecem ao comércio apenas matéria-prima ou subsistência tanto de (?) quanto de animais. Seu bem-estar será sempre o fruto do próprio trabalho em relação ao qual será perigoso dispensá-los pela permissão de adquirir escravos. Outra classe será formada pelos grandes proprietários ou que terão estabelecido vilarejos. Eles devem somente ter o direito de entreter os escravos e se ocuparão do comércio e de fabricar todos os objetos de comércio à fabricação dos quais ou empregar alguns escravos que não podem trabalhar de outra maneira. A mão de obra do homem livre os torna incomparavelmente mais caros. Os escravos perigosos não se tornarão melhores nesta colônia que sempre terá consistência a tal grau que seu comércio seja (?) uma vez que ele existirá para defendê-la ²³⁹.

Ratificava-se assim uma sociedade escravocrata com dois tipos de cidadãos, os agricultores e os proprietários, fundada no trabalho escravo. Aliás, a propriedade de trabalhadores escravizados era priorizada aos grandes proprietários de terras, tendo os camponeses acesso restrito a escravizados, devendo-se privilegiar o “bem-estar” do

²³⁷ Archive Départementale de Cayenne - Guyane Française.

²³⁸ Archive Départementale de Cayenne - Guyane Française.

²³⁹ Archive Départementale de Cayenne - Guyane Française.

agricultor através do seu próprio trabalho. No documento, fica explícita a principal justificativa para a utilização de trabalhadores escravizados, acreditando-se que o trabalhador livre tornava os custos da produção de produtos muito mais caros.

No território fronteiriço das Guianas Francesa e Portuguesa, os anos iniciais da década de 1760 foram agitados. A correspondência trocada naqueles anos, entre o governador do Grão-Pará e o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, demonstram que para aquelas autoridades as conquistas coloniais de Portugal corriam grande risco, pois em 1762 era eminente uma declaração de guerra dos espanhóis que visavam ocupar as possessões ao sul da América Portuguesa; ao norte, a preocupação residia em defender a cidade de Belém, capital do Estado, dos navios castelhanos e franceses que recorrentemente rondavam aquelas fronteiras, especialmente a costa do Cabo Norte²⁴⁰. Assegurava o governador Manuel Bernardo de Melo e Castro que:

Em pronta execução das Reais Ordens de sua Majestade na sobredita carta do Excelentíssimo Senhor, Conde de Oeiras, estou atualmente trabalhando em defender esta Cidade, e, com o mesmo cuidado assistindo não só aos Lugares que necessitam fortificados nesta Capitania, mas em mais os que compreende o Estado da minha jurisdição, como fiz presente ao mesmo Excelentíssimo Senhor na resposta que lhe dirigi.

Pelo que respeita a matéria que contém o último parágrafo da carta de Vossa Excelência, farei o que sua Majestade determina dos navios Franceses e Castelhanos, que obrigados de qualquer motivo a entrarem neste Porto, represando-os, inventariando-os as suas fazendas e pondo-as em boa arrecadação; e na conformidade de sua Real Ordem assim o executarei e darei parte a Vossa Excelência²⁴¹.

No período retratado acima, a governança do secretário de Estado, que tinha *status* de primeiro ministro, o conde de Oeiras, futuro marques de Pombal, estava em pleno desenvolvimento. As preocupações com a proteção da parte setentrional da Capitania do Grão Pará se assemelhavam as preocupações destinadas à parte meridional da América Portuguesa em disputa com os espanhóis. Assim, o governador Melo e Castro finalizava, o ofício destacado.

Em 1794, o ministro e secretário de Estado de Negócios do Reino, José de Seabra da Silva, escreveu algumas considerações sobre a situação das fronteiras franco-portuguesa na parte setentrional da costa em que desaguava o rio Amazonas, o endereçado das ponderações, era o príncipe regente d. João. No documento, José Silva, lembrava d. João

²⁴⁰ AHU_ ACL_CU_013, Cx., 52, D. 4790. Pará, 28/06/1762.

²⁴¹ AHU_ ACL_CU_013, Cx., 52, D. 4790. Pará, 28/06/1762.

que os limites estabelecidos para os territórios de França e Portugal no Tratado de Utrecht, o rio Oiapoque ou Vicente Pison. José Silva acentuava que os franceses nunca haviam respeitado aqueles limites e, não contentes em ter “excluído” os portugueses da baía do rio Oiapoque e empurrando-os para o sul da costa do Cabo Norte, passaram os franceses a

exceder os mesmo limites do Vicente Pison na Costa do Mar, e muito mais pelo interior das terras, com o fim verossímil de se aproximarem às margens do Amazonas. fazer retroceder os franceses, interessando a Grã-Bretanha nesse ponto do nosso interesse, em gratificação do nosso concurso na Guerra, como auxiliares, é o nosso objeto para o tempo da Paz geral.

Este projeto, parece-me muito bom, ainda que conservando-se as coisas a nosso respeito no mesmo estado em que estão, desconfio que a eficácia, com que promovermos esta Negociação, faça efeito algum. Por enquanto, os ingleses que recusam a garantir coisa alguma as Potências que são parte na Guerra, e que pretendem estender a garantia além daquilo que possuíam, quando a Guerra²⁴² se rompeu, como hão de prestar-se a negociar para nós, que não figuramos na Guerra, como partes coligadas àqueles territórios que não possuímos muito antes da Guerra se romper. Toda a impressão que hão de fazer em Inglaterra das nossas pretensões, não há de passar de expedientes servis e polidos, e por fim, se muito instarmos, poderão dizer-nos que concorremos como auxiliares com o nosso contingente de que se não servirão, tínhamos cumprido com a obrigação dos nossos Tratados²⁴³.

O documento elaborado pelo secretário de Estado, José da Silva, além das considerações destacadas acima, ainda continha um instigante ponto de vista sobre os domínios portugueses no Vale Amazônico, de certa forma até dissonante com relação ao pensamento dos secretários de Estado de Marinha e dos Domínios Ultramarinos, que pregavam a manutenção e a defesa dos territórios amazônicos. Sobre os domínios portugueses do rio das Amazonas, José da Silva argumentava que

Por outra parte, eu não sei o que Nós podemos aqui pretender, salvo o Negócio que os Franceses não passem o Vicente Pinson, ainda que retenham o Oiapoque, e que lançando-se uma linha paralela de Vicente Pinson para o Oeste para o interior das Terras, não possam os Franceses atravessar para o Sul, e creio que eles não resistirão a isto, porque é contra a Letra e espírito do Tratado de Utrecht, reduzido e moderado segundo a inteligência da França, de que foi autor o Condamine; ou ao menos Nós não podemos dizer que os Franceses resistem porque nunca a este respeito nós explicamos com eles, e entretanto é provável que esta transgressão da dita linha se impute a interpresa de Sertanejos, semelhante a que os nossos e

²⁴² O período em que a França pós-revolução declarou guerra a algumas monarquias europeias e alargou os seus territórios coloniais ultramarinos provocou desdobramentos sociais, políticos e econômicos na América Portuguesa. A esse respeito, ver especialmente as teses de BASTOS, 2013, BRITO, 2016 e SAES, 2013.

²⁴³ Papel particular que apresentou ao Príncipe Nosso Senhor o seu Ministro e Secretário de Estado José de Seabra da Silva, em 4 de janeiro de Mil Setecentos e Noventa e Quatro. Seção de Manuscritos: Biblioteca Nacional-RJ.

dos Castelhanos tem praticado em benefício dos descobridores, digo, descobrimentos.

Tal é o meu sentimento a respeito deste Artigo para que nele se não ponha tamanho empenho, porque tenho por mais seguro o Vaticinar que há de ser em vão.

Digo isto na suposição do Estado, a que as coisas têm chegado; porque a minha teria sido não fazer caso de todo o norte das Amazonas, nem do Rio Negro, nem do Mato-Grosso, ao ponto de fazer mais caso das duas insignificantes e desertas Ilhas dos Payos e Redonda, situadas na entrada do Rio de Janeiro²⁴⁴.

A perspectiva sobre os domínios portugueses do Vale Amazônico, do secretário José da Silva, se diferenciava por inteiro da visão do secretário de Ultramar, Rodrigo de Souza Coutinho, para quem o “sistema político que mais convém que a nossa coroa abrace para a conservação dos seus vastos domínios” era a defesa de dois princípios que garantissem a soberania portuguesa: “a unidade política, baseada numa divisão territorial que garantisse a defesa militar e a ocupação ostensiva do território das ‘províncias da monarquia’, e o preceito da dependência econômica, que procurava manter o pacto colonial²⁴⁵.

Em 1795, ao cenário de disputas territoriais entre franceses e portugueses acrescentou-se a participação dos holandeses. Um ofício do presidente do Erário Régio, Tomás da Silva²⁴⁶, ao secretário de Estado de Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Tomás da Silva solicitava que se atentasse para o momento delicado na fronteira e que naquele instante, fosse

Considerada a alteração, porém, que pode causar naquela parte dos Domínios Portugueses a união do Holandeses e Franceses, julga sua Alteza conveniente que se ordene ao dito governador [d. Francisco Coutinho], não continue por hora a fazer novos estabelecimentos, nem também fazer agressão alguma no território que os Franceses injustamente pretendem; dispondo-se a uma vigorosa defesa no caso que eles queiram intentar alguma invasão nos Domínios Portugueses²⁴⁷.

Porém, o presidente do erário, Tomás da Silva, lembrava o secretário da Marinha e Ultramar, que se o governador Coutinho, sem saber formalmente das orientações para não criar novos estabelecimentos na fronteira entre as Guianas Portuguesa e Francesa, mais precisamente no Oiapoque, ele, o governador Coutinho, deveria garantir “este estabelecimento e defendendo contra as forças que pode ser acometido, que sustente; porém

²⁴⁴ Papel particular que apresentou ao Príncipe Nosso Senhor o seu Ministro e Secretário de Estado José de Seabra da Silva, em 4 de janeiro de Mil Setecentos e Noventa e Quatro. Seção de Manuscritos: Biblioteca Nacional-RJ.

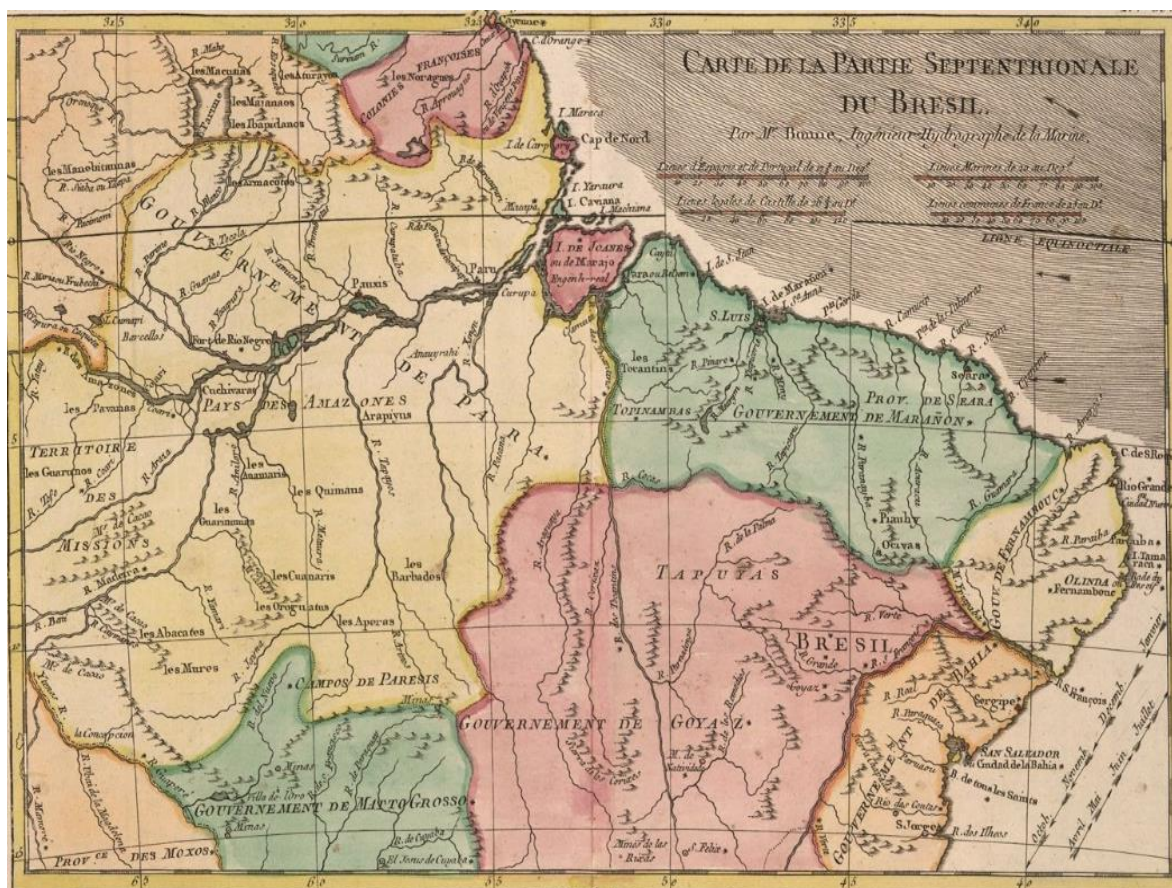
²⁴⁵ POMBO, 2015, p. 184.

²⁴⁶ AHU_ ACL_CU_013, Cx., 105, D. 8297. Pará, [Anterior] 24/03/1795.

²⁴⁷ AHU_ ACL_CU_013, Cx., 105, D. 8297. Pará, [Anterior] 24/03/1795.

sem entender o contrário, que o largue antes de ser acometido”²⁴⁸. Segue abaixo um mapa com a situação territorial das Guianas no final do século XVIII:

Mapa 9



Carte de la Partie Septentrionale du Bresil ²⁴⁹

Em 1796, o governador do Grão-Pará, Francisco Coutinho, respirava aliviado com os relatos das sublevações dos corpos militares formados por negros em Caiena. Com a capitania francesa agitada com aquelas revoltas, Coutinho acreditava que a intenção dos franceses em atacar as fronteiras do Cabo Norte ficavam sem possibilidades de acontecer²⁵⁰. Mesmo com as dificuldades que autoridades da Guiana Francesa enfrentavam com as sublevações das tropas formadas com negros, o governador Coutinho garantia que a costa setentrional da Guiana Portuguesa, numa faixa que se estendia do rio Cassiporé, passava pela ilha Grande de Joanes, até os baixios do Tigioca na baía do Guajará, próximo a Belém,

²⁴⁸ AHU_ACL_CU_013, Cx., 105, D. 8297. Pará, [Anterior] 24/03/1795.

²⁴⁹ Carte de la Partie Septentrionale du Bresil par [Cartográfico] / Mr Bonne, Ingénieur - Hydrographe de la Marine. [Geneve, Suíça]: [s.n.], [1780]. Rigobert Bonne. http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=138 Acessado em 19/08/2017.

²⁵⁰ AHU_ACL_CU_013, Cx., 107, D. 8431. Pará, 03/04/1796.

seria vigiada por uma sumaca. Acreditava Coutinho que apenas uma embarcação daria conta de vigiar um imenso labirinto de ilhas, rios, furos e baías.

Em 1796, o governador do Grão-Pará, Francisco Coutinho afirmava, em ofício endereçado ao secretário de Estado de Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, que os franceses não se contentavam com o Tratado que estabeleceu o “Rio de Oiapoque na latitude 4° 15 N seja o limítrofe e o de Vicente Pinçon estendendo as suas povoações 20 ou 30 léguas por costa para o sul até o Carapaporis e seu lago, e a sua navegação até o Araguari e até mais distante”²⁵¹. O governador descreve a região que os franceses almejavam como terrenos alagadiços, paludosos, cobertos de pragas (mosquitos), doentio e muito incômodo para a habitação, sendo que “todos” concordavam que eram inúteis para as potências europeias, mas para os franceses, segundo reflexão de Coutinho, os lagos e os rios da região ofereciam peixes que em Caiena não eram abundantes.

Avançar as linhas limites do rio Oiapoque e chegar pelo menos nas terras do rio Cassiporé e formar estabelecimentos era interessante para os franceses por duas razões, explicava Coutinho: em tempos de paz, eles podiam fazer entrepostos para o comércio clandestino com os habitantes daquela região; em tempos de guerra, serviriam de base para as suas tropas atacarem as vilas portuguesas. Coutinho lembrava que os franceses não tinham “conhecimento exato” do interior da Guiana Portuguesa; daí ser vital para aqueles manterem seus estabelecimentos em rios com as fozes próximas da costa, para garantirem sua comunicação com o rio Amazonas, que, segundo aquele govenador, até aquele momento era desconhecida para os franceses.

Em mais uma das várias expedições de reconhecimento, realizadas para o território disputado por portugueses e franceses, entre os rios Araguari e Oiapoque, na década de 1790, o sargento-mor do regimento de Macapá, Manuel Fellipe, em 1793, conseguiu, junto aos indígenas que viviam nas imediações do Lago Carapaporis, então considerada uma povoação francesa, a informação de que o forte local continuava como noticiado em maio daquele ano, com o insignificante acréscimo de dois telheiros ou tijupares de palha e sem acréscimo na população local. No documento, não é mencionada a etnia dos indígenas. Essas informações estavam no conjunto de levantamentos da expedição que buscou a feitura da carta da costa do rio Araguari até os limites das terras do Cabo Norte, especificamente a parte setentrional da enseada dos rios Caraparis e Mayacaré.

²⁵¹ COUTINHO, Francisco Maurício de Souza. Ofício a Martinho de Mello e Castro, relatando-lhe todos os passos da expedição que mandou fazer na região do Oiapoque, perto da povoação francesa na Guiana. [S.L.], 1789-1798. Cóp. Ms. Coleção Linhares. Biblioteca Nacional.

Aqueles indígenas deram a notícia de que chegariam muitos índios para povoar a região, que seriam denominados de Anjicos ou Ilheos, no entendimento de Manuel Fellipe. Informa o sargento Manoel Fillipe que os Ilheos seriam, segundo os índios do lago Carapaporis, expatriados das ilhas ocupadas pelos ingleses. O sargento explicava que, naquele momento, os franceses haviam recuado das intenções de ocupar a costa do Cabo Norte em função da beligerância com holandeses e espanhóis, ficando os franceses mais preocupados em resguardar os seus estabelecimentos.

No ofício destacado acima, estava anexada uma série de documentos avulsos reunidos na coleção intitulada *Manuscritos que tem aparecido na Secretaria do Governo do Pará, reativos a Questão dos Limites das duas Coroas de Portugal e de França na Guiana*²⁵². Nestes o governador, Francisco Coutinho, enumera e destaca os rios mais importantes entre as cidades de Belém e Caiena.

Entre as localidades de Peruac e Guayapó, localizava-se um rio chamado Masseri, cuja largura se media por dois tiros de espingarda e distante 29 léguas (140 km) de Caiena. Cassipira era outro rio caudaloso em cujas suas redondezas habitavam muitos gentios bravos, naquele momento em paz com os franceses, o rio Cassipira tinha de largura uma légua; Maria Banaré era outro rio navegável com uma maré que dava num grande lago e que no inverno conseguia se chegar a Caiena; segue-se o rio Corcioni, pequeno e com notícias de que tinha naufragado uma embarcação em 1681 – esse rio ficava distante de 3 a 4 léguas do Maria Banaré; segue-se o rio Mayacari, caudaloso com meia légua de largura, desaguando no mar, um dos rios com as redondezas mais povoadas por gentios Cussari e Tutanc e a pouca distância do rio Corcioni; o rio Crapapuri forma a pururo (pororoca); o rio chamado Cabo do Norte, era um rio pequeno e muito bom para a construção de uma fortaleza ou uma casa forte para a defesa do Estado – segundo constava²⁵³, os navios que passavam para Caiena tinham que passar necessariamente por ali, porém existia uma dificuldade em se obter água doce, sendo necessário se deslocar a grandes distâncias para conseguir a água potável.

Em 1797, uma sumaca portuguesa nomeada Minerva foi apreendida na costa do Cabo Norte por embarcações francesas e levadas para Caiena. No retorno da sumaca Minerva e da tripulação que havia sido aprisionada, o governador Coutinho, segundo ele próprio alega para os seus superiores, realizou um detalhado auto de inquérito sobre o ocorrido²⁵⁴. No caso

²⁵² AHU_ACL_CU_013, Cx., 103, D. 8179. Pará, 01/10/1793. In Coleção dos Manuscritos que tem aparecido na Secretaria do Governo do Pará, reativos a Questão dos Limites das duas Coroas e de França na Guiana.

²⁵³ AHU_ACL_CU_013, Cx., 103, D. 8179. Pará, 01/10/1793. In Coleção dos Manuscritos que tem aparecido na Secretaria do Governo do Pará, reativos a Questão dos Limites das duas Coroas e de França na Guiana.

²⁵⁴ AHU_ACL_CU_013, Cx., 109, D. 8559. Pará, 08/04/1797.

do corso e apreensão da sumaca Minerva era mais um dos tantos que estavam acontecendo com as embarcações portuguesas que navegavam nas águas entre a Ilha Grande de Joanes e o Cabo Norte, naqueles anos finais do século XVIII. O governador concluía sobre aqueles eventos com as embarcações portuguesas com o informe de que estava clara “a vista da perfidia com que os Mestres deles os estão [barcos] entregando aos corsários”²⁵⁵. Nos autos do referido inquérito, constatou-se que outras embarcações estavam apresadas no porto de Caiena, entre elas, outras portuguesas, e que quando o governo da colônia francesa liberou o retorno da sumaca Minerva, alguns integrantes de sua tripulação não quiseram retornar de vontade própria, preferindo ficar na capital da Guiana Francesa.

Parece que o episódio envolvendo o regresso da mencionada sumaca para o porto de Caiena e as notícias que os regressados trouxeram ascendeu a luz de alerta do governo do Grão-Pará. Pouco mais de uma semana depois dos comunicados referentes ao episódio da Minerva, o governador Coutinho, em ofício ao secretário de Marinha e Ultramar, comunicava que já estava tomando providências sobre as ações de pirataria de navios franceses na costa setentrional do litoral daquele Estado²⁵⁶. Mesmo não tendo recebido nenhuma real ordem, Coutinho assegurava ao seu interlocutor que todas as embarcações de guerra do Grão-Pará estavam protegendo o comércio da capitania da pirataria dos franceses. Entre as embarcações preparadas para guerra estava a sumaca Minerva, a mesma que havia sido apresada no porto de Caiena. Assim prometia o governador Coutinho:

Agora sai com a fragata Golfinho no destino de limparem a Costa e de se adiantarem ao encontro das charruas para preserva-las de todo o risco, assim como as remessas de moedas e os socorros que deve vir do Maranhão e da Costa do Barlavento e os navios que daquele porto quiserem passar para este.

Fica em tanto neste porto a fragata Vênus para comboiar os navios da praça que se apresentarem até a altura de cinco ou seis graus N. mais ou menos seguindo a distancia a que a escassez dos ventos permitir que passem do Cabo de Orange para que fiquem livres dos corsários de Caiena²⁵⁷.

No entanto, o governador do Estado do Maranhão, Fernando Antonio de Noronha, a quem Coutinho havia solicitado ajuda para limpar a costa setentrional dos corsários de Caiena, havia dito que naquele momento seria impossível qualquer ajuda para o Cabo de Orange, pois, segundo Noronha, existia uma “dificuldade de regresso [das embarcações] e

²⁵⁵ AHU_ACL_CU_013, Cx., 109, D. 8559. Pará, 08/04/1797.

²⁵⁶ AHU_ACL_CU_013, Cx., 109, D. 8566. Pará, 15/04/1797.

²⁵⁷ AHU_ACL_CU_013, Cx., 109, D. 8566. Pará, 15/04/1797.

falta das averiguações a que se está procedendo”²⁵⁸. Parecia que a costa setentrional do Cabo Norte continuaria numa maré de incertezas para as embarcações portuguesas frente ao curso francês saído de Caiena.

Em maio daquele de 1797, as notícias de que corsários estavam na costa do Grão-Pará ficaram ainda mais preocupantes para o governador Coutinho, pois se dizia que navios ingleses estavam praticando o curso com o apoio das colônias das Guianas Francesa e Holandesa, o que colocava em risco todo o comércio do Estado²⁵⁹. Coutinho considerava a notícia como certa, visto que foi dada pelo confiável mestre do navio Alianças, quando este passava por Barbados e afirmou ter ouvido de um comandante de uma fragata inglesa que lhe assegurou:

Sair a curso para aquela paragem, sendo alias natural tanto para proteção do Comércio daquela Nação [inglesa], como porque é fácil o regresso para as suas Ilhas, ou para as colônias Holandesas, que tornaram extremante facilitada a Ordem de Sua Majestade, assim que se proporcionarem os meios, principalmente continuando o mesmo curso efetivo, porque em tal caso é forçoso que cheguem a padecer grande falta de provimentos”²⁶⁰.

Isto posto, o governador Coutinho reafirmava que os comandantes e mestres das embarcações portuguesas vinham resistindo muito pouco ao curso, principalmente dos franceses, e estavam entregando facilmente suas embarcações aos inimigos.

No contexto das disputas pela costa setentrional da foz do rio Amazonas, entre as embarcações portuguesas e as francesas, assim como de outros impérios europeus, aconteceu uma história que caracteriza bem as disputas e as indefinições daqueles territórios fronteiriços. Numa das rondas que a fragata Vênus realizava na costa da Ilha de Joanes, próximo à vila de Chaves, sua tripulação se deparou com uma canoa, cujo dono se chamava José de Santa Rita, e junto dele estavam “cinco pretos todos da Nação Angola”²⁶¹. Segundo a história contada por eles para o comandante da fragata Vênus, os mesmos se encontravam na sumaca Graça, regressando do Maranhão para a Paraíba. Abaixo segue um mapa com a costa Atlântica das Guianas, por onde navegaram aqueles homens.

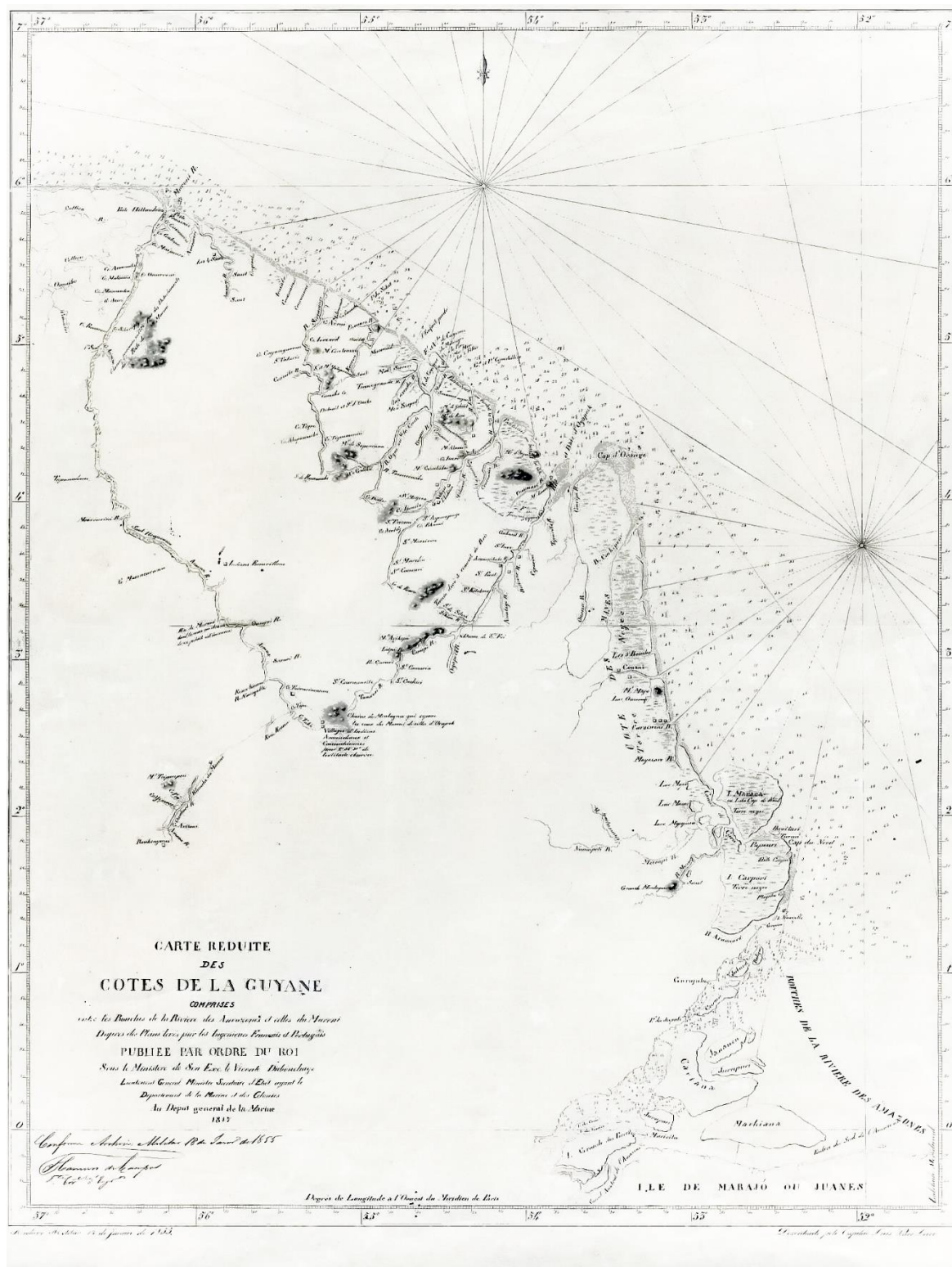
²⁵⁸ In AHU_ ACL_CU_013, Cx., 109, D. 8566. Pará, 15/04/1797.

²⁵⁹ AHU_ ACL_CU_013, Cx., 109, D. 8575. Pará, 08/05/1797.

²⁶⁰ In AHU_ ACL_CU_013, Cx., 109, D. 8575. Pará, 08/05/1797.

²⁶¹ In AHU_ ACL_CU_013, Cx., 109, D. 8575. Pará, 08/05/1797.

Mapa 10

Carte reduite des cotes de la Guyane²⁶²

²⁶² Carte reduite des cotes de la Guyane [cartográfico]: comprises entre les bouches de la riviere des Amazones et celles du Maroni, d'après des plans levés par les ingenieurs français et portugais publié par ordre du roi sieus les Ministère de son Exc. le Viscont. Dubouché Lieutenant General Ministre secretaire d'Etat ayant le Departement de la Marine et des colonies au Depot General de la Marine / desenhado pelo Capitão Luis Pedro Lecor. Acervo digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart529479/cart529479.jpg Acessado em 16/06/1017.

Essa sumaca foi aprisionada pelo corso francês e seus tripulantes e os angolanos foram “apresados” e conduzidos para o porto de Caiena. Na capital da Província da Guiana Francesa, os cinco homens oriundos da Angola foram obrigados a “muito e excessivo trabalho”, principalmente nos corsários, que, segundo o relato deles, era um trabalho que os repugnava. Numa primeira oportunidade de descuido de seus mestres, os angolanos que infelizmente não temos acesso aos seus nomes, fugiram num pequeno bote, onde levaram mais de cinquenta dias até chegarem na ponta da ilha da Mexiana. Daí chegaram até Belém na presença do governador Coutinho. A respeito da situação dos angolanos, vale lermos a posição do governador Coutinho:

Ultimamente pelo que respeita aos cinco Pretos na dúvida se se devem considerar forros ou escravos, mandei que se recebessem a bordo da fragata Vênus e que nela se lhe desse Praça, ficando no acordo de não os entregar ao seu antigo senhor sem que sua majestade resolva o que for servida, mas é certo que se a primeira vista eles parecem dignos de liberdade por virem donde a tinham também, parece muito mal exemplo, pois outros que sem tantos trabalho podem seguir o mesmo caminho para a obterem, e que menos se perde nos que se passarem para a confinante Colônia do que se ganha nos que regressarem dela ou forros ou escravos, pela natural suspeita de que aos que o são venham sugerir, e instruir do que lhes não lembre²⁶³.

O dilema do governador Coutinho em considerar os cinco angolanos escravos ou forros, mesmo sem sabermos o desdobramento dessa história, pois não conseguimos acompanhar nos documentos disponíveis, parece comportar uma importante percepção que os sujeitos escravizados que viviam naqueles territórios fronteiriços tinham com a possibilidade de, ao desertarem do lado francês e procurarem o governador do Grão-Pará, em qualquer circunstância, se colocar minimamente na condição de pleitear uma liberdade, via trabalhos realizados junto a algum corpo militar. História semelhante a esta será apresentada no segundo seguinte desta tese.

²⁶³ In AHU_ACL_CU_013, Cx., 109, D. 8575. Pará, 08/05/1797.

Capítulo II

“Que se formem escoltas e destruam esses mocambos”: fugas e milícias de capturas de trabalhadores escravizados nas terras do Cabo Norte

Mapa 20



Mapa com a entrada do rio Amazonas e a foz do rio Araguari²⁶⁴.

²⁶⁴ Mapa que contém a entrada para o Rio Amazonas, com a posição da Costa Boreal da Ilha Grande de Joanes lavada pelas águas da foz Austral do dito Rio, à costa do Macapá a foz do rio Araguari lavada pela foz do Boreal do dito; e a continuação da Costa de Araguari até o R. Calçoene, Maiacaré e Carapapori até suas cabeceiras, com a continuação dos Lagos, que desde Amapá, Maiacaré, Carapapori continuam interiormente até sair no Rio Araguari segundo o exame que fez no ano de 1798 [Cartográfico] : Junto a está o R. Araguari, segundo o exame que dele fez o Tenente Coronel Pedro Alexandrino. Acervo digital da Biblioteca Nacional – RJ. IN:http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart526292/cart526292.html . Acessado em 21/04/2017.

Após a assinatura do primeiro Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, firmando os novos limites entre as possessões portuguesas e espanholas, foram instituídas quatro comissões mistas das duas nações. A quarta comissão subiria o rio Japurá e outros, alcançaria as cordilheiras que separam as bacias do Amazonas e do Orenoco, demandando o rio Oiapoque até sua foz no Atlântico. A equipe portuguesa foi constituída por: Pereira Caldas (Governador do Grão-Pará e primeiro comissário), Teodósio Constantino de Chermont, Francisco José de Lacerda, Henrique Wilkens Matos, José Simões de Carvalho, Euzébio Antônio de Ribeiros, José Joaquim Vitorino da Costa, Pedro Alexandrino Pinto de Sousa e Manuel da Gama Lobo de Almada. Este mapa foi levantado por dois membros dessa expedição, no decorrer da mesma. O tenente coronel Pedro Alexandrino Pinto de Sousa, responsável por parte das informações contidas no mapa, foi, entre 1799 e 1819, comandante da Fortaleza de São José do Macapá.

Este capítulo tratará de alguns momentos da segunda metade do século XVIII, em que as autoridades militares e civis da capitania do Grão-Pará recorreram à formação de milícias com sujeitos que viviam sob o jugo da escravidão, além de indígenas na fronteira setentrional do Grão-Pará, que tinha a vila de Macapá como a praça militar mais importante daquela região fronteiriça. Acompanharemos o processo de surgimento daquelas organizações militares na América Portuguesa e na organização daqueles corpos militares no Estado Grão-Pará. Em seguida, acompanharemos as fugas de escravos e as tentativas das milícias de recaptura em Macapá. Veremos que, no Cabo Norte, aquelas tropas se formavam principalmente para tentar apanhar escravos e destruir seus mocambos. Finalmente, finalizaremos o capítulo abordando a trilha dos fugidos que se constituiu nos mocambos do rio Araguari.

Em dezembro de 1802, meses antes de deixar o posto de capitão general e governador do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho, em ofício ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, João Rodrigues de Sá e Melo, comunicava a sua preocupação com a “guarda e defesa” da foz do rio Amazonas²⁶⁵. Na verdade, o governador seguia a orientação de uma carta régia que versava sobre a manutenção dos tratados de paz entre os Estados europeus, principalmente em “manter a boa paz e harmonia que subsiste com a confinante nação francesa”²⁶⁶ no Platô das Guianas. Para garantir a posse do rio Amazonas à Coroa portuguesa, era necessário afastar a sempre presente “cobiça” pelo majestoso rio. Para tanto, Coutinho mobilizava os procedimentos de aquartelamento das tropas das vilas das costas oriental e setentrional da Ilha Grande de Joanes, assim como os regimentos da vila de Macapá para defesa contra eventuais tentativas de ocupação por outros Estados europeus.

A maior preocupação das autoridades era a proximidade e a comunicação entre a foz do rio Araguari e o estuário do rio Amazonas, pois já havia algumas décadas, antes de Francisco Coutinho assumir o governo em 1790, que o rio Araguari era frequentado por tropas militares francesas; logo, eles estavam bem próximos de Macapá, praça militar de defesa da foz do rio Amazonas. Para remediar essa proximidade dos franceses, o governador Coutinho recomendava aos comandantes dos quartéis que as rondas saídas da vila de Chaves deveriam ser intensificadas, assim como o quartel da vila de Macapá deveria estar preparado para receber regimentos com reforços vindos das vilas da Ilha Grande de Joanes. A seguir um mapa da Ilha Grande de Joanes, feito à ordem do governador Coutinho naquele contexto:

²⁶⁵ AHU_ ACL_CU_013, Cx. 123, D.9501. Pará, 01/12/1802.

²⁶⁶ *Id libid.*

costa do Cabo Norte estavam mesmo agitadas naqueles dias, quando os bergantins Espadarte e Minerva, que estavam navegando com correio marítimo na costa de Caiena, foram aprisionados por cinco navios corsários, alguns deles ingleses²⁷¹. Abaixo segue uma representação náutica do Canal Norte do rio Amazonas:

Mapa 22



Imagem do Canal Norte do rio Amazonas através da Carta Náutica N° 40²⁷².

Porém, essas não eram as únicas preocupações com a área fronteiriça. O governo do Grão-Pará, desde 1794, olhava cada vez mais temeroso para o outro lado da fronteira. O governo francês instituído após a Revolução de 1789 aboliu o trabalho escravizado nas suas colônias e, conseqüentemente, na Guiana Francesa. As *plantations* e outros estabelecimentos foram abandonados pela quase totalidade dos negros libertos, que passaram a se concentrar em Caiena. Na esteira da transformação e do deslocamento de tal porte, o governador de Caiena, Cointet, criou uma legislação que punia com prisão os “vagabundos” que fossem

²⁷¹ AHU_ACL_CU_013, Cx. 118, D. 9107. Pará, 04/11/1800.

²⁷² GALLO; VINZON in BRASIL, 2010. www.mar.mil.br/dhn/chm/cartas/car_digitais.html Acessado em 06/11/2017.

pegos vagando pela capital da colônia francesa. Isto, na prática, forçava os escravos libertos ao trabalho novamente nas plantações.

Esta condução da recém liberdade que tentava remediar a libertação não planejada foi parte do sistema de requisição e fixação nas *plantations*. A saída encontrada pelos trabalhadores escravizados, para não serem requisitados, foi o engajamento ao “*serviço da República*” como soldados, marinheiros nos navios corsários e trabalhadores nas obras públicas. Nesse momento, verifica-se na Guiana Francesa um aumento substancial na formação de unidades militares, composta por escravos forros²⁷³.

Em 1796, viveu-se um momento de extrema agitação na fronteira entre o Grão-Pará e a Guiana Francesa, sendo que uma ação belicosa entre as partes era iminente. Sobre isso, uma autoridade portuguesa informava a respeito dos corpos de milícias franceses:

Estas notícias tenho por verdadeiras por conformes, e tais quiseram e esperar, menos [que] por meio da Guerra em país estanho ou em defesa ocupassem os Negros, porque depois de os reconstituírem em liberdade, igualdade, e fraternidade, de os admitirem ao exercício de Cargos públicos, de formarem com eles um Corpo regular, e diversos de Milícias, armando-os, e disciplinando-os Sem escolha, nem distinção alguma dos que menos indignos fossem por mais civilizados d’estas prerrogativas aos que pelo estado de ferocidade natural as não mereciam absolutamente era bem consequente que se negassem como negavam a todo o trabalho, e sujeição; que a persuasão fosse como foi inútil para que prosseguissem a cultura, e finalmente que sendo constrangidos a trabalhar praticassem a sublevação que só admira Por ter dado, digo ter tratado, digo por ter tardado, e não produzir o efeito que esperavam²⁷⁴.

Interessante perceber, na descrição da autoridade, que, mesmo que as unidades militares formadas por negros não fossem nenhuma novidade àquela altura, principalmente no lado francês, sobressai no discurso o espanto à associação entre liberdade e ocupação de cargos públicos. Sustentamos aqui que, para os negros, a formação de milícias podia provocar um processo quase irreversível de trânsito para a liberdade.

A manutenção da escravidão, naqueles anos finais do século XVIII, balançava freneticamente e as condições quanto aquela região mudavam a todo instante. As autoridades modificavam suas percepções dos mesmos cenários, em poucos meses. A mesma autoridade da descrição acima, três meses antes, apresentava Caiena para seus superiores, em Lisboa, da seguinte forma: “Consta, e todos confirmam que os Negros absolutamente não querem

²⁷³ CARDOSO, 1984, p. 68-69.

²⁷⁴ APEP. Ofício de 3 de abril de 1796. Códice 682.

trabalhar, que a fome é extrema naquela Colônia, e que os viveres, que consomem os recebem da América Inglesa. Por isso que estas forças se destinam a reduzir os Negros a sujeição e a ordem”²⁷⁵. Parece que as autoridades francesas estavam mais às voltas com as sublevações e as fugas de escravos que preocupadas em fazer a guerra pela posse da região em disputa com os portugueses.

De qualquer maneira, a formação de milícias com escravos negros possuía vários significados – um deles podia provocar um processo quase irreversível de trânsito para a liberdade. Para as autoridades coloniais, era necessário se preparar de todas as maneiras da invasão das outras nações, até mesmo armando seus escravos, como clamou uma autoridade do Grão-Pará:

Que armem seus escravos e defendam a entrada do inimigo nas suas fazendas, e ainda nos rios incorporando-se a Força armada que neles existir para o mesmo fim persuadindo-se de que os mesmos escravos hão de concorrer para defesa das suas propriedades e do Estado com eficácia, zelo, e valor assim como concorreram em outros tempos nos outros portos do Brasil para expulsar os holandeses e franceses, e assim como estão concorrendo nas colônias inglesa não só para a defesa delas mas para ataque das mesmas dos franceses por conhecerem as máximas de que estes tem usado só lhes tem servido para desunir as forças, fazerem as conquistas facilmente e roubarem tudo a sua vontade, pois até os mesmos escravos que enganaram com a ideia de liberdade esses mesmos hoje tem nas fazendas debaixo das baionetas, e de um regime tirano²⁷⁶

Porém, mesmo assegurando todas as ressalvas ao poder de ataque de Caiena, Coutinho disponibilizou uma embarcação com artilharia para vigiar a costa do Cabo Norte, especialmente a área entre o rio Cassiporé e a Ilha Grande de Joanes. Nesse contexto de possibilidades e ameaças, em 1797, Francisco de Souza Coutinho dava conta aos seus superiores que, na região fronteira das Terras do Cabo Norte, tanto a administração colonial portuguesa quanto a francesa utilizavam-se do expediente de formar tropas militares com negros alforriados, livres e até escravos. Tal situação na América Portuguesa era mais comum do que se imagina. Flávio Gomes aponta que, no Brasil Colonial, desde o século XVI, era comum a utilização de homens livres de cor e ex-escravizados em unidades militares, que formavam milícias coloniais e até exércitos voluntários. Gomes aponta ainda que essas práticas eram recorrentes também nos domínios franceses²⁷⁷.

²⁷⁵ AHU_ACL_CU_013, Cx. 106, D.8400. Pará, 10/12/1795.

²⁷⁶ APEP. Ofício de 13 de março de 1798, cod. 259.

²⁷⁷ GOMES, 1996.

Como veremos adiante no capítulo, as milícias eram arregimentadas principalmente nos auxiliares, que eram corpos militares diretamente subordinados ao governador das capitanias da América Portuguesa, por duas razões: a primeira se dava porque os postos de oficiais daqueles corpos militares passavam necessariamente pela indicação dos governadores, e a segunda razão, se dava pela própria natureza das tropas auxiliares que eram moveis usadas nos deslocamentos imediatos pelas capitanias para atender as necessidades estratégicas dos governos locais²⁷⁸.

2.1 – Tropas e milícias com escravizados na América Portuguesa

João Dias e Pedro Dias, homens pretos e marinheiros da sumaca²⁷⁹ Graça na condição de escravos, viajavam naquela embarcação em 1797 do Maranhão para a Parnaíba. No percurso, a sumaca foi abordada por embarcações francesas e levada para Caiena com toda sua equipagem. Ao chegarem no porto daquela cidade, foram considerados prisioneiros de guerra. Sem muita demora, na primeira oportunidade, João e Pedro Dias conseguiram fugir daquela “capitania inimiga” e chegaram a Belém, decididos em procurar o governador Francisco de Souza Coutinho, apresentando-se como marinheiros.

Coutinho considerou os regressos forros pelo fato de eles terem fugido e conseguido a liberdade, além dos serviços prestados antes e posteriormente à fuga. Assim, os dois homens na condição de forros “sentaram praça” na tripulação da fragata Amazona, que fazia viagens rotineiras para o Rio de Janeiro e em outras mais embarcações da Real Coroa, que navegavam pela costa do Estado do Brasil. João e Pedro afirmavam que sua liberdade poderia ser atestada por um de seus comandantes, Francisco Borges²⁸⁰.

Essa brevíssima narrativa sobre a saga de João Dias e Pedro Dias rumo à liberdade foi retirada de um requerimento feito por eles ao príncipe regente, D. João. Requereram aqueles homens ao soberano que o procurador da alfândega do Grão-Pará lhes passasse suas cartas de liberdade, de acordo como havia já havia concedido o governador Coutinho. No levantamento documental, não conseguimos encontrar os documentos que nos permitissem saber o desdobramento do pleito pela liberdade formal de João e Pedro. De todo modo, essa breve história nos permite perceber alguns elementos dos processos de formação de forças

²⁷⁸ MELLO, 2009, p. 71.

²⁷⁹ Embarcação de origem holandesa, cujo desenho se espalhou pelas Américas a partir do século XVI. Essa embarcação de uma vela podia carregar de 20 a 100 toneladas de carga. In <http://www.nauticcurso.com.br/embarcacoes.html> Acessado em 23/11/2017.

²⁸⁰ AHU_ACL_CU_013, Cx. 125, D.9602. Pará, 06/05/1803.

militares com escravos e forros na América Portuguesa ou, para ser mais exato, como sujeitos que viviam em formas de trabalhos compulsórios e utilizaram o alistamento compulsório naquelas forças militares para alcançar a liberdade.

Durante o século XVIII, Portugal mantinha nas suas possessões ultramarinas uma organização militar dual, que remontava à reestruturação estabelecida pela Restauração (1640). Assim eram compostas as forças: a tropa de linha ou primeira linha, formada por soldados profissionais pagos que tinham longa carreira militar, e as milícias e ordenanças, que constituíam uma espécie de reservas que incluíam todos os súditos válidos. A palavra “milícia” se originou no latim *miles* ou *militia* e quer dizer soldado ou serviço militar. Na América portuguesa, elas ficaram conhecidas pela expressão *terços auxiliares*²⁸¹. Segue abaixo um quadro com a organização militar na América Portuguesa.

Quadro 16

Criação	Corpos regulares (tropas pagas ou de linha)	Milícias (corpos auxiliares)	Ordenanças (corpos irregulares)
	1640, em Portugal	1641, em Portugal	Pelo regimento de 1548
Característica principal	Regular, profissional e paga	Não remunerado e com alistamento compulsório. Eram armados por conta própria ou por comandantes exercitados e disciplinados. Não estavam permanentemente ligados à função militar	Forte caráter local. Não recebiam soldo. Permaneciam com suas atividades particulares e só abandonavam em casos graves, cooperando com o serviço militar. Não possuíam instrução militar
Organização	Terços e companhias	Terços e companhias	Regimento das ordenanças de 1570 e Provisão de 1574
Comando/hierarquia	Fidalgos de nomeação real	Mestres de campos, coronéis, sargentos-mores, tenentes-coronéis, capitães e tenentes. Os oficiais inferiores eram alferes, sargentos,	Capitão-mor, sargento-mor, capitão. Os oficiais eram alferes, sargentos, furriéis, cabos de esquadra, porta-estandarte e bandeiras

²⁸¹ IZECKSONHN, 2014, p. 491.

		furriéis e cabos de esquadra, porta-estandarte e bandeiras	
Recrutamento	Compulsório, com efetivos vindos dos reinos e complementados por tropas coloniais	Em bases territoriais pela população civil. Composta por homens aptos ao serviço militar (treinados)	População masculina entre 18-60 anos ainda não recrutadas pelas duas outras forças, excetuando-se os privilegiados
Funções	Diferenciada em cada região	Além de cooperar com as tropas pagas, elas as substituíram, caso aquelas fossem chamadas para fora do território	Eram utilizados em missões de caráter militar e em atividades de controle interno

Estrutura militar do Brasil Colônia²⁸²

No Estado do Brasil, as primeiras tropas militares organizadas começaram a aparecer no final da primeira metade do século XVII. Com o intuito de fortalecer a colônia, surgiram os *terços* de brancos, índios e negros. Para Luiz Silva, o processo de formação de milícias com negros teve como um dos mais importantes fundamentos o desenraizamento social de africanos e de seus descendentes nas Américas²⁸³. Segundo Eurípides Simões de Paula, o *terço* era uma unidade tática por excelência que, na primeira guerra dos portugueses para garantir a posse das capitanias ameaçadas, se utilizava de negros e índios para compor as companhias de assalto, principalmente os terços de pretos de Henrique Dias e dos índios de Filipe Camarão. Por essa razão, desde sempre e por mais de dois séculos ainda, existiram, no Brasil, primeiramente terços e, mais tarde, regimentos de pretos Henriques²⁸⁴.

Ao longo do século XVIII, as forças militares, especialmente o recrutamento para as milícias ou tropas auxiliares, serviam como instrumentos de manutenção da boa ordem pública. Isso queria dizer que os corpos militares, em larga medida, eram os responsáveis pela repressão de eventos que pudessem estabelecer uma desordem, como inibir a fuga de

²⁸² IZECKSONHN, 2014, pp. 495-497. A respeito dessa organização militar, ver também PEREGALLI, 1986 e COTTA, in *Atas do Congresso Internacional O espaço Atlântico no Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa: Universidade Nova Lisboa, 2005. cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/francis_albert_cotta.pdf Acessado em 18/09/2017.

²⁸³ SILVA in *Revista de História/USP*, n. 169, p. 117, 2013. In <http://www.scielo.br/pdf/rh/n169/0034-8309-rh-169-00111.pdf> Acessado em 21/09/2017.

²⁸⁴ DE PAULA in HOLANDA (dir.), tomo II, vol. 3, 13ª ed., 2011, p. 302.

escravos, destruir quilombos, capturar presos foragidos e soldados desertores, prender criminosos e defender-se do ataque dos gentios²⁸⁵.

Temos que considerar também que o processo de militarização da América Portuguesa, ao longo da segunda metade do século XVIII, remete a processos de subordinação das populações para a modalidade de recrutamento mais eficiente ou para um quadro militar mais disciplinador, “sempre de forma a enfrentar conjunturas marcadas pela guerra”²⁸⁶. Christiane de Mello assim define o processo de recrutamento das milícias:

O procedimento de seleção dos homens que deveriam compor cada uma das três tropas dava-se a partir dos seguintes critérios: nas listas de Ordenanças se encontravam registrados os nomes de todos os homens incumbidos da obrigação militar. Entre os filhos segundos das famílias, excetuando-se os de viúvas e de lavradores, escolhiam-se os soldados pagos, que viriam a constituir a tropa de linha. As Tropas Auxiliares constituíam-se daqueles isentos do serviço da primeira linha, bem como dos casados em idade militar. Cada terço era comandado por um Mestre de Campo, sendo seus homens instruídos e disciplinados por oficiais hábeis e experimentados, provenientes da Tropa de linha: os Sargentos-Mores e Ajudantes. Os Auxiliares tinham por dever acudir as fronteiras para as quais estivessem designados e, enquanto nelas permanecessem mobilizados, receberiam tal qual os soldados pagos²⁸⁷.

A formação de corpos de milícias negras, no período colonial nas Américas, obedecia continuamente a duas ordens de necessidades, as militares e as burocráticas, as quais envolviam o iminente ataque de inimigos internos e externos, a fragilidade burocrática do sistema de defesa e a dificuldade de adaptação dos soldados europeus aos trópicos. Expostos a esses elementos, os governos da colônia recorriam ao recrutamento dos afrodescendentes. Porém, a formação de corpos de milícias com pardos e negros na América portuguesa não foi um processo homogêneo, pois o jogo de forças políticas em cada capitania era determinado por uma combinação de compreensões locais e metropolitana, como afirma Luiz Geraldo da Silva: “a gênese das milícias de pardos e pretos, considerando todas as capitanias da América portuguesa, constituiu processo desigual, marcado por compreensões diversas”²⁸⁸.

Essa ponderação aponta que a formação e a efetiva atuação dessas milícias nas áreas da capitania do Grão-Pará e Maranhão se diferem bastante dos processos vividos nas

²⁸⁵ MELLO in *História: questões e Debates*, n. 45, 2006, p. 29-56. In <http://revistas.ufpr.br/historia/article/viewFile/7944/5593> Acessado em 21/09/2017.

²⁸⁶ CRUZ in MOTTA; SERRÃO; MACHADO (orgs.), 2013, p. 105.

²⁸⁷ MELLO in POSSAMAI (org.), 2012, p. 105. In: <http://wp.ufpel.edu.br/nphr/files/2017/08/CONQUISTAR-E-DEFENDER-2.pdf> Acessado em 21/09/2017.

²⁸⁸ SILVA, 2013, p. 120.

capitanias do Estado do Brasil. Dos três elementos citados no parágrafo acima, que contribuíram para a formação de milícias negras no Grão-Pará, na segunda metade dos setecentos, o mais recorrente eram as ameaças de invasões estrangeiras, principalmente da Guiana Francesa. O expediente de armar os escravos das colônias poderia significar para aqueles escravizados, em especial nas áreas fronteiriças, a liberdade e em última instância a alforria²⁸⁹.

Para Ana Costa, a ideia de os senhores armarem seus escravos servirem como “exército particular” pode parecer contraditório²⁹⁰, mas, segundo ela, alguns autores apontam que era relativamente comum os senhores armarem seus escravos no Brasil colonial, do início dos seiscentos até o limiar do século XIX, em diferentes paragens²⁹¹. Um desses autores, Carlos Lima, afirma que, durante o período colonial, a Coroa portuguesa se aproveitava da capacidade de mobilização dos senhores de escravos para fazerem a guerra. Ficava implícita uma aliança entre a Coroa e os senhores para que aquela recorresse aos escravos para pegarem em armas e defendessem o território da colônia, e isso dependia dos senhores para dispor os instrumentos necessários para montagem daquelas forças militares²⁹².

As considerações acima referem-se principalmente a áreas com grande concentração de pessoas submetidas ao trabalho escravo, onde mais se recorreu à formação de milícias com pretos escravizados ou alforriados na América Portuguesa²⁹³. Entretanto, como lembra Eduardo Paiva, as milícias com escravos armados causavam temor nas autoridades coloniais que, em alguns momentos, chegaram a proibir essa prática, ainda assim comum na América Portuguesa²⁹⁴.

Francis Cotta, por sua vez, informa que a denominação *corpo militar* se atribuía à *gente de guerra*, independentemente da classificação de armas (infantaria, cavalaria, dragões ou artilharia). A expressão *corpo militar* abarcava todas as tropas regulares e pagas, as auxiliares, as ordenanças, as pedestres e os homens-do-mato e de assalto²⁹⁵. Porém, Cotta lembra que, para a América Portuguesa, é preciso considerar as diferenças geoeconômicas e

²⁸⁹ GOMES in *Anais do Arquivo Público do Pará*, vol. 2, t. 1, 1996, p. 125-152.

²⁹⁰ COSTA in ECHEVERRÍ; FLORENTINO; VALENCIA (orgs.), 2010, p. 53-54.

²⁹¹ *Idem*, p. 57.

²⁹² LIMA in *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: 2002, p. 149. In <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n18/10706.pdf> Acessado em 21/09/2017.

²⁹³ A respeito desse tema, ver COSTA, 2006. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp066030.pdf> Acessado em 18/01/2017; MARTA, 2013. <http://www.repositorio.uff.br/jspui/handle/1/221>. Acessado em 18/01/2017.

²⁹⁴ PAIVA in LIBBY; FURTADO, 2006, p. 118.

²⁹⁵ COTTA, 2010, p. 39.

socioculturais de cada região na formação de cada corpo militar da colônia. Por isso, o autor ressalta:

Visto desta forma, devem ser revistas as generalizações feitas a partir de realidades específicas, tanto no que diz respeito às estruturas internas e ao funcionamento, quanto às denominações dos diversos corpos militares da América Portuguesa. As generalizações não se sustentariam por não serem baseadas em dados empíricos suficientes e análises comparativas concretas²⁹⁶.

Com um argumento semelhante ao anterior, Victor Izecksohn afirma que a experiência militar foi muito pouco homogênea no período colonial, o que traz uma dificuldade para se delinear um único formato para toda a América Portuguesa. Logo, as estruturas militares tenderam a seguir e confirmar as hierarquias locais, possibilitando algumas fendas na hierarquia social para que indivíduos das camadas menos abastadas se destacassem nos combates e na arregimentação das tropas, proporcionando-lhes, assim, certa mobilidade social²⁹⁷. Provavelmente, um dos primeiros historiadores que chamou a atenção, ainda no início da década de 1980, para os poucos estudos sobre a formação de milícias com homens de ascendência africana no período colonial da América Portuguesa, foi A. J. R. Russel-Wood²⁹⁸.

A década de 1760 marcou um momento decisivo para a institucionalização das milícias de negros, índios e mestiços na América Portuguesa. Apesar de existirem desde o século XVII, até meados dos setecentos, aquelas milícias possuíam pouca visibilidade em termos formais²⁹⁹. Em 1766, através de uma Carta Régia, D. José I ordenava os seus governadores e capitães-generais a alistarem “a luta todos os moradores das terras da nossa jurisdição, que se achem em estado de poderem servir nas Tropas Auxiliares, sem exceção de nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e libertos”³⁰⁰. Cotta lembra que, do ponto de vista estratégico, a determinação régia é um desdobramento das reformas militares iniciadas com o conde de Lippe³⁰¹, em 1762. Somam-se a isso a necessidade de reforço das

²⁹⁶ *Idem*, p.53.

²⁹⁷ IZECKSONHN, 2014, p. 484.

²⁹⁸ RUSSEL-WOOD, 2005. Ver especialmente o capítulo 5: “A expressão das aspirações de ascendência africana”.

²⁹⁹ COTTA, 2010, p. 65.

³⁰⁰ AHU_ACL_CU_013, Cx. 58, D.5270. Pará, 19/04/1766. Ver também os documentos que tratam da mesma ordem para outras capitanias, tais como: Carta do rei d. José I ao capitão-general da capitania de Pernambuco, AHU-PE, Cx. 103, Doc. 8006, 22/04/1766; Carta do rei d. José I ao capitão-general da capitania de São Paulo, AHU-SP, Cx. 24, Doc. 2354, 22/03/1766; Carta do rei ao governador da Bahia, BGUC, Cod. 706, 22/03/1766. In COTTA, 2010, p. 66.

³⁰¹ No âmbito das reformas pombalinas, a reformulação das forças militares portuguesas foi inspirada nas transformações das forças armadas prussianas. Para isso, em 1767, um dos generais do exército de Frederico da Prússia, o conde Wilhelm de Schaumborg-Lippe, chamado de Conde de Lippe, foi chamado para supervisionar as mudanças na estrutura militar portuguesa. Esse processo ainda teve a participação do coronel João Henrique Böhm, nomeado por Pombal como inspetor-geral do exército em toda a América Portuguesa. Cf. IZECKSONHN, 2014, p. 507.

tropas militares em decorrência dos conflitos com os espanhóis no sul da América Portuguesa³⁰², além da tensão com a manutenção dos territórios fronteiriços, como era o caso da fronteira com a Guiana Francesa.

Além de tratar sobre a forma de recrutamento nas capitanias da América Portuguesa, no caso do Grão-Pará, o governador Ataíde Teive tinha também que estabelecer a regularidade e a disciplina das tropas auxiliares. Reconhecia ele que aqueles corpos militares eram as principais forças de defesa do Estado³⁰³. Assim, com o referido alistamento, dever-se-ia

formar os terços de auxiliares³⁰⁴ e ordenanças, assim de cavalaria, como de infantaria que vos parecerem mais próprios para a defesa de cada uma das comarcas desse Estado. Criando os oficiais competentes e nomeando para disciplinar cada um dos respectivos terços, um sargento maior, e escolhido entre os oficiais das tropas pagas, que vos parecer, mais capazes de exercitar o referido posto: com o qual vencerá o mesmo soldo que vencem os outros sargentos mores das tropas regulares desse Estado. (...) e por se esperar das fidelidades dos sobreditos oficiais e soldados das terços auxiliares e ordenanças que me servirão muito a minha satisfação em tudo o deque forem encarregados pertencentes ao meu Real Serviço e a defesa deste Estado³⁰⁵.

Porém, ainda no início de 1760, Mendonça Furtado deixou o governo do Grão-Pará e assumiu o cargo de secretário de Estado da Marinha e Ultramar. No novo posto, ele passava a ter como seu subordinado o governador da capitania outrora governada por ele. Imediatamente após sua posse, Furtado recebeu uma reclamação do ouvidor-geral sobre a falta de soldados, oficiais, operários e albardeiros³⁰⁶. Certamente, essas faltas não eram nenhuma novidade para o ex-governador da Grão-Pará. Principalmente a respeito da organização das tropas militares, pois Furtado continuava a enfrentar aquela dificuldade na condição de secretário de estado. Além das dificuldades na composição dos regimentos, em 1763, o governador Manuel Bernardo de Melo e Castro lembrava Furtado sobre a total necessidade do envio de fardas para as tropas do Estado. Na verdade, o governador estava reiterando uma cobrança feita meses antes³⁰⁷. Parece que no Grão-Pará as dificuldades com

³⁰² COTTA, 2010, p. 66-67.

³⁰³ AHU_ACL_CU_013, Cx. 58, D.5270. Pará, 19/04/1766.

³⁰⁴ “O terço era a denominação dada a reunião de companhias auxiliares de infantaria de homens pardos ou de pretos libertos. O comandante do terço era o mestre-de-campo, geralmente um homem pardo. Abaixo dos mestres-de-campo encontravam-se os sargentos-mores e seus ajudantes. Eles seriam os responsáveis pela disciplina e treinamento dos corpos auxiliares e também das ordenanças” (COTTA, 2010, p. 68).

³⁰⁵ AHU_ACL_CU_013, Cx. 58, D.5270. Pará, 19/04/1766.

³⁰⁶ AHU_ACL_CU_013, Cx. 48, D.4361. Pará, 10/11/1760.

³⁰⁷ AHU_ACL_CU_013, Cx. 54, D.4960. Pará, 07/07/1763.

a organização dos corpos militares eram bem mais prosaicas, como falta de fardas e de pagamento de soldos, do que a nova estruturação dos regimentos.

Fabiano Vilaça lembra que a capitania assumida por Melo e Castro estava “mergulhada em dívidas” e sem fundos para o pagamento dos muitos meses de soldo atrasado³⁰⁸. Esse atraso ou não pagamento das tropas sempre esteve entre um dos principais motivos de motim durante a segunda metade do século XVIII³⁰⁹. Segundo Renata Malcher, com a saída Mendonça Furtado do Governo do Grão-Pará, era necessário um governador que pudesse dar continuidade aos trabalhos de proteção da área fronteiriça com a Guiana Francesa³¹⁰. Foi durante o governo de Melo e Castro que o projeto de construção da fortaleza de São José de Macapá, por exemplo, foi iniciado e desenvolvido pelo seu sucessor Ataíde Teive³¹¹.

Assim que assumiu o governo da capitania, em 1764, Ataíde Teive passou em revista os regimentos de infantaria paga, resumindo a situação da seguinte maneira: “desmando e confusão em que se acha a vedoria, de que precisamente se segue prejuízo grande, não só a Fazenda Real, mas aos mesmos oficiais e soldados”³¹². O governador se referia às atribuições de patentes, à entrada e à saída dos militares das corporações, assim como às relações dos corpos, “reduzidas a uma tal miscelânea, que dependem de muito trabalho para se fazerem perceptíveis e ultimamente chegou isto a total decadência”³¹³. De todo modo, as questões mais ordinárias continuavam e Teive escrevia para seu tio, Mendonça Furtado³¹⁴, solicitando fardamento para os dois regimentos da capitania e ajuda na manutenção dos uniformes. O governador sugeria qualquer outra cor que não fosse branca, para se conservar “limpo” durante todo o tempo da sua duração³¹⁵.

No decorrer da década de 1770, além das reformas³¹⁶, somou-se à já recorrente falta de fardamento a falta de munições e armamentos de guerra, necessários à defesa das fortalezas e ao preparo das tropas da capitania³¹⁷. Especialmente em 1777, a preocupação com a falta daqueles materiais se intensificou, pois eles não chegavam à Praça de Macapá,

³⁰⁸ VILAÇA, 2011, p. 82.

³⁰⁹ NOGUEIRA, 2009.

³¹⁰ ARAUJO, 1998, p. 135.

³¹¹ AHU_ACL_CU_013, Cx. 57, D.5136. Pará, 17/06/1764. Ver também CAMILO, 2009.

³¹² AHU_ACL_CU_013, Cx. 55, D.5041. Pará, 19/02/1764.

³¹³ AHU_ACL_CU_013, Cx. 55, D.5041. Pará, 19/02/1764.

³¹⁴ Fernando da Costa Ataíde Teive não era parente de sangue do secretário de Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, mas, como lembra Fabiano dos Santos, as sociabilidades cultivadas na esfera da Corte estavam costuradas nas alianças familiares; esses arranjos eram importantes para a manutenção e o acréscimo de posições sociais dos indivíduos e das casas que eles representavam. Assim, o conceito de família se tornava elástico e não se restringia apenas aos parentescos consanguíneos. Este era o contexto de Teive se reportar a Furtado na condição de “sobrinho” (VILAÇA, 2016, p. 99).

³¹⁵ AHU_ACL_CU_013, Cx. 57, D.5100. Pará, 30/05/1764.

³¹⁶ AHU_ACL_CU_013, Cx. 78, D.6463. Pará, 10/10/1777.

³¹⁷ AHU_ACL_CU_013, Cx. 69, D.5934. Pará, 05/01/1773.

na capitania do Rio Negro e do Mato Grosso. O governador João Pereira Caldas, em mais um ofício, solicitava armamento e munições: “Depois desta feita, hoje 19 do sobredito mês, chega aqui a notícia da tomada da Ilha de Santa Catarina; e parecendo assim que a Guerra continua, tanto maior motivo há para a instancia dos sobreditos pretendidos socorros”³¹⁸. Essa passagem, na verdade, um pós-escrito no ofício já citado, se referia a um estado de guerra entre Portugal e Espanha pelos limites platinos entre as duas Coroas³¹⁹. Intentava o governador Caldas pressionar seu interlocutor, o secretário de Estado de Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a atender suas solicitações para o Estado do Grão-Pará.

No que diz respeito às reformas propostas pelo conde de Lippe no Grão-Pará, elas só foram levadas a cabo em 1773, com as ordens régias recebidas pelo governador João Pereira Caldas³²⁰. Importante lembrar que, ao longo do período colonial, o comando das forças militares e a gestão da estrutura administrativa ficavam sobre a responsabilidade do governador ou do capitão-geral da capitania³²¹. Segue abaixo um quadro com a distribuição dos terços, dos corpos auxiliares e da ordenança somente da capitania do Pará³²².

Quadro 17

Relação de todos os Terços, Corpos Auxiliares e Ordenança que nas diferentes Capitânicas do Estado do Grão-Pará, criadas e reguladas pelo General Fernando da Costa Ataíde Teive			
Na Capitania do Pará			
Capitania do Pará	Terços/companhias	Localidade	Quantidade de praças
Terço de infantaria auxiliar de brancos	10 companhias com 100 praças em cada	Belém	1000
O terço de infantaria ordenança de brancos	10 companhias com 100 praças em cada	Belém	1000
O terço de infantaria auxiliar	10 companhias com 100 praças em cada	Mazagão	1000
O terço de cavalaria auxiliar de brancos	10 companhias com 80 praças em cada	Macapá	800

³¹⁸ AHU_ACL_CU_013, Cx. 77, D.6419. Pará, 17/07/1777.

³¹⁹ BRITO, 2016, pp. 68-433. A respeito das relações fronteiriças nos limites da capitania do Rio Negro entre os anos 1780 e 1820, ver BASTOS, 2013.

³²⁰ NOGUEIRA, 2009.

³²¹ IZECKSONHN, 2014, p. 511.

³²² Na década de 1770, dentro da organização político-administrativa da América Portuguesa, o Estado do Grão-Pará e Rio Negro compunha, juntamente com o Estado do Maranhão e Piauí, os governos do Norte. Está divisão foi regulamentada em 20 de agosto de 1772 e instituída pela provisão de 9 de julho de 1774. Assim, ficavam as capitânicas do Pará e Rio Negro pertencentes ao estado do Grão-Pará e Rio Negro, com sede em Belém, e as capitânicas do Maranhão e Piauí pertencentes ao Estado do Maranhão, com capital em São Luís. Cf. SANTOS, 2011, pp. 37-38.

Os três terços de infantaria auxiliar	10 companhias com 100 praças em cada	Por toda a Capitania	3000
Infantaria ordenança de Índios	10 companhias com 100 praças em cada	Por toda a Capitania	2000
A companhia franca de voluntários a cavalo	100 praças	Ilha do Marajó	100
Número total de praças na Capitania do Grão-Pará no ano de 1773			8900

Terços, corpos auxiliares e ordenanças da Capitania do Pará³²³

O quadro acima com a composição e a disposições dos corpos militares, remetido pelo governador Pereira Caldas, tinha sido elaborado, na verdade, segundo ele mesmo, pelo seu antecessor Ataíde Teive, que “estabeleceu e regulou em cada uma das Capitanias deste Estado, mas porque na verdade se executou tão confusa e desordenadamente o dito arranjo, principalmente a respeito dos corpos determinados a esta Capitania e do Rio Negro”³²⁴. Alegava Pereira Caldas que, naquela composição, o disciplinamento da tropa, “na forma que Sua Majestade quer”, ficaria inalcançável. O governador criticava o fato de que o número de indígenas estaria muito elevado; daí a dificuldade de disciplinamento “que aliás, de outro modo só servem de entreter um grande número de sargento mores e ajudantes desnecessários e de se fazer com eles uma despesa tão avultada, como inútil”³²⁵.

Para Pereira Caldas, a indisciplina nos corpos militares se devia, em grande medida, à presença de muitos indígenas na corporação³²⁶. Nas décadas finais do século XVIII, cerca de 1/3 dos postos de capitães, tenentes e alferes da capitania do Rio Negro era de principais indígenas³²⁷. Além disso, lamentava também Pereira Caldas que, ao se misturar o recrutamento de soldados de diferentes distritos para comporem os terços e as companhias, ficava impossível o controle dos assentos dos recrutados, assim como os oficiais dos mesmos corpos militares estarem espalhados pelos mesmos respectivos distritos da capitania. Assim concluía Caldas: “Estando assim os referidos corpos em tal confusão e desordem que nem

³²³ Quadro reproduzido por nós a parti do documento: AHU_ACL_CU_013, Cx. 69, D.5934. Pará, 05/01/1773.

³²⁴ AHU_ACL_CU_013, Cx. 70, D.6003. Pará, 15/15/1773.

³²⁵ *Id. Ibid.*

³²⁶ A respeito do processo de incorporação dos chefes indígenas pelo Estado monárquico português no Vale Amazônico, durante a segunda metade do século XVIII, ver especialmente o quarto capítulo da tese de COELHO, 2005, p. 175-223. In <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08062006-085817/pt-br.php> Acessado em 22/09/2017.

³²⁷ SAMPAIO in *Revista Tempo*, n. 23. http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v12n23a04.pdf Acessado em 21/09/2017; Ver também ROCHA in *Temas Setecentista*, 2011, p. 95-107. <http://www.humanas.ufpr.br/porta/cedope/files/2011/12/Os-%C3%ADndios-oficiais-na-Amaz%C3%B4nia-pombalina-Rafael-Ale-Rocha.pdf> Acessado em 15/11/2017.

os seus mesmos Chefes e Maiores, me sabem dar a razão deles, por mais diligencias que tenho praticado, para ver se o poderia conseguir”³²⁸.

Mesmo com todas as críticas, a organização estabelecida pelo seu sucessor, o governador Pereira Caldas, garantia ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar que se levaria adiante o recrutamento na capitania do Pará e do Rio Negro de “todas as pessoas a exceção dos índios aldeados”, capazes de pegar em armas e de todas as freguesias. Isso serviria para remediar aquela situação que havia sido estabelecida por uma grande quantidade sargentos-mores e ajudantes que, em larga medida, não trabalhavam efetivamente, por conta da desorganização ou da inexistência de terços e companhias. Para tentar amenizar aquele quadro militar, o governador propôs que aqueles oficiais, com maiores patentes, se “entretecem” em receber a metade de seu soldo, e que os oficiais inferiores deveriam permanecer com a totalidade dos seus vencimentos, até que comesçassem a exercer seus postos, quando das vagas abertas em outros terços de outros distritos.

Naquele momento, a maior motivação para a estruturação das forças militares, assim como para o alistamento e o recrutamento de todos os homens capazes de pegar em armas, era o controle social, principalmente das populações indígenas que não vivam tutelados nos aldeamentos. A esse fim, aquele controle se mostrava ineficaz, ficando evidente que as populações indígenas e os outros homens pobres que vivam nas freguesias e nos distritos do Estado do Grão-Pará tinham um modo de vida sedentário, em que seus sítios e roças se deslocavam ao longo das duas estações climáticas bem características do vale amazônico: sol e calor o ano inteiro, sendo que um período com muita chuva e outro com quase nenhuma. Claro que o governador Pereira Caldas só conseguia ver a questão dos recrutamentos e a formação de milícias e companhias como um problema meramente militar, mas fica claro que a incapacidade de controlar socialmente aquelas populações era o maior dissabor para as autoridades portuguesas no Vale Amazônico.

Em 1798, a rainha Maria I expedia uma resolução através do Régio Conselho Ultramarino, estabelecendo “que neste Estado como em todo o Brasil se constituirão os corpos auxiliares no mesmo pé que o Decreto de 7 de agosto do ano passado determinava para os do Reino e que se observe a Carta Régia de 1787”³²⁹. A citada carta versava sobre o ordenamento dos corpos auxiliares à semelhança dos regimentos pagos. O contexto daqueles dois documentos era de que, até aquele momento, só existiam os oficiais dos terços auxiliares

³²⁸ AHU_ACL_CU_013, Cx. 70, D.6003. Pará, 15/15/1773.

³²⁹ AHU_ACL_CU_013, Cx. 111, D.8689. Lisboa, 15/08/1798.

e “nem uma outra realidade tendo decorrido muitos anos sem que fossem preenchidos, nem chamados a serviço ou exercício”³³⁰. Assim, aqueles documentos régios tentavam instruir os governadores das capitanias a efetivarem a existência daqueles corpos militares. Os documentos ratificavam também a forma de recrutamento, na qual “todos os habitantes devem ser alistados”³³¹.

Diante desses direcionamentos, o governador Coutinho comunicava que já havia iniciado algumas alterações na formação dos corpos militares, principalmente naqueles localizados nas vilas da foz do Amazonas e na costa setentrional do Grão-Pará. Na Ilha Joanes, por exemplo, foi instituída uma legião de cavalaria e infantaria auxiliar, ao passo que em Macapá e Mazagão foram extintas a cavalaria e a infantaria. Coutinho deixa escapar que esses regimentos das vilas do Cabo Norte nunca existiram de fato; de todo modo, institui a partir de 1798, apenas tropas auxiliares, “onde apenas de todos os seus habitantes se poderão formar quatro companhias de tropas ligeiras”³³². As Companhias de Macapá, Mazagão e rio dos Macacos deveriam estar a formar um regimento com os terços da vila de Gurupá até os da vila de Santarém, no baixo Amazonas.

Coutinho destacava que essa nova composição das tropas visava garantir, de maneira mais efetiva, as margens do “Amazonas mais imediatas, mui necessárias para a defesa dele e da Praça de Macapá”. O novo plano de reestruturação das forças militares do Estado do Grão-Pará pressupunha o seguinte:

Devendo, pois, ser alistados em Corpos de Milícias todos os Habitantes pela Carta Régia consultiva deles, sendo sete mil pouco mais ou menos os que se contem em termos de pegarem em armas, não devendo a lotação de cada Corpo exceder ao número de oitocentas praças determinado no Plano que acompanhou o decreto de 7 de agosto de 1796³³³

Entretanto, ao receber essas ordens, o governador Coutinho expunha ao Conselho Ultramarino que existiam algumas dificuldades para o cumprimento dos tais novos ordenamentos. A primeira ordem de dificuldade dizia respeito ao pagamento dos soldos dos

³³⁰ AHU_ACL_CU_013, Cx. 111, D.8689. Lisboa, 15/08/1798. Anexo: carta do governador do Grão-Pará d. Francisco de Souza Coutinho, Pará 09/06/1797.

³³¹ AHU_ACL_CU_013, Cx. 111, D.8689. Lisboa, 15/08/1798. Anexo: carta do governador do Grão-Pará d. Francisco de Souza Coutinho, Pará 09/06/1797.

³³² AHU_ACL_CU_013, Cx. 111, D.8689. Lisboa, 15/08/1798. Anexo: carta do governador do Grão-Pará d. Francisco de Souza Coutinho, Pará 09/06/1797.

³³³ AHU_ACL_CU_013, Cx. 111, D.8689. Lisboa, 15/08/1798. Anexo: carta do governador do Grão-Pará d. Francisco de Souza Coutinho, Pará 09/06/1797.

Concluía Coutinho que, ao se atender os números previstos nas normas, sem se preocupar com a localização dos distritos, os corpos ficariam “numa excessiva confusão”, pois os moradores mudavam de domicílio frequentemente. Esse aspecto dizia respeito, principalmente, ao caráter sazonal de algumas atividades agropastoris, que obrigavam os habitantes daquelas freguesias a mudarem seus sítios de morada, semestralmente.

A terceira dificuldade dizia respeito especificamente à Ilha de Joanes, que só tinha moradores suficientes para compor o número determinado para um regimento de infantaria e a extinção do corpo de cavalaria. Porém, argumentava Coutinho que a cavalaria era indispensável para defesa da Ilha nas suas “extensas campinas”. A quarta e última dificuldade elencada pelo governador Coutinho, sobre a nova organização dos corpos militares, foi a que mereceu mais atenção nas suas considerações, e dizia respeito ao “entrar nos Corpos de Milícias indistintamente Índios e Mestiços que atualmente só entram quando tem estabelecimento”. A questão para Coutinho era que, com a admissão nas forças militares de homens sem estabelecimento, a desordem se instalaria nos regimentos, visto que aqueles homens tinham dificuldades de atuar em serviço regular e pesado, sendo desobedientes e desertores de maneira recorrente. Na verdade, o governador Coutinho deixa entrever que o novo plano de organização dos regimentos não conseguiria realizar o controle social daqueles sujeitos – um dos principais objetivos daqueles governantes. Assim descrevia Coutinho aqueles sujeitos:

e quando se formem com eles corpos separados será em pura perda e despesa dos soldos dos Sargentos Mores e Ajudantes, porque nem mesmo na tropa paga é fácil conte-los e disciplina-los, nem eles podem ser úteis, senão para o fim de auxiliar os movimentos dos outros Corpos, para navegar as embarcações e para a pequena guerra por entre Matos e Rios, nunca, porém para [?] ordem e disciplina contra a Tropa Regular. Está foi a causa porque me pareceu formá-los em companhias pelos distritos todas sujeitas a só Chefe para que os se ausentassem de uma parte houvessem sempre de ficar-lhe sujeitos alistando-se em outra, mas sem Sargentos Mores e ajudantes, nem outros oficiais, cuja despesa considerei ficar em pura perda³³⁵.

Além da já destacada incapacidade de controlar a população do Vale Amazônico através do alistamento militar, o governador Coutinho acreditava que essa nova situação de recrutamento traria também outra situação incômoda para o governo do Grão-Pará. Assim,

³³⁵ AHU_ACL_CU_013, Cx. 111, D.8689. Lisboa, 15/08/1798. Anexo: carta do governador do Grão-Pará d. Francisco de Souza Coutinho, Pará 09/06/1797.

Coutinho denunciava que, se realmente o recrutamento de índios e mestiços dispersos fosse levado a cabo sem “distinção e escolha na formatura dos Corpos de Milícias”, não haveria mais razão alguma para manter a proibição de alistar os indígenas aldeados. O governador alegava que, até aquele momento, os aldeados nunca haviam entrado com regularidade nos corpos de milícias, existindo somente alguns oficiais índios³³⁶ nas aldeias. Para Coutinho, todos os indígenas indistintamente deveriam passar ao recrutamento obrigatório³³⁷. Em 1802, quatro anos após as considerações sobre os problemas enfrentados com a criação e a efetivação dos postos e dos corpos de milícias, o governador Coutinho ainda se encontrava envolvido com a referida criação e com o reconhecimento das patentes sem emolumentos³³⁸.

Nas comunicações oficiais entre os governadores do Grão-Pará e os secretários de Marinha e Ultramar, assim como nos ofícios daqueles com o Conselho Ultramarino, fica evidente a preocupação em (re)estruturar as forças militares no Vale Amazônico, especialmente nas áreas fronteiriças. Esta situação estava diretamente ligada aos cuidados com a prevenção em repelir as intenções de franceses, holandeses e espanhóis³³⁹ em ultrapassar as linhas demarcatórias que delimitavam os territórios portugueses com os daqueles países. A esse respeito, Christiane de Mello afirma:

Interessante notar que, essa região não viveu uma guerra aberta, direta. No máximo, o que ela experimentou foi a presença de estrangeiros considerados invasores pelas autoridades coloniais portuguesas. Portanto, o que caracteriza o ambiente militar dessa região não foi, de forma alguma, uma guerra de fato, mas, sim, uma ameaça que se fazia permanente, silenciosa, insidiosa e que frequentemente se infiltrava na região considerada de domínio português. Essa situação demandava das autoridades a “cautela com que sempre se deve ter prevenida a defesa”. Nesse contexto, era necessário adotar medidas preventivas: de vigilância nas possíveis entradas, rios e caminhos por onde os vizinhos imperceptivelmente pudessem se fazer presente e, de alguma maneira, ameaçarem a soberania do rei de Portugal. Assim, as palavras recorrentes na documentação desse período sobre essa região são: cautela, prevenção, prudência, suspeita, vigilância e observação³⁴⁰.

³³⁶ ROCHA, 2011 in <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Os-%C3%ADndios-oficiais-na-Amaz%C3%B4nia-pombalina-Rafael-Ale-Rocha.pdf> Acessado em 18/09/2017; FERREIRA, 2016 in <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8320> Acessado em 18/09/2017; CARVALHO Jr. in CARDOSO; NOGUEIRA, 2015, p. 57-72.

³³⁷ O recrutamento de indígenas na última década do século XVIII foi intenso. Entre os anos de 1793 e 1794, mais de dois mil indígenas foram recrutados para servirem no Arsenal de Marinha de Belém, com vistas à construção de embarcações de guerra, sendo no total 22 embarcações: 4 fragatas, 3 charruas, 3 bergantins e 12 chalupas artilhadas. A esse respeito, ver NOGUEIRA in POSSAMAI (org.), 2012, p. 283-298. In <http://wp.ufpel.edu.br/nphr/files/2017/08/CONQUISTAR-E-DEFENDER-2.pdf> Acessado em 21/09/2017.

³³⁸ AHU_ACL_CU_013, Cx. 123, D.9503. Pará, 01/12/1802.

³³⁹ MELLO in *Revista de História Comparada*, 2016, p. 62.

³⁴⁰ *Idem*, p. 63.

A situação descrita acima fazia com que o todo o entusiasmo de militarizar a região, em alguns momentos da segunda metade do século XVIII, com os recrutamentos compulsórios, as tentativas de disciplinamento e treinamentos, tendia a “se enfraquecer, esmaecer”³⁴¹. Para Mello, os recursos financeiros, a intensidade das medidas, das mobilizações e dos recursos financeiros tendeu a ser moderada e até mesmo fraca, se comparada aos processos militares vividos em outras partes da América Portuguesa, com guerras efetivas contra outros países europeus.

Além desses aspectos elencados por Mello, acrescentaríamos que a extrema dificuldade das autoridades militares e civis de levarem a cabo o referido processo de militarização da região também se deveu, como reconheceram os próprios governadores Pereira Caldas e Francisco Coutinho, ao insucesso de arregimentação da população local para compor os corpos militares. Tal incapacidade foi menos pela precariedade das estruturas administrativas portuguesas no Vale Amazônico, como já apontado no primeiro capítulo desta tese, e mais pela força do modo de vida das populações-alvo dos controles militares. Aquele modo de vida, principalmente os aspectos ligados à sazonalidade das atividades extrativistas e agropastoris, já apontadas em parágrafos anteriores deste capítulo, não permitia o sucesso do controle dos recrutamentos e da disciplina, vislumbradas pelas autoridades civis e militares, naquelas terras.

2.2 – Fugas, recapturas e devoluções de escravos na fronteira das Terras do Cabo Norte

Como vimos anteriormente, durante o período colonial, recorrentemente no Estado do Brasil, formavam-se corpos de milícias e tropas voluntárias com pretos forros e escravos desde o século XVI, processo intensificado na centúria do XVIII³⁴². No Estado do Grão-Pará e Maranhão³⁴³, aquelas formações não foram tão comuns, sendo a presença de tropas com

³⁴¹ *Idem*, p. 75.

³⁴² SILVA in *Revista de História/USP*, n. 169, pp. 111-144, 2013. In <http://www.scielo.br/pdf/rh/n169/0034-8309-rh-169-00111.pdf> Acessado em 04/09/2017. Ver também MELLO in *História: Questões e Debates*. Editora UFPR, nº 45, 2006, p. 29-56. In <http://revistas.ufpr.br/historia/article/viewFile/7944/5593> Acessado em 04/09/2017.

³⁴³ No período de 1621 a 1751, as capitanias do Pará, do Maranhão e do Ceará estiveram organizadas na jurisdição do Estado do Maranhão e Grão-Pará, sendo São Luís a sede, onde ficava instalado o capitão-general ou governador-geral. O governo do Pará ficava a cargo de um capitão-mor, que era subalterno ao governador-geral. A partir de 1751, a capitania passou a ser denominada de Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém, local de moradia do capitão-general do Estado; então os governadores do Maranhão, Rio Negro (capitania criada em 1755) e Piauí ficavam subordinados às ordens advindas de Belém. Essa situação perdurou até a década 1770, quando houve uma nova reconfiguração, na qual surgiram o Estado do Grão-Pará e Rio Negro e o Estado do Maranhão e Piauí, estes autônomos entre si. Ver SANTOS in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 447, 2010, p. 75-94. In: https://drive.google.com/open?id=0BydR8nHYLc_Ka2N0c1ZhdFpsNEE Acessado em 22/09/2017.

indígenas auxiliares um processo intenso e numeroso, principalmente a partir de 1750³⁴⁴. Em especial, a partir de 1757, com a introdução da política indigenista formulada pelo Estado lusitano, denominada de *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão: enquanto Sua Majestade não mandar o contrário*. Essa legislação visou à transformação do estatuto do indígena, tornando-o vassalo português, gozando dos mesmos direitos, honrarias e deveres dos demais súditos da Coroa, inclusive no exercício de funções administrativas³⁴⁵.

Essa situação proporcionou uma intensificação na formação de corpos auxiliares e tropas regulares com indígenas no Vale Amazônico³⁴⁶, ao longo da segunda metade do século XVIII, como no ofício expedido pela Secretária da Capitania do Grão Pará, em abril de 1776, que ordenava aos soldados índios a obediência aos procedimentos de conduta estabelecidos e manutenção do sigilo sobre o cumprimento de seus serviços³⁴⁷; ou no ofício da mesma secretaria, que solicitava informações sobre a representação feita contra o capitão Domingos Ribeiro – acusado de utilizar, em serviços particulares, os soldados índios de sua companhia³⁴⁸.

Em 1763, com a obra de construção da fortaleza de São José de Macapá em andamento, 174 “pretos do Senado da Câmara desta cidade”³⁴⁹ eram utilizados nos trabalhos da obra. O governador da Praça, Nuno Varona, afirmava que, mesmo com incansável cuidado e vigilância com trato e modo, não estava conseguindo evitar as doenças e as fugas daqueles trabalhadores, pois somente os fugidos somavam 17 naquele momento. Sobre as tentativas de recaptura, comunicava Varona:

Com a Tropa e os melhores índios tenho feito as possíveis diligências, que fico continuando e me ocorrem para os tirar destes matos; sem que até a data desta colhesse mais fruto que apreenderem-se 6. [...] parece-me que seria muito conveniente proceder a prisão em calcetas, o castigo moderado, dos açoutes, para que o temor contivesse aos mais da ideia de fugirem³⁵⁰.

³⁴⁴ ROCHA in *Temas Setecentista*. In <http://www.humanas.ufpr.br/porta/cedope/files/2011/12/Os-%C3%ADndios-oficiais-na-Amaz%C3%B4nia-pombalina-Rafael-Ale-Rocha.pdf> Acessado em 04/09/2017. Ver também: SAMPAIO, 2012.

³⁴⁵ COELHO; SANTOS in *Revista de História/USP*, n. 168, 2013, p. 102-103. In <http://www.scielo.br/pdf/rh/n168/0034-8309-rh-168-00100.pdf> Acessado em 04/09/2017.

³⁴⁶ Na nossa pesquisa, seguiremos a denominação de “Vale Amazônico”, sugerida por Artur Cezar Ferreira Reis (1993), visto que o termo “Amazônia” só surgiu na documentação e na historiografia do século XIX.

³⁴⁷ A respeito da documentação que trata dos indígenas no Grão-Pará, verificar o repertório referente à mão de obra indígena, do fundo de secretaria do governo (colônia e império). In *Anais do Arquivo Público do Pará*, 1996, p. 12-121.

³⁴⁸ *Id. Ibid.*

³⁴⁹ Correspondência de diversos com os governadores. São José de Macapá, 26/2/1765 Doc. 36. In VERGULINO-HENRY; FIGUEIREDO, 1990, p. 79-80.

³⁵⁰ *Id. Ibid.*

Duas semanas depois da correspondência anterior, Varona comunicava ao governador do Grão-Pará que ter colocado cacetas nos escravos recapturados tinha dado resultado em partes, pois houve mais fugas e 8 trabalhadores continuavam metidos nos matos. Porém, assegurava Varona que alguns deles tinham sido vistos nos matos próximos e a sua recaptura não tardaria³⁵¹. Apesar de ter assegurado que iria conter as fugas e recapturar os fugidos, quatro meses após a promessa do governador da Praça, o “grande número de pretos ausentes” só aumentava, segundo novo ofício ao governador da Capitania³⁵². A fuga dos escravos do canteiro de obras da fortaleza fazia aumentar a ausência dobrada de trabalhadores na construção, pois, além da ausência dos que fugiam, era necessário, ainda segundo Varona, tirar outros escravizados para “irem procurá-los por tão dilatadas campinas e matos”³⁵³. O ofício revela também como eram formadas aquelas milícias para tentar recapturar escravos fugidos. O governador da Praça prometia para aqueles dias “expedir várias partidas de Índios, Pretos ladinos e soldados, a ver se consigo apreender todos os outros deles”³⁵⁴.

Ao acompanhar as comunicações feitas pelo governador Varona a respeito daquelas fugas e das tentativas de recapturas dos trabalhadores de origem africana do canteiro de obras da fortaleza, percebemos que à medida que o controle e os castigos “aumentam moderadamente”, o número de pessoas que fugiam crescia três vezes. Em fevereiro daquele ano de 1765, eram 17 e, em julho, 51 ausentes. Na tentativa de recapturar todos os fugidos, o governador organizou uma grande tropa de 25 homens, que contava com militares, índios e pretos ladinos, divididos em partidas. Mesmo com toda a mobilização das autoridades locais, o êxito da recaptura não foi total, pois ainda continuaram fugindo pelos largos matos e campinas dez escravos.

Após a realização da ronda com a milícia formada para a recaptura dos escravos fugidos do canteiro de obras da fortaleza, sem dúvida, a maior que foi formada naquele período, ainda restavam escondidos nos matos 10 fugitivos. Parecia que, para o comandante da Praça de Macapá, recapturar aqueles trabalhadores era fundamental para que mais fugas não ocorressem, mostrando aos demais cativos que a fuga não garantia liberdade alguma, pois as rondas recapturariam a todo custo aqueles sujeitos. Ainda em agosto daquele ano de 1765, foi organizada uma nova partida de milicianos para tentar recapturar os escravos

³⁵¹ Correspondência de diversos com os governadores. São José de Macapá, 26/2/1765 Doc. 36. In VERGULINO-HENRY; FIGUEIREDO, 1990, pp. 80-81.

³⁵² *Idem*, p. 81-82.

³⁵³ *Id. Ibid.*

³⁵⁴ *Id. Ibid.*

fugitivos que restavam livres. Dessa vez, a tropa se fez bem menor, contando com 2 soldados, 4 índios, 1 preto ladino e um capitão comandando a milícia³⁵⁵.

Porém, em setembro, o comandante Varona comunicava ao governador do Grão-Pará que, além dos 10 escravos que continuavam fugidos, mais 13 tinham se “ausentado da vila”. Dessa vez, essa fuga envolveu uma tentativa, por parte daqueles escravos pertencentes ao senado da câmara, de levarem junto os “pretos e pretas” dos moradores. Segundo o comandante, os escravos haviam combinado até mesmo o momento da fuga, que seria na noite do dia 17 setembro. Mas, os “incitadores” foram identificados e “açoitados moderadamente”; mesmo assim, lamentava Varona que aqueles 13 fugiram com todo o controle empregado. Para a aproximação entre os escravos empregados na obra da fortaleza com os dos moradores da vila, eram prometidos

quatro homens e um sargento posados na casa do alojamento dos mesmos pretos [do Senado da Câmara], lhes façam uma rigorosa vigia, durante a noite; tendo-lhe proibido toda a comunicação com os escravos destes moradores e recomendando a inalterável observância das ordens que tenho distribuído e os seus guardas e as rondas dos oficiais que vigiam de noite esta Praça, ao fim de os conter...³⁵⁶

Todo o cuidado em conter as fugas, prometido pelo comandante da Praça, Varona, não surtiu efeito. No mês seguinte à promessa feita, ele escrevia: “não lhe posso inteiramente evitar as fugidas em que continuam, com todas aquelas precauções que tomo para lhes evitar”. Ele destacava resignando um mês depois da promessa feita que as fugas não só continuavam como não se limitavam mais apenas para os matos e campinas próximas. O comandante assegurava que os escravos fugidos tinham passado em jangadas pelo rio Matapi e se instalado nas campinas do rio Uanarepecu e nos lagos do rio Arapecu³⁵⁷. Dois anos após os relatos dessas fugas, o comandante de Macapá apresentava uma “relação dos pretos ausentes, falecidos, doentes e prontos. O número de fugido já havia subido para 45”³⁵⁸. Ao longo da década de 1760, as fugas ficaram cada vez mais recorrentes e as tentativas de contê-las, cada vez mais frustradas. Assim, como as tentativas das rondas de recapturas também se mostraram incapazes de restituir aos moradores e à câmara do senado seus escravos, no

³⁵⁵ Correspondência de diversos com os governadores. São José de Macapá, 21/07/1765 Doc. 61. In VERGULINO-HENRY; FIGUEIREDO, 1990, p. 82.

³⁵⁶ Correspondência de diversos com os governadores. São José de Macapá, 21/07/1765 Doc. 61. In: VERGULINO-HENRY; FIGUEIREDO, 1990, pp. 83-84.

³⁵⁷ Idem, ibidem, p. 85.

³⁵⁸ Idem, ibidem, p. 91.

começo da década seguinte, uma autoridade da vila decretava que a fuga entre aqueles sujeitos havia sido “estabelecida por costume”³⁵⁹.

O crescimento do número de fugas de escravos de origem africana e o aparecimento de mocambos no Cabo Norte, no decorrer dos anos de 1760, podem estar diretamente relacionados ao aumento da quantidade daqueles trabalhadores na construção da fortaleza de São José de Macapá. Até então, era mais comum notícias de mocambos na capitania do Grão-Pará, formados por indígenas. Em 1760, o secretário de Estado de Marinha e Ultramar, Mendonça Furtado, ainda com a memória recente do seu tempo de capitão-general e governador, recebia a notícia que, naquele ano, os melhores meios de se conseguir a “utilidade espiritual das almas” dos indígenas eram os descimentos dos sertões e dos mocambos³⁶⁰. Ainda naquele ano, segundo o ofício enviado pelo governador Manuel Bernardo de Melo e Castro, o maior descimento foi de um mocambo que destinou 62 indígenas de ambos os sexos para a vila de Sintra. Este descimento foi realizado por um índio que, como recompensa, recebeu do governador a patente de “principal”, o que fez o indígena prometer um descimento ainda maior.

A documentação estudada permite afirmar que a formação de corpos de milícias com pretos escravos ou alforriados no Grão-Pará, mais especificamente na vila de São José de Macapá, aconteceu, ainda que de maneira esparsa, em dois momentos que estavam ligados entre si. Primeiro, nos momentos de tensão na fronteira com a Guiana Francesa, quando a notícia da ameaça de invasão das Terras do Cabo Norte, pelos franceses, se tornava premente. Segundo, nos momentos em que aqueles corpos de milícias se formavam para as inúmeras tentativas das autoridades coloniais e colonos de recapturar os escravos fugidos e de destruir os mocambos existentes na região.

Em agosto de 1755, o bispo do Pará, Miguel de Bulhões e Souza, então governando a Capitania, em função da ausência do governador Mendonça Furtado, consultava o secretário de Estado da Marinha e Ultramar sobre a devolução de alguns pretos escravos fugidos de Caiena. O bispo lembrava que os tais pretos (19 no total) haviam fugido de Caiena para o Grão-Pará em 1752 e foram devolvidos para os franceses obedecendo a uma Real Ordem, que previa também o não castigo com rigor dos escravos restituídos. Acontece que, segundo o relato do bispo, os pretos foram castigados com rigor, o que levou quatro deles a fugir do presídio de Caiena novamente para a Praça de São José de Macapá, de onde foram

³⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 93.

³⁶⁰ AHU_ACL_CU_013, Cx. 47, D. 4344. Pará, 05/11/1760.

remetidos para Belém. Os pretos fugidos foram distribuídos para alguns moradores, mas a dúvida do bispo era como proceder se os franceses voltassem a requisitar seus escravos.

O episódio apresenta uma situação interessante, vivida por aqueles quatro escravos fugidos de Caiena: Aleixo Garneiro, Bernardo de Almeida, Bonifácio e Germano – não pela fuga em si, fato bem recorrente na fronteira entra a Guiana Francesa e o Grão-Pará, mas pela forma como, em alguns momentos, os escravos recorreram à condição de refugiados, ou seja, a percepção política e estratégica daqueles homens apontou para a busca de refúgio nas autoridades do governo do Grão-Pará. No auto de perguntas feitas aos escravos pelo desembargador João da Cruz Diniz Pinheiro, declarava esse magistrado: “se façam perguntas os quatro pretos que vieram fugidos de Caiena para esta Capitania para efeito de servi no conhecimento da qualidade dos ditos Escravos, das causas, e motivos para que se vieram refugiar”³⁶¹.

É significativo pensar que os escravos fugidos tinham uma leitura política própria dos tratados de extradição recíproca de escravos entre as autoridades metropolitanas de Portugal e França. Essa passagem é emblemática, pois, como já apontaram Flávio Gomes e Carlos Soares, durante o período da escravidão no Brasil e em outras partes da América, os africanos e seus descendentes não viviam isolados do mundo das ideias políticas, sendo vários os momentos em que eles provaram conhecer e avaliar a conjuntura à sua volta³⁶².

As deserções dos escravos de Caiena estavam também acontecendo nas vilas, mais especificamente na cidade de Belém. Em 1763, o então governador do Grão-Pará, Manoel Bernardo de Melo e Castro, se mostrava preocupado com a quantidade de fugitivos que se refugiavam naquela cidade vindos de Caiena³⁶³. Dizia o governador que, por ser Belém a cidade mais próxima da colônia de Caiena, ela acabava por se tornar a mais propícia para asilo dos escravos. Naquele momento, o governador relatava que estavam trabalhando no arsenal “três pretos” fugidos da Guiana Francesa que, por serem bons carpinteiros navais, estavam trabalhando no conserto e no fabrico de embarcações. Dizia ainda o governador que, ao serem perguntados por que haviam fugido, os “pretos” responderam que a colônia padecia de uma grande escassez de alimentos, que os obrigava a procurar refúgio em outro lugar. Porém, Melo e Castro não sabia precisar se isso era somente uma desculpa para sempre executarem suas fugas ou se de fato a cidade de Caiena passava por dificuldades de acesso a alimentos.

³⁶¹ AHU_ACL_CU_013, Cx. 39, D. 3624. Pará, 17/08/1755.

³⁶² GOMES; SOARES in *Estudos CEBRAP/USP*, n. 63, 2002, pp.131-144.

³⁶³ AHU_ACL_CU_013, Cx. 54, D.4954. Pará, 30/06/1763.

Algumas questões se colocam frente a essa resposta aparentemente óbvia e convincente do governador Melo e Castro: se a facilidade de fuga e refúgio era a mesma dos escravos do Grão-Pará para a região de Caiena, área em que existiam muitos mocambos, por que nessa documentação aparecem poucos pedidos oficiais de devolução de escravos fugidos do Grão-Pará para a Guiana Francesa?

Podemos afirmar que, na documentação portuguesa depositada no Arquivo Histórico Ultramarino, no período pesquisado, sobressaem os registros de capturas e dismantelamentos de mocambos. Evidentemente, as autoridades da capitania do Grão-Pará privilegiavam esse teor nas informações repassadas aos seus superiores na metrópole. Os registros das fugas e das formações de mocambos aparecem bem menos e de maneira indireta, quando invariavelmente se anotavam as apreensões. Assim como, na referida documentação, são muito mais numerosos os pedidos de devolução de escravos fugidos das autoridades da Guiana Francesa para as portuguesas do que o contrário. Lembremos que até o momento temos trabalhado com a documentação exclusivamente portuguesa, mas mesmo assim, em sendo as fugas de escravos e a formação de mocambos, principalmente na região da Vila de São José de Macapá, um problema crônico para os governadores, era de se esperar que existissem registros de escravos fugidos do Grão-Pará para Caiena e seus respectivos pedidos de devolução.

Numa leitura mais apressada da documentação disponível, pode parecer que eram mais recorrentes as fugas de pretos escravos de Caiena para o Grão-Pará do que o contrário. Na verdade, até o momento, podemos afirmar que eram mais corriqueiras as fugas de escravos de Caiena que se refugiavam junto às autoridades portuguesas; daí um número bem mais significativo de registros dos pedidos de devolução por parte das autoridades francesas. Parece que as fugas da parte ocidental de escravos do Grão-Pará eram mais voltadas para as áreas de mocambos, entre 1760 e 1803, do que para Caiena. Esse cenário pode explicar o baixo número de solicitações de devoluções de escravos fugidos por parte das autoridades portuguesas junto às francesas.

Para algumas autoridades portuguesas, a restituição de escravos fugidos para o governo de Caiena também poderia ser uma maneira de se obter informações a respeito das intenções e das movimentações dos franceses na área entre os rios Oiapoque e Araguari. Em 1783, o governador da Praça de Macapá, Manoel da Gama Lobo de Almada, escrevia para o governador do Grão-Pará, Martinho de Souza e Albuquerque, dando conta da construção

de uma fortificação nas vizinhanças do rio Araguari. Tais informações foram obtidas a partir do relato de um espanhol que desertou do lado francês:

No fim de julho deste ano me foi trazido do Lago de Araguari um Espanhol que me disse ser Desertor dos Franceses, contando-me que eles tratam de se fortificar num Estabelecimento novo que pelo que ele diz distara' de Macapá, pelo Rio pouco mais ou menos doze dias. Por terra não' posso calcular porque não' sei os passos mãos que haverá a vencer
[...] dissimulando a Comissão de que vai encarregado com o pretexto de ir entregar alguns escravos que de Caiena tem fugido; e para isto me lembro de uns Pretos que eu remeti ao Senhor General Antecessor de Vossa Excelência cujos os Pretos me não consta que fossem ainda restituídos quando não' haja este meio, temos o outro de figurarmos que nos havendo faltado uns poucos de escravos com o destino de fugirem para Caiena manda Vossa. Excelência prevenir no primeiro Estabelecimento de França que houve mais vizinho de Macapá, para que se aparecerem por ali os ditos Pretos nos sejam logo restituídos. Com qualquer destes disfarçados pretextos, ou com outros que semelhante ocorreram, um oficial Engenheiro de capacidade, e com inteligência e sagacidade, poderá voltar com as precisas noções do que se pretende averiguar³⁶⁴.

A estratégia sugerida pelo governador de Macapá não era nova. No final do mês de outubro de 1777, em mais uma diligência, recorrente naquele momento, pela costa do Cabo Norte, para verificar a movimentação dos possíveis invasores das fronteiras da Guiana Portuguesa, o cabo de esquadra da Praça de São José de Macapá, Leonardo José Ferreira, junto com o soldado Adão Manoel e cinco indígenas que equipavam a canoa, chamados: Afonso da Silva, Lopo Manoel, Manoel Inácio e Cipriano da Silva (oriundos da vila de Chaves); Domingos José era do lugar de Rebordelo, quando navegavam pelo rio Calçoene, a ronda se deparou com dois pesqueiros “pertencentes aos franceses de Caiena”³⁶⁵. Estes estavam há dois dias distantes do rio Oiapoque, primeiro território francês do outro lado da fronteira. O cabo disse aos integrantes dos pesqueiros que estava procurando “uns pretos fugidos” e por isso, segundo ele, não causou desconfiança naquelas pessoas, descritas como índias e mestiças, de que na verdade estaria examinando as intenções dos franceses em guerrear com os portugueses pelos territórios da foz do rio Amazonas.

Com a mesma desculpa, o cabo Leonardo se apresentou ao filho de um principal e a alguns índios de uma aldeia que ficava a duas horas do rio Calçoene. A resposta obtida das pessoas foi que não havia movimentação militar em Caiena, muito menos de tropas enviadas da Europa. Pelo contrário, havia mais de seis meses que não chegava nenhuma embarcação

³⁶⁴ AHU_ACL_CU_013, Cx. 90, D. 7368. Pará, 09/12/1783.

³⁶⁵ AHU_ACL_CU_013, Cx. 78, D.6505. Pará, 30/12/1777.

e que a maior notícia era a falta de sal naquela cidade. Segundo o cabo, todas as pessoas com quem ele conseguiu alguma informação asseguraram que recorrentemente viajavam para Caiena, sendo esse trânsito corriqueiro. Asseguraram também que os franceses tinham planos de construir uma nova fortaleza na povoação do Oiapoque e que para lá chegaram muitos casais para o povoamento.

Do pequeno relato sobre a fronteira, produzido pelo cabo de esquadra Leonardo, nada de muito diferente das observações feitas pelas inúmeras diligências de militares portugueses, feitas ao longo das últimas décadas do século XVIII. Chama mesmo atenção o estratagema criado para justificar a presença da canoa da Praça de Macapá no rio Calçoene. Não o fato de ter se inventado uma mentira, mas o conteúdo da mesma e a forma como ela foi aceita. Como já vimos no capítulo III desta tese, esse estratagema era recorrente. Parece que as autoridades recorriam a uma história que retratava um fato corriqueiro; por isso seus interlocutores não “suspeitaram”, pois as fugas de escravos, naqueles caminhos da costa da Guiana Portuguesa, eram tão comuns que faziam parte da paisagem.

Um ofício do governador Pereira Caldas, em fevereiro de 1778, para o secretário de Marinha e Ultramar ajuda na compreensão dessa questão. Caldas tratou das relações de convívio entre os moradores daquela parte do Estado do Grão-Pará com os moradores de Caiena, mais especificamente, a deserção de escravos e os muitos mocambos naquela área fronteiriça³⁶⁶. Além de ratificar as informações já passadas, Caldas noticiava

que o governador comandante [de Caiena] ficava a sair em um barco, na diligencia de visitar, se dizia, os dependentes destacamentos e a vir por um pequeno de novo pesqueiro que os franceses conservam e se tem naquela Costa avançado a nossa maior vizinhança, dizendo-se também que isto era para conter a deserção de escravos daquela Colônia aos mocambos que por ali formavam [Costa]³⁶⁷.

Para os escravizados fugidos, ainda no início da segunda metade do século XVIII, em 1752, o então governador do Grão-Pará, Mendonça Furtado³⁶⁸, denunciava ao rei D. José I que os oficiais de justiça e os moradores da referida capitania não estavam cumprindo as leis que versavam sobre a colocação de uma marca com ferro quente “aos mocambos escravos pretos fugidos para os quilombos daquele Estado”³⁶⁹. Porém, Furtado lembrava que

³⁶⁶ AHU_ACL_CU_013, Cx. 79, D. 6527. Pará, 10/02/1778.

³⁶⁷ AHU_ACL_CU_013, Cx. 79, D. 6527. Pará, 10/02/1778.

³⁶⁸ AHU_ACL_CU_013, Cx. 33, D. 3151. Pará, 16/11/1752.

³⁶⁹ Leis de 03/03/1741, de 30/05/1750 e de 12/05/1751. Conferir a referência no: AHU_ACL_CU_013, Cx. 33, D. 3151. Pará, 16/11/1752.

os indígenas fugidos pegos acoitados nos mocambos não poderiam passar pelo procedimento de ter o corpo marcado, como os pretos fugidos, visto que naquele momento vigorava a provisão real do Conselho Ultramarino de 1751, que proibia tal marcação nos indígenas recuperados junto aos mocambos. Pelos costumes dos moradores dos distritos do Grão-Pará, dizia Furtado que todo indígena escravizado recapturado se marcava com um ferro quente no peito a letra inicial do nome do suposto senhor do indígena recapturado junto aos mocambos. Aqueles indígenas recapturados eram considerados escravos³⁷⁰. Mendonça Furtado relatava que o costume dos moradores com os indígenas havia surgido quando

Teve princípio no indiscreto zelo destes cabos de tropa que se mandavam ao sertão a resgatar ou capturar Índios, não querendo que se lhe trocassem os que pertenciam a Fazenda Real, os mandou marcar a todos. Como estes povos viram este exemplo, que são ignorantes em sumo grão, entraram a imita-los, excedendo quanto vai de uma marca, a um nome inteiro.

Como este pernicioso costume se tinha difundido na maior parte destes moradores e seja impossível castigasse um povo inteiro, mas também não é justo que se consinta que continuem a tyrannizar os índios.³⁷¹

Em 1773, as autoridades do Grão-Pará e da Guiana Francesa continuavam restituindo e recebendo os trabalhadores escravizados fugidos encontrados em territórios vindos do outro lado das fronteiras entre as Guianas Portuguesa e Francesa. Naquele ano, no mês de novembro, chegou a Belém, vindo de Caiena, a chalupa com o comandante do Oiapoque, Monsieur de Casabliere, com uma missão importante. Este seguia as ordens do governador de Caiena de “restituir e igualmente receber os escravos destas duas colônias”³⁷². A comitiva francesa trazia “nove escravos”, sendo sete pretos, uma mulata e um filho pequeno³⁷³. O emissário francês ficou nas redondezas de Belém por 12 dias; sua estada se deu num sítio denominado Pinheiro, distante 3 léguas da capital. No período daqueles dias, passou ancorada a equipagem da embarcação francesa aproveitando para fazer consertos na chalupa “destroçada pela viagem”. Segundo o governador do Grão-Pará, João Pereira Caldas, o representante do governador de Caiena esteve com ele por duas vezes:

Na primeira fazer entrega da carta de seu governador de Caiena, com os pretos portugueses que nos seus distritos se achavam

³⁷⁰ FERREIRA *in* AMOROSO; FARAGE, 1994; FARAGE, 1991; DOMINGUES, 2000.

³⁷¹ AHU_ACL_CU_013, Cx. 33, D. 3151. Pará, 16/11/1752.

³⁷² AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6083. Pará, 29/11/1773.

³⁷³ Liste des Negres Desertuers du Pará: Joseph du Seigneur Antonie; Joseph du Seigneur Philippe; Joseph du Seigneur Pvuhiéon; Manoel du seigneur Francisque; Antonie du Seigneur Manoel e Girou; Antonie Martial du Seigneur Pierre; Juane du Seigneur Manoel. *In* anexos de AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6083. Pará, 29/11/1773.

refugiados; e na segunda, receber semelhantemente os escravos franceses que fugidos a seus senhores tinham buscado asilo nesta Capitania.

Reparando eu em o Governador de Caiena não mandar o perdão em papel distinto, que autentique aquele induto, como clausula essencial do Tratado, ou Ajuste, de 1732, em que se determinou a reciproca entrega dos escravos destes dois diferentes Domínios, duvidei dar-lhe o que já tinha lavrado a favor dos Pretos restituídos, e escrevendo a Monsieur de La Sabriele sobre este ponto, me satisfez na forma que a Vossa Excelência farão evidente as cópias, que ajunto as mais, para que por todas elas venha Vossa Excelência no conhecimento de que obrei a este respeito, com cautela e civilidade que pedia este negócio, tratado por uma Nação vizinha e guerreira³⁷⁴.

A troca de trabalhadores escravizados fugitivos dos domínios do Grão-Pará e de Caiena já era uma prática instituída entre os governos, pelo menos de maneira recorrente desde os anos iniciais da década de 1750. Essa prática, como lembrou Pereira Caldas, estava resguardada no acordo firmado entre os reis de França e Portugal, ainda no início dos anos de 1730. O perdão a que se referia Caldas dizia respeito ao comprometimento, por parte das autoridades, de que os recapturados não seriam castigados fisicamente em demasia. As práticas dos castigos excessivos por parte dos franceses já haviam sido denunciadas por governadores anteriores a Caldas. Evidentemente que o argumento de que os castigos aplicados aos trabalhadores escravizados recapturados era uma retórica dos governantes portugueses, que tentavam instituir a ideia de que a escravidão praticada pelos portugueses era mais branda. Como já vimos neste capítulo, aos trabalhadores recapturados na capitania do Grão-Pará era impressa uma marca com a letra do proprietário ou seu nome a ferro em brasas.

Era exatamente aquele documento de perdão aos fugitivos recapturados que garantia que eles fossem entregues pelos governantes que estavam com a posse momentânea do trabalhador. Como o representante do governo de Caiena não trazia consigo a declaração, Pereira Caldas se negou a entregar os trabalhadores escravizados fugidos da Guiana Francesa. Segundo comunicou Pereira Caldas ao secretário da Marinha e Ultramar, o oficial francês aceitou a negativa de entrega dos trabalhadores de Pereira Caldas com “boa política e prudência”. Lembrou ainda Pereira Caldas que o capitão francês da fortaleza de Oiapoque enviado para Belém já tinha sido “mandado pelo governador de Caiena na mesma diligencia de transportar escravos fugidos desta capitania e de conduzir os que nela se acham da sua Colônia”, no tempo do governo de seu antecessor, Ataíde Teive. Muito embora o governador

³⁷⁴ AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6083. Pará, 29/11/1773.

do Grão-Pará tivesse notícia de cinco trabalhadores escravizados de Caiena³⁷⁵ que estavam em Belém, em função da ausência do perdão, ele não restituiu aquelas pessoas. Em função da boa relação estabelecida no encontro, o governador do Grão-Pará garantiu que, no retorno a Caiena, a comitiva francesa seria acompanhada pela embarcação da guarda costa pela passagem no rio Amazonas até o Cabo Norte.

Em março de 1793, pouco mais de três anos após ter assumido o posto de capitão general e governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho vislumbra realizar um “giro” pelo Estado, especialmente para inspecionar as praças militares da capitania³⁷⁶. Preocupava ao governador, naquele momento, a falta de “munições e de gente”, como na fortaleza de São José de Macapá. Mesmo diante desse quadro deficitário descrito pelo governador Coutinho, ele assegurava que, na costa da Guiana Portuguesa,

Não tem havido novidade alguma nem noticia dos movimentos dos nossos vizinhos: estou a mandar o sargento Manoel Felipe até as povoações imediatas da confinante Colônia e de que souber ou ocorrer de novo informarei a Vossa Excelência pelos navios que se hão de seguir a estes. Entretanto, julgo que nada temos que temer de alguma surpresa com que se me ditasse investir a Praça do Macapá, conforme o que me tem participado o governador dela, e lhe tenho recomendado³⁷⁷.

Nos anos finais do século XVIII, as fronteiras entre as Guianas Francesa e Portuguesa continuavam agitadas e imprecisas. O aparente sossego descrito por Francisco Coutinho, com relação aos interesses dos franceses em se apossar dos territórios portugueses, de forma alguma condiz com as vidas dos sujeitos que habitavam aqueles campos, matas e beiras de rios. Nesta tese, compreendemos aquela fronteira como o lugar onde etnias indígenas e negros escravizados, alguns em fuga do cativeiro, se comportavam exatamente como pessoas comuns com todas as suas complexidades³⁷⁸. Esses sujeitos eram a outra face, como denominou Flavio Gomes, das disputas coloniais envolvendo tratados e diplomacias metropolitanas francesas, holandesas, espanholas, inglesas e portuguesas³⁷⁹; uma face que continha

³⁷⁵ “Relação dos escravos fugidos de Caiena, e de que só se pode adquirir notícia no Estado do Grão-Pará, do domínio de sua majestade fidelíssima: Luis Caiena, que pertenci ao senhor Demontê; Luiz Antonio e sua mulher Maria Mulata, escravo do senhor Demontê, e esta escrava, ou da obrigação do senhor de Lombardié; Antonio Simuel, escravo do senhor Simuel; José Sujomete, escravo do senhor Sujomete”. In anexos de AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6083. Pará, 29/11/1773.

³⁷⁶ AHU_ACL_CU_013, Cx. 103, D. 8139. Pará, 27/03/1793.

³⁷⁷ AHU_ACL_CU_013, Cx. 103, D. 8139. Pará, 27/03/1793.

³⁷⁸ PALMER *in* RESTALL, 2014, p. 3.

³⁷⁹ GOMES, 2005, p. 75.

Colonos, autoridades régias locais, moradores, militares, soldados desertores, índios aldeados, tribos indígenas não-contatadas, cativos africanos, fazendeiros, traficantes, comerciantes, lavradores, índios e negros fugidos – muitos constituídos em mocambos – percebiam a complexidade, contradição, avanços e recuos das várias políticas coloniais. E agiam a partir dessas percepções³⁸⁰.

São exatamente essas as experiências daqueles sujeitos, especialmente mocambeiros negros e indígenas³⁸¹ naquelas áreas fronteiriças, que procuramos evidenciar nesta tese. Aqueles sujeitos possuíam seus conflitos, alianças e rivalidades, assim como, em determinados momentos, realizavam a vontade das autoridades coloniais – algumas vezes as portuguesas, outras com as intenções das autoridades francesas, lutando ao lado das forças de caíena pela dominação e pela soberania daqueles territórios. Nesta tese, privilegiamos visibilizar os conflitos vivenciados por alguns daqueles grupos subalternos.

2.3 – Os trilhos dos fugidos para os mocambos do rio Araguari

Vossa Excelência não pode ignorar que por via de regra não se acha um escravo que fuja a seu Senhor e procure Mocambo para nele viver sossegado. Todos que procurarem aquela vida licenciosa não subsistem senão do que furtam e levam a luz do dia, a ponto de entrar não só nos sítios e nas povoações, mas até nesta cidade a aliciar companheiros e leva-los a força, quando os não acham de vontade, principalmente mulheres. A consternação em que viveram os moradores de Macapá enquanto existiu e não destruiu os Mocambos de seus escravos fugidos existentes nos campos e altos d’Araguari³⁸².

Flavio Gomes afirma que, mais do que a floresta ou a mata “propriamente dita, era a região de fronteira o lugar seguro para fugitivos e quilombolas. [...] A Fronteira era, além de um refúgio geográfico, um esconderijo social e econômico para fugitivos e quilombolas”³⁸³, que muitas vezes contavam com proteção, inclusive, das autoridades coloniais rivais aos domínios dos quais haviam fugido. Como bem observou Luiza Volpato, ao estudar os quilombos em área de fronteira no Mato Grosso:

³⁸⁰ *Id. Ibid.*, p. 75.

³⁸¹ A respeito de políticas fronteiriças das Américas Portuguesa e Espanhola, especialmente as questões relacionadas aos povos indígenas, ver CARVALHO, 2014.

³⁸² COUTINHO, Francisco Mauricio de Souza. Ofício a Martinho de Melo e Castro, relatando-lhe todas as passos da expedição que mandou fazer na região do Oiapoque, perto da povoação Francesa na Guiana. 1789-1798. Coleção Linhares. Biblioteca Nacional, Acervo Digital.

³⁸³ GOMES, 2005, p. 91.

Como em qualquer outra região onde existiu a escravidão, os cativos resistiram a submissão. A resistência se deu tanto na luta do dia-a-dia, em pequenos encontros, como na resistência declarada. A fuga foi sempre uma constante e adquiriu algumas feições peculiares. Os cativos que viviam na região do Guaporé, próximo à fronteira, atravessavam a linha demarcatória. Durante o período colonial, os negros recebiam estímulos das autoridades espanholas para cruzar a fronteira, sendo-lhe oferecida a liberdade. Em contrapartida, os portugueses procuravam atrair os índios hispano-americanos. Em algumas ocasiões, as autoridades coloniais se preocupavam em conter essas evasões e formulavam acordos de devolução. A fronteira, porém, apresentava-se como alternativa tanto para o escravo evadido como para o colono endividado que, sem condições de saldar seus compromissos, também fugia³⁸⁴.

Feitas essas considerações sobre alguns olhares que pontuam a nossa percepção sobre as áreas fronteiriças e alguns dos seus sujeitos, estaremos, ao longo das páginas seguintes, viajando nos trilhos de campinas, cachoeiras e cabeceiras do rio Araguari, que se constituíram nos anos finais do século XVIII como o principal refúgio de homens e mulheres que fugiam de seus cativeiros, principalmente na vila de Macapá. É sobre aquele refúgio e algumas de suas tramas que trataremos adiante.

Um ofício de março de 1793 do governador e capitão general do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, dava conta, entre outros assuntos, do estado de algumas praças militares da capitania – em especial, da fortaleza de Macapá, que padecia com a “falta de gente e munições”. Porém, queremos destacar aqui uma breve passagem do ofício de Coutinho, que informa sobre a recaptura de trabalhadores escravizados no Cabo Norte. Com brevidade, o governador noticiava aquele fato: “Ainda não recebi as relações dos Pretos apreendidos no Mocambo de Araguari, suposto que já estejam recolhidos os que foram a essa diligencia e os que foram nela apreendidos”³⁸⁵. No transcorrer do governo de Francisco Coutinho (1790-1803), as fugas de pessoas submetidas ao trabalho escravo em direção ao rio Araguari foram crescendo de maneira assustadora, pelo menos no espaço e nas repetidas vezes que começaram a aparecer nas comunicações entre as autoridades.

Não temos como mensurar em números aquelas fugas, pois a documentação consultada para esta pesquisa não nos permite estabelecer variações percentuais de acréscimo ou decréscimo de fugas nas últimas décadas do século XVIII. No entanto, acompanhando as correspondências dos governadores do Grão-Pará com os secretários de

³⁸⁴ VOLPATO *in* REIS; GOMES, 1996, p. 218.

³⁸⁵ AHU_ACL_CU_013, Cx. 103, D. 8139. Pará, 27/03/1793.

Marinhar e Ultramar, podemos perceber o aumento de notícias referentes a fugas de trabalhadores escravizados, principalmente de Macapá, em direção aos mocambos do rio Araguari, nas últimas décadas daquele século. Na verdade, conseguimos chegar às notícias dos sujeitos que fugiam de seus cativeiros nas Terras do Cabo Norte, através das informações dadas pelas autoridades locais acerca das preparações e dos resultados das rondas de recapturas. Foi assim que, em janeiro de 1779, o tenente governador da praça de Macapá organizou uma ronda para

que fosse eu fazer prender uns pretos fugidos do povo desta vila a outra parte do rio Araguari para o que foram nomeados dezoito soldados, um cabo de esquadra, um morador e quatro pretos. Chegando eu a primeiro de janeiro deste presente ano pelo campo desta vila, aos cinco dias e meio de viagem cheguei a margem do dito rio Araguari ao porto chamado dos negros. [...] como a mim se me ia me pus em retirada para esta Praça, ficando-me o pesar de não ter feito a diligencia por me não ter encontrado os ditos negros e ser a primeira que me mandou³⁸⁶.

Para desespero das autoridades da vila de Macapá, a situação das fugas só se agravava e, mesmo quando as rondas de recapturas logravam algum êxito nas suas incursões, recapturando alguns “escravos desertores”, a preocupação passava a ser que aqueles fatalmente fugiriam de novo e levariam consigo outros trabalhadores que nunca haviam fugido. Assim foi que em 1793 três vereadores da câmara da vila escreveram uma representação, ao mesmo tempo, agradecendo ao governador Coutinho pelo apoio dado às rondas de capturas e manifestando a preocupação que os fugidos recapturados se tornassem “um piloto para aqueles continentes de onde agora vem e muito bem podem conduzir os que aqui há”³⁸⁷. Flavio Gomes nos lembra que mocambeiros capturados e devolvidos aos seus donos não demoravam a fugir novamente para as matas e formarem novos mocambos³⁸⁸. Aí residia a maior preocupação dos vereadores da vila de Macapá; por isso vale a reprodução de um trecho da representação dos vereadores, que revelam sua alegria pela recaptura dos trabalhadores escravizados, mas a preocupação com o iminente perigo que aqueles sujeitos representavam:

E igualmente significar a Vossa Excelência a grande alegria que conceberam todos estes habitantes do bom êxito desta diligencia

³⁸⁶ Correspondência de diversos com os governadores. São José de Macapá, 21/07/1765 Doc. 61. In VERGULINO-HENRY; FIGUEIREDO, 1990, p.109-110.

³⁸⁷ Correspondência de diversos com os governadores. São José de Macapá, 21/07/1765 Doc. 61. In VERGULINO-HENRY; FIGUEIREDO, 1990, p.114-115.

³⁸⁸ GOMES, 2005, p. 55.

sendo certo que Vossa Excelência não providenciar dar remédio, este contagioso mal já agora Excelentíssimo Senhor, poucos escravos se achariam nesta vila, porque os desertores os iam pouco a pouco levando sem que pudéssemos remediar essa ruína. Mas já Senhor, que por esta parte se acha tudo em sossego, vamos por na presença de Vossa Excelência que estes escravos sendo do agrado de Vossa Excelência, não devem sair da prisão da cadeia pública em que o governador desta Praça os tem retidos, senão na ocasião em que seus donos os venderem, o que devem fazer para diferentes Países donde nunca mais aqui apareçam porque do contrário nos ameaça outra maior ruína. [...] [sendo aqueles escravos] ao mesmo passo ladrões públicos dos gêneros das lavouras destes habitantes, pois dela se mantinham a maior parte do ano, vindo do mocambo donde estavam refugiados pelas roças destes povos donde não só levaram os viveres que achavam, mais ainda a roupa, e ferramentas. E com a venda destes bandoleiros para fora da terra ficará tudo em seguro³⁸⁹.

Parece que as preocupações dos representantes dos moradores da vila de Macapá não eram exageradas. De fato, a população de pessoas escravizadas da vila, na década de 1790, foi uma das mais altas das décadas que compreenderam a segunda metade do século XVIII, só igualada em termos percentuais nas décadas de construção da fortaleza de São José de Macapá, onde próximo de 50% da população era cativa. A população escravizada de Macapá, nos anos de 1790, segundo se registrou no “Mapa de todas as famílias que existem na freguesia de São José de Macapá; da força de suas lavouras e serviços e da quantidade e qualidade e efeitos e colheitas que elas produziram em todo o ano de 1789”³⁹⁰, era de 733 pessoas de um total de 1702 moradores, ou em valores percentuais, 43,06% dos habitantes da vila estavam sob a condição de cativos³⁹¹.

A busca pelos mocambos e a recaptura dos trabalhadores escravizados fugidos da vila de Macapá atingiu um momento de mobilização intensa quando, em 1791, o governador da Praça, João Vasco de Braun, seguindo as ordens de Francisco Coutinho, começou os preparativos para uma expedição exploratória que deveria ter um caráter de diligência a ser executada “com o maior segredo e disfarce”, ao rio Araguari para que fosse anotado e “miudamente explorado, até as suas cachoeiras, narrando-se pelo método mais corográfico e geográfico [...] as suas intercaladas e mudáveis direções, assim como a situação ou vestígio que [...] encontrar de qualquer mocambo de brancos, Índios ou Pretos”³⁹². A expedição teve

³⁸⁹ *Idem.*, p. 114-115.

³⁹⁰ AHU_ACL_CU_013, Cx. 99, D 7852. Macapá 28/10/1789.

³⁹¹ Para uma discussão sobre as questões demográficas da Vila de Macapá, ver o capítulo IV desta tese.

³⁹² Correspondência de diversos com os governadores. São José de Macapá, 21/07/1765 Doc. 61. In VERGULINO-HENRY; FIGUEIREDO, 1990, p.145-146.

o comando do ajudante de praça, Manoel Joaquim de Abreu, e contou com soldados e índios práticos com vasto conhecimento sobre a navegação costeira da Guiana Portuguesa³⁹³.

A passagem sobre os mocambos de brancos, índios ou pretos, acima referida, deixa claro que a denominação “mocambo” não dizia respeito apenas aos locais de refúgio dos negros escravizados, mas também de índios; em alguns casos, existiram mocambos só com índios. Foi assim que em 1760 o então governador do Grão-Pará, Manuel Bernardo de Melo e Castro, comunicava ao secretário de Estado de Marinha e Ultramar que, por intervenção de um indígena, foram descidas de um mocambo, 62 pessoas de ambos os sexos. Pela empreitada, o referido indígena recebeu uma patente de principal³⁹⁴.

Aquele ano de 1791 estava agitado na vila de Macapá com a presença de escravizados refugiados nos mocambos do rio Araguari, especialmente nas suas cachoeiras. No mês de setembro daquele ano, o governador da Praça, João De Braun, relatava que, na primeira noite do citado mês, haviam chegado à vila “sete armados pretos” que incitaram outras pessoas escravizadas a “desertarem de seus cativeiros”³⁹⁵. Neste episódio, alegou o governador Braun que pôs imediatamente uma ronda de recaptura pelas campinas com os melhores soldados, munidos com as melhores armas, pólvoras e balas que estavam no armazém, além da “melhor farinha” para se alimentarem nos dias que estivessem buscando os fugitivos. Porém, toda esta mobilização para rechaçar a ação dos mocambeiros do Araguari e a fuga das pessoas escravizadas da vila, “apesar das mais eficazes observações que fizeram até a distância de 3 léguas, [não] puderam descobrir rastro ou brilho algum”³⁹⁶. O saldo da incursão dos mocambeiros do Araguari foi incitar a fuga de 18 “pretos e pretas”³⁹⁷, que sumiram na imensidão daqueles intrincados labirintos rumo às cabeceiras do rio Araguari.

Como estamos demonstrando, os anos da década de 1790 foram bem agitados para os moradores da vila de Macapá, tanto para aqueles que viam seus trabalhadores escravizados desaparecerem nas trilhas dos fugidos do Araguari, quanto, e principalmente, para os cativos que se lançavam em direção aos mocambos dos extremos da Guiana Portuguesa. Porém, na década anterior, acompanhando os ofícios trocados, especialmente no segundo semestre de 1788, entre os governadores do Grão-Pará e da Praça de Macapá,

³⁹³ Sobre os resultados e as anotações a respeito da viagem ao rio Araguari, ver o capítulo III desta tese.

³⁹⁴ AHU_ACL_CU_013, Cx. 48, D. 4351. Pará, 07/11/1760.

³⁹⁵ Correspondência de diversos com os governadores. São José de Macapá, 21/07/1765 Doc. 61. In VERGULINO-HENRY; FIGUEIREDO, 1990, p.148-150.

³⁹⁶ Correspondência de diversos com os governadores. São José de Macapá, 21/07/1765 Doc. 61. In VERGULINO-HENRY; FIGUEIREDO, 1990, p.148-150.

³⁹⁷ O ofício possui duas relações anexas. Na primeira intitulada “Relação dos Escravos, que não desertaram por algumas diligencias que se lhe fizeram para lhe impedir este passo” constavam o número de 12 “pretos e pretas” que tiveram suas fugas contidas; na segunda intitulada “Relação dos escravos que desertaram” constavam o número de 18, entre “pretos, pretas, creolos e uma creola” que haviam fugido. Nas duas relações constam a data de 06 de setembro de 1791.

percebemos as autoridades já bastante preocupadas com os mocambos localizados nas cachoeiras do rio Araguari. Como sempre, as notícias giram em torno das escoltas de recapturas, cujas diligências haviam falhado na tentativa de recapturar os escravizados fugidos dos cativeiros de Macapá.

O então governador do Grão-Pará, Martinho de Souza Albuquerque, em 1788, lembrava ao capitão comandante da Praça de Macapá as orientações da rainha Maria I de Portugal, sobre aqueles mocambos:

Sua Majestade tem determinado a forma porque se devem fazer as diligencias de apanhar os Pretos fugidos, e de dar nos Mocambos, as ordens da dita Senhora são que elas se encarreguem aos Capitães do Mato, que para esse fim devem haver e a quem os Senhores dos fugidos hão de pagar o que em razão do seu trabalho, e risco devem vencer; assim como as mais despesas que se fizerem com as ditas diligencias, dividindo-se as mesmas despesas por todos aqueles Senhores a quem os Escravos pertencerem, e no caso de não terem com que satisfazer em razão de suas pobrezaas, ordena se façam por conta da Sua Real Fazenda e pelas rendas da câmara. Isto é, pois o que devemos praticar no modo possível, repetindo e auxiliando as referidas diligencias sem jamais enfraquecer essa guarnição por modo que fique exposta a algum insulto a que não possa resistir³⁹⁸.

A passagem acima revela ainda mais dificuldades para a realização das rondas de recapturas do que proposições que pudessem resolver aquela situação para autoridades e moradores da vila de Macapá. Na orientação proposta pelo governador Martinho Albuquerque, destacamos três dificuldades para a realização das rondas, como recomendadas pela rainha.

A primeira dificuldade diz respeito à recomendação de que as diligências deveriam ser pagas pelos proprietários dos escravizados fugidos. Como a posse de escravizados por particulares nas freguesias do Cabo Norte nunca foi alta, a maioria daqueles proprietários não podia custear a despesas da realização daquelas rondas de capturas. A incapacidade financeira dos proprietários dos escravizados em pagar as rondas acabava por evidenciar a segunda dificuldade advinda da orientação de que a Real Fazenda deveria custear as rondas. As finanças reais mal conseguiam assegurar a existências das tropas auxiliares naquelas freguesias, para as quais mal conseguia fornecer os uniformes e pagar os soldos das tropas pagas, assim como o senado da câmara da vila, que viva à míngua requisitando rendas para o governo do Estado, ainda que “estado de Ruina em que se achava a Casa da Câmara³⁹⁹. A

³⁹⁸ Correspondência de diversos com os governadores. São José de Macapá, 21/07/1765 Doc. 61. In VERGULINO-HENRY; FIGUEIREDO, 1990, p.184-186.

³⁹⁹ Correspondência de diversos com os governadores. São José de Macapá, 21/07/1765 Doc. 61. In VERGULINO-HENRY; FIGUEIREDO, 1990, p.184-186.

última e terceira dificuldade residia no fato de que o número reduzido e inconstante dos corpos auxiliares de Macapá apenas permitia que se destinasse um número pequeno de soldados, visto que se se destinasse um número elevado de militares para as rondas, a guarnição da Praça de Macapá ficaria desguarnecida. Portanto, era mais importante proteger a praça do que recapturar fugitivos.

No final do ano de 1788, os mocambos que até então se localizavam mais nas cabeceiras, cachoeiras e lagos do rio Araguari – pelo menos era o lugar mais citado na documentação pesquisada – começaram a se alastrar por rios mais próximos de Macapá, como Anajás e dos Macacos. Assim, o capitão comandante da Praça de Macapá, Hilário Betencourt, recebeu as orientações do governador Martinho e Albuquerque sobre aqueles “novos” trilhas dos fugidos:

Em resulta do que se acha tratado entre o Senado da Câmara desta Cidade e alguns dos moradores do Distrito dela relativamente as diligencias que com efeito é tempo de serem promovidas, e postas em pratica para dar em alguns dos diversos Mocambos de Escravos, e outros fugidos, que se acham internados nos Sertões desta Capitania com grande escândalo e prejuízo do Público e de seus respectivos proprietários. Vou por esta encarregar a Vossa Mercê de uma das mais importantes e necessárias daquelas diligencias qual é a Expedição ou Partidas de Gente aramada que devem dirigir-se ao Rio dos Anajas e ao Rio chamado dos Macacos, aonde dizem haver diversas malocas de semelhantes fugidos e Amocambados⁴⁰⁰.

Esse alarde das autoridades parecia se justificar, pois até mesmo a recomendação do cuidado em não esvaziar as tropas auxiliares da vila de Macapá para a montagem de rondas de capturas, naquele momento, fez com o governador ordenasse a mobilização total das tropas para a contenção das fugas e a destruição dos mocambos. O Senado da Câmara estava autorizado a pagar antecipadamente as munições, os mantimentos e os alugueis de quantas canoas fossem necessárias para a realização daquelas rondas de recapturas. Além do auxílio do capitão do mato do distrito da vila de Macapá, o governador Albuquerque autorizava também que o capitão do mato da vila de Chaves participasse com “seus largos conhecimentos” na captura de fugitivos. Para completar a expedição, o governador da Praça de Macapá estava autorizado a recorrer aos meios de “gentes necessárias”. Assim, “todos aqueles Auxiliares, Francos e Índios a quem menos incomodo causar e que se julgarem necessário e indispensáveis em ordem a formar corpo ou corpos que possam se opor a

⁴⁰⁰ Correspondência de diversos com os governadores. São José de Macapá, 21/07/1765 Doc. 61. In VERGULINO-HENRY; FIGUEIREDO, 1990, p. 186.

qualquer resistência da parte dos fugidos”. Nesse momento, pode-se afirmar que o medo de autoridades e moradores locais com o crescimento do número de mocambos na Guiana Portuguesa era tão significativo quanto a possibilidade de perder aqueles territórios, principalmente para os franceses.

O ofício também orientava como deveriam se portar as tropas diante dos escravizados recapturados, principalmente aqueles que se entregassem sem resistência, que deveriam ser tratados com “toda a humanidade”, sem ser maltratados; e mesmo aqueles que resistissem, dever-se-iam procurar “os meios de evitar mortes e ferimentos àqueles em que se encontrar resistência, o que só poderá ter lugar o praticar-se em defesa natural e último recurso”⁴⁰¹. Para isso, ordenava o governador Albuquerque que alguns “soldados de experiência” da milícia regular acompanhassem as incursões. Permitia o governador Albuquerque que se usassem trabalhadores escravizados refugiados como “soldados” das rondas, visto que, por conhecerem muito bem aqueles sítios, poderiam auxiliar e guiar aos caminhos dos fugidos. No entanto, era preciso “toda cautela necessária como sujeitos de pouca ou nenhuma confiança, mas que podem ser uteis a este fim debaixo de alguma promessa”⁴⁰².

Parece que a maior preocupação das autoridades, naquele momento, não era com a integridade física das pessoas recapturadas, mas com a manutenção do trabalho escravizado, enquanto instituição que, pelo menos nas terras da Guiana Portuguesa, parecia ruir. No ofício em questão, aparecem reiteradas vezes o cuidado que se deveria ter com os escravizados que viessem a ser apreendidos:

Novamente torno a ratificar a vossa mercê as minhas recomendações [...] não se consentindo a nenhum dos empregados nelas que cometam força ou violência a pessoa alguma como de ordinário sucede debaixo de pretexto de uma mal-entendida liberdade militar. Ultimamente autorizei vossa mercê de uma ampla portaria minha para que a pronta e devida execução dela vossa mercê ache em todas as partes por onde transitar o auxílio de que carecer a fim deque não venha a malograsse uma tão importante Diligencia que não é possível repetir-se sem grandes embaraços e inconvenientes⁴⁰³.

As narrativas acima sobre as tentativas de recaptura de escravizados, assim como a destruição dos seus refúgios, os mocambos, parece que geraram tramas tecidas entre os fugitivos e os escravizados do cativeiro, juntamente com alguns indígenas também dos

⁴⁰¹ *Id. Ibid.*

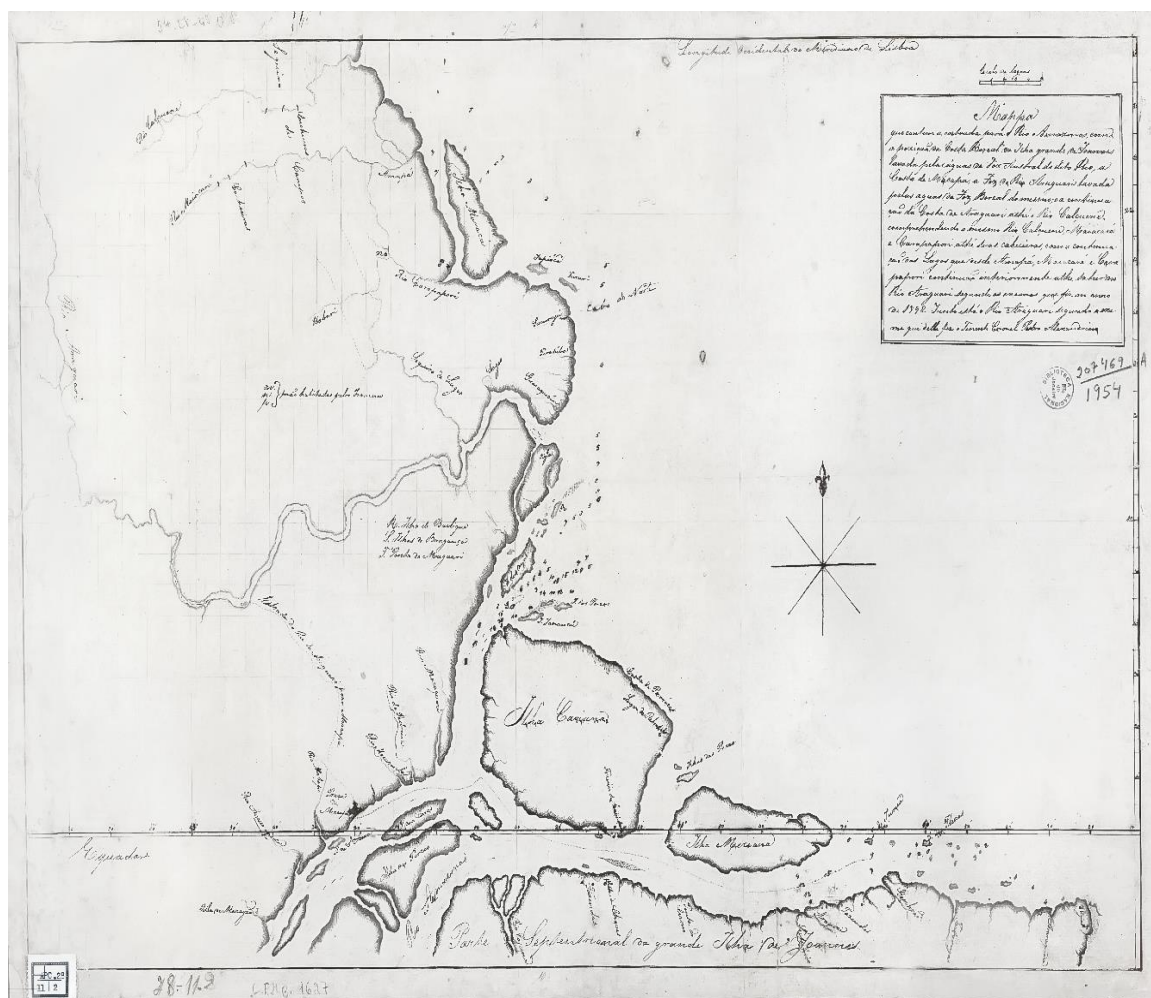
⁴⁰² Correspondência de diversos com os governadores. São José de Macapá, 21/07/1765 Doc. 61. In VERGULINO-HENRY; FIGUEIREDO, 1990, p. 188.

⁴⁰³ *Id. Ibid.*

arredores da vila de Macapá, propiciando ações extremamente frágeis de proprietários e autoridades que lutavam pela destruição dos mocambos. Assim, como já vimos afirmando nesta tese, na Guiana Portuguesa, mesmo tendo os governantes se esforçado para perpetuar o escravismo, o mesmo sempre esteve “por um fio”⁴⁰⁴.

A seguir, podemos visualizar um mapa contendo os rios citados como destino dos escravos fugidos:

Mapa 24



Entrada para o Rio Amazonas⁴⁰⁵

⁴⁰⁴ SLENES in GOMES, 2005, p. 15.

⁴⁰⁵ CARVALHO, José Simões de. Mapa que contém a entrada para o Rio Amazonas, com a posição da Costa Boreal da Ilha Grande de Joanes lavada pelas águas da foz Austral do dito Rio, à costa do Macapá a foz do rio Araguari lavada pela foz do Boreal do dito; e a continuação da Costa de Araguari até o rio Calçoene, Maiacaré e Carapapori até suas cabeceiras, com a continuação dos Lagos que desde Amapá, Maiacaré, Carapapori continuação interiormente até sair no Rio Araguari, segundo o exame que fez no ano de 1798: Junto ao rio Araguari, segundo o exame que dele fez o Tenente Coronel Pedro Alexandrino. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart207469/cart207469.jpg Acessado em 21/04/2017.

Capítulo III

Expedições e viagens pelas fronteiras das Terras do Cabo Norte no final do século XVIII

Mapa 17



Carta topográfica da Costa de Macapá⁴⁰⁶

⁴⁰⁶BRAUN, João Vasco Manoel de. Carta Topográfica. Da principal entrada do Rio Amazonas, pelo canal chamado do Norte, com os rios e terras que lhe são confrontantes pertencem a Praça de Macapá / João Vasco Manuel de Braun. Acervo digital da Biblioteca Nacional-RJ. In: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart168417.jpg Acesso em: 21 abr. 2017.

Não convém aos Franceses que seja o Rio Oiapoque aquele que indiscutivelmente nomeia o Tratado de Utrecht Oiapoque, ou Vicente Pinçon para Raia dos Domínios [...] que considerável Rio que se encontrou depois do Cabo do Norte, onde termina a foz do Amazonas, e que devendo ficar a navegação deste privativa dos Vassalos da Coroa de Portugal, não podia haver outro senão o d'Oiapoque que preenchesse tal condição a que por modo algum satisfaz um Riacho imediato ao Cabo Norte, qual o Vicente Pinçon que os Índios chamam Calçoene que no tratado nunca poderá estar em vista para servi de Raia pela grande facilidade que permitir aos Franceses se internarem nas terras, e navegação do Amazonas de que ficarão excluídos.
[...] buscam inculcar-nos que é o Araguari o que divide os dois Domínios, como bem se infere da recomendação do Governador de Caiena aos Vassalos franceses; recomendação que eles pouco respeitão frequentando, e repetindo as pescarias no grande Lago deste Rio, como se refere no citado Diário⁴⁰⁷.

A proposta deste capítulo é comparar os olhares surgidos em dois textos produzidos a partir de duas expedições realizadas pelas Terras do Cabo Norte na última década século XVIII. Evidenciaremos especialmente os relatos sobre as movimentações dos escravos fugidos que habitavam a região e, acima e tudo, como eles perceberam nos limites fronteiriços instituídos por Portugal e França uma possibilidade de novas vivências para muito além das tentativas de controle e ordenamento infligidos pelos Estados que disputavam o domínio daquelas Guianas.

Nas duas décadas finais do século XVIII, as movimentações político-estratégicas dos governantes do Grão-Pará e da Guiana Francesa estavam agitadas. O alvo dos estratégias era a conquista e o controle da região fronteira entre as Guianas francesa e portuguesa, chamada de Terras do Cabo do Norte, região que compreendia a desembocadura da margem esquerda do rio Amazonas. No trecho destacado que inicia este capítulo, o governador do Grão-Pará, durante a última década do século XVIII, Francisco de Souza Coutinho, em ofício para o secretário de Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, comunica a realização de uma expedição de reconhecimento do rio Araguari, assim como encaminha o diário do oficial encarregado de realizar a expedição.

Na apresentação do referido diário, o governador faz algumas considerações sobre a situação dos limites demarcatórios dos territórios de Portugal e França. Coutinho pondera que os limites estabelecidos no Tratado de Utrecht, de 1713, que estabeleceria o rio Oiapoque

⁴⁰⁷ AHU_ACL_CU_013, Cx. 101, D.7977. Pará 1º/7/1791.

como limite demarcatório entre os dois territórios, não interessava aos franceses, mas sim o rio Araguari, o qual ficava bem próximo da desembocadura do Amazonas e possuía um lago imenso e rico em peixes. A riqueza natural e, principalmente, a proximidade da vila de São José de Macapá, conseqüentemente do desague do Amazonas (ainda segundo o governador), eram os principais interesses dos franceses, dispostos a dominar a navegação praticada pelo rio das Amazonas.

Coutinho lembrava que a tentativa dos franceses em se aproximar do rio Amazonas por terra era tão antiga quanto frustrada, embora a dominação do Araguari, naquele momento, fosse fundamental para os franceses, em vista da fácil comunicação com o Amazonas. Outra preocupação com o controle da região do rio Araguari era, segundo o governador, que nas cabeceiras daquele rio se concentrava grande número de escravos fugidos por terem ali um “asilo seguro”. A segurança era tamanha que permitia aos fugidos tentar “desassossegar” os trabalhadores cativos a fugir da vila de Macapá, contando inclusive, segundo desconfiança de Coutinho, com a ajuda dos franceses. O governador destacava que, apesar do apelo dos moradores da vila para que as fugas fossem contidas, as diligências de capturas dos escravos eram dispendiosas e sem garantia nenhuma de sucesso.

Em ofício datado de abril de 1798, o governador Coutinho comunicava ao Secretário de Estado de Marinha e Ultramar que havia ordenado a realização de uma expedição para a feitura de uma “Carta mui exata da margem setentrional do Amazonas”, que noticiasse a respeito da foz do rio Negro, localizado na capitania de mesmo nome, até a foz do Cassiporé, nas terras do Cabo Norte. Coutinho justificava a empreitada com três argumentos: primeiro, porque era necessário adquirir o conhecimento para a realização daquela importante navegação, que até aquele momento tinha sido desprezada; segundo, porque a carta seria um importante documento para subsidiar as discussões a respeito da “Raia limítrofe” com a França; e, por último – e aqui o governador dava maior destaque – “para as condições que ficavam expostos os limites do real domínio nas condições do Tratado de Utrech, bem como a necessidade de o atalhar”⁴⁰⁸.

As três questões destacadas pelo governador desenhavam o pano de fundo para o principal perigo que, na opinião dele, colocava em risco os domínios das terras do Cabo Norte: ficar sem trabalhadores escravizados e índios que sucessivamente passavam para os lados das terras de Caiena, que “senão em tudo já em parte se houvera realizado”. Coutinho lembrava a seu superior que o “todo” (trabalhadores escravizados e índios) ainda não havia

⁴⁰⁸ AHU_ACL_CU_013, Cx. 112, D. 8712. Pará, 20/4/1798.

se perdido até aquele momento, porque as 80 léguas (por volta de 386 km) de costa que separavam Macapá do Cabo Orange, limite com a Guiana Francesa, já haviam sido “limpas” ou controladas, assim como o interior, chamado de “deserto, por ser uma grande barreira “quase impassável” para as tentativas de invasão, já guardado nos seus principais pontos, restando aos invasores um incômodo trajeto pelo interior com rios, matas e campos serrados⁴⁰⁹.

Essa passagem do ofício nos permite perceber que o governador tentava fazer malabarismos retóricos para garantir que os portugueses controlavam as terras do Cabo do Norte, mas que o “todo” nunca esteve integralmente no controle do governo do Estado do Grão-Pará. Mais que isso, que a posse e o controle da fronteira dependiam muito mais das negociações e concessões a outros sujeitos históricos, como escravos fugidos e índios, do que dos aparelhos de controle do Estado.

A comunicação do governador Coutinho nos permite induzir que o cenário de descontrole nas terras fronteiriças não era levado a sério pelos seus superiores e que era preciso encarar o fato de aquelas terras não estarem garantidas. Ele apela dizendo “para V. Ex^a. sentir todo o peso desta reflexão e se convencer, que nada tem de imaginário”. Coutinho tenta convencer seu interlocutor com o argumento de que os franceses não ameaçam somente os domínios das Terras do Cabo Norte apenas com a força das armas, mas também com “infames maquinações” para “subverter todos os governos e sobre a ruína deles estabelecer o seu”. Maquinações aquelas, disseminadas por meio do apoio às fugas de escravos e à cobertura aos mocambos de índios e pretos fugidos⁴¹⁰.

No último quartel do século XVIII, no território fronteiriço das Terras do Cabo Norte, ou Guiana Portuguesa, como recorrentemente aparecia nos ofícios entre as autoridades locais, é possível identificar dois cenários distintos quanto à demarcação e ao controle daquele espaço. Existia a esfera dos Estados português e francês e seus agentes públicos, que se movimentavam com estratégias e manobras militares para a conquista e a manutenção daquelas terras e existia, por outro lado, a esfera de homens e mulheres que viviam para muito além do controle e das intenções daqueles Estados – e que construíram outros sentidos para aquele território, especialmente para as cabeceiras do rio Araguari. Nesse contexto, os governadores da capitania do Grão-Pará, em especial Francisco de Souza Coutinho (1790-

⁴⁰⁹ AHU_ACL_CU_013, Cx. 112, D. 8712. Pará, 20/4/1798.

⁴¹⁰ AHH_ACL_CU_013, Cx. 112, D. 8712. Pará, 20/4/1798.

1803), determinaram a realização de algumas expedições de reconhecimento e demarcação do território pertencente à Guiana portuguesa.

No geral, aquelas viagens tinham por objetivo levantar informações sobre as praças, fortalezas e povoações, principalmente das regiões fronteiriças que despertavam interesses de ocupação de outros países europeus. Além desses interesses, os comandantes daquelas viagens, especialmente as do ajudante-de-praça Manoel Joaquim de Abreu e do capitão José dos Santos Lopes Valadin, estudadas neste capítulo, se interessavam pelas descrições da rede hidrográfica, por ser considerada à época, pelos governadores do Grão-Pará, um verdadeiro “trilho para os fugidos” indígenas e trabalhadores de origem africana ou com ascendência de pessoas oriundas da África. Essas digressões não eram nenhuma novidade na administração das terras do Vale Amazônico, mas na década final dos Setecentos esses expedientes aconteceram de maneira mais recorrente. As expedições foram realizadas a serviço da Coroa Portuguesa e foram produzidos manuscritos que possuem um caráter híbrido, pois agregam conteúdos científico, cartográfico e militar em um mesmo texto. Além dos relatos citados, este capítulo utilizará também os ofícios do governador do Grão-Pará e Rio Negro, nos quais constam os “Extratos de várias Cartas relativas aos limites das Guianas Portuguesa e Francesa tomados dos Documentos do Off^o.”, que relataram e analisaram as expedições para a região fronteiriça do Cabo Norte entre os anos de 1790 e 1798.⁴¹¹

Os textos produzidos pelo ajudante-de-praça Manoel Joaquim de Abreu (1791) e do capitão de Mar e Guerra, José Lopes Valadin (1796), nos explicitam o levantamento de informações realizado com o intuito de constituir uma melhor defesa dos territórios da Guiana Portuguesa. Por outro lado, tais textos também nos permitem verificar como a natureza e as pessoas que habitavam as regiões descritas foram nos relatos traduzidas⁴¹² por aqueles homens a serviço da Coroa Portuguesa e, a partir dessas traduções, descrever a vida material e o meio biológico, fauna e flora⁴¹³ da parte setentrional da Capitania do Grão-Pará, nos anos finais dos setecentos.

Apesar dos textos terem sido produzidos em períodos muito próximos, e de seus autores inclusive terem viajado juntos, como veremos mais adiante nesse capítulo, em pelo menos uma viagem para as fronteiras do Cabo Norte com o Cabo Orange, consideramos seus

⁴¹¹COUTINHO, Francisco Mauricio de Souza. Ofício a Martinho de Melo e Castro, relatando-lhe todos os passos das expedições que mandou fazer na região do Oiapoque, perto da povoação francesa da Guiana. [S.L.], 1789-1798. Cóp M.S. Coleção Linhares.

⁴¹²HARTOG, 2014, p. 290-335.

⁴¹³Esta passagem do capítulo é tributária e inspirada no primeiro capítulo do livro *Montaillou – povoado occitânico 1294-1324* do historiador francês Emmanuel Le Roy Ladurie, no qual afirma que o estudo social e sociopolítico da aldeia de Montaillou não poderia prescindir de breves observações sobre a vida material e o meio biológico, que se encarnava na flora e na fauna.

escritos distintos quanto à forma que foram concebidos. Para nós, os escritos de Abreu se constituem enquanto registros de viagem, e as anotações de Valadin se caracterizam como narrativas de viagens. Essa diferença é marcante para a proposta do capítulo, já que ela marca alguns itinerários do olhar⁴¹⁴. Retornaremos a essa discussão sobre registros e narrativas de viagens nas páginas seguintes.

3.1 – As expedições ao Cabo Norte e algumas de suas narrativas do final do século XVIII

Vem desde muito tempo tentado os mesmos franceses internar-se das cabeceiras dos Rios que confluem na costa de Caiena, a buscar mesmo por terra comunicação para o Amazonas sem reboço se referem na citada Descrição Geográfica as suas instantes diligências até agora frustradas; por isso talvez procuram alarga-se para este lado, e bem é de presumir que não percam de vista a importância de possuírem o Amazonas, não só pela propriedade das suas margens [ilegível] como pela riqueza do seu lago, e por aquelas mesmas razões porque semelhante intenção seria do mais grave prejuízo e das mais pesadas consequências para esta e para as outras Colônias de sua Majestade que pelo Amazonas tem comunicação com ela.⁴¹⁵

No final do século XVIII, as disputas pela posse da foz do rio Amazonas continuavam intensas, mesmo tendo passado mais de cento e cinquenta anos da viagem de Pedro Teixeira, que definiu a posse portuguesa do vale amazônico. Principalmente da parte dos franceses, que continuavam com as tentativas de controle do rio mar. O historiador Auxiliomar Ugarte nos lembra que – embora o Amazonas não tenha sido o único caminho para as tentativas de conquista da Amazônia, já que outros rios foram utilizados com esse fim – sua navegação se mostrou a principal via de acesso ao sertão do grande vale por ser navegável em praticamente toda sua extensão. Essa percepção “ocorreu, ainda, em pleno século XVI, à medida que os descobridores/conquistadores espanhóis perceberam que o rio Amazonas [...] era o único que percorria a maior parte do setentrião da América do Sul – sentido oeste-leste”⁴¹⁶.

Em 1797, o governador Coutinho escreveu uma reflexão sobre a possibilidade de atacar a Guiana Francesa. Nesse documento, ele descrevia as características da navegação fluvial e costeira das Terras do Cabo Norte, assim como as características do deslocamento nas terras localizadas entre a Guiana Portuguesa e Francesa. De acordo com o período do ano e a intensidade das chuvas, ele ressaltava que quaisquer ataques das tropas do Grão-Pará

⁴¹⁴TORRÃO Filho in *Revista de História*, 2016, n. 175, p. 325.

⁴¹⁵AHU_ACL_CU_013, Cx. 101, D. 7977. Pará, 1º/7/1791.

⁴¹⁶UGARTE, 2009, p. 18.

ou das forças de Caiena teriam de conhecer as particularidades da navegação na região. Coutinho afirmava que o deslocamento de tropas por terra era impossível devido às grandes extensões cortadas por rios que se alimentam com água de outros rios menores, muitos lagos e pântanos dos “terrenos adjacentes”. Portanto, eram terrenos alagadiços em boa parte dos meses do ano, cobertos de mangues, aningaís e árvores de diversas qualidades. Acompanhemos a descrição de Coutinho sobre o regime das chuvas, das marés e dos ventos:

que por tradição consta que no tempo do Inverno, isto é, das maiores chuvas, há comunicação das campinas de Macapá para Caiena, mas também consta que é só para montarias, e para Índios, que são como anfíbios tão próprios para andar por água, como pelos matos com total desembaraço.

Do Pará ao Oiapoque uma viagem regular não levará menos de oito até dez dias, e haverá ocasiões que num em trinta se possa fazer. É preciso atravessa a boca do famosos Amazonas, lutar com as correntes, com as ventanias no tempo delas, e com os mares que são grandes em cima de um baixio continuado, e muito maior e temíveis no tempo das calmarias, que é o das furiosas trovoadas e furacões. Do Oiapoque em diante continua costa de mar até Caiena, que está sobre ele numa Ilha, e continuam estas mesmas circunstâncias referidas. Como neste clima desde julho até outubro que é rigorosa estação seca ou das ventanias, durante a qual as viagens d’este para aquele porto são breves, e há abrigo nele para as embarcações. De novembro em diante começam as chuvas, é os ventos N. N., que fazem mais prolongadas as ditas viagens, e mais breve a volta, mas n’aquela Porto então não há abrigo. Continuam as chuvas até quase o tempo das ventanias, estiando apenas alguns dias de março, e depois são mais brandas, bem como as de Primavera da Europa. Finalmente os meses de maio e junho sobrevém as calmas; e sem haver vento ficam sempre grandes os mares n’aquela Costa e Porto. Estas Estações, e alterações são quase certas e periódicas, mas há anos, em que se adiantam ou se atrasam mais ou menos, isto é quase o mesmo que aqui se sucede, com a notável diferença, porém de serem sempre mais benignas as estações⁴¹⁷.

A descrição feita por Coutinho sobre o regime de chuvas, marés e ventos para a região do Cabo Norte é bem precisa e se deve a uma intensificação de viagens de reconhecimento de cunho militar, cartográfico e científico, ao longo da segunda metade do século XVIII. Destaca-se que as expedições que percorreram os sertões para levantar informações de cunho geográfico e natural produziram vastos inventários sobre os mundos amazônicos, municiando de informações a Coroa Portuguesa desde o século XVII até 1750. Segundo Ronald Raminelli, a partir daí o “Estado necessitava de dados sobre as fronteiras produzidos por matemáticos, e recorria também ao saber dos naturalistas para conhecer as plantas,

⁴¹⁷ IHGB, Coleção Manoel Barata – Memória sobre a Defesa da Capitania do Pará no Governo de D. Francisco de Souza Coutinho; E outros documentos do tempo do seu governo, Plano de conquista da Guiana Francesa. 1791-1797 – Lata 281, pasta 6, 102 fls. Pará, 8 de abril de 1797. In QUEIROZ; COELHO, 1999, p. 66.

vegetais e minerais. O vulgo não estava capacitado a delimitar as conquistas, ativar a agricultura e o comércio”⁴¹⁸. Para o referido autor, o período foi marcado pela formação de uma burocracia treinada em leis, matemática e filosofia, agentes que podiam ter formação militar ou não, recebiam instruções para viajar às possessões ultramarinas e levantar informações indispensáveis ao governo⁴¹⁹.

Para Mauro Coelho, a partir de 1750, houve uma presença efetiva da Coroa Portuguesa na organização e na realização de expedições de reconhecimento. Isso fez com que os objetivos das viagens e os relatos oriundos delas sejam bem diferentes daqueles do século XVII e da primeira metade do século XVIII. Coelho afirma que esse processo estava sustentado por um duplo movimento: “por um lado, o Iluminismo e seus desdobramentos, por outro, e já diretamente relacionado à região amazônica, tem-se os embates em torno da demarcação dos limites que separavam os territórios coloniais”⁴²⁰. Para o Mauro Coelho, essa combinação de discussão intelectual e acordos diplomáticos para a definição dos limites fronteiriços no Vale Amazônico iria sustentar outro tipo de viagem e relato na e sobre a região.

A fase em que os europeus buscaram conhecer a Amazônia já havia passado e, naquela segunda metade do século XVIII, o objetivo era então defini-la com uma fonte de conhecimento que deveria trazer à sua natureza as possibilidades que ela encerrava e os espaços que pertenciam a cada império europeu na divisão do imenso sertão amazônico⁴²¹. Abaixo segue uma imagem já surgida naquele processo, o prospecto da fortaleza e da vila de São José de Macapá, feitos a partir da ordem do governador do Grão-Pará, plenipotenciário e primeiro comissário das demarcações dos reais domínios de sua majestade da parte Norte⁴²².

⁴¹⁸ RAMINELLI, 2008, p. 61.

⁴¹⁹ RAMINELLI, 2008, p. 61-62.

⁴²⁰ COELHO in GOMES, 1999, p.103-104.

⁴²¹ COELHO in GOMES, 1999, p. 104.

⁴²² Collecção dos prospectos das aldeas, e lugares mais notaveis que se acham em o mapa que tiraram os engenheiros de expedição principiando da cidade do Pará the a aldeia de Mariua no Rio-Negro, onde se acha o arrayal, alem dos prospectos de outras tres ultimas aldeas chamadas Camará, Bararuá, Dari; situadas no mesmo rio [Cartográfico]. Acervo digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1095066/mss1095066.pdf Acesso em: 5 jun. 2017.

Imagem 1

Prospecto da Fortaleza de São José de Macapá⁴²³.

No Vale Amazônico, a primeira grande expedição da segunda metade do século XVIII se deu por ocasião das negociações dos limites fronteiriços dos territórios de Portugal e Espanha na América do Sul. Em 1751, com a assinatura do Tratado de Madri, que definiu as fronteiras diplomaticamente, era necessário realizar uma expedição demarcatória que estabelecesse “a regulação dos limites da América Setentrional entre esta Coroa e a de Castela, e ordenar-lhe que passe ao Rio Negro, onde há de principiar as conferências com o primeiro Comissário da Corte de Madrid, e ali poder expedir os oficiais de Guerra, Astrônomos, Geógrafos e Desenhadores”⁴²⁴. Em 1752 foi designado como primeiro comissário régio da comissão do Tratado de Madri, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Grão-Pará e Maranhão. Segundo Janaina Camilo, antes mesmos de chegar aos locais dos limites estabelecidos, o governador informou ao ministro e irmão, Sebastião José de Carvalho e Melo, que

as diligências de reconhecimento da região já tinham se iniciado, conforme o próprio governador informou ao ministro, em 4 de dezembro de 1751, contando sobre a viagem que faria rumo ao Cabo

⁴²³Vista da Fortaleza e da cidade de Macapá [Iconográfico]. Acervo digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1450872/icon1450872.jpg Acesso em: 5 jun. 2017.

⁴²⁴AHU_ACL_CU_013, Cx. 34, D. 3192. Lisboa, 5/5/1753.

[Norte], em 24 de fevereiro do ano seguinte, levando em sua comitiva homens de ciência⁴²⁵.

Ao lado das viagens aqui analisadas, Heather Roller nos lembra a realização anual das centenas de expedições de coleta de cacau, salsaparrilha, castanha ou ovos de tartarugas. Nessas, uma tripulação com a média de 1.500 indígenas que saía de duas aldeias em direção ao sertão amazônico esperava o período do ano em que os níveis dos rios baixavam e iniciavam uma jornada que se estenderia pelos próximos seis, oito meses. Nessas expedições, assim como nas viagens de reconhecimento, todos os tipos de dificuldades aconteciam, epidemias, ataques indígenas, fome, motins e naufrágios⁴²⁶. Contudo, antes da intensificação da segunda metade do século XVIII, “canoas de coleta, patrocinadas por missionários ou por particulares, operaram extensiva, porém esporadicamente na Amazônia portuguesa desde pelo menos meados do século XVII, recrutando tripulantes daqueles mesmos povoados, que se tornariam posteriormente aldeias de Diretório”⁴²⁷.

Os relatos de viagens analisados aqui neste capítulo estão inseridos no processo que se desenvolveu a partir da necessidade de cartografar o interior da América do Sul. Na verdade, eram prioridades nas relações diplomáticas entre Portugal e Espanha. Assim, a partir do Tratado de Madri (1750) e de Santo Idelfonso (1777), as Coroas Ibéricas reuniram cartógrafos e astrônomos para percorrer o sertão americano e “determinar, por meio de latitude e longitude, os limites de seus domínios. Inicialmente as viagens de exploração buscavam reunir, sobretudo, conhecimento espacial”⁴²⁸. A partir dos anos de 1780, a geografia foi perdendo importância para a história natural e a agricultura, que foram, segundo Raminelli, ativando o circuito do conhecimento entre as periferias e o centro, pois a “ênfase, sobre a natureza, por certo”, vinha da necessidade de explorar as novas áreas coloniais, estabelecendo lavouras e comércio. Essa alteração de perspectiva, aponta o autor, se sustentou no avanço da cartografia, resultado de uma produção exaustiva de mapas por quase cinquenta anos⁴²⁹.

É preciso ressaltar que, segundo Neil Safier, enquanto os povos indígenas, ao longo do século XVIII, foram desaparecendo dos mapas europeus, por outro lado, rios, cadeias de montanhas, vilas e caminhos começaram a aparecer, com mais nitidez e mais frequência. Os

⁴²⁵ CAMILLO, 2008, p. 207.

⁴²⁶ ROLLER in *Revista de História*. São Paulo, n. 168, pp. 201-243. <http://www.scielo.br/pdf/rh/n168/0034-8309-rh-168-00201.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2015).

⁴²⁷ *Op. Cit.*, p. 206

⁴²⁸ RAMINELLI, 2008, p. 69.

⁴²⁹ RAMINELLI, 2008, p. 69-70.

etnômios têm sua presença retirada das representações cartográficas do período e, nesse sentido, alguns historiadores e antropólogos têm demonstrado que essa ausência é uma prova incontestável da dizimação das culturas indígenas⁴³⁰. O autor afirma que, no período, “estava surgindo uma brecha significativa entre etnografia – descrições de povos indígenas por viajantes, demarcadores e naturalistas – e cartografia – representações gráficas do território colonial⁴³¹”.

Os dois relatos dos escritos de Abreu e Valadin, que serão discutidos neste capítulo, fazem pensar nas considerações de François Hartog sobre a narrativa de viagem:

A narrativa de viagem traduz o outro, e a retórica da alteridade constituiu o operador da tradução: de fato, é ela que faz o destinatário crer que a tradução é fiel. Globalmente, produz, pois, um efeito de crença. Mas, mais precisamente, como engendra esse efeito? Como fazer crer? Antes de tudo, pela animação das figuras, pela atuação de procedimentos que lhe pertencem, por sua manipulação cada vez que o narrador intervém na narrativa. A descrição, por exemplo, consiste bem em fazer ver e em fazer saber; mas, do ponto de vista da transcrição da alteridade, o que importa é a presença ou a ausência de marcas fortes de enunciação. De fato, segundo ela se organiza ou não em torno de um ‘eu vi’ inicial, o efeito de estranheza que produz varia bastante. Fundamentalmente, os dois polos entre os quais se inscreve e se desenvolve a retórica da alteridade são o olho e o ouvido: olho do viajante, ouvido do público (mas também ouvido do viajante e olho do público).⁴³²

Hartog, no texto intitulado *Viajantes e homens-fronteira*, lembra que o mais famoso viajante da Grécia antiga, Ulisses, foi “aquele que viu e que sabe porque viu”⁴³³. Essa definição estabelecia o privilégio do olho como um modo de conhecimento, ou seja, ver por si mesmo e saber formam uma única coisa inseparável. Hartog lembra ainda que Aristóteles já prenunciava que “preferimos a vista a todo resto”, por isso a causa dessa preferência se explica pela sensação de que é a visão o sentido que nos faz adquirir mais conhecimento, ao mesmo tempo é o que nos revela mais diferenças⁴³⁴. Portanto, para Hartog, o olho dos viajantes, ou melhor dizendo, a autópsia do olho como marca de enunciação como intervenção do narrador “em sua narrativa para provar algo com o “eu vi”⁴³⁵:

⁴³⁰ SAFIER in SOUZA; FURTADO; BICALHO, 2009, p. 203.

⁴³¹ *Ibid.*

⁴³² HARTOG, 2014, p. 290.

⁴³³ HARTOG, 2014, p. 14.

⁴³⁴ *Ibid.*

⁴³⁵ HARTOG, 2014, p. 291.

o fazer-crer e o fazer-ver, o narrador faz muitas vezes uso da autópsia para qualificar sua própria narrativa: “Eu vi com meus próprios olhos até a cidade [...] do que há além falo por ouvi dizer e me informei interrogando”. Assim, o olho do viajante baliza o espaço e recorta as zonas mais ou menos conhecidas (desde aquilo que eu vi com meus próprios olhos, ao que outros viram – e até àquilo que ninguém viu); do mesmo modo, no espaço da narrativa, o olho do narrador ou, se for o caso, os olhos dos narradores delegados, recorta as zonas mais ou menos críveis para o destinatário⁴³⁶.

As passagens acima destacadas dos textos sobre os viajantes, homem-fronteira e homem-memória, trazem algumas perspectivas para a forma como trabalharemos com as duas narrativas exibidas e discutidas neste capítulo. Reproduziremos abaixo uma pequena passagem da apresentação do diário, resultante da expedição ao rio Araguari, comandada pelo ajudante de praça, Joaquim de Abreu, feita por este ao governador do Grão-Pará, Francisco Coutinho. Abreu assim definiu os procedimentos de observação da diligência:

somente feita a golpe de vista, porém com a configuração exata dos rios, margens e igarapés por mim observados, e ainda que sem o decurso de rumos e distâncias por não haverem instrumentos próprios, contudo eu me vali de outras semelhantes circunstâncias para esse fim⁴³⁷.

Essa consideração de Abreu parece significativa porque ele admite que seu relato foi contemplado com informações que foram observadas e verificadas, assim como com as notícias que foram ouvidas, ou seja, Abreu, asseverava que as realidades descritas seriam tanto aquelas presenciadas ou participadas quanto as que ele apenas ouviu, estabelecendo um grau de importância semelhante aos testemunhos de vista e os testemunhos de ouvido⁴³⁸. Retomando Hartog, o ouvido pode muito bem seguir quando o olho não pode ir adiante, estabelecendo-se um princípio de que o *eu ouvi* pode ter tanto valor quanto o *eu vi*⁴³⁹. Entretanto, não se pode tomar essa operação com um valor absoluto, mas determinado relativamente porque, afirma Hartog, é “o que significa o visto/ouvido em relação a mim”⁴⁴⁰.

Sobre as questões colocadas acima, Hartog também utiliza as narrativas produzidas pelo missionário francês Jean de Léry a respeito do período que viveu na França Antártica e sua “fixação de uma memória da experiência francesa no Novo Mundo e um vocabulário do

⁴³⁶ HARTOG, 2014, p. 292.

⁴³⁷ AHU_ACL_CU_013, cx. 101, D. 7977. Pará 1º/7/1791.

⁴³⁸ UGARTE, 2009, p. 22.

⁴³⁹ HARTOG, 2014, p. 292.

⁴⁴⁰ HARTOG, 2014, p. 302.

nascente Brasil”, na segunda metade do século XVI. A propósito da nova terra, Léry foi especialmente pródigo na descrição e análise dos costumes dos seus habitantes nativos⁴⁴¹, com quem conviveu diariamente por quase um ano. Hartog afirma que Jean de Léry, para conduzir bem o empreendimento proposto por ele, era essencial “bom pé e bom olho”, isso para dar conta de “ver e de visitar”⁴⁴². No prefácio de *Viagem à terra do Brasil*⁴⁴³, a narrativa inicia afirmando que ela era o somatório “das coisas notáveis observadas por mim em minha viagem”⁴⁴⁴. Assim, conclui Hartog sobre essa característica da narrativa de Léry:

Essa precisão supõe também ela uma adequação, não mais exatamente entre o visível e o dizível, mas entre o observável e o notável. De fato, observei o que era notável e anotei o que era observável. A autópsia fundamenta a veracidade das proposições, mas além disso, presta contas de maneira de escrever do autor, justificando a presença repetida de marcas fortes de enunciação⁴⁴⁵

Na apresentação dos escritos do *Roteiro da Foz do Rio Amazonas e parte da Guiana Portuguesa*⁴⁴⁶, o capitão Valadin solicita ao destinatário da sua obra que esta seja protegida, pois ela foi o resultado dos seus esforços e descobertas; por isso, ele argumenta:

Nada é tão usual como o dirigir-se o protetor das obras e pelas suas virtudes suavizar as fadigas de cada um e nada é tão difícil como encontrar um que as saiba apreciá-las e julgar das suas utilidades. É por isso que me dirijo a Vossa Excelência para proteger esta, fruto dos meus trabalhos e dos meus descobrimentos. Se está a parecer para alguns pouco proveitosa, tenho ao menos a satisfação de seguir o trilho dos grandes Antonio de Albuquerque e do capitão mor Pedro Teixeira; e nesta fazer mais serviços importante a minha Pátria; e que estás mais fadigas se dirigiram a dar aos meus compatriotas, uma clara e perfeita ideia da Costa da Guiana Portuguesa, desde a Praça de São José de Macapá, até os limites da Colônia Francesa⁴⁴⁷

Valadin continua argumentando que outros viajantes sucumbiram frente aos perigos das viagens e deixavam suas “obras incompletas”. Concluía os autoelogios aos seus escritos, afirmando que se outros fizessem como ele haveria mais conhecimentos sobre a preciosa geografia e “a nação cada vez mais faria mais progressos”. Portanto, o trecho “observei o

⁴⁴¹FRANÇA, 2012, p. 109-110.

⁴⁴²HARTOG, 2014, 293.

⁴⁴³LÉRY, 1980.

⁴⁴⁴In HARTOG, 2014, p. 293.

⁴⁴⁵HARTOG, 2014, p. 293.

⁴⁴⁶VALADIN, in Biblioteca Nacional-RJ, 1795.

⁴⁴⁷VALADIN, in Biblioteca Nacional-RJ, 1795.

que era notável e anotei o que era observável”⁴⁴⁸ que aparece nos escritos de Valadin, pretende conduzir o governador do Grão-Pará lançar “os olhos sobre este trabalho geográfico e no seu exato mapa e de lhe dar seu justo valor, como sábio que é”. Valadin contava capciosamente que a “sapiência” do governador não deixava escapar o valor dos seus escritos. Ao final da apresentação das memórias, ele não esconde que “a minha obra terá um feliz êxito e aparecerão todos os meus favoritos, como uma recompensa que aspiro”⁴⁴⁹.

Amilcar Filho lembra que os viajantes recorrentemente eram acusados de mentir em seus relatos, ou pelo menos de exagerá-los, para “produzir maravilhas e contos absurdos para seduzir com suas mentiras”⁴⁵⁰. Ainda que isso estivesse implícito em alguns relatos de viagens, os viajantes buscavam convencer seus leitores de que não era seu propósito enganá-los, nem pela invenção ou muito menos por um defeito na observação⁴⁵¹. Por essas razões, afirma Amilcar Filho:

Sabemos que as dificuldades, a superação das contingências que podem surpreender o viajante em seu percurso, tudo isso valoriza o relato, heroiciza e dignifica o autor, pois acreditamos que diz a verdade aquele que sofre e resiste às provações e dificuldades que se lhe impõem⁴⁵².

As questões colocadas acima parecem pertinentes nos escritos de Valadin. Seus textos foram recheados com pós-escritos, sempre promovendo suas viagens anteriores, bem como as dificuldades de sua execução. Acreditamos que essa característica se deve ao fato de o capitão Valadin ter realizado inúmeras viagens aos locais descritos. Bem diferente foi a composição do ajudante de praça, Abreu, cujo relato foi fruto de uma única excursão para o rio Araguari. Mesmo ele já tendo viajado anteriormente para alguns locais visitados, Abreu raramente recorre aos relatos de viagens passadas.

Quando ele faz alguma referência sobre conhecer o objeto de sua descrição, sempre recorre às memórias de seus práticos e ajudantes na viagem. Estes sujeitos, que já conheciam algumas paisagens descritas, eram todos naturais das vilas da Ilha do Marajó. Está nos parece a principal diferença entre os relatos daquelas expedições, enquanto o de Valadin foi reelaborado diversas vezes, revelando correções e mesmo contradições nos seus escritos.

⁴⁴⁸ HARTOG, 2014, p. 293.

⁴⁴⁹ VALADIN, in Biblioteca Nacional-RJ, 1795.

⁴⁵⁰ TORRÃO Filho in *Revista de História*, 2016, n. 175, p. 325.

⁴⁵¹ *Id. Ibid.*

⁴⁵² *Id. Ibid.*

Abreu, por sua vez, produziu suas anotações durante a viagem que foi objeto da expedição, sendo considerado um diário; inclusive, a denominação “diário” estava no título de seus escritos. Ao longo do capítulo, pontuaremos mais algumas diferenças e aproximações entre aqueles relatos.

3.2– “Tudo feito a golpe de vista sem precisão de rumos e distâncias”: expedição ao rio Araguari de 1791⁴⁵³

O governo da capitania do Grão-Pará sofreu uma substituição em 1790. Martinho de Souza e Albuquerque deixava o governo depois de sete anos administrando o Estado do Grão-Pará e Rio Negro. Francisco Mauricio de Souza Coutinho assumia o posto, indicando, em seu primeiro ofício como governador duas preocupações na ordem do dia para encontrar “remédio” para as seguintes moléstias, na perspectiva do governador Coutinho: a primeira era o número grande desertores dos dois regimentos, já que o novo governador atribuía à falta de pagamentos e fardamentos a desordem instalada; a segunda preocupação era com

o grande número de escravos facinorosos, que se tem introduzido neste Estado, e que nele tem causado grande desassossego: há pouco tempo que meu antecessor [Martinho de Souza e Albuquerque] se viu obrigado a ordenar uma diligência, e conseguiu prender alguns; mas ainda andam outros fugidos, e fazendo várias desordens: consta-me que só de Macapá faltam setenta e tantos, que se julgam em Caena. É certo que a fuga d’estes escravos faz grande prejuízo a estes habitantes pela perda d’eles pelas despesas com que contribuem para sua apreensão, e pelo tempo, que n’isto empregam, mas muito mais atendível é o que lhes resulta desassossego, em que vivem com os mesmos escravos pela sua rebeldia.

As sumacas, que de poucos anos a esta parta, se tem costumado importar, para este dos outros portos do Brasil, todos os escravos malfetores, que ali seus senhores já não podem sofrer, tem causado esta desordem; ainda por outro motivo tem arruinado estes habitantes. [...] menos pode ser vantajoso a uma colônia, que é fronteira do Estado do Brasil, e que tem vizinhos turbulentos, semelhante introdução continua de criminosos, e rebeldes.⁴⁵⁴

A esse cenário da capitania do Grão-Pará e das Terras do Cabo Norte, descrito acima por Coutinho, somou-se, em maio de 1791, a preocupação com a presença de franceses no

⁴⁵³ ABREU, Manoel Joaquim de. “*Diario Roteiro da diligencia, de que estou encarregado pelo Governador desta Praça em conformidade das Ordens, que tinha recebido do Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr. Governador e Capitão General do Estado*”. In *Ofício do governador e capitã-general do Estado Grão-Pará e Rio Negro*, D. Francisco [Mauricio] de Souza Coutinho, para o secretário da marinha e ultramar, Marinho de Melo e Castro, sobre a expedição de reconhecimento ao rio Araguari, a cargo do ajudante de praça de São José do Macapá, Manuel Joaquim de Abreu. AHU_ACL_CU_013_Cx. 101_D. 7977.

⁴⁵⁴ IHGB, Coleção Manoel Barata – Memória sobre a Defesa da Capitania do Pará no governo de D. Francisco Coutinho; E outros documentos do tempo do seu governo. Plano da conquista da Guiana Francesa. 1791-1797 – Lata 281, pasta 6, 102 fls., Pará, 2 de abril de 1785. In GOMES; QUEIROZ; COELHO (orgs.), 1999, p. 20-21.

rio Araguari. Em ofício ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, o governador comunicava a necessidade de realização de uma diligência e a execução, por parte do governador de Macapá, para mobilizar as forças a fim de

ir logo fazer a exploração, e reconhecimento do Estabelecimento dos Franceses no rio Araguari [...] e eu fico na firme resolução de ir fazer mesmo aquela diligencia se ainda por esta vez se não conseguir, porque o grande descuido que até agora houve para esta parte já não permite demora alguma⁴⁵⁵.

Durante os treze anos do governo de Coutinho (1790-1803), a questão da defesa do território fronteiriço com a Guiana Francesa, em especial a disputa pela posse da região do rio Araguari, foi o tema mais recorrente das correspondências do governador com seus superiores e subalternos. Naqueles meses iniciais de governo, o tom das comunicações ainda era de suposições a respeito das intenções dos franceses com os seus estabelecimentos avançando terra adentro da Guiana Portuguesa. Suspeitava-se que a motivação deles era a conquista dos canais interiores para se chegar ao rio Amazonas, pois

Entranhado nos domínios de Sua Majestade considerável distância que medeia tanto do Oiapoque como de Vicente Pinçon ao dito rio Araguari, não pode deixar de merecer o maior cuidado, pois que além da perda d'aquela parte dos mesmos Reais Domínios, além da vizinhança em que ficam os franceses para a entrada do Amazonas, além do contrabando que poderá introduzir-se, além de ser cômodo asilo de desertores, e o mais seguro mocambo a que os escravos se recolham, com prejuízo sensível na cultura; poderia ainda introduzir-se por aquela vizinhança, aquele maligno Espírito Vertiginoso, que os tem desgraçadamente consumido. [...] tão essencial se me apresenta este exame para que sendo a V. Ex. presente o seu resultado, e dando as providências que foi servido, não possam jamais estes ambiciosos, e inquietos vizinhos por em prática projetos semelhantes aos que executaram na Costa d'África.⁴⁵⁶

Junto do ofício enviado ao secretário Castro, Francisco Coutinho anexou uma cópia da instrução enviada ao novo governador de Macapá, João Vasco Manoel de Braun, em julho de 1790. Naquela instrução, a preocupação estava completamente voltada para a apreciação imediata do “Estabelecimento que os Franceses têm formado dentro do limite deste Estado”, cuja orientação era que Braun deveria agir com descrição nas suas verificações para que os franceses não desconfiassem que seus planos estavam sendo investigados, assim como os

⁴⁵⁵ AHU_ACL_CU_013, cx. 100, D. 7957. Pará 1º/03/1791.

⁴⁵⁶ AHU_ACL_CU_013, cx. 100, D. 7957. Pará 1º/3/1791.

próprios moradores da praça de Macapá não deveriam saber dos tais exames. O governador da praça deveria ter o estratagema para fazer visitas em distritos, povoações, fazendas e “despovoados” para avaliar se havia possibilidades para o surgimento de “novos estabelecimentos”, verificando com precisão a “situação do sobredito Estabelecimento das suas fortificações, da sua guarnição, do número de seus habitantes e da utilidade que nele se acham”.

Nas informações levantadas pela expedição, deveriam constar a latitude; se estava situado na costa ou no interior; se havia algum rio com comunicação com o Amazonas; se estava dentro dos limites estabelecidos no Tratado de Utrecht; e qual a distância das defesas da praça. Tudo isto deveria constar “num pequeno mapa” com as dimensões da Guiana Portuguesa e da Francesa até Caiena, com todos os rios contando com seus respectivos nomes em português e francês.

As recomendações do governador Coutinho foram atendidas em abril de 1791. Sob suas ordens, o governador da praça de Macapá, João Braun, o mesmo sargento-mor engenheiro que havia participado e escrito sobre o roteiro da viagem pelo rio Amazonas do governador Martinho Albuquerque em 1784, encarregou o ajudante de praça, Manoel Joaquim de Abreu, a realizar a expedição de reconhecimento do rio Araguari.

Em 1790, o sargento João Vasco de Braun, então governador da praça de Macapá, produziu um mapa da costa da Guiana Portuguesa, que revela os rios e os lugares que, no ano seguinte, seriam descritos na expedição ao rio Araguari do ajudante de praça Abreu. Pela precisão na descrição dos referidos lugares e rios, o mapa foi referência para a viagem. O diário do ajudante de praça Abreu foi escrito em quarenta e quatro páginas e relata uma viagem de quarenta e oito dias, que partiu do porto da vila Macapá, passou por toda sua costa, pelo rio Araguari, seus furos e enseadas, até chegar ao rio Calçoene ou Vicente Pinçon. Em vários momentos, Abreu faz menção a longas caminhadas realizadas pelas terras e alagados da região,

continuando na Costa abaixo está outro Igarapé chamado Sejutúba também largo na sua foz, e acabando também em igapó, aqui saltei em Terra com os dois Soldados e um dos Práticos, mandando a Canoa esperar-me na foz do Rio Araguari, porque como queria indagar com exatidão esta margem, o não podia fazer por mar pela distância em que ficava a terra; marchei pela praia com os referidos e quase no fim achei o Igarapé chamado Assaituba, o qual passamos com água pelos peitos na sua baixamar.⁴⁵⁷

⁴⁵⁷ AHU_ACL_CU_013, cx. 101, D. 7977. Pará 1º/7/1791.

Ao longo de seu relato, o ajudante só nos permite saber que eles saíram de Macapá em uma canoa com os práticos vindos das vilas de Chaves e Rebordelo. Estes já haviam feito o roteiro da viagem em ocasiões anteriores. Os homens que participaram da expedição comandada por Abreu foram se juntando ao longo da jornada. Dois soldados e dez índios integraram a expedição. Uma semana depois da partida da praça de Macapá, na “extremidade ou fim da costa de Macapá”, encontraram-se com a canoa grande oriunda de Belém, comandada pelo cabo da esquadra, Clemente Silva. Na verdade, a viagem iniciou no dia vinte e dois de março, mas, devido à falta de práticos, o relator e comandante da diligência se viu obrigado a esperar a chegada daqueles das vilas acima citadas. Assim, no dia primeiro de abril, às seis da manhã, eles atravessam o furo do Gurujú e iniciaram a expedição ao rio Araguari.

Abreu procurou superar a ausência de instrumentos de medição e precisão na expedição com um relato meticuloso de rios, baías, furos, igarapés, alagados, ilhas, lagoa, vegetação e lagos da costa atlântica do Cabo Norte. Nos primeiros onze dias de viagem, as descrições ficaram restritas ao meio natural da paisagem. Abreu descreveu lugares já conhecidos com denominações determinadas e outros sem nomeação alguma, como se pode conferir sobre o furo do Gurujú, a primeira descrição após a saída de Macapá:

Este furo é largo na sua foz tendo a distância pouco mais ou menos de meia légua, e logo depois da sua entrada a mão direita tem um furo, que vem por de trás de uma pequena Ilha sair a esta Costa, porém com a maré meio vazia ambos os furos do referido Gurujú ficam em seco: a referida ilha cercada pelo dito furo tem na sua frente dois pequenos Igarapés, de Riachos, e ao mesmo pela parte oposta defronte fica a referida Ilha de Curuá, tendo nesta sua foz uma pequena Ilha, que divide a sua entrada em dois pequenos Igarapés.

Continuando do segundo e pequeno furo do Gurujú Costa abaixo, se acham em pequenas distancias três sucessivos Igarapés, e depois a distância pouco mais de um quarto de légua se acha o Igarapé Pixuna, assim chamado por sair dele água preta, é largo na sua foz, porém depois vai estreitando até acabar em pequenos braços em um grande Igapó a semelhança de Lago.⁴⁵⁸

Na descrição de vegetações aquáticas desconhecidas dos seus interlocutores, Abreu recorre a comparações com as espécies já conhecidas e nomeadas na própria região: “Defronte na mesma Ilha de Curuá, se acha um largo furo chamado Saranduba, cujo nome

⁴⁵⁸ AHU_ACL_CU_013, cx. 101, D. 7977. Pará 1º/7/1791.

herda das muitas moitas que tem deste mato na sua foz, que é a semelhança de aturiás”⁴⁵⁹. Nessa passagem da narrativa, Abreu informa sua estratégia para verificar os detalhes de furos, lagos e igarapés de difícil acesso para a canoa grande, por isso

Daqui para baixo já não há secos, sendo todo o Rio um canal, por conselho dos Práticos mandei a Canoa grande com o Cabo de Esquadra, Clemente da Silva, pelo furo grande a esperar-me no Rio Araguari, por não ser suficiente para navegar nesta rasa Costa, e equipando a Montaria me embarquei com os dois Soldados. [...] Para este furo mandei o Cabo de Esquadra na canoa a esperar-me em quanto eu viajava o restante do rio até as suas cachoeiras, e voltar no decurso deste tempo, devia aprontar uma pequena canoa chamada Ubá, o que assim sucedeu, pois, a sua boa atividade a fez aprontar em três dias, para com mais canoas entrar neste lago, a fazer a averiguação necessária⁴⁶⁰.

Por ser a ubá uma pequena canoa feita no próprio tronco da árvore, era possível escolher troncos de madeiras mais leves e, assim, navegar até mesmo em cima da vegetação que se formava na superfície da água, principalmente dos igarapés e igapós.

Inicialmente, a expedição explorou a então chamada Costa de Macapá no diário, tendo como limite ao norte o rio Guruju ou Irigó. Abreu descreveu a costa, afirmando que “toda esta margem e costa de que tenho a exata notícia desde o Rio Guruju até esta referida extremidade, tudo são terras alagadas nos crescimentos das águas”, justificando que a averiguação não pode ser mais “abreviada” pelo fato de ser o tempo das “incessantes trovoadas e ventos ponteiros”. Por isso, em alguns daqueles dias a expedição somente “andou algumas horas”. Segundo asseguram os práticos, aquele mês de abril não era o mais apropriado para navegar pela costa, por ser o das “maiores trovoadas”, mas depois do Espírito Santo (final do mês de maio) até o final de julho, a navegação melhorava, pois esses eram os meses das “melhores bonanças” no ano.

Na descrição da costa de Macapá, feita por Abreu, alguns rios importantes e mais próximos àquela vila não foram citados, com destaque para três deles: Macacoari e Carapanatuba, conhecidos como reduto de escravos fugidos e de lugar de formação de mocambos; e o rio Pedreira, que, além de possuir mocambos nas suas cabeceiras, tinha sido fornecedor de boa parte das pedras para a construção da Fortaleza de São José de Macapá. Duas motivações podem ter levado os relatos de Abreu a não descreverem aquela parte da

⁴⁵⁹AHU_ACL_CU_013, cx. 101, D. 7977. Pará 1º/7/1791.

⁴⁶⁰AHU_ACL_CU_013, cx. 101, D. 7977. Pará 1º/7/1791.

zona costeira de Macapá. Primeiramente, o fato de a expedição ter como objetivo o reconhecimento da área do rio Araguari, e não propriamente da costa de Macapá; e segundo, por ser uma parte da costa já bem conhecida naquele momento, o que pode ter levado o relator a desconsiderar tais informes. Essa segunda afirmação pode ser confirmada na apresentação que o governador Coutinho fez do diário do ajudante de praça. Na oportunidade, ele afirmou que a costa da Guiana, em geral, já era bem conhecida e descrita em várias obras e mapas impressos e, muito particularmente, a costa de Belém “na sua moderna descrição geográfica de Caiena”⁴⁶¹.

Quando a expedição começou a se aproximar do rio Araguari, Abreu passou a ser mais minucioso nos seus registros. Informações como os dias, os horários, as distâncias, as condições do tempo, a direção e velocidade dos ventos, a força das correntezas e as marés passaram a constar diariamente no relato. Assim foi a descrição da chegada às margens da foz do “grande Rio Araguari”. Às quatro da tarde daquele dia, o entardecer com as “lindas e diversas aves que povoam as praias” foram exclamadas pelo relator. No entanto, ele não identificou quais seriam as espécies. As anotações de Abreu relatam ainda a busca pelas cachoeiras do Araguari e do Lago Del Rei. No trajeto para se chegar às cachoeiras, o relato fica genérico descrevendo furos, enseadas, lagos, igarapés e igapós.

No deslocamento para se chegar ao grande Lago Del Rei – foi exatamente nesses trechos que surgiram as primeiras informações dos vestígios da presença de franceses na Guiana Portuguesa, como se vê a seguir:

Partimos no romper do dia a indagar outras Ilhas, e algumas ressacas, e logo que chegamos ‘a primeira Ilha, achamos três Tijupares, onde havia estado gente fazendo salga de peixe e voltando a outra Ilha achei onze Tijupares grandes, e alguns vestígios de que haveria quinze dias ao muito havia estado ali estado gente a fazer peixe, achando nestes mesmos Tijupares dois barris destes de três em Pipa, porém desconhecidos, e com marca diferente, e ainda no seu talho, saímos a diligenciar outras mais ilhas, não sendo possível achar mais coisa alguma, que a este mesmo respeito me desse melhores conhecimentos, mas ficando persuadido que aqueles barris eram Franceses, como depois soubemos de certeza e que adiante severa.⁴⁶²

Todavia, as diligências não conseguiram confirmar a presença de franceses por outras “diferentes paragens ou bosques”. O Lago Del Rei foi descrito como muito grande, de

⁴⁶¹ AHU_ACL_CU_013, cx. 101, D. 7977. Pará 1º/7/1791.

⁴⁶² AHU_ACL_CU_013, cx. 101, D. 7977. Pará 1º/7/1791.

maneira que, de leste a oeste, se conseguia ver as margens com dificuldade; mas de norte a sul não era possível visualizar suas extremidades. A vegetação no entorno do Lago era a típica de “matos alagados”, do tipo siriúba e Canarana. No entanto, “muito farto de várias qualidades de peixes, assim como também de aves; mas insuportável de nele se existir pela muita praga, que acomete a gente de dia e de noite, dizem que no verão quando o Lago está seco é muito pior”⁴⁶³.

Aliás, a reclamação com a presença abundante de mosquitos se repetiu na consideração final sobre o rio Araguari. Abreu lamentava que um lugar tão “fértil e agradável” como o leito do rio Araguari com abundância de caças tanto “do ar quanto do chão, além da variedade e quantidade de peixes e tartarugas, com terras especiais para agricultura tanto na várzea quanto na terra firme, assim como, terrenos propícios à edificação de sítios, lugares e vilas, podia em alguns lugares ser dominados por insetos e pragas, assim,

faz-se sensível que lugares, e presídio tão fértil e agradável, seja tão inficionado das muitas e diversas pragas que fazem quase impossível sossego e tranquilidade do homem, enfim não, é possível expressar-se o continuado desassossego, em que sempre a gente se acha de dia e de noite e com semelhante flagelo, sendo de dia atacado por todas as referidas sevandijas e de noite por algumas; sendo entre todas as seguintes qualidades mutucas grandes e pequenas, varejeiras, pium, carapanã, muriçoca e maruim; a exceção da horrorosa Pororoca nas águas grandes, a qual dura sete dias, dando em todos os princípios da enchente.⁴⁶⁴

Além das já citadas referências aos mosquitos na região do rio Araguari, o trecho acima faz uma menção ao fenômeno da pororoca. Esta não foi a primeira vez que o fenômeno apareceu no relato, mas foi a primeira associada à “desgraça” dos insetos.

Ao voltar para a foz do rio Araguari, a expedição retomou o trajeto costa abaixo. Ao chegarem à foz do rio Piratuba, Abreu descreve um cenário que parece comum na costa das Terras do Cabo Norte, principalmente por se repetir algumas vezes no relato com a existência de “tijupares ou casa” de palha que serviam de feitoria de peixes para a salga das guriubas pescadas pelos indígenas das ilhas de Chaves e Rebordelo. Os índios utilizavam o resultado do trabalho não só para o alimento próprio, mas também para comercializar com negociantes da Guiana Francesa.

Viajando rio Piratuba adentro, ele foi descrito como “nada agradável, fazendo-se inútil a qualquer habitação por ser todo alagado, e seu mato ser um cerrado siriubal e

⁴⁶³*Op. Cit.*

⁴⁶⁴*Op. Cit.*

mangue”⁴⁶⁵. Continuando costa abaixo, a expedição chegou ao rio Sucurujú. Segundo Abreu, a qualidade dos matos é a mesma do Piratuba, assim como a abundância de variados peixes e aves. No entanto, era um rio “estreito e na verdade não é senão um Igarapé, porque outros, de que tenho falado são incomparavelmente maiores e mais largos tanto na sua foz como na extensão de rio”⁴⁶⁶.

Na foz do rio Maiacaré, durante a passagem de uma forte tempestade naquela noite por aquela foz, o ajudante de praça Abreu ficou sabendo por um dos práticos, chamado Cipriano, que dali até foz do rio Vicente Pinçon ou Calçoene seria possível chegar caminhando pela praia da costa, uma vez que aquele experiente práctico já havia realizado o mesmo percurso. Com o “romper do dia”, iniciou-se a caminhada nas praias que levaram ao último ponto daquela jornada, à qual estavam presentes o ajudante de praça, dois soldados, Cipriano – que era um indígena – mais outro índio, chamado João Antônio. A marcha, segundo Abreu,

foi custosa por nos ser preciso passar dois Igarapés e um riacho, assim como também um atasqueiro de lodo pelo joelho, porém o mais tudo bela praia de areia, e bem cultivada de aves de muitas qualidades. Chegamos à foz do referido rio pelas três horas da tarde, e a Canoa pelas seis por causa dos muitos ventos ponteiros.⁴⁶⁷

A partir daqui iniciou-se a viagem rumo às cabeceiras do rio Calçoene, último destino da diligência. Segue-se no diário uma descrição de todas as curvas, igarapés, igapós e riachos tributários daquele rio. Com pouca distância da foz adentro, as canoas da expedição conduzidas pelas remadas dos índios se depararam com uma canoa vazia amarrada em um pequeno porto. Nesse momento, foi ordenado ao práctico Francisco e a outro índio que averiguassem se existiam pessoas naquelas redondezas. Diante da demora do práctico e do índio, Abreu e o soldado Manoel Felipe mandaram dois índios verificar o que se sucedera. Ao final, retornaram todos ao porto, à margem do rio, acompanhados de dois índios que estavam na “dita canoinha”. Depois de algumas indagações aos índios, eles confirmaram que aquele rio era o Calçoene, mas que não havia ninguém morando nas suas margens, pois existiam muitas moléstias graves que matavam ou obrigavam as pessoas a se retirar para o rio Guananis. Afirmaram que estavam ali naquela manhã para visitar uma antiga roça com algumas frutas.

⁴⁶⁵AHU_ACL_CU_013, cx. 101, D. 7977. Pará 1º/07/1791.

⁴⁶⁶*Op. Cit.*

⁴⁶⁷*Op. Cit.*

O encontro com os dois indígenas e o relato deles acima gerou um princípio de deserção na expedição comandada pelo ajudante de praça Abreu. O índio João Antônio revelou que já havia tentado morar com sua família e demais parentes nas margens daquele “rio muito doentio”, e que em pouco tempo morreram dois filhos e mais alguns da “parentada”. Todos os anos, aqueles leitos, segundo João, eram acometidos de “grandes carneiradas”⁴⁶⁸. O mal era tão forte “que anoitecia a gente boa, amanhecia inchada, e não durava mais que até o meio dia”. Assim, antes que a doença matasse o restante das pessoas, todos foram embora. Abreu admitiu no diário que a conversa foi na presença de todos, o que provocou algumas reclamações por parte dos outros índios, alguns alegando estarem acometidos do mal. Segundo o ajudante de praça, a insatisfação foi controlada, os ânimos levantados e a viagem seguiu em direção ao ponto limite daquela diligência – as cachoeiras do rio Calçoene. As canoas continuaram rio acima e foi-se confirmando o abandono daquelas margens, tanto que

Pelas seis horas da manhã continuei a viagem rio acima achando à direita cinco casas das referidas, e logo pouca mais distância, duas, mas tudo caindo: seguindo acima, depois de ter andado hora e meia avistei a cachoeira, a qual também é pequena, mas os índios me dizem que tem mais e maiores. Esta cachoeira é também de pedra preta, mas mais rasa que a do rio Araguari, tendo por um lado e outro, boas terras firmes.⁴⁶⁹

Era chegada a hora do regresso da expedição à foz do rio Calçoene. Abreu explicou que a rapidez da descida do rio se deveu ao medo que os indígenas remadores estavam de ficar doentes; assim, eles remaram sem ser “necessário advertir”.

Descendo costa abaixo em direção ao rio Maiacaré, a expedição se deparou com uma embarcação que de longe parecia um iate da guarda-costas de Caiena. O diário relata a figura de um bote, que “não trazia gente mais que a equipagem, e essa constava de seis homens, vindo também em cima da tolda, [e] três mulheres índias”. A embarcação não era da guarda costeira, mas estava a serviço de um tenente – um “mameluco” que, ao descer do barco, estava acompanhado de um “amulatado”. Ao se encontrarem, Abreu foi logo tratando de explicar que estava ali atrás de uma “Canoa com Pretos”, pois essa era a justificativa oficial da expedição. Depois de suas explicações, Abreu descobriu que o “mameluco” era um

⁴⁶⁸ A expressão denomina uma dor na cabeça insuportável com febre infecciosa, geralmente advinda de protozoários parasitas. No século XVIII, nas colônias portuguesas, essas doenças eram denominadas de “doenças da terra”. Ver FERRAZ; SOARES, 2008, p. 3. http://www2.iict.pt/archive/doc/MM_Torrao_wrkshp_plts_medic.pdf Acesso em: 18 mar. 2017.

⁴⁶⁹ AHU_ACL_CU_013, cx. 101, D. 7977. Pará 1º/7/1791.

tenente com patente atribuída pelo governador de Caiena e que estava se dirigindo para o rio Carapaporis para fazer salga de peixe e levar à capital da colônia francesa.

Neste momento, passaram as duas tripulações a viajar juntas até aquele mencionado rio. Antes, porém, entraram pelo rio Maiacaré, atrás dos “pretos fugidos”. Durante os dias nove e dez de maio, a expedição navegou pela extensão daquele rio acima e esta diligência resultou na seguinte conclusão de Abreu: “Este Rio Maiacaré, e o seu furo são inabitáveis, porque na maré cheia ou praianas sobe a água até uma braça pelo mato acima, parecendo um fundo Igapó, este mato um puro siriubal e muito abundante de toda qualidade de praga”⁴⁷⁰.

A última diligência da expedição aconteceu no rio Carapaporis e consumiu os dias de doze a dezesseis de maio. Neste rio, Abreu e seus comandados encontraram um capitão chamado Francisco Xavier, que governava uma povoação francesa localizada em um grande lago tributário daquele rio. Abreu também ficou sabendo que, apesar de ter usado de uma “ficção” – a fuga dos pretos em canoas – para justificar aos “vizinhos franceses” a sua diligência pela costa do Cabo Norte, as notícias para o governador Coutinho davam conta que de fato existia uma rota de fuga de escravos fugidos de Macapá, que passava pelas terras firmes do rio Araguari, pelas cabeceiras das cachoeiras do rio Carapapori e chegavam até os limites entre a Guiana Francesa e a Holandesa, no rio Maroni. A conclusão sobre o rio vistoriado pela expedição foi de que

este referido Rio Carapapori é muito largo na sua foz, cuja há e ter uma légua; e assim continua um grande espaço, e depois vai estreitando, mas sempre largo. Ele é agradável, muito farto de Caças e Peixes, e tem excelentes terras para a Cultura”⁴⁷¹.

A respeito da região daquele rio, o governador Coutinho afirmava que os franceses não se contentavam com o Tratado que estabeleceu que o “Rio de Oiapoque na latitude 4º 15 N seja o limítrofe e o de Vicente Pinçon estendendo as suas povoações 20 ou 30 léguas pela costa para o sul até o Carapapori e seu lago, e a sua navegação até o Araguari e até mais distante”⁴⁷². Como esse rio foi o cenário que gerou as duas narrativas, deixemos a descrição por conta de Manoel Joaquim de Abreu:

⁴⁷⁰ AHU_ACL_CU_013, cx. 101, D. 7977. Pará 1º/7/1791.

⁴⁷¹ AHU_ACL_CU_013, cx. 101, D. 7977. Pará 1º/7/1791.

⁴⁷² COUTINHO, Francisco Maurício de Souza. Ofício a Martinho de Mello e Castro, relatando-lhe todos os passos da expedição que mandou fazer na região do Oiapoque, perto da povoação francesa na Guiana. [S.L.], 1789-1798. Cop. Ms. Coleção Linhares. Biblioteca Nacional.

Este referido Rio Carapapuri é muito largo nasua foz, cuja há de ter uma légua; e assim continua um grande espaço, e depois vai estreitando, mas sempre largo. Ele é agradável, muito fato de caças, e peixes, e tem terras para a cultura⁴⁷³

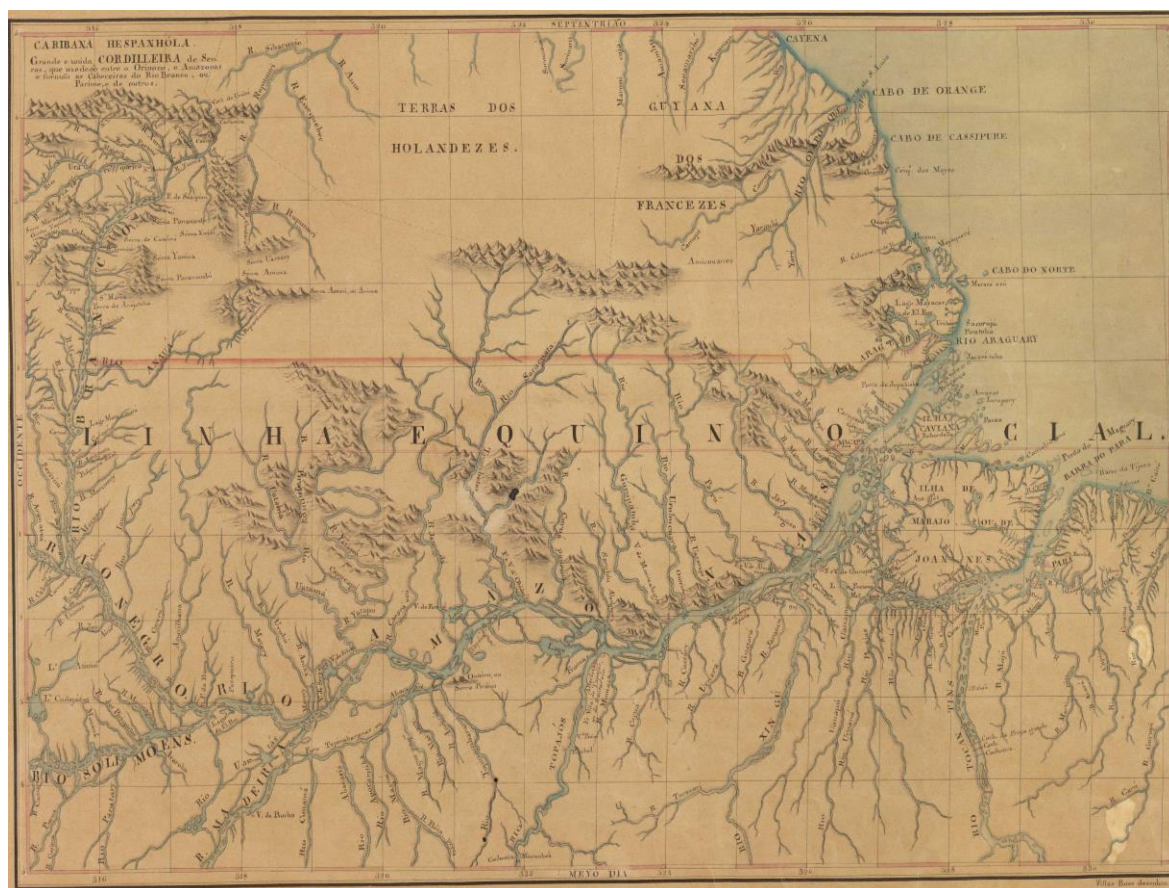
Desta passagem, certamente a mais interessante do diário para as intenções do capítulo, Abreu faz alusão a um homem descrito como um preto baixo, gordo e velhaco, que era escravo na vila de Macapá, o qual teria fugido para as cabeceiras do rio Carapapuri. De lá, provavelmente teria passado por Caiena e se juntou provavelmente a outros pretos fujões de Macapá – aproximadamente 80, entre homens e mulheres. Os tais escravos fujões se dirigiram para dois grandes mocambos fortificados, localizados nas duas margens do rio Maroni, limite demarcatório das possessões das Guianas Francesa e Holandesa. No lado francês do rio, concentravam-se os fugitivos de Caiena e, no lado holandês, os escravos fugidos do Suriname. Esses mocambos eram fortificados com grandes estacas e mantinham comunicação e comércio regular entre si.

O historiador Flávio Gomes lembra que, nas regiões amazônicas do Platô das Guianas, especialmente nas divisas do Suriname e Guiana Francesa, “negros fugidos, grupos indígenas e outros personagens reinventaram constantemente suas próprias fronteiras”⁴⁷⁴. É possível afirmar que os mocambos existentes na região entre as Guianas Holandesa, Francesa e Portuguesa mantinham relações comerciais com comerciantes ou mascates de Demerara, capital da colônia holandesa, e provavelmente aqueles comerciantes eram os principais fornecedores de armas de fogo para os mocambos. A seguir, destacamos um mapa dos limites demarcatórios das Guianas Holandesa, Francesa e Portuguesa:

⁴⁷³ AHU_ACL_CU_013, Cx. 101, D. 7977.

⁴⁷⁴ GOMES, 2005, p. 72.

Mapa 15

Mapa das Fronteiras entre as Guianas⁴⁷⁵

Segundo o relato do capitão ao ajudante de praça, o tal “velhaco” apareceu no povoado do rio Carapapuri e logo começou a servir o pároco local e a ganhar a confiança do religioso – por isso foi levado pelo mesmo para Caiena. O objetivo do “velhaco” era apenas voltar para a vila de São José de Macapá, mas, provavelmente com medo de ser reconhecido pelas rondas de captura, disse ao pároco que era escravo de uma velha chamada Chatarina Novaes e que “já estava velho e aborrecido daquela vida” de fugas. Para garantir um recolhimento seguro para a casa da sua dita senhora, convenceu o religioso a acompanhá-lo e protegê-lo na viagem de regresso à vila. Assim que chegaram à povoação, o fugitivo desapareceu das vistas do pároco. Mesmo com o sumiço repentino, acreditou-se que ele tinha

⁴⁷⁵Mapa da região Amazônica indicando a fronteira com as Guianas Francesa e Holandesa [cartográfico] 1841. In Biblioteca Nacional-RJ. http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=33567 Acesso em: 10 out. 2017.

se recolhido para a casa de sua senhora. Nesse momento da narrativa, o ajudante de praça garantiu ao seu interlocutor que o regresso arrependido foi uma mentira e que o agarrassem, caso o “velhaco” voltasse a “aparecer por aquelas bandas”.

A segunda narrativa se constituiu numa descrição a partir das observações do próprio ajudante de praça, Manoel Joaquim de Abreu, quando este esteve, na povoação do Grande Lago do rio Carapapuri, em contato com o capitão responsável pela administração local. A povoação possuía 29 casas – “ou para dizer melhor tijupares” – com coberturas de pacová de sororoca e madeiras “mui podres”, como os troncos de tucumã. Em cada tijupá, muitas famílias se abrigavam, porém o narrador não precisou quantas. O “oráculo” adorado na povoação era de São Francisco Xavier, tinha seu templo construído com madeiras melhores, porém coberto com a mesma palha dos tijupares.

Durantes as horas que passou no povoado, o ajudante de praça observou que todos os habitantes eram batizados, embora mantivessem os hábitos gentílicos de andarem nus com umas pequenas tangas que cobriam a sua “desnudez”, entrelaçadas com cordões de miçangas, pintando as faces e algumas partes do corpo com tinta de urucum. A única exceção a esses costumes era o capitão que administrava o povoado, que portava vestes militares. As mulheres do povoado andavam cheias de miçangas pelos braços e pernas, com os pescoços cobertos de colares de dentes dos mais diversos animais. Os moradores frequentavam as missas com um pouco mais de roupas que o habitual, porém, assim que saíam do templo, voltavam aos hábitos gentílicos da nudez. Predominava na vila as roças de maniva, utilizada na fabricação de vinhos como o paiuarus. Para o ajudante de praça, a prevalência de apenas essa atividade no povoado transformava os indígenas em ociosos.

A principal fonte de renda da povoação, segundo observou o ajudante Manoel Abreu, eram as muitas salgas de peixe e os potes de manteiga de banha de peixe-boi que os índios pescavam e produziam nos lagos do território da Guiana portuguesa. Essa produção era vendida em Caiena e os lucros eram repartidos entre o capitão e o vigário da vila. A população da povoação do lago do rio Carapuris ficava em torno de 200 pessoas só na vila – o ajudante contou mais de 100 pessoas entre homens, mulheres e crianças de ambos os sexos –, mas no entorno do grande lago habitavam muitos gentios repartidos nos governos de dois principais, subordinados às ordens do dito capitão administrador do povoado, “o qual governa em tudo e por tudo responde” com suas vestes militares.

O encontro que resultou nos trechos do relato aqui apresentado foi finalizado com uma conversa sobre a ilha de Manaca-uasú⁴⁷⁶, que ficava em frente ao desague do rio Carapapuris. Durante o diálogo, o capitão a serviço da França foi questionado sobre a posse dessa ilha, no que de pronto respondeu “que aquelas terras eram de França pois os mesmos franceses [seus senhores] lhes diziam que eles podiam vir até a margem do Rio Araguari, onde finalizavam os seus limites, porém que não entrassem no Rio pois já era dos portugueses”.

Vale destacar que o encontro entre o ajudante de praça, Manoel Joaquim de Abreu, e o capitão Francisco Xavier, que terminou de maneira amistosa, teve um início tenso. Inicialmente, o capitão questionou se Abreu não sabia que ninguém podia ir àquela região sem autorização, e que deveria enviá-los presos ao governador de Caiena. Coube a um dos soldados da expedição retrucar o capitão, perguntando quem iria até Caiena avisar o governador. Mais: eles não sabiam da existência das ordens de prisão e, mesmo existindo tal ordem, que ela deveria ser executada com pessoas estranhas, não com os portugueses que “temos pazes com os Franceses e somos muito amigos” porque “se nós soubéssemos que Vossas mercês Eram inimigos então não avinhamos cá”.

As duas pequenas narrativas aqui apresentadas tiveram como principal narrador o ajudante de praça da vila de São José de Macapá, Joaquim Manoel de Abreu, e se originaram de suas observações e relatos ouvidos da interlocução com o capitão Francisco Xavier, governante do povoado francês no Grande Lago do rio Carapapuri. Tais trechos das narrativas trazem alguns elementos que permearam as constituições e as reconstituições dos limites fronteiriços entre a Guiana Francesa e o Grão-Pará, ao longo da segunda metade do século XVIII. Tais narrativas nos revelam, entre os traços dos sujeitos descritos, o fato de que teciam suas vidas para além das determinações diplomáticas dos tratados e dos mapas, cujas ordens deveriam ser obedecidas pelos agentes das Coroas de Portugal e França. E aqui já é possível verificar a fronteira como uma construção histórica, com seus sujeitos e dinâmicas próprias, permitindo, portanto, observar a fronteira muito mais como um espaço de disputa e negociação do que como uma linha demarcatória⁴⁷⁷.

Chama a atenção também nas narrativas os usos que a fronteira pode ter para sujeitos sociais distintos, sendo um espaço ao mesmo tempo de disputas, conflitos e trocas culturais.

⁴⁷⁶ Carta Tophográfica da principal entrada do Rio das Amazonas, pelo cannal chamado do Norte; com os Rios e Terras que lhes são confrontantes e pertencem à Praça de Macapá – Tirada a golpe de vista, com muitas observações e algumas sondas e latitudes em o anno de 1790 pello Govern^{or} da mesma Praça João Vasco Manoel de Braun. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

⁴⁷⁷ Nesse caso, ver PICCOLO in *Anais da XVII Reunião*. São Paulo, 1977; e FLORES, 2007.

Destacamos, especialmente, a rede de solidariedade e sociabilidade dos escravos que fugiam de seus cativeiros, tanto nas terras de Caiena quanto nas do Cabo do Norte. Os fugitivos mantinham contato com os cativos fugidos do Suriname e estabeleciam mocambos fortificados nos limites entre a Guiana Francesa e a Holandesa⁴⁷⁸. Ao mesmo tempo em que o relato revela outras formas de resistência escrava, além das fugas – como a estratégia da negociação⁴⁷⁹ do escravo fugido de Macapá que, ao ter uma leitura dos perigos que o retorno à vila na condição de fugido lhe imputava, consegue convencer um religioso de acompanhá-lo em seu regresso. A documentação aqui estudada permite afirmar que, em determinados momentos, em termos relativos, as negociações prevaleciam sobre as fugas⁴⁸⁰.

O relato a respeito de uma vila no grande lago do rio Carapapuri revela a constituição de um povoado em uma região em que os limites territoriais entre Portugal e França estavam em constante litígio, considerando as mudanças de marcos divisórios. A população do povoado era indígena, mas no documento não foi(foram) mencionada a(s) respectiva(s) etnia(s) dos índios. As moradias seguiam a tradição indígena: moradas coletivas com várias famílias numa mesma construção. Roupas só eram utilizadas durante as missas, que eram realizadas num templo devotado a São Francisco Xavier, um mártir católico português⁴⁸¹. No restante do tempo, os índios andavam nus. As atividades econômicas eram voltadas para a pesca, sobretudo a produção de manteiga de peixe-boi, e os lucros advindos do comércio ficavam com o capitão e o pároco do povoado – as autoridades de Caiena não tinham nenhuma parte no lucro do negócio.

Finalmente, é possível perceber, no diálogo inicial e final entre o ajudante de praça português e o capitão administrador da vila francesa, algumas leituras que esses sujeitos responsáveis pela manutenção das fronteiras tinham. Tais leituras iam além dos interesses de defesa das fronteiras dos Estados que eles representavam, respectivamente Portugal e França, na segunda metade do século XVIII.

O regresso derradeiro da expedição aconteceu nos dias dezessete e dezoito de maio. Primeiro, a embarcação comandada pelo ajudante de praça voltou a encontrar a canoa grande na foz do rio Araguari, pois essa “não pode fazer a referida viagem, que somente Eu fiz na montaria com os Soldados e dez Índios”. Finalmente, às onze da manhã, na altura da Ponta

⁴⁷⁸ MARIN; GOMES in *Revista de História/USP*, n. 149, p. 69-107, 2003.

⁴⁷⁹ SILVA; REIS, 1989.

⁴⁸⁰ SILVA; REIS, 1989, p. 62-63.

⁴⁸¹ CARDOSO; CHAMBOULEYRON in PRIORE, 2003, p. 33-62.

do Pixuno, chegou ao encontro dos viajantes um porta-bandeira que trazia as ordens do governador Coutinho para que Abreu seguisse viagem para a cidade de Belém.

Ao longo da década de 1790, durante o governo de Francisco Coutinho à frente do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, foram organizadas inúmeras viagens de reconhecimento da costa e da rede fluvial das terras da Guiana Portuguesa. O principal objetivo era levantar informações sobre a região para melhor defendê-la das investidas dos franceses que visavam conquistar a foz do rio Amazonas. A expedição de Joaquim de Abreu foi oficialmente a primeira com o objetivo principal de chegar até as cachoeiras e lagos do rio Araguari. Abreu foi além, pois chegou até o rio Cassiporé – território reivindicado pelos franceses – nos anos finais dos setecentos. Certamente, a viagem do ajudante de praça, Abreu, não acrescentou ao que já se conhecia sobre a Guiana Portuguesa, mas revelou o quanto eram precárias as tentativas do Estado português em assegurar aqueles territórios em seus domínios.

3.3 – “Proteja está obra fruto dos meus trabalhos e dos meus descobrimentos”: as viagens do capitão Valadin para a Guiana Portuguesa⁴⁸²

A viagem realizada e registrada no diário apresentado pelo ajudante Manoel Joaquim de Abreu, em 1791, foi só a primeira de outras tantas que foram realizadas ao longo da década de 1790, com o objetivo de levantar informações sobre a costa e os rios das Terras do Cabo do Norte, durante o governo de Francisco de Souza Coutinho. O próprio Abreu, na condição de capitão de infantaria⁴⁸³, realizou, em 1794, outra expedição, desta feita do rio Araguari ao rio Oiapoque⁴⁸⁴.

Os relatos escritos pelo capitão de mar e guerra, José Lopes dos Santos Valadin, sobre a Guiana Portuguesa, na verdade, constituíram muito mais memórias descritivas e analíticas anotadas ao longo de seis anos (1790-1796) sobre a região que compreendia a baía do Marajó e as Guianas Portuguesa e Francesa, do que propriamente um diário. Provavelmente, Valadin

⁴⁸²Utilizaremos, nesta tese, todas as versões disponíveis dos escritos de Valadin, que serão apresentadas com seus respectivos títulos ao longo deste capítulo. Contudo, é possível estabelecer seções e subseções para os escritos de Valadin, sendo assim intituladas: Descrição Geográfica da Costa Oriental, compreendida dentro da foz do Rio do Amazonas e a Guiana Portuguesa; Margem Ocidental do Referido; Descrição Geográfica da Costa da Guyana Portuguesa desde A Praça S. José de Macapá até os Limites confinantes com a Colônia Franceza; Desertação; Ilhas e Direções do Rio; Dissertação; Cabo do Norte; Descrição da Costa e Rios compreendidos desde o Cabo Cassipure até a montanha d'Arjan; Ficções; Observações Meteorológicas no Oyapock; Descrição da Capital a Cayanna da França; Objecto Principal do Negócio; Dez-Ertação Sobre Varias Discripções Antigas Tanto Pelos Geografos Francezes Como Portuguezes. In PIRES, 2013, p. 55-56.

⁴⁸³AHU_ACL_CU_013, Cx. 102, D. 8098. Queluz, 4/11/1792. Nomeação ao posto de capitão de infantaria do ajudante de praça Manoel Joaquim de Abreu.

⁴⁸⁴ABREU, Manoel Joaquim de. Dois officios sobre a desistência dos Franceses em construir uma fortificação nas proximidades do Rio Oiapoque e a demora na expedição para estudos dos Rios e suas margens a bordo do pesqueiro de Araguari ao Rio Oiapoque, e diário com descrição minuciosa, da expedição de Araguari ao Oiapoque (1794). Biblioteca Nacional: coleção Limites do Brasil. Loc: II-31,18,021.

conseguiu compilá-las em um documento intitulado “Descrição geográfica da costa oriental da Guiana Portuguesa desde a Praça de São José de Macapá, até os limites confinantes com a Guiana Francesa, e os rios compreendidos, com algumas noções geográficas, e dissertações meteorológicas”, provavelmente escritas definitivamente em 1795 e entregue ao governador Coutinho no ano seguinte.

A respeito das peculiaridades do documento produzido por Valadin, Rogério Pires fez importantes considerações acerca das várias viagens/expedições à referida região, uma delas na posição de piloto da já mencionada expedição realizada em 1794 pelo capitão Abreu⁴⁸⁵. O governador Coutinho fez menção a esta viagem ao enviar um ofício ao secretário de Marinha e Ultramar, Melo e Castro, contendo um mapa da costa e da fronteira da Guiana Portuguesa, feito pelo coronel-engenheiro Joaquim José Ferreira. A esse respeito, chama atenção a seguinte passagem:

Já precedentemente disse a V. Exc.^a. que o capitão Manoel Joaquim de Abreu, e o Piloto que tem feito estes reconhecimentos foram ambos grosseiramente enganados, cuidando ter chegado a Ponta Meridional do Oiapoque, quando chegaram a do Cassiporé, como se colheu da própria Latitude, que dizem ter observado, onde chegaram. Talvez fosse o motivo do seu engano a vista que dizem ter tido do Forte, que os franceses erigiram e conservam desde muitos anos no Oiapoque, mas se viram algum Forte é outro diverso daquele que pela distância não podiam ver, e que nos é forçoso reconhecer antes de passar a qualquer outra resolução⁴⁸⁶.

Pires esclarece que existem três versões para as memórias deixadas por Valadin. Além da já citada acima, com o maior número de páginas, sessenta e seis, existem duas outras versões com menos páginas e com datas diferentes. São elas: a “Descrição da Costa dos Rios compreendidos desde o Cabo Cassiporé até ao Monte de Arjan”⁴⁸⁷, de 1795, que possui algumas informações complementares ao documento maior; e a “Descrição geográfica da costa da Guiana Portuguesa desde a praça de São José de Macapá até os limites confinantes com a Colônia Francesa”⁴⁸⁸, a qual também possuía informações que não constavam no documento maior. Vários trechos do manuscrito maior, contudo, não existem nas duas versões menores, segundo Pires.

⁴⁸⁵AHU_ACL_CU_013, Cx. 104, D. 8245. Pará, 16/7/1794.

⁴⁸⁶AHU_ACL_CU_013, Cx. 104, D. 8245. Pará, 16/7/1794.

⁴⁸⁷AHU_ACL_CU_013, Cx. 105, D. 8285. Pará, 5/2/1795. Ofício do governador d. Francisco de Souza Coutinho para o secretário de ultramar Martinho de Melo e Castro, contendo notícias das diligências feitas ao rio Araguari, assim como, a descrição da Costa e dos rios compreendidos desde o cabo Cassiporé até o monte D'Argent feita pelo piloto José Lopes.

⁴⁸⁸VALADIN, José Lopes. “*Descrição Geografica da Costa da Guyana Portuguesa desde a Praça de S. José de Macapá até os limites confinantes com a Colônia Francaza*”. Biblioteca Nacional: C.E.H.B. nº 278 C.E.H.B. nº 278 e nº. 279. Coleção Carvalho. Loc.: 07,2,018 (citado como v. 3).

Para o referido autor, existem duas hipóteses para as versões. A primeira é que provavelmente Valadin escreveu uma série de ofícios menores para o governador Coutinho e, depois, os reuniu em uma só memória; a segunda é que o manuscrito maior foi um caderno a partir do qual ele retirou as informações para escrever ofícios menores para Coutinho⁴⁸⁹. Consideramos que a primeira explicação parece mais factível, visto que a segunda versão aparece anexada em ofício do governador Coutinho para o secretário de Marinha e Ultramar⁴⁹⁰. Portanto, uma parte considerável dos escritos já havia sido apresentada oficialmente.

A menor das três versões, intitulada “Descrição geográfica da costa da Guiana Portuguesa desde a praça de São José de Macapá até os limites confinantes com a Colônia Francesa”, tem uma cópia na Biblioteca Nacional e possui uma apresentação sem autoria, destinada a “D. José de Souza Coutinho, que depois foi Principal Souza, irmão de D. Francisco de Souza Coutinho (Conde de Linhares), Ministro da Marinha, e de D. Francisco de Souza Coutinho, que então governava a Capitania do Grão-Pará”. Afirmar também o autor desconhecido que aquele texto parecia ter sido escrito em 1796 e, mesmo o “estilo não sendo muito correto, não deixa de ser interessante por dar alguns esclarecimentos locais”⁴⁹¹. Podemos afirmar que tal apresentação sem assinatura trata de um texto escrito depois de 1808, visto que Rodrigo de Souza Coutinho só se tornou conde de Linhares nesta data, assim como trata Francisco de Souza Coutinho como aquele que governou o Grão-Pará (1790-1803). De qualquer maneira, o destinatário, José Coutinho, era um clérigo do alto escalão do apostolado, vindo a ser o Principal da Santa Igreja de Lisboa.

O governador Coutinho, em 1795, ao comunicar ao secretário de Marinha e Ultramar, Melo e Castro as diligências que estavam sendo realizadas na costa da Guiana Portuguesa, assim, apresentava o piloto Valadin ao seu superior:

Sito mesmo suceder no Cassiporé e Oiapoque como Vossa Excelência verá das cartas que levantou ultimamente o hábil Piloto José Lopes [...]. As primeiras cartas que o mesmo Piloto formou e me remeteu são as que Eu tenho a honra de enviar à Presença de V. Exc.^a com a descrição que ele dar desses Rios, e da Costa compreendida entre eles. [...] Ele serve a quase três anos, desde que o vi desembarcar do Navio da Praça em que estava para esse Bergantim, quando se armou como dei conta a V. Exc.^a neste espaço de tempo tem andado em efetivo reconhecimento de todos os rios

⁴⁸⁹ PIRES, 2013, p. 54.

⁴⁹⁰ AHU_ACL_CU_013, Cx. 105, D. 8285. Pará, 5/2/1795.

⁴⁹¹ VALADIN, José Lopes. “*Descrição Geográfica da Costa da Guyana Portuguesa desde a Praça de S. José de Macapá até os limites confinantes com a Colônia Francesa*”. Biblioteca Nacional: C.E.H.B. n° 278 C.E.H.B. n° 278 e n° 279. Coleção Carvalho. Loc.: 07,2,018 (citado como v. 3).

daquela Costa, pelas quais se tem formado as Cartas que tenho remetido a V. Exc.^a, tem andado como qualquer Índio e como qualquer Soldado em montarias, a pé pelas Matas despido atravessando Igarapés, e Lagos, e até já teve uma perigosa alagação em que pode salvar a vida, mas perdeu tudo na Costa de Joanes.⁴⁹²

A passagem acima demonstra que, ao longo de três anos, Valadin realizou pelo menos uma viagem de reconhecimento por ano até a costa da Guiana Portuguesa. Com base nessas várias expedições, ele foi construindo suas anotações sobre a região, acrescentando-lhe informações. Como já dito, a narrativa não se constitui enquanto diário, pois suas anotações não acompanham diariamente as atividades de uma viagem. Em todo documento não existe qualquer anotação de datas, nem mesmo no final do texto, em que apenas constam o destinatário, José de Souza Coutinho, e o nome de José Lopes dos Santos. Também no final da memória somos informados sobre os objetivos das viagens relatadas: “Tudo isto para extrair um individual mapa e dar cumprimento às respeitáveis ordens do meu General, o Ilm.^o e Exmo. Snr. D. Francisco de Souza Coutinho, por quem tive a honra de empregado para este importantíssimo serviço, tão útil ao Estado quanto a Nação”⁴⁹³.

Aliás, em vários momentos dos seus escritos, Valadin faz elogios explícitos ao governo de Souza Coutinho, colocando o governador acima dos seus antecessores, conforme pode ser observado no trecho abaixo em que Valadin louva a iniciativa daquele governante em investir na realização de expedições para conhecer a rede fluvial da foz do rio Amazonas:

Presentemente se tem conhecido os diversos canais do rio Amazonas, por onde pode ser acometido todo o Estado, como igualmente o porte das embarcações e sua força cuja curiosidade e segurança se ao Excelentíssimo Senhor D. Francisco de Souza Coutinho: sendo seus antecessores de contrária posição pelas faltas de um conhecimento e instrução geográfica do Estado, em a qual se não instruíram, pois deveriam ter um conhecimento das partes ofensivas e defensivas do seu Estado; sendo em parte a causa disto o serem instruídos por um simples Oficial Militar, comandante naquele tempo das guardas costas que defendiam a foz do rio Amazonas, fazendo a sua navegação a descrição de um índio prático, sem trazer pessoa alguma versada no ataque naval⁴⁹⁴.

O capitão Valadin afirmava que até o início de suas viagens, o governo do Grão-Pará conhecia, de maneira satisfatória, os canais e a maré até o arquipélago do Bailique, mas a costa do Cabo Norte era totalmente desconhecida em suas características da navegação

⁴⁹² AHU_ACL_CU_013, Cx. 105, D. 8285. Pará, 5/2/1795.

⁴⁹³ VALADIM, Ibidem.

⁴⁹⁴ VALADIM, Ibidem.

costeira até o Cabo de Orange. Esse desconhecimento sobre a navegação de cabotagem instituído até então sobre rios, ilhas e baixos da foz do Amazonas, em que se acreditava que a existência de muitos “esparceis [recifes] e de bancos” limitavam a navegação de embarcações maiores como a que Valadin usou em algumas de suas viagens, um “bergantin de 7 pés de água e artilhado com 16 peças de calibre 6”. Segundo Valadin, foi só a partir de suas viagens que o conhecimento aprofundado e técnico sobre a navegação costeira do Cabo Norte ocupou o conhecimento dos práticos indígenas. Suas técnicas utilizaram “sondas de oceano, tendo tido para todo este fim as fixações necessárias e instruções praticadas em pequenas canoas, fazendo repetidas observações e exploração da Costa, seus rios, baixezas e estabelecimentos que neles houvesse feito”⁴⁹⁵.

No entanto, o governador Francisco Coutinho, ao comunicar ao secretário de Marinha e Ultramar, em 1799, que o canal que ligava a foz do rio Amazonas à vila de Macapá, no Cabo Norte, havia sido descoberto⁴⁹⁶ pelo práctico Francisco Xavier Alcântara e o piloto Francisco Soares Vieira, o governador não menciona Valadin na empreitada. Com relação ao práctico Francisco Alcântara, Coutinho informava que ele era da região da foz do Amazonas e conhecia muito bem aquela costa para executar o reconhecimento. Mesmo assim, o governador afirmava que isso não o credenciava para novas descobertas, pois “ele não tem, não que eu saiba, conhecimentos de pilotagem, e não passa de ser um práctico de rotina tendo começado por marinheiro e no serviço do comandante de uma das charruas”⁴⁹⁷. Apesar dessa ressalva quanto à formação do práctico, advinda da sua rotina no conhecimento da região, e não ter patente de oficial na marinha, o que de certa forma se repetia o preconceito já demonstrado por Valadin aos práticos indígenas, a importância de Francisco Alcântara era reconhecida. Mesmo assim, Valadin não foi sequer citado a respeito daquela descoberta do canal da foz do rio Amazonas, embora o governador tendo citado alguns pilotos que já haviam iniciado aquela descoberta.

É interessante perceber que o governador Coutinho já havia apresentado Valadin como um sujeito que se passava por “qualquer índio” ou por “qualquer soldado”⁴⁹⁸. Essa passagem remete à discussão proposta pelo historiador Francis Hartog ao analisar as narrativas de viagens de alguns viajantes da Grécia antiga, acompanhando o “movimento e o olhar, a topologia e o itinerário”⁴⁹⁹. Ao tomar Ulisses como uma das referências daqueles

⁴⁹⁵Idem, *Ibidem*.

⁴⁹⁶AHU_ACL_CU_013, Cx. 116, D. 8958. Pará, 23/11/1799.

⁴⁹⁷AHU_ACL_CU_013, Cx. 116, D. 8958. Pará, 23/11/1799.

⁴⁹⁸AHU_ACL_CU_013, Cx. 105, D. 8285. Pará, 5/2/1795.

⁴⁹⁹HARTOG, 2014, p. 14-15.

viajantes, Hartog o define como homem-fronteira e homem-memória. Segundo o autor, aqueles viajantes inaugurais da identidade grega deslocavam-se até as fronteiras e são eles próprios, marcos de fronteira, “embora móveis”:

Vão e estão, por assim dizer, dos dois lados da fronteira, grandes ou pequenas: ao mesmo tempo dentro e fora, intermediários (...). Esse percurso, isto é, itinerário e não mapa, faz sucederem-se, mas também corresponderem-se, entrecruzarem-se ou sobrepor-se nomes, lugares, olhares que marcam as balizas, os momentos que as coisas se perturbam ou inflectem. Indica o movimento de uma história, ele próprio em movimento (...).⁵⁰⁰

Na *Descrição da Costa e Rios compreendidos desde o Cabo Cassiporé até o Monte d'Argent*⁵⁰¹, diferentemente do diário de Abreu, que se referia aos indígenas de maneira sempre genérica, Valadim, além de descrever as moradias e as terras ocupadas, nomeia as etnias observadas. Ao relatar sobre as margens do rio Cassiporé, Valadim faz a seguinte descrição:

Prossegui as diferentes direções sempre próximo ao sul, 15 léguas em distância, é o rio muito estreito igual a 12 braças e principia a dividir-se nos campos cheios de alto capim e canaranas, formando pequenos lagos, nos tesos da terra tem algumas palhoças, o gentio Coriuana povoador do rio Cassiporé, que por aqui existe com seus aliados Paricurás que fugiram temidos da guerra, que os gentios do centro continuamente lhes faziam⁵⁰².

Abaixo segue um mapa francês, feito em 1763, com a região compreendida entre o Cabo Cassiporé e o Monte d'Argent, região visitada pelas viagens do capitão Valadim.

⁵⁰⁰Op. Cit., p. 15-17,

⁵⁰¹ Anexo: descrição, in: AHU_ACL_CU_013, Cx. 105, D. 8285. Pará, 5/2/1795.

⁵⁰² AHU_ACL_CU_013, Cx. 105, D. 8285. Pará, 5/2/1795.

Mapa 19



Carte de La Guyane françoise et l'isle de Cayenne: dressée au dépôt des cartes et plans de la marine⁵⁰³

A nomeação das etnias indígenas por Valadin, o qual chama de “Nações”, é uma característica significativa que distingue esses textos dos escritos por Joaquim de Abreu, já discutido aqui nas páginas anteriores. Como escrevemos, os dois fizeram expedições juntos pela costa do Cabo Norte, mas certamente Valadin conhecia os escritos de Abreu, que raramente nomeava uma etnia, sempre mencionando “índios”, “indígenas” e “gentios”. Isso não quer dizer que Valadin não utilizasse essas expressões, mas ele se empenhava em convencer os seus leitores talvez, e principalmente, com a intenção de impressionar seu interlocutor do quão aprofundado era o seu conhecimento sobre aquelas “gentes”.

Nos textos de Valadin, o principal critério eleito por ele para classificar as etnias indígenas era a relação de proximidade ou desconfiança daquelas com os portugueses. Ele também relacionava as etnias com aos seus respectivos grupos indígenas aliados, assim como, com as inimigas e mais belicosas que ofereciam “perigo” para a manutenção das

⁵⁰³Carte de La Guyane françoise et l'isle de Cayenne: dressée au dépôt des cartes et plans de la marine, BELLIN in Biblioteca Nacional http://acervo.bn.digital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=254 (Acesso em: 3/10/2017).

fronteiras pelo Estado Português e as etnias aliadas ou amigas dos franceses. Dessa forma, Valadin, buscou uma maior precisão quanto às informações sobre a origem e a região das etnias citadas. Abaixo segue um quadro contendo as etnias e o nome do lugar/rio onde se concentrava a totalidade daquelas populações e suas relações político-sociais.

Quadro 4

Nação/Etnia	Localização	Alianças ou amizades
Coriuana	Rio Cassiporé	Aliados dos Paricurás
Palicurá	Rios Cassiporé e Uanary	Aliados dos Coriuanas
Maruanuns	Rio Carapapóry/Lago Amacary	Aliados dos Franceses
Cairipuna	Cabo Cassiporé	Aliados dos Portugueses
Palicure	Rios Uanary e Uaça	Sem aliados citados
Caripiras	Rios Uanary e Uaça	Aliados dos Pralvilhana
Corcuana	Rios Uanary e Uaça	Sem aliados citados
Curipi	Rio Macouria/Guiana Francesa	Sem aliados citados
Pralvilhana	Rio Mahuri/Guiana Francesa	Aliados dos Caripiras
Caraná	Rio Kaú/Guiana Francesa	Sem aliados citados
Fontana	Rio Aproague/Guiana Francesa	Sem aliados citados
Aruans	Ilha do Marajó	Aliados dos Marianus
Marianus	Lagos do rio Mayacary	Aliados dos Aruans

Etnias e grupos indígenas citados pelo capitão Jose Valadin⁵⁰⁴.

Das etnias mencionadas nos escritos de Valadin, destacamos três por contarmos com bibliografia a respeito, pequena é verdade, mas existente. São elas: Karipuna, Galibí e Palikúr. Esses indígenas apareceram pela primeira vez nos escritos de Vicent Pinzon, em meados do século XVIII. Inicialmente, eles ocupavam o território da faixa costeira ao norte da foz do Amazonas. Ao longo do século XVIII, passaram a se localizar nos territórios entre os rios Curipi e Calçoene, até finalmente se estabelecerem nas imediações das margens do rio Uaça⁵⁰⁵.

Nas terras firmes do rio Cassiporé, Valadin descreveu uma fazenda de gado com aproximadamente “300 cabeças” mais três casas e uma roça de algodão. Esta fazenda não

⁵⁰⁴Quadro elaborado por nós, a partir das referências de José Valadin em seus escritos.

⁵⁰⁵ ARNOUD, 1969, p. 1. A respeito dessas etnias, ver também: TASSINARI, 2003.

ficava distante das cachoeiras daquele rio, que, por sua vez, abrigava a família do principal da “nação Curuanna”, já mencionada acima, mas com grafia diferente no trecho das memórias em questão. Aquele indígena era chamado pelos franceses de Francisco. Ao longo do relato⁵⁰⁶, Valadin descreve como conseguiu informações sobre a capital da colônia francesa, Caiena. Por outro lado, as fazendas localizadas no rio Oiapoque, a 12 léguas costa acima do rio Cassiporé, administradas por franceses, possuíam mais de 250 escravos oriundos do Senegal⁵⁰⁷. Mesmo depois do fim da escravidão em Caiena, aquelas fazendas “continuavam com a boa ordem das suas plantas”.

Ao se tornar “amigo” do capitão de infantaria, Miguel de Grenovillier – “homem cheio de instruções e versado na engenharia, como bem lhe observei tanto pela sua conversação, como pelos instrumentos próprios desta profissão” – Valadin acreditava que o fato de ter se apresentado como um “soldado moderno e curioso”, versado nos conhecimentos da geometria, tenha facilitado a empatia entre ele e o militar francês. No entanto, Valadin não explica como se deu a aproximação entre eles nem quantas vezes se encontraram para que Miguel de Dronevillier lhe confidenciasse informações sobre a capital da Guiana Francesa. De qualquer forma, Valadin não obteve as informações sobre aquela cidade com os olhos, mas com os ouvidos, parecendo que o esforço em apresentar as credenciais do seu interlocutor e as suas afiançava àqueles relatos uma áurea de verdade.

Segundo as informações obtidas, Caiena possuía uma fortaleza que ficava localizada no centro da vila, antes da Convenção Nacional⁵⁰⁸. A fortificação era protegida com três companhias de tropas regulares e uma de milícias formadas por nascidos na colônia. A partir dos eventos ligados à Convenção, foi enviado da Europa um regimento com 800 homens, de maioria alemã, e uma companhia de artilharia. No entanto, devido a epidemias, e sem serem avisadas, o documento não cita quais eram as epidemias, mas que provocaram grande mortandade e deserções, os corpos militares estavam reduzidos a 400 homens. De qualquer forma, assegurava Valadin: “mas com tudo calculando seria prudentemente se supor em haver em toda a Colônia de Caiena até 8000 pessoas capazes de serviço, entretanto neste número Tropa, Paisanos e Pretos de que se compõe a maior parte deste número”⁵⁰⁹.

⁵⁰⁶ AHU_ACL_CU_013, Cx. 105, D. 8285. Pará, 5/2/1795.

⁵⁰⁷ VALADIM in Biblioteca Nacional-RJ.

⁵⁰⁸ A Convenção Nacional é considerada pela historiografia sobre a Revolução Francesa, como a fase mais radical do processo revolucionário. Essa fase teve início em 20 de setembro de 1792 e se estenderia até 26 de outubro de 1795. Segundo Osvaldo Coggiola, nesse momento a revolução iniciou com a eleição da Convenção, uma fase radical. In COGGIOLA, *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 47, 2013, p. 281-322. Ver também: FURET, 1989; SOBOUL, 1974;

⁵⁰⁹ AHU_ACL_CU_013, Cx. 105, D. 8285. Pará, 5/2/1795.

Esses números parecem bem exagerados⁵¹⁰, pois esses relatos se chocam com outros que descreviam as forças militares de Caiena, arruinadas na década de 1790. O próprio governador Coutinho, o principal interlocutor de Valadin, escreveu vários ofícios enfatizando a situação de lástima da capital da Guiana Francesa.

Entre Caiena e o rio Maroni, limite da Guiana Francesa com a Guiana Holandesa, foram descritos seis rios, considerados pelo capitão francês, como os mais relevantes na hidrografia da região: Macouria, Kourou (ou Croú), Malmanouri, Sinnamary, Yracoubo e Maná. Nessa passagem da narrativa, vamos acompanhar, nos escritos de Valadin, algumas características das populações que habitavam as margens daqueles rios e, em seguida, podemos visualizar a região descrita no trecho:

no rio Macouria se acha uma povoação composta de brancos, mulatos e índios, porém pouco numerosa. No Croú há uma dita de índios de missão da Nação Curipi com alguns brancos: e no Iracoubo há um estabelecimento de gentio doméstico de diversas qualidades de nações que ali se comunicam e servem os franceses situados neste rio, assim como sucede nos 3 referidos até o Maroni⁵¹¹.

As narrativas de Valadin forneceram aos seus interlocutores informações sobre os limites territoriais entre a Guiana Francesa e a Holandesa. Acreditamos que o acesso de Valadin àquelas referências da região acima descritas tenha se dado sem o capitão ter chegado até aqueles limites. Seus informantes foram alguns franceses com quem Valadin alega ter estabelecido laços mais fortes de amizade durante sua estadia no território da Guiana Francesa. A seguir apresentamos um mapa cartográfico francês que detalhou os territórios das Guianas Holandesa, Francesa e Portuguesa.

⁵¹⁰A população total da Guiana Francesa, em 1789, era de 12.549 habitantes: 1307 brancos, 10.748 escravos negros e 494 libertos (CARDOSO, 1984, p.48).

⁵¹¹AHU_ACL_CU_013, Cx. 105, D. 8285. Pará, 5/2/1795.

Mapa 20



As Guianas espanhola, holandesa, francesa e portuguesa⁵¹².

Ao chegar à foz do rio Oiapoque, Valadin começou a observar uma presença mais constante de moradores franceses, assim como um forte chamado “São Luís” em cujas redondezas havia um destacamento para a recuperação dos doentes da vila de Oiapoque. Outros núcleos populacionais franceses ficavam na margem setentrional na baía do Oiapoque. Valadin descreve a terra como boa para as culturas de arroz e algodão, bem como menciona muitas fazendas de proprietários franceses, mas sem especificar o número de propriedades. Nessa passagem, mais uma vez, Valadin alega ter recorrido a uma “ficção” para se tornar amigo dos moradores da vila do Oiapoque e ter conseguido ficar por ali algum tempo com boa relação com os franceses⁵¹³. Não é possível saber, apenas com a leitura das narrativas, se o capitão Valadin já tinha a intenção de se instalar por um tempo na vila ou, se

⁵¹² ZATTA, in Biblioteca Nacional – RJ. http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=313 (Acesso em: 12 out. 2017).

⁵¹³ Provavelmente, devido ao tempo que passou na vila, o capital Valadin preparou a “Relação dos moradores brancos do rio Oiapoque”, os quais seriam: M. Miguel Dugrunuvilier, Domenger, Caramel, Giraon, Masseron, Berthron, Daufine, Descuvintis, Potel, Lanoue, Sahut, Samtougée Pauingarde. Todos, com a exceção de Dugrunuvilier, seriam casados. In AHU_ACL_CU_013, ex. 101, D. 7977. Pará 1º /7/1791.

ao chegar ao local, ocorreu-lhe valer-se de uma artimanha para conseguir ficar e realizar observações mais detalhadas do rio Oiapoque, como a que se segue:

Da ponta Ocidental do monte Lucas que faz a mesma margem do rio principia grande e curva enseada até a Montanha d'Arjan com a qual se corre por 160 N.O.S.E. pouco mais de duas léguas e meia, entre as quais montanhas se acha também outra chamada Manari, mui próxima à de Lucas, havendo entre esta e aquela um estreito rio, a que também chamam Manari, cujo rio a sua maior largura é de 50 toesas 23 com profundidade suficiente para barcas grandes principiando de três braças para menos até finalizar entre as serras do mesmo nome segundo me informaram. Toda esta margem compreendida até a montanha d'Arjan é esparcelada e baixa, cujas águas grandes a inundam indo acabar na ponta do S.O. da dita montanha por ser toda a mais parte da dita cercada de pedras, que da parte do S.E. ficam algumas descobertas em todas as águas da preamar. Desta montanha atravessei para Cabo d'Orange que se corre E.O. com quatro e meia léguas de distância tendo de maior profundidade duas e meia braças na baixa mar todo muito flexível. Do referido cabo d'Orange e monte d'Arjan até a foz assinalada no mapa do Rio Oyapock lhe chamam os franceses baía do Oyapock⁵¹⁴.

Voltando ao rio Araguari, Valadin, ao descrever um dos braços daquele rio, fornece uma valiosa pista do deslocamento das populações que viviam na costa do Cabo do Norte. Este lugar já havia sido descrito pelo ajudante de praça, Abreu, no diário apresentado nas páginas anteriores deste capítulo, como sendo um lugar em que os índios das ilhas de Chaves e Rebordelo⁵¹⁵ faziam salgas de peixes para negociar com os franceses de Caiena. No relato de Valadin, há recorrência de notícias passadas daquele lugar, chamado de Arraial do Araguari, onde existiu um quartel que controlava os limites da fronteira com a Guiana Francesa, além da existência de indígenas no local. Assim Valadin descreveu o rio Araguari, considerado por ele fundamental para os domínios portugueses:

No braço do rio que faz volta para o sul se introduziam desertores e negros, dos rios a Araguari a este, sem se arriscarem o perigo do Cabo do Norte, e a costa (e do Aroans, e de Janacuzes). Dali outro pequeno rio que vai provavelmente dar no lago Umacari. Lago cheio de ilhotas com roças dos índios. Em outra ilhota, Uma vila com 30 casas, pelourinho e igreja. Em outra ainda um reduto triangular de faxina com 3 canhoeriras em cada lado, com casa de pólvora para 100 homens. A revolução contra a Holanda fez tirar essas (que serviam para a defesa da vila e do lago) e outras mais para a fronteira com o Suriname⁵¹⁶.

⁵¹⁴ VALADIM, Ibidem.

⁵¹⁵ AHU_ACL_CU_013, cx. 105, D. 8285. Pará 5/2/1795.

⁵¹⁶ VALADIM, Ibidem.

Em determinada passagem dos escritos datados de 1791 e 1792, Valadin descreve como acontecia a arregimentação dos corpos militares das vilas do Cabo do Norte. Segundo ele, das vilas circunvizinhas a Macapá, Vistosa da Madre de Deus e Nova Mazagão, um “grande número de homens” era recrutado para formar uma legião de cavalaria e infantaria “aos quais estão peitados a qualquer sinal chegarem a seus postos distribuídos com seus competentes oficiais, a fim de as defender: cuja a boa ordem e disciplina, é depois que existem no governo do Ilmo. e Exmo. Sr. D. Francisco de Souza Coutinho”⁵¹⁷. No entanto, durante a década de 1790, as duas vilas circunvizinhas a Macapá, estavam passando por um intenso processo migratório: a vila Vistosa da Madre de Deus, por exemplo, estava praticamente desaparecendo, como veremos com mais propriedade no capítulo IV.

A vila de Nova Mazagão tinha, naquele período, muitas de suas famílias se transferindo para Macapá, por motivo de moléstias diversas, segundo informa o próprio Valadin, e que “se achava em parte arruinada”⁵¹⁸. Mesmo a organização dos corpos militares que Valadin elogiava por ter logrado êxito no governo de Francisco Coutinho, era um exagero, como veremos no capítulo V desta tese. Na mesma década de 1790, os corpos militares das vilas de Mazagão e Vistosa da Madre de Deus foram dissolvidos, e a própria vila de Macapá teve suas forças militares reduzidas para tropas ligeiras, submetidas aos corpos militares da Ilha Grande de Joanes.

Uma das mais interessantes subseções dos escritos de Valadin para os objetivos propostos por esta tese, foi a intitulada “Desertação”, na qual, em pouco mais de uma página, o autor trata da abundância de fugitivos na Guiana Portuguesa, assim como das extremas dificuldades do governo português em ter o controle das fronteiras da região. Nesses trechos, Valadin recolheu notícias de mocambos que se formavam, principalmente nas cabeceiras e cachoeiras entre os rios Araguari e Carapapori. Tais notícias foram mais frequentes que nas anotações do ajudante de praça, Abreu, mesmo tendo os dois viajantes passado pelos mesmos lugares e, como já dissemos, em pelo menos uma vez, fizeram juntos aquele trajeto entre os rios Araguari e Carapapori. Em todos os textos existentes do capitão Valadin, as referências sobre as “povoações de pretos nossos” amocambados estão presentes. O que ligava aqueles rios eram os campos alagados, devido ao transbordamento dos lagos mais as águas dos canais de dois rios menores, chamados de Manain e Aboty. Esses dois últimos

⁵¹⁷ VALADIM, Ibidem.

⁵¹⁸ VALADIN, Ibidem.

rios não foram representados à época de seus desenhos cartográficos nos mapas apresentados neste capítulo.

Nesses trechos, Valadin aproveita para engrandecer, mais uma vez, as ações de Coutinho frente ao governo do Grão-Pará. Valadin afirmava que as fronteiras da Guiana Portuguesa nunca haviam sido tão bem vigiadas quanto “no tempo” daquele governador. Para esse movimento, Valadin recorre a fatos que não são possíveis comprovar ao acompanharmos as comunicações do governador Coutinho. Isso fica claro quando Valadin afirma:

Estas novidades e outras dos novos estabelecimentos [franceses], fortificações moveu o governador a apreensão dos negros, vindo para isto 228 homens quase todos da tropa de linha, e eu como parte de 2 companhias num bergantin bem fornecido 2º as circunstancias e próprios para navegar sobre a costa e baixios, para proteger a dita expedição e destruir as fortificações dos rios Carnaú e Maiacari. Porém em consequência do exposto eles franceses o souberam e abandonaram estes postos, levando peças e abandonando coisas pertencentes a sua edificação⁵¹⁹

De todo modo, as narrativas de Valadin, combinadas com os ofícios entre os governadores da praça de Macapá e o governador da capitania sediado em Belém, permitem afirmar que aquelas pessoas escravizadas viveram por mais de vinte anos nos lagos e cachoeiras dos rios Araguari e Carapapori, e haviam fugido das vilas de Macapá e Mazagão e vivido naquelas paragens sem serem molestadas pelas tropas de captura. Por essa razão, segundo o mesmo Valadin, aqueles mocambos foram descobertos ao “acaso” em 1791. Podemos afirmar, ainda, que muitos daqueles refugiados eram trabalhadores das obras de construção da fortaleza de Macapá, na década de 1770. Veremos, no capítulo V, que naquela década as fugas de trabalhadores escravizados da vila de Macapá foram numerosas.

Como já dissemos anteriormente, não temos como afirmar quantas viagens Valadin realizou para os territórios das Guianas Portuguesa e Francesa, pois seus escritos não enumeram aquelas expedições; no entanto, avulsamente aparecem, em seus relatos, algumas datas que sugerem que suas viagens ocorreram entre os anos de 1791 e 1796. Portanto, além de ter vivido no mesmo período e ter até feito pelo menos uma viagem com o ajudante de praça, Joaquim de Abreu, os métodos de observação de Abreu e Valadin são bem

⁵¹⁹ VALADIN, Ibidem.

semelhantes, incluindo alguns estratagemas para conseguir informações dos franceses. Assim Rogerio Forastieri descreve a relação entre Abreu e Valadin:

O capitão, porém, é citado nas descrições contemporâneas de Manoel Joaquim de Abreu, encarregado de expedições ao Araguari, e ao Oiapoque, como sendo piloto naquela ocasião, tendo ajudado Abreu a decidir pelos métodos das observações (Abreu 1794). Esta viagem é citada pelo próprio Valadin (ver abaixo), de modo que parte de seus dados devem ter sido coletados em conjunto com Abreu. Sobre as viagens de Abreu, temos documentos de Coutinho que explicam os motivos da sua viagem: levantar uma carta sobre os rios da região, saber sobre a construção de fortes por ali, e sobre a posição dos franceses quanto à onde se dá o limite com a colônia portuguesa (Coutinho 1793). Podemos supor que os objetivos das descrições de Valadin eram, se não idênticos, muitos próximos a estes⁵²⁰.

Os escritos do ajudante de praça Manoel de Abreu e do capitão José Valadin confirmam a discussão proposta no primeiro capítulo desta tese, na qual o território compreendido entre os rios Araguari e Oiapoque, em finais do século XVIII, era povoado por sujeitos que estavam para além das disputas e tentativas de controle da região por Portugal e França, que não conseguiam ocupar militarmente aquelas terras. Nessa espécie de limbo político-espacial para o Estado português e francês, aqueles sujeitos eram trabalhadores de origem africana que se refugiavam do trabalho escravo imposto pela colonização, indígenas das mais variadas etnias e oriundos de várias partes do Vale Amazônico, colonos pobres e desertores militares que habitavam aquelas várzeas, campinas, tesos e beiras dos incontáveis rios da região. Ali, naqueles intrincados labirintos, como denominou o governador Francisco de Souza Coutinho, essas pessoas transitavam e estabeleciam alianças de sobrevivências ancoradas em suas vivências, nas quais os reinos de Portugal e França tentavam impor um controle soberano sobre o território, mas aquela soberania dependia essencialmente das alianças com aqueles sujeitos, os quais pendiam ora para os portugueses, ora para os franceses⁵²¹.

⁵²⁰ PIRES, 2013.

http://www.fbn.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/2013/rogerio_brittes_w._pires_trab_revisado_0_0.pdf Acesso em: 20 fev. 2017.

⁵²¹ ROMANI, 2013, p.61-62,

Capítulo IV

De mãos dadas pela foz do rio Amazonas: as vilas Vistosa da Madre de Deus, Nova Mazagão e São José de Macapá

Mapa 21



Mapa da entrada do rio Amazonas na costa de Macapá⁵²²

⁵²² Mapa que contém a entrada para o Rio Amazonas com a posição da Costa Boreal da Ilha Grande de Joanes lavada pelas águas da foz Austral do dito Rio, com a costa de Macapá, a foz do rio Araguari lavada pela foz do Boreal do dito. A continuação da Costa de Araguari até o rio Calçoene, Maiacaré e Carapoporí até suas cabeceiras com a continuação dos Lagos, desde do Amapá, Maiacaré, Carapaporí e a

Segundo as autoridades portuguesas no Grão-Pará, nos anos finais do século XVIII, o maior interesse do governo de Caiena era ter a posse das margens e da foz do rio Araguari, pois seria o caminho mais curto para se poder chegar e dominar a entrada do rio das Amazonas, situada às proximidades da vila de Macapá. Por ser uma região fronteira, que despertava o interesse de outros Estados europeus, a praça de São José de Macapá possuía um governador militar e, portanto, era considerada o principal povoado da Guiana Portuguesa. Junto daquele povoado, duas outras vilas compunham as principais freguesias da região: Vistosa de Madre de Deus e Nova Mazagão. Essas vilas juntas deveriam formar uma linha de proteção militar da foz do Amazonas, assim como defender os caminhos que levassem ao interior do Cabo Norte em direção ao rio Araguari. Nas próximas páginas, deter-nos-emos na tentativa da Coroa portuguesa de estabelecer uma tríade de vilas militares de defesa do Cabo Norte.

Além do caráter militar daquelas praças das terras do Cabo Norte, ao longo da segunda metade do século XVIII, segundo Rosa Marin, houve uma tentativa do gabinete da Secretaria de Marinha e Ultramar em transformar a região do delta e da planície amazônica no denominado “celeiro agrícola”. A mencionada autora lembra que as autoridades portuguesas foram influenciadas pelos escritos do padre jesuíta João Daniel⁵²³ sobre a importância da agricultura, especialmente da plantação do arroz, para o desenvolvimento do Vale Amazônico⁵²⁴. Assim, foi no “Grão-Pará, sobretudo em Macapá e nas áreas circunvizinhas, que o projeto rizícola apareceu de forma mais acabada durante trinta anos”⁵²⁵. Entre as áreas circunvizinhas, destacam-se as vilas de Mazagão e Vistosa de Madre de Deus.

Quando assumiu o posto de governador do Grão-Pará, em 1772, João Pereira Caldas trazia a incumbência de desenvolver a cultura do arroz e do anil. Caldas comunicou ao secretário de Ultramar, Martinho de Melo e Castro, que além de providenciar o edital para iniciar as plantações, havia solicitado ao administrador da Companhia de Comércio que este

continuação interiormente até sair no rio Araguari, segundo o exame que fez no ano de 1798. Acervo digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart526289/cart526289.jpg Acesso em: 5 jun. 2017.

⁵²³ DANIEL, 2004 (2 volumes). A respeito da obra e vida do jesuíta, ver COSTA, in *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.95-112, dez. 2007. <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v14s0/05.pdf> (Acesso em: 18 ago. 2017); TAMURA, 2010. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13209>. Acesso em: 18 ago. 2017; PORRO in *Revista do IEB* n. 43, 2006, p. 127-147. www.periodicos.usp.br/rieb/article/download/34546/37284. (Acesso em: 18 ago. 2017); ALMEIDA in *Revista Tempo*, vol. 3, n° 5, 198, p. 147-160. http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg5-7.pdf. (Acesso em: 18 ago. 2017).

⁵²⁴MARIN in *Novos Cadernos NAEA*, v. 8, n. 1, 2005, p. 75. <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/48>. (Acesso em: 18 abr. 2017).

⁵²⁵*Idem*, p. 82.

conseguisse, junto ao governador do Maranhão, alguns moinhos e escravos experientes para descascar o arroz, assim como ensinasse a cultura aos colonos das vilas nas quais ela deveria ser implementada⁵²⁶. No mesmo ofício, Pereira Caldas aproveitou para lamentar que, por conta do “adiantamento” do inverno naquele ano de 1772, não seria possível desenvolver plenamente a cultura do arroz, bem como as demais lavouras, que ficariam prejudicadas.

No princípio de 1775, passados três anos do início da intensificação dos trabalhos com a cultura do arroz, o governador Pereira Caldas escrevia ao seu superior Melo e Castro:

Quanto ao arroz, tendo eu aqui chegado no fim do ano de 1772, e já não sendo então tempo de se fazerem os roçados precisos para aquela lavoura, disse logo a V. Exc.^a que só para o ano de 1774 se poderia efetuar a primeira remessa; e cuido que tenho verificado a minha palavra e a minha diligência, porque sem embargo dos inconvenientes que sempre no princípio encontram todos os estabelecimentos e da grande e notória esterilidade de farinhas que aqui se experimentou e que tanto fez diminuir a maior remessa do referido gênero que eu me esperançava como a V. Exc.^a avisei. Ainda assim se expediu completamente carregado um navio e se estar a expedir outro em breves dias, com igual ou com quase outra tanta carga toda da produção do mesmo ano passado, que já parece não é muito princípio de remessa. Este ano, correndo o tempo favorável, poderá avultar tanto mais a mesma remessa; pois para que assim se consiga, não tenho omitido tantas quantas diligencias e disposições de fizerem praticáveis a minha possibilidade⁵²⁷.

Pereira Caldas, ao reportar notícias a respeito da produção do arroz e do seu envio para o reino, também condicionou a baixa produção à escassez de farinha de mandioca que a capitania havia experimentado. Isto porque a farinha era o principal alimento das povoações no Grão-Pará, e sua pouca produção acabava por estabelecer uma dificuldade alimentar para a população e, consequentemente, prejudicava a produção do arroz. Somava-se a essa questão a tão recorrente dificuldade de acesso aos escravos oriundos da África, reclamação reiterada por vários governadores que antecederam Pereira Caldas. Este lembrava no ofício que a questão não era nova e que, mesmo o rei autorizando o aumento na introdução de trabalhadores escravos, pois sem os “preciosos operários”, o desenvolvimento dos estabelecimentos ficaria comprometido, assim como a produção de diversos gêneros de produtos que dependiam de uma “grande força de braços”⁵²⁸. Ao final

⁵²⁶AHU_ACL_CU_013, Cx. 69, D. 5913. Pará, 15/12/1772.

⁵²⁷AHU_ACL_CU_013, Cx. 73, D. 6182. Pará, 17/1/1775.

⁵²⁸*Op. Cit.*

do ofício, Pereira Caldas sentenciava a característica do fornecimento daqueles trabalhadores para a capitania, assim como para Macapá e as vilas circunvizinhas:

V. Exc.^a sabe a insignificante introdução de escravos que o ano passado se fez; e desses poucos tirados uns para os serviços desta administração e outros para disposições do Matogrosso, apenas ficaram pouquíssimos e o refugo para as repartições destes moradores. Só Macapá, que arroz não pôde produzir ajudados aqueles Ilhéus dos escravos que necessitam o que por poucos nunca lhe podem chegar, ainda querendo alguns pagá-los logo a dinheiro, como estou informado; porém se não vem em competente número, como os há de haver para se repartirem entre os moradores, em benefício do Estado, do Real Erário e da própria Companhia⁵²⁹.

Na última década do século XVIII, a introdução de escravos considerados “refugos” na capitania se aprofundou. Em 1790, ao assumir o governo do Grão-Pará, Francisco de Souza Coutinho anunciava que um dos maiores problemas da capitania era o “grande número de escravos facinorosos que se tem introduzido neste Estado, e tem causado grande desassossego”⁵³⁰. Segundo Coutinho, apenas de Macapá mais de setenta escravos haviam fugido e estavam acoitados em Caiena. Enfatizava o governador que “todos os escravos malfetores” vinham de outros “portos do Brasil”, pois

seus senhores já não podem sofrer”, e assim, sentenciava que não “pode ser vantajoso a uma colônia, que é fronteira do Estado do Brasil, e que tem vizinhos turbulentos, semelhante introdução continua de criminosos, e Rebeldes⁵³¹.

A preocupação com a construção de vilas militares na foz do Amazonas se expressou de maneira contundente no ofício do governador Pereira Caldas, quatro meses após ter assumido o posto de capitão-general do Grão-Pará, em dezembro de 1772. Na correspondência, Caldas informa as medidas que estava tomando para agilizar o término das obras de construção da fortaleza de Macapá, assim como deveria proceder de maneira parecida com o desenvolvimento dos estabelecimentos militares das vilas de Vistosa da Madre de Deus e de Nova Mazagão. Assim escreveu Pereira Caldas:

⁵²⁹ AHU_ACL_CU_013, Cx. 73, D. 6182. Pará, 17/1/1775.

⁵³⁰ IHGB, Coleção Manoel Barata. Memória sobre a defesa da Capitania do Pará no governo d. Francisco De Souza Coutinho; e outros documentos do tempo de seu governo. Plano de conquista da Guiana Francesa. 1791-1797 – Lata 281, pasta 6, 102 fls., Pará, junho de 1790. In GOMES, Flavio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal de; COELHO, Mauro Cezar (organizadores). *Relatos de Fronteiras: Fontes para a História da Amazônia séculos XVIII e XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

⁵³¹ *Op. Cit.*

os novos exames e mais circunstanciadas averiguações que me tem sido possível conseguir do estado da Fortaleza de São José de Macapá, das suas ruínas, dos defeitos que se reconhecem, das obras interiores e exteriores que ainda lhe restam a fazer-se e dos cálculos das despesas em que importaram as mesmas obras, para que sendo presente a S. Majestade toda esta informação, resolva e me determine o mesmo Senhor, o que devo obrar a respeito da dita fortificação, em que entretanto se continua a trabalhar, conforme as atuais circunstâncias e as possibilidades o permitem, pretendo eu em breve passar em àquela vila e aos outros dois estabelecimentos, de vila Vistosa e de Mazagão que lhe ficam na sua vizinhança⁵³².

Em julho daquele ano, Caldas reafirmava a importância dessas três vilas ao afirmar que deveria em breve tempo “visitar a Praça de São José de Macapá e aos dois novos estabelecimentos de Vila Vistosa e Mazagão”⁵³³.

Vale lembrar que a criação de vilas no Vale Amazônico, a partir dos anos de 1750, estava dentro de uma política que visou substituir os antigos aldeamentos por vilas com uma deliberada conversão toponímica de substituição dos nomes indígenas dos lugares por nomes inspirados nos mais antigos municípios de Portugal⁵³⁴. A repetição toponímica nas vilas da Amazônia setecentista seguia uma ordem hierárquica que considerava o tamanho e a importância geográfica. No Grão-Pará, foi o governador Mendonça Furtado (1751-1759) que esteve à frente da criação da maioria das vilas surgidas naquele momento, em especial no ano de 1758, quando foi criada a maioria das vilas naquela década. Para Renata Malcher, a “duplicação toponímica tinha como intenção óbvia reafirmar a pertença destas vilas a um espaço que se queria inquestionavelmente português”⁵³⁵. Por outro lado, segundo a autora, o processo de substituição dos nomes das vilas representaria também uma alegoria significativa do projeto civilizacional e civil que elas deveriam propagar.

Passemos a acompanhar as décadas iniciais de criação das vilas Vistosa de Madre de Deus, Nova Mazagão e São José de Macapá. Evidenciaremos a movimentação das populações remanejadas com o julgo do Estado Português que buscava, a todo custo, a ocupação e defesa da foz do rio Amazonas frente aos interesses dos outros Estados europeus. Não obstante, as ações do Estado foram bem limitadas pelas iniciativas e escolhas dos sujeitos que ali já estavam ou que foram trazidos para aquelas terras, especialmente indígenas e trabalhadores escravizados oriundos de alguns povos originários do continente

⁵³²AHU_ACL_CU_013, Cx. 70, D. 6008. Pará, 18/5/1773.

⁵³³AHU_ACL_CU_013, Cx. 74, D. 6237. Pará, 17/7/1775.

⁵³⁴ARAÚJO in *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.20. n. 1. 2012, p. 56-57.

⁵³⁵*Idem*, p. 57.

escalvadas com interposição de frondosas matas”, muito parecidas com as terras de Macapá⁵³⁸. Em dezembro de 1773, o governador Pereira Caldas comunicava em ofício ao secretário de Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, o estado de conservação da vila, que havia sido criada em 1758. Para Caldas, era possível pensar em abrir um caminho terrestre entre Macapá e a Vila de Nova Mazagão. Vistosa seria a ligação entre aquelas vilas. Pereira Caldas considerava ainda que seria necessária a utilização de balsas para as travessias dos rios Matapi e Anauerapucu. A conclusão do trajeto faria com que o tempo de viagem entre Macapá e Mazagão diminuísse pela metade, segundo o governador Caldas⁵³⁹.

As informações prestadas pelo governador estavam respaldadas no ofício e na relação dos povoadores enviadas a ele pelo comandante da Vila, João Henrique de Almeida Souto Mayor, que ocupava o posto desde setembro de 1771. Informava o comandante Souto Mayor que a construção das casas do povoado havia ocorrido entre os anos de 1763 e 1764, apesar de aquele povoado ter sido fundado em 1758 com pessoas oriundas do Reino e das Ilhas dos Açores e Canárias, e que teria custado uma “considerável despesa” para a fazenda real “com pouca [despesa] dos respectivos povoadores”. Isto porque as habitações haviam sido construídas com “tão inferiores madeiras” que das 190 construídas, “se acham caídas 39, inabitáveis ameaçando ruína 116, e duráveis 39”⁵⁴⁰. Lamentava, ainda, Souto Mayor que, em menos de dez anos após a construção, a maioria das casas estava em estado de destruição. O “mapa dos casais” da vila, em dezembro de 1772, apresentava a seguinte distribuição, reproduzido aqui a partir do elaborado por Souto Mayor⁵⁴¹.

Quadro5

Mapa dos Casais da V ^a . Vistosa N. Sr. ^a Madre de Deus, que se acham ausentes e presentes, 5 de dezembro de 1772	Existente	Ausente	Soma
Povoadores filhos do Reino	76	19	95
Povoadores filhos das Ilhas	33	10	43
Povoadores Estrangeiros	16	35	51
Soma Total	125	64	189

No relato de uma expedição com o governador Martinho de Souza e Albuquerque, ocorrida em 1784, na passagem da comitiva pela Vila Vistosa, o sargento João Braun

em 21, 2, 033; 21, 2, 035; 21, 2, 039. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Proveniente da Coleção [Castelo Melhor]. CEHB n. 752. ABN v. 72. Cat. Castelo Melhor n. 262.

⁵³⁸ BRAUN, João Vasco Manoel de. Ibidem.

⁵³⁹ AHU_ACL_CU013, Cx. 69, D. 5938. Pará, 5/1/1773.

⁵⁴⁰ AHU_ACL_CU013, Cx. 69, D. 5938. Pará, 5/1/1773.

⁵⁴¹ Op. Cit.

constatou que a freguesia estava desocupada de pessoas que se ausentaram ou morreram⁵⁴². É significativo perceber que o governador Caldas, em 1773, vislumbrava uma ligação terrestre desta Vila Vistosa com Macapá e, onze anos depois, mal se conseguia manter o povoado, apesar de que o próprio Braun informava que naquele ano de 1784, a população era de 367 habitantes.

O comandante promovia sua administração afirmando ter construído 23 casas, “sendo as únicas que permitem duração, por serem demais suficientes madeiras e tenho reservado às outras”. Afirmava, porém, que poderia ter feito bem mais casas, não fosse a dificuldade de “operários”, pois, segundo suas projeções, seriam necessários 48 índios para o serviço, o que em nenhum momento de seu governo ele conseguiu ter. Daqueles índios, três cuidavam do gado dos moradores, quatro ficavam a serviço do comandante e 17 eram destinados aos serviços de construção e reparos de casas. Informou Souto Mayor, também, que se encontravam na povoação 24 indígenas do rio Xingu, e mais:

Aqueles quarenta e oito índios são repartidos por Melgaço, Portel e Oeiras, a saber da primeira vinte, da segunda vinte e dois, e da terceira seis, os de Portel são os que continuamente existem, porém Melgaço nem ainda mandando Eu busca-los nos tem mandando nem Oeiras.

Estes quarenta e oito Índios para tão laborioso trabalho, ainda são poucos, mas se estivessem sempre todos, sempre o serviço se havia adiantar mais.

[...]Há quatorze meses que não tenho tido socorro algum para os operários, motivo por que que fogem todos, de forma que para o sustento dos povoadores, que receberão da Fazenda Real, me tem custado a prontificar farinhas usando de as tomar a alguns que com muito trabalho as vão resgatar pelas Aldeias, que é o único meio que vive este miserável povo, e outros de remarem; e lhe tenho passado recibo para serem pagos pela mesma Real Fazenda.

A estes Povoadores se costumava dar adjutório de Índios, para fazerem roças no tempo delas, porém a falta deles faz com que percam este benefício e que por isso não as aja pela miséria em que todos se acham⁵⁴³.

O cenário descrito acima pelo comandante Souto Mayor: dificuldade de acesso à mão de obra indígena; descontrole da manutenção dos índios que se encontravam na vila; fugas incontroláveis daqueles e o fracasso das roças de farinha, feijão e algodão, imputavam à nascente vila de Madre de Deus a desolação de povoadores “já cansados de trabalhar sem utilidade”. Tudo isso, segundo o comandante, leva à consequente deserção do povoado,

⁵⁴² BRAUN, João Vasco Manoel de. *Ibidem*, p. 27.

⁵⁴³ AHU_ACL_CU_013, Cx. 69, D. 5938. Pará, 5/1/1773.

motivada pelo imediato da falta de mantimentos, ainda que as terras produzissem milho e arroz – insuficientes para as necessidades da população.

Quanto aos habitantes indígenas de Vila Vistosa, que recorrentemente saíam da localidade em busca de uma vida melhor, mesmo com todas as tentativas de controle dos governantes, não podemos esquecer que as notícias chegadas até nós daquelas pessoas que, na sua maioria, apareciam nos documentos, sequer tinham um nome. Não podemos esquecer que as ações daquelas pessoas foram registradas por um agente do Estado Português, cuja intenção era utilizar o trabalho dos indígenas com sentidos bem diferentes dos existentes nas relações de comunitárias anteriores à tentativa de transformá-los em colonos. Apesar disso, temos a sensação de que os indígenas daquele povoado das terras do Cabo Norte tinham um controle considerável de suas vidas e continuaram abandonando a povoação ao longo dos meses subsequentes. Um forte indício desse cenário foi que, em julho de 1774, menos de dois anos depois das reclamações de Souto Mayor relatadas, a Vila de Madre de Deus não constou na relação “todos [os] índios disponíveis nas povoações da capitania do Pará”⁵⁴⁴.

O título do levantamento demográfico da população indígena das vilas da parte oriental do Vale Amazônico foi “Mapa dos Oficiais e mais Índios da Capitania do Grão-Pará capazes de serviço e da distribuição em que existiam no fim de Julho de 1774”. A relação trazia as mais diversas informações sobre as modalidades de serviços em que se empregava o trabalho dos indígenas. Entre as que utilizavam um número maior de trabalhadores, citamos: serviço real; contrato real do corte de madeira; contrato dos açougues, pescadores dos diretores e oficiais das povoações; pescadores para o vigário; serviço do comércio das povoações; no serviço dos moradores, além de elencar os “principais” e os oficiais indígenas.

Apontamos duas hipóteses para a ausência de informações sobre a população indígena da Vila de Vistosa da Madre de Deus: a primeira é que a vila pode não ter sido alvo dos levantamentos daquele ano por ter um número não significativo de índios, ou que simplesmente oscilava demais devido às constantes saídas daqueles pelos motivos já expostos, não permitindo projeções seguras daquelas populações; a segunda hipótese é aquelas pessoas haviam deixado a vila definitivamente menos de dois anos depois das prospecções de Souto Mayor. Afirmamos que a segunda proposição foi a que ocorreu muito antes da previsão daquele governante local. Sem dúvida, aqueles sujeitos históricos optaram por deixar a referida povoação, pois, em outro levantamento demográfico realizado em 1774 e sistematizado em janeiro de 1775, a população indígena de Vila Vistosa inexistia.

⁵⁴⁴AHU_ACL_CU_013, Cx. 74, D. 6212. Pará, 12/4/1775.

O levantamento intitulado “Mapa de todos os Habitantes e Fogos que existem em todas e em cada uma das Freguesias, Povoações do Estado do Grão-Pará, ao 1º de janeiro de 1775”⁵⁴⁵ trazia também uma comparação com os dados demográficos de 1774 que haviam sido levantados ao longo do ano de 1773. A seção era denominada “Diferença do total a respeito do mapa antecedente” (que cresceram/que diminuiram)⁵⁴⁶, a Vila Vistosa já aparecia sem número nenhum da população indígena, o que comprova que aquelas pessoas deixaram o povoado imediatamente após as informações do comandante Souto Mayor, em dezembro de 1772⁵⁴⁷. No mapa demográfico de janeiro de 1776⁵⁴⁸, com título idêntico àquele de janeiro de 1775, a inexistência da população indígena da vila se confirmou tal qual já havia aparecido no ano anterior.

O comandante Souto Mayor destacava também, em seu ofício, a decadência da criação de gado, pois os rebanhos dos moradores se encontravam reduzidos e com falta de vaqueiros. Nessa passagem do documento, aparecia a lamentação quanto à falta dos indígenas na vila, pois eles poderiam se ocupar da atividade, segundo o comandante. As lamentações quanto à ausência de indígenas do administrador da vila apenas confirmam que as dinâmicas de deslocamentos sazonais impostas pelas populações indígenas imprimiam características próprias ao povoamento pretendido pelos colonizadores. A parte do ofício que trata das agruras para a manutenção da Vila Vistosa diz o seguinte:

Não há canoa grande nem pequena, em que se conduzam madeiras e palhas para se cobrir as casas, para o serviço das casas novas que fiz, mandei pedir uma a Macapá que já restituir.

As ferramentas que há são as que vieram no princípio da vila [1769], de forma que já não estão capazes.

Aos povoadores, se costuma assentir com peixe de salmoura que se costuma mandar pescar em redes, que para isso há, porém há tempos que por falta de sal se lhe não contribui com esta assistência⁵⁴⁹.

As dificuldades de administração do comandante Souto Mayor, além das já comentadas, estavam diretamente ligadas às relações tensas entre os colonos moradores reinóis e os ilhéus. Essa tensão advinha de muito antes da chegada em Vistosa de Madre de Deus. Mayor relata que, durante o governo anterior ao de Pereira Caldas, o de Fernando da Costa Ataíde e Teive (1763-1772), o problema já se manifestara quando foi solicitado ao

⁵⁴⁵ AHU_ACL_CU013, Cx. 74, D. 6252. Pará, 8/12/1775.

⁵⁴⁶ O governador Pereira Caldas intencionava demonstrar quais parcelas populacionais daqueles povoados haviam aumentado ou diminuído com relação aos dados do ano anterior.

⁵⁴⁷ AHU_ACL_CU013, Cx. 69, D. 5938. Pará, 5/1/1773.

⁵⁴⁸ AHU_ACL_CU013, Cx. 74, D. 6256. Pará, 1º/1/1776.

⁵⁴⁹ AHU_ACL_CU013, Cx. 69, D. 5938. Pará, 5/1/1773.

governador Ataíde Teive que atendesse ao “sossego público desta vila, a evitar as intrigas que os filhos das Ilhas tinham com os do Reino”. O então governador atendeu ao pedido e baixou uma ordem que impedia os moradores oriundos das ilhas de “injuriar aos do Reino, e que fazendo algum o contrário, fosse preso em ferros, e remetido para o calabouço de Macapá”.

Souto Mayor relatava que agiu utilizando-se da ordem expedida por Ataíde Teive com Manoel da Silva Filho, que injuriou uma “velha moradora desta Vila” e agiu com descompostura com o vigário da freguesia. Não restou alternativa ao comandante, senão o de mandar em ferros para Macapá aquele sujeito “fazedor de intrigas”⁵⁵⁰. Enviar os acusados de intrigas para outra vila talvez se devesse ao fato de que não havia “cadeia nesta vila, e por hora supre falta uma casa tão pouco fortificada, que com facilidade fogem dela os presos como tem sucedido várias vezes”⁵⁵¹.

Essa passagem da comunicação de Souto Mayor nos parece emblemática para o que temos apontado neste estudo, pois a estratégia de enviar ao povoamento das vilas do Cabo Norte famílias oriundas dos Açores e das Canárias, com outras vindas de Portugal, trazia toda uma rivalidade entre sujeitos que disputavam um maior prestígio junto ao monarca português; isso fica claro no ofício que mostra um favorecimento no tratamento dos colonos reinóis. Essa questão talvez não tenha sido considerada pelo Estado ao elaborar essa estratégia de ocupação, o que acentua a distância existente entre o planejado e o executado pelos agentes coloniais. Mais do que isso, evidencia-se que a realidade vivida poderia subverter completamente a ordem do pensado e do executado.

A situação do desenvolvimento das atividades agrícolas em Vila Vistosa continuava com sérias dificuldades na sua produção e, conseqüentemente, na geração de arrecadação para a Real Fazenda. Em 1773, em mais um ofício, Pereira Caldas enviava ao secretário Melo e Castro as “relações das condições e dos preços de todos os contratos reais arrematados na capitania do Pará”⁵⁵², em que não contavam os números das arrematações de Vila Vistosa, pois “são tão insignificantes” que não apareceram no balanço daquele ano. Entretanto, em 1775, Pereira Caldas já vislumbrava algum progresso para a agricultura em povoações e freguesias do Grão-Pará, principalmente no cultivo do arroz e algodão⁵⁵³. O governador resumia a questão da agricultura no ânimo/desânimo dos moradores para levar

⁵⁵⁰ AHU_ACL_CU013, Cx. 69, D. 5938. Pará, 5/1/1773.

⁵⁵¹ AHU_ACL_CU013, Cx. 69, D. 5938. Pará, 5/1/1773.

⁵⁵² AHU_ACL_CU013, Cx. 70, D. 5990. Pará, 7/4/1773.

⁵⁵³ AHU_ACL_CU013, Cx. 74, D. 6248. Pará, 5/11/1775.

a cabo o empreendimento. Para combater este mal, segundo Pereira Caldas, ele procurava incentivar com editais e repetidas ordens “zelosa e eficazmente como requer a minha obrigação, a que eu, pelo menos, assim satisfaço, ainda quando a natural moleza, preguiça, e falta de estímulo destes habitantes”⁵⁵⁴.

Os argumentos do governador para o progresso das plantações se sustentavam em dois aspectos abstratos: primeiramente, na esperança de que a “agricultura não deixará de ir fazendo a evidente diferença de aumento”; segundo, na vontade de “Deus Nosso Senhor, se tem e se vão dispendo as coisas ao fim de assim se experimentar”. Macapá, Vistosa e Mazagão eram as vilas citadas no ofício em que se esperavam as providências indicadas para se verificar o “aumento nas avultadas colheitas de arroz e de algodão”. Precisamos fazer justiça ao governador, porque além dos aspectos sentimentais e espirituais, ele lembrou que as terras daquelas vilas também eram próprias para o plantio daqueles gêneros.

Desde a fundação da Vila Vistosa, uma das maiores dificuldades das autoridades do Grão-Pará para o efetivo desenvolvimento do povoado foi fixar os colonos e desenvolver suas atividades agrícolas. Como já apontado anteriormente neste capítulo, a ausência de moradores já era uma constante desde o início dos anos de 1770. Em passagem pela vila, em 1775, o governador Pereira Caldas reconhecia que o problema da saída de moradores havia diminuído, porém o futuro do povoado não era nada promissor, pois Caldas revela a seguinte impressão sobre Vila Vistosa:

achei bastante melhorada, e com algumas casas novas e outras reformadas, tendo se ali recolhido quase todas as famílias de seu estabelecimento, de que a maior parte andava ausente, ao outro tempo da minha referida visita [agosto de 1773]. Porém sendo aquela qualidade de gente, na maior parte indigna e de muito má qualidade, não há de esperar dela os mais favoráveis progressos do seu adiantamento⁵⁵⁵.

O governador visitou a vila, mas, apesar de todas as dificuldades que o povoado enfrentava, já relatadas em ofícios anteriores, inclusive pelo próprio Pereira Caldas, neste documento de 1775, ele não destinou mais do que um pequeno parágrafo para falar sobre a situação do povoado. Mais do que isso, Caldas sentencia que as pessoas de Vistosa eram da “má qualidade”, sem, no entanto, especificar os defeitos dos moradores. Conforme apontado nos parágrafos anteriores, na vila havia uma dificuldade de relacionamento entre as famílias

⁵⁵⁴ AHU_ACL_CU013, Cx. 74, D. 6248. Pará, 5/11/1775.

⁵⁵⁵ AHU_ACL_CU013, Cx. 74, D. 6248. Pará, 5/11/1775.

oriundas das Ilhas com as do reino. Nesse contexto, o governador sequer faz menção a essa questão. Pereira Caldas não esclarece ao seu interlocutor, o secretário Martinho de Melo e Castro, qual a determinação para o insucesso daquela povoação.

Mesmo com todas as tentativas de soerguimento da vila Vistosa, alegadas pelas autoridades, em 1798, os poucos moradores que ainda resistiam a epidemias, escassez de alimentos e cultivos agrícolas deficitários, saíram do povoado definitivamente⁵⁵⁶. Ao final, a vila não cumpriu o esperado pelo governo do Grão-Pará, que era ser um povoado que facilitasse a ligação entre Macapá e Mazagão. Seus moradores colonos saíram em direção à vila de Macapá e os indígenas voltaram cada vez em menor quantidade para o povoado. Já em 1796, no mapa intitulado “Configuração da parte do Rio Amazonas compreendida entre a praça de Macapá e a vila Santarém, na foz do rio Tapajós”⁵⁵⁷, a linha que representa o rio Anauerapucu aparece, mas Vila Vistosa já começava a ser desconsiderada pelos levantamentos cartográficos daquele período.

Vila Vistosa da Madre de Deus, como vimos, teve sua origem no deslocamento de populações indígenas e, ao longo dos anos de sua existência, continuou tendo sua maior parcela demográfica de indígenas. Por alguns anos, Vistosa foi um entreposto de passagem de comunidades indígenas que eram deslocadas de suas terras originárias para os diretores que administravam as vilas, principalmente do Baixo Amazonas. Assim, a contínua diminuição do povoado até o seu desaparecimento estava diretamente ligada à diminuição da população indígena da vila, conforme demonstrado anteriormente neste capítulo.

⁵⁵⁶ Entre os anos de 2000 e 2006, uma equipe do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, com o apoio do Governo do Estado do Amapá, realizou buscas pelos vestígios materiais da Vila Vistosa de Madre de Deus. A equipe contou ainda com a participação da 2ª. Superintendência Regional do IPHAN. A prospecção arqueológica realizada às margens do rio Vila Nova revelou paredes em ruínas, provavelmente da igreja construída quando da fundação da vila. Ver o site: <http://www.brasilarqueologico.com.br/historico.php>. (Acesso em: 6 mai. 2017).

⁵⁵⁷ CARVALHO, José Simões de. Configuração da parte do Rio Amazonas compreendida entre a Praça de Macapá e Villa de Santarém na foz do rio Tapajós [Cartográfico], levantada no ano de 1796, regendo o Estado do Grão Pará o Ilm. e Exm. Sr. Gor. e Capm. D. Francisco de Sousa Coutinho. Biblioteca Nacional – RJ. http://acervo.bn.digital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=83488 (acessado em 19/08/2017).

4.2 – Vila de Nova Mazagão

O povoamento da margem setentrional do rio Mutuacá, um tributário do Amazonas, se deu por volta de 1769 com a chegada de moradores, em sua maioria indígenas vindos da povoação de Santa Ana. Esse povoado teve uma origem que envolveu um conturbado descimento de 500 indígenas realizado por Francisco Portilho, conhecido capitão de resgate e comerciante de índios no Grão-Pará. Em 1753, Portilho conduziu os 500 indígenas à vila de Macapá, porém fora proibido de permanecer e realizar negócios com a “mercadoria”; a ordem viera do capitão-general e governador Mendonça Furtado. A solução do capitão-general foi de Portilho fundar uma nova povoação, em 1754, que se instalou inicialmente na ilha de Santana, localizada nas imediações de Macapá, no desague do rio Matapi.

Em 1756, a povoação sofreu transferência para as margens do rio Maracapucu⁵⁵⁸. Em 1762, Francisco Roberto Pimentel assumiu o comando do povoado com 383 moradores, todos de origem indígena⁵⁵⁹. Finalmente, em 1769, na sua terceira transferência, os moradores de Santa Anna se estabeleceram às margens do rio Mutuacá. No roteiro da viagem ao rio das Amazonas de 1784 do governador do Grão-Pará Martinho de Souza e Albuquerque, o sargento Braun, responsável pelos registros daquela viagem, confirma esse périplo, escrevendo: “Era um lugar habitado por índios, que depois de se terem estabelecido em várias situações, se mandou para a que presentemente está na margem setentrional do rio Mutuacá”⁵⁶⁰.

Naquele mesmo ano de 1769, ordens vindas de Lisboa autorizavam o governador do Grão-Pará, Ataíde Teive, a instalar famílias oriundas de Mazagão, que se situava no Marrocos, norte do continente africano. Laurant Vidal lembra que a ideia era instalar as famílias entre os afluentes que desaguavam na parte setentrional do rio Amazonas⁵⁶¹. Assim, o definitivo estabelecimento do povoado de Santa Anna coincidiu com o início do projeto de transferência dos mazaganistas, que tinha por meta o estabelecimento no delta do Amazonas de “uma povoação tão grande quanto a Vila de São José”⁵⁶².

A escolha das margens do rio Mutuacá para a instalação da Nova Mazagão não foi casual, segundo Vidal, principalmente se considerarmos o contexto das fronteiras do Vale

⁵⁵⁸ MALCHER, 1992, p. 289.

⁵⁵⁹ VIDAL, 2008, p. 103.

⁵⁶⁰ BRAUN, João Vasco Manoel de. *Ibidem*, p. 28-29.

⁵⁶¹ VIDAL, 2008, p. 104.

⁵⁶² MALCHER, 1992, p. 289-280.

Amazônico e do maciço do Platô das Guianas⁵⁶³. O autor lembra que o governador Ataíde Teive, ao seguir as ordens de instalação da nova vila, estava embasado nos conhecimentos do secretário de Ultramar, Mendonça Furtado, que outrora havia governado o Grão-Pará e chefiou a comissão portuguesa de demarcação dos limites estabelecidos pelo Tratado de Madri (1750). Portanto, Mendonça Furtado era um conhecedor dos limites do vale amazônico. Assim ele orientou quanto à localização da vila, em 1769:

Entre os rios que vem por aquela parte buscar as Amazonas, lembra o Mutuacá, o qual tendo campos capazes de gado e criações, parece o mais próprio, mas sempre será necessário que Vossa Excelência mande explorar por pessoas capazes, que possam bem conhecer a terra, se é capaz de criações e de produzir frutos, para que os novos moradores vivam em abundância, para se tirarem para sempre da miséria em que se criaram.

Se, porém, não acharem estas qualidades nas margens daquele rio, os exploradores que Vossa Excelência mandar aquela diligência poderá escolher qualquer que desague nas ditas Amazonas por aquela margem setentrional que mais é parecer para este utilíssimo estabelecimento, contemplando porem a pureza dos ares, por que acharidade [a caridade] e as positivas ordens de sua Majestade recomendam a saúde destas miseráveis gentes⁵⁶⁴.

Assim, nas palavras de Vidal, “a cidade colonial vai tomando forma pouco a pouco: ela dispunha de famílias de povoadores, doravante dispõe de uma localização no mapa da Amazônia e de um sítio claramente identificado”⁵⁶⁵, de tal maneira que Mendonça Furtado afirmava, ainda em 1758, quando era governador do Grão-Pará, que o povoado deveria ser tão grande quanto a vila de Macapá, devendo constar: casa da comarca, pelourinho, igreja matriz, capela de Santa Anna – que já estava construída desde a chegada do povoado em 1762 –, casa de sobrado do mestre de campo e cinco moradas com dois quartos. Essas construções se concentravam no centro da vila e na parte inferior da planta. As demais construções eram casas dos moradores.

Segundo Paulo de Assunção, a Vila Nova de Mazagão se constituiu, em grande medida, numa afirmação da autoridade portuguesa no território fronteiriço do Cabo Norte e, por essa razão, exigiu-se de moradores o compromisso com a defesa do local. Segundo Assunção, a vila nascia como condição de um projeto urbano regular, intencional e estratégico. “A nova cidade deveria compor uma sociedade ideal. O projeto concebido para

⁵⁶³ No primeiro capítulo desta tese, fizemos a discussão das disputas envolvendo as Terras do Cabo Norte ou a Guiana Portuguesa ao longo da segunda metade do século XVIII.

⁵⁶⁴ AHU – Cod. 595, Carta de 16 de março de 1769. In: VIDAL, 2008, p. 102.

⁵⁶⁵ VIDAL, 2008, p. 106.

Mazagão, além de criar uma forma, organizava o espaço em função da circunstância”⁵⁶⁶. Assim, os futuros moradores foram transferidos para Belém do Pará, em 1769⁵⁶⁷. A aspiração de Mendonça Furtado, como já apontado, era criar um povoado da grandeza da vila de Macapá. Em 1773, com o ex-secretário dos Negócios de Ultramar já falecido, as casas construídas no povoado tinham a aquela pretensão, segue abaixo a planta da vila como planejado:

Imagem 2



Planta da Vila de Nova Mazagão⁵⁶⁸

No processo de constituição da vila, ainda houve a odisséia do deslocamento dos moradores de Mazagão, cidade criada no Marrocos pelos portugueses no século XVI. Em 1769, a vila localizada no continente africano foi sitiada por soldados mouros e seus cerca de 2 mil habitantes foram transferidos para Lisboa. Concomitantemente, a Coroa Portuguesa desenvolvia um projeto de colonização e defesa da Amazônia. Finalmente, entre os anos de 1770 e 1776, e depois de 14 viagens, a totalidade daquelas famílias se instalou às margens

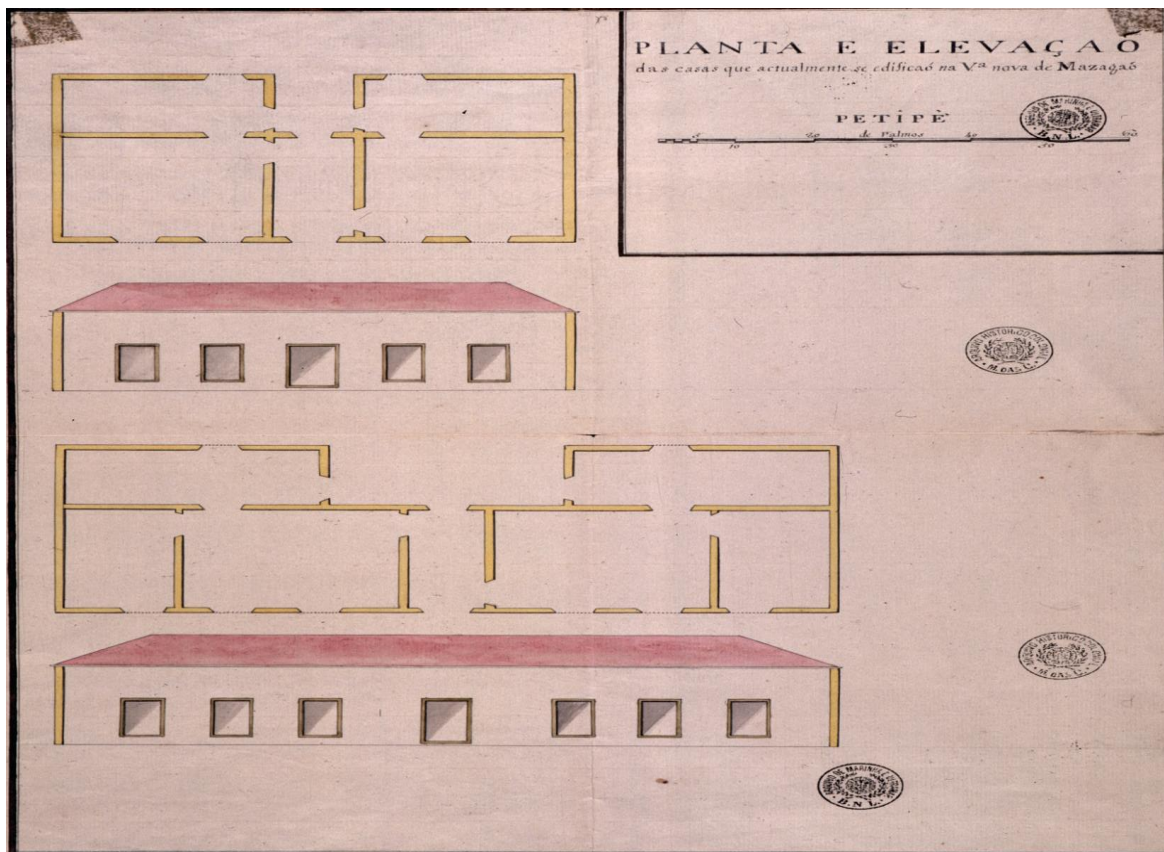
⁵⁶⁶ ASSUNÇÃO, Paulo de. Mazagão: a cidade em dois continentes. Número 2/ segundo semestre de 2009, p. 48-49. http://www.usjt.br/arq.urb/numero_02/artigo_paulo.pdf. (Acesso em: 17 mai. 2017).

⁵⁶⁷ VIDAL, 2008, p. 103.

⁵⁶⁸ Cartografia e iconografia relativa ao Pará “Planta da Vila Nova de Mazagão” [ca. 1830]. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. <http://www.forumlandi.ufpa.br/biblioteca-digital/desenho/planta-da-vila-nova-de-mazagao>. (Acesso em: 15 mai. 2017).

do rio Mutuacá, na vila de Nova Mazagão⁵⁶⁹. Abaixo segue a forma das casas pensadas para a vila.

Imagem 3



Planta de elevação da vila de Nova Mazagão⁵⁷⁰

Como já dissemos, a vila de Nova Mazagão foi concebida dentro de uma perspectiva estratégica militar para ocupar os espaços considerados essenciais ao controle do Cabo Norte, claramente numa tentativa de assegurar o domínio da Guiana Portuguesa. Além disso,

⁵⁶⁹ A esse respeito, ver os documentos: AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D.6066. Pará 08/11/1773, ofício do governador Pereira Caldas para o secretário de marinha e ultramar, informando sobre a viagem a Vila Vistosa de Madre de Deus e a Vila de Nova Mazagão e suas averiguações no estado de conservação das fortificações, nas populações e na administração das necessidades dos moradores; AHU_ACL_CU_013, Cx. 72, D.6100. Pará 14/2/1774, ofício do governador Pereira Caldas para o secretário de marinha e ultramar, contendo mapas da população do Grão-Pará e Rio Negro; AHU_ACL_CU_013, Cx. 73, D.6195. Pará 3/2/1775, ofício do governador Pereira Caldas para o secretário de marinha e ultramar, contendo a relação das famílias da extinta praça de Mazagão que em 1774 foram transferidas para a vila de Nova Mazagão no Pará. AHU_ACL_CU_013, Cx. 74, D. 6252. Pará 8/12/1775, ofício do governador Pereira Caldas para o secretário de marinha e ultramar, contendo mapa com toda a população do Estado do Grão-Pará e Rio Negro; AHU_ACL_CU_013, Cx. 74, D. 6256. Pará 1º/1/1776, ofício do governador Pereira Caldas para o secretário de marinha e ultramar, contendo mapa com o número de habitantes e de fogos nas freguesias e povoações das capitanias do Estado do Grão-Pará e Rio Negro; AHU_ACL_CU_013, Cx. 75, D. 6291. Pará 5/3/1776, ofício do governador Pereira Caldas para o secretário de marinha e ultramar, sobre o transporte de famílias para a Nova Mazagão no ano 1775; AHU_ACL_CU_013, Cx. 76, D. 6368. Pará 1º/1/1777, ofício do governador Pereira Caldas para o secretário de marinha e ultramar, encaminhando mapa dos habitantes e fogos existentes em todas as freguesias e capitanias do Estado do Pará e Rio Negro; AHU_ACL_CU_013, Cx. 76, D. 6392. Pará 1º/1/1777, ofício do governador Pereira Caldas para o secretário de marinha e ultramar, com as notícias do estabelecimento de famílias provenientes da extinta praça de Mazagão na nova vila de Mazagão, além das notícias sobre a construção de casas no povoado.

⁵⁷⁰ Cartografia e iconografia relativa ao Pará. Planta e elevação das casas que atualmente se edificam na Vila Nova de Mazagão [Ca. 1773]. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

<http://www.forumlandi.ufpa.br/biblioteca-digital/desenho/planta-e-elevacao-das-casas>. (Acesso em: 30 mai. 2017).

havia o interesse de se aproveitar as potencialidades da Amazônia, pouco exploradas até aquele momento. Contudo, era preciso desenvolver uma produção agrícola, de maneira que a produção pudesse ser integrada ao sistema econômico da região. O cultivo de milho, feijão, tabaco, mandioca e, principalmente de arroz, passou a fazer parte da alimentação básica e da produção para exportação. A entrega de escravos africanos aos colonos fazia parte da estratégia da coroa em dinamizar a produção agrícola, para a garantia do sustento da vila e de outros núcleos habitados da Amazônia. Se as margens do rio Mutuacá foram escolhidas pela boa localização e salubridade, deve-se também destacar que a qualidade das terras permitia uma exploração agrícola razoável, que podia atender às necessidades da população e dos moradores de outras vilas.

No entanto, até 1772, os governantes das praças de São José de Macapá e Nova Mazagão, Manuel da Gama Lobo de Almada e o sargento-mor José Soares da Cunha, respectivamente, viveram um conflito de jurisdição entre seus domínios⁵⁷¹. Segundo Almada, a questão só foi solucionada com a sua nomeação “ao governo de Macapá com a patente de tenente-coronel, é certo que ficam sessando todas entre mim e o sargento-mor engenheiro, sobre pontos de jurisdição e sobre outros quaisquer”. No ofício de Almada, fica latente que havia um problema pessoal com o sargento, o que interferia diretamente na administração dos dois povoados. Almada, entretanto, parecia bem confiante que o governador tomaria seu partido nas intrigas e acabaria de vez com o mal que se tentou colocar sobre ele na vila de Nova Mazagão. De toda forma, ao acompanhar a comunicação entre Almada e o novo governador Pereira Caldas, a questão ficou resolvida, como o governador da praça de Macapá desejava.

Aquele ano de 1772 parece ter sido decisivo para o soerguimento de Nova Mazagão. Ao longo daquele ano foram empregadas dezenas de trabalhadores oriundos de várias regiões do vale amazônico, principalmente do baixo Amazonas. Seguem a reprodução das relações e os mapas enviados pelo governador Pereira Caldas ao secretário de Estado de Marinha e Ultramar. Nesses documentos, buscava-se dar conta do andamento das obras na vila de Nova Mazagão, considerando o número de casas construídas e a serem construídas⁵⁷²:

⁵⁷¹AHU_ACL_CU_013, Cx. 69, D. 5911. Vila de Nova Mazagão 15/12/1772.

⁵⁷²AHU_ACL_CU_013, Cx. 69, D. 5933. Pará 5/1/1773.

Quadro 7

Relação do número de casas que se acham completas e habitadas; das que estão por acabar com declaração das que podem receber moradores nesta vila. A saber:	
Casas completas	66
Que não estão caídas	36
Que não estão caídas nem rebocadas	25
Soma	117
Principiadas	17
Todas	134
Das sobreditas	
Habitadas por moradores em que há dúvida se lhe pertencem as casas	27
Desocupadas	2
Que vem a ser	29 prontas
Mazagão, 18 de dezembro de 1772	
Manoel da Gama Lobo de Almada	

Em correspondência de janeiro de 1733, o governador Pereira Caldas comunicava a Melo e Castro os esforços humanos e financeiros na construção da vila de Nova Mazagão. O governador alertava que ainda faltava construir quinhentas casas para a acomodação de todos os habitantes, além da finalização da obra do hospital. No mesmo ofício, é possível perceber a burocracia modorrenta do Estado português, pois o governador pede com muita reverência e parcimônia, como de costume que

se a Sua Majestade parecesse conveniente, se poderia facilitar a esta gente a liberdade de se estabelecer, a que quisesse, por onde, dentro da Capitania, mais comodidade lhe fizesse; evitando-se assim maiores despesas, quando o Estado fica sempre conservando aqueles povoadores, posto que em tais termos, menos uteis a diferença, e fortificação da Praça e Barreira de Macapá. O sobredito Estabelecimento fica para cima de Macapá, coisa de uma maré, porém água abaixo, ordinariamente mais se gasta pelo embaraço do contrário vento de proa; ignorando-se por hora, se do mesmo Estabelecimento se poderá facilitar comunicação por terra com o Macapá⁵⁷³.

⁵⁷³ AHU_ACL_CU_013, Cx. 69, D. 5933. Pará 5/1/1773.

Ainda no ano de 1773, o governador Pereira Caldas visitou pessoalmente a vila de Nova Mazagão. Caldas transbordou de esperança na passagem pelo novo povoado. Falando com relação ao pouco desenvolvimento de Vila Vistosa, que ele havia visitado um pouco antes, o governador afirmava que o estabelecimento de Mazagão tinha os mais sólidos fundamentos “porque as casas ainda que de madeiras, e cobertas de palha, prometem outra duração [...] e seus moradores também de outras qualidades e de maiores esperanças para o seu aumento”⁵⁷⁴. Nessa passagem, Caldas estava fazendo uma alusão ao fato de Vila Vistosa ter sido fundada basicamente com uma população indígena remanejada do descimento de Santa Anna, ao passo que Nova Mazagão havia sido fundada com os moradores oriundos da extinta praça no Marrocos. Daí o governador supor que o desenvolvimento estaria garantido pela origem dos moradores. Ele lembrava ainda que metade da população da vila ainda se encontrava em Belém, esperando a expedição da travessia para Nova Mazagão, e que no último mês de julho havia 39 famílias com 227 pessoas brancas e 65 escravos⁵⁷⁵.

O governador Pereira Caldas finalizava o ofício, afirmando que os planos de construir um caminho por terra que ligasse Macapá, Vistosa e Mazagão continuavam, mas que os vários exames que haviam sido realizados demonstravam ser inconcebível, naquele momento, a construção, visto que o número muito grande de lagos e pântanos não permitia estabelecer o caminho desejado. Ficava, então, em caso de ataque inimigo, a pretendida defesa de Macapá, com o apoio de Vistosa e Mazagão, a depender do deslocamento das tropas por água. Essa distância fazia com que a realização de exercícios militares do corpo de cavalaria auxiliar de Macapá e de infantaria de Mazagão, para a formação de uma tropa ligeira como pretendia o monarca português, ficasse inviável. Ainda assim, o governador tentava convencer a si próprio e a seu interlocutor que, mesmo com todas as dificuldades de se estabelecer uma linha de tropas ligeiras defensivas para Macapá, “serão muito úteis e proveitosos, logo que se conseguir a sua regulação e disciplina na forma que tenha projetado”⁵⁷⁶.

Outro aspecto que animava Pereira Caldas era a organização dos corpos auxiliares e de ordenanças nas vilas de Macapá e Nova Mazagão, contando inclusive com fardamento para as tropas, ainda que neste último povoado as fardas não haviam chegado ainda. O governador esclarecia como se organizavam as forças militares de Mazagão. Estas eram

⁵⁷⁴*Op. Cit.*

⁵⁷⁵ “Relação das famílias que se têm recolhido a Nova Vila de Mazagão do mês de julho do presente ano em diante”. In AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6066. Pará 8/11/1773.

⁵⁷⁶ “Relação das famílias que se tem recolhido a Nova Vila de Mazagão do mês de julho do presente ano em diante”. In AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6066. Pará 8/11/1773.

compostas pelos próprios moradores da vila, assim como os de Vila Vistosa, mas por falta de armas próprias até aquele momento, novembro de 1775, eles se exercitavam com algumas poucas da Fazenda Real. Essas mesmas armas também foram distribuídas aos recém-chegados povoadores, principalmente para aos “cabeças das famílias” do novo estabelecimento de Mazagão⁵⁷⁷.

Quanto ao soerguimento da vila, parecia mesmo que os esforços para a construção da Nova Mazagão, naqueles anos iniciais da década de 1770, eram mais intensos que os das outras duas vilas do Cabo Norte. Um indicativo para essa afirmação pode ser constatado pela quantidade de trabalhadores indígenas destinados as obras: o dobro da quantia enviada às vilas de Vistosa e Macapá. Para estas foram enviados, no ano de 1774, 50 indígenas para cada uma, tendo nas vilas de Melgaço, Portel e Oeiras a origem daqueles trabalhadores. Já para Mazagão foram 200 indígenas saídos de 19 diferentes vilas⁵⁷⁸.

Em 1775, Pereira Caldas comunica em ofício ao secretário de Ultramar que, depois de uma visita a Nova Mazagão, pôde-se conferir que já existiam 270 casas construídas e ocupadas pelos moradores chegados de Belém. Nesse documento, podemos perceber que, por algum tempo, mais de uma família ocupou uma mesma residência:

Sendo ainda um grande número de casas que restam a construir, para devidamente se acomodarem todas as famílias que por hora, em utilidade e economia da Real Fazenda, fazendo aquartelar dobradamente [*sic*] nas propriedades concluídas e que na sua qualidade e compartição [*sic*] muito bem permitem aquele interino ajuntamento. Para Nobreza das ditas casas, e lhe evitar o maior risco de fogo as que tem exposta a cobertura de palha, deixei ali estabelecida a providencia de uma olaria, que fabricando a telha precisa, se facilitasse a todos os moradores que a sua custa a quiserem ir comprando, para melhor repararem e resguardarem as suas sobreditas propriedades de casas⁵⁷⁹.

Em março de 1776, Pereira Caldas escrevia ao secretário de Ultramar, explicando que, durante o ano de 1775, foram transportadas de Belém⁵⁸⁰ para a vila de Nova Mazagão 78 famílias, 90 escravos e seis pessoas avulsas⁵⁸¹. No comunicado, chama a nossa atenção o fato de que algumas famílias estavam dificultando o “seu transporte” para o novo

⁵⁷⁷ AHU_ACL_CU_013, Cx. 74, D. 6247. Pará 4/11/1775.

⁵⁷⁸ “Detalhe dos Índios determinados aos diferentes reais serviços de Macapá, Vila Vistosa, Mazagão e Pesqueiro Real, regulado o dito detalhe por portarias de 18 de março de 1784 e de 9 de novembro do mesmo ano”. [s.l.], [177?]. 3 p. Original. Manuscrito sem autor. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Proveniente da Coleção Lagos. CEHB n. 6.141. ABN, vol. 72, p.127. Cat. ARF n. 139.

⁵⁷⁹ AHU_ACL_CU_013, Cx. 76, D. 6392. Pará 5/11/1775.

⁵⁸⁰ Foram transportadas do continente africano cerca de 2 mil pessoas que precisavam ser acomodadas e alimentadas numa cidade de 10 mil habitantes. A esse respeito, ver Vidal (2008, p. 106-136).

⁵⁸¹ AHU_ACL_CU_013, Cx. 75, D. 6291. Pará 5/3/1776.

estabelecimento, o que obrigava o governador a suspender o auxílio que recebiam da Real Fazenda em sua estadia na capital da capitania. Assim escreve Vidal:

o gabinete do governador vê-se inundado de solicitação de dispensas de pessoas que não querem ir para a Nova Mazagão: umas, por estarem bem instaladas, solicitam autorização para permanecer em Belém, outras pedem permissão para resgatar a Portugal, em vista de resolver assuntos familiares pendentes ou fazer tratamento médico...

Com o tempo, a administração colonial vê em uma situação ambígua. E são os próprios governadores que vivem essa experiência. É claro eles devem continuar a desempenhar as tarefas que lhes foram confiadas pela Coroa: coordenar a distância os primeiros trabalhos de construção, acomodar e alimentar os mazaganenses em Belém, mas também preparar o transporte de novas famílias. Mas o que fazer com todos aqueles que ainda não se transferiram para a Nova Mazagão e que estão bem instalados na sociedade amazônica e até mesmo prestando serviços ao Estado?

[...] Com o tempo, os governadores veem-se obrigados a enviar a Lisboa solicitações cada vez mais prementes. O conhecimento que eles têm do contexto econômico e social das regiões amazônicas permiti-lhes medir a perda que as vezes poderia representar, para a administração e para a economia regional, a obediência cega as ordens da Coroa quanto a transferência dos mazaganenses para a Nova Mazagão⁵⁸².

A tentativa do Estado português de constituir uma defesa consistente para o delta do rio Amazonas se completava com a criação das vilas Vistosa de Madre de Deus e Nova Mazagão. Para Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará entre os anos de 1751 e 1759, e posteriormente secretário dos Negócios de Guerra e Ultramar, aquelas vilas deveriam existir para dar apoio ao governo da principal vila do Cabo Norte. Por esse motivo, suas povoações foram estabelecidas nas imediações de Macapá, para que “em caso de perigo, os seus habitantes pudessem servir de apoio aos soldados da guarnição de Macapá”⁵⁸³. Para tanto, aquelas vilas foram pensadas, segundo Renata Araújo,

É a esta Vila Vistosa da Madre de Deus a que Mendonça Furtado se refere quando sugere que a nova Vila de Mazagão se fizesse ‘para darem as mãos com o Macapá e com Vila Vistosa’.

Ao dar as mãos com Macapá, a Nova Vila de Mazagão alegoricamente fecha um ciclo na reforma urbana da Amazônia, levada a cabo por Mendonça Furtado e seus sucessores⁵⁸⁴.

⁵⁸² VIDAL, 2008, p. 134-135.

⁵⁸³ ARAUJO in *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. 2012, p. 41-76. <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v20n1/v20n1a03.pdf>. (Acesso em: 29 jul. 2017).

⁵⁸⁴ *Idem*, p. 61-62.

Parece que a imagem utilizada para designar a união das vilas do delta do rio Amazonas, a de “dar as mãos”, por Mendonça Furtado, nas duas últimas décadas do século XVIII, se concretizava apenas no campo das agruras da população daqueles povoados. Em dezembro de 1782, o governador do Grão-Pará, José de Nápoles Telo de Menezes, comunicou ao secretário de Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a respeito das dificuldades vividas pelos habitantes de Vistosa e Nova Mazagão. O governador destacava epidemias e contágios que assolavam há pelo menos três anos aquelas freguesias, e o total estado de penúria em que se encontravam. A descrição de Menezes considerava a situação dramática para a existência daqueles povoados. Segundo ele, as

porfiadas lesões, que de três anos a esta parte, grassam, com incessante padecimento das três vilas da Contra Costa deste continente, Macapá, Vistosa e Mazagão, que inteiramente tem extinguido, com uma grande parte dos outros remédios, próprio do seu curativo, até a última outava de guina, que tem sido possível descobrir-se nesta Cidade [Belém], vinda da Europa, e com que minha diligência, com a mais viva officiosidade, até agora tem procurado socorrer, e auxiliado os mesmo auxiliados Povos: recobrando presentemente as maiores forças, na estação do inverno, era maior dificuldade de suprir a falta do mesmo remédio da guina, que de todo já senão se encontra em parte alguma aqui, chegou finalmente, a reduzir os miseráveis habitantes da vila de Mazagão, ao estado de suplicar-me, em nome de sua Mag. Que Deus Guarde, os mandasse recolher-se a esta Cidade, para dois anos de tempo, ao menos, com o pretexto de virem restabelece-se nela dos grandes incômodos ali padecidos; e dar lugar, entretanto, a que o tempo “destipasse” a infecção que julgam haver dos ares, o que pelo menos, lhe representava a ideia da sua aflicção, e o horror do mesmo contágio.⁵⁸⁵

A situação das vilas parecia realmente preocupante. Na tentativa de tomar algumas medidas que remediasssem a calamidade, o governador Telo de Menezes chamou no palácio do governo da capitania, na cidade de Belém, uma espécie de conselho para tratar do assunto, composto por “pessoas que me pareceu mais conveniente ouvir sobre as ponderadas circunstancias como são”⁵⁸⁶. Entre as pessoas ouvidas pelo governador, estavam: o ouvidor-geral, o procurador da Real Fazenda, o vigário capitular do Estado, o cirurgião-mor, o juiz de fora, o secretário de Estado, o tenente-coronel Manoel da Gama Lobo de Almada, o governador de Macapá e o comandante das vilas e Vistosa e Mazagão. Estes deveriam

⁵⁸⁵ AHU_ACL_CU_013, Cx. 89, D.7278. Pará 30/12/1782.

⁵⁸⁶ AHU_ACL_CU_013, Cx. 89, D.7278. Pará 30/12/1782.

entregar pareceres “de todos eles, se extrair uma deliberação positiva sobre matéria e objeto de tanta ponderação.”

Diante da falta de “subsistência própria dos habitantes” para os curativos e a sua convalescência, ficou decidido que as despesas com os doentes seriam custeadas pela “Rainha Nossa Senhora”. Assim, garantir-se-ia àquelas vilas “uma abundante porção de vitelas e de boas farinhas frescas, como alimento mais saudável e condizente ao seu estabelecimento, na absoluta falta de galinhas para este fim”. Também deveria se reestabelecer uma “botica melhor surtida”, de poucos, mas escolhidos remédios para a cura dos habitantes da vila. Garantia o governador que, mesmo com todo esse flagelo, não seria o caso de evacuação ou extinção das vilas, que “tanto dispêndio tem custado à fazenda real”. O governador destacava que não era o caso de evacuação porque

os miseráveis habitantes da Vila Mazagão ao Estado de suplicar-me, em nome de Sua Majestade que Deus Guarde, os mandasse recolher a esta cidade [Belém] por dois anos de tempo, ao menos, com o pretexto de virem se reestabelecer-se nela dos grandes incômodos ali padecidos, e dar lugar, entretanto, a que o tempo dissipasse a infecção que julgam haver dos Ares, ou que pelo menos, lhe representa a ideia de sua aflição e o horror do mesmo contágio. Porém, conhecendo eu, que uma tal pretensão, sujeita a consequências muito arriscadas de total extinção daquela Vila, facultada que lhe fosse uma vez a sua evasão; e não devendo tomar sobre mim somente uma decisão de tanta importância⁵⁸⁷.

O governador afirmava ainda que, apesar de existir de fato uma epidemia associada a problemas respiratórios, transmitida pelo ar, inclusive em outras vilas do Estado do Grão-Pará, os moradores da vila de Nova Mazagão estavam se valendo da situação epidêmica para justificar uma súplica de deserção à rainha de Portugal. De todo modo, sendo ou não uma estratégia dos moradores para deixar a vila, os planos do Estado português de transformar aquelas povoações em resistência e proteção para as terras do Cabo Norte pareciam ainda patinar na tentativa de manter seus moradores habitando uma vila que foi empreendida e reiteradas vezes alardeada pelos governadores do Grão-Pará como de alto investimento para a Coroa Portuguesa.

Por outro lado, o relato feito pelo governador Telo de Menezes, na década de 1780, a respeito da situação das três vilas do Cabo Norte, revela que as tentativas de colonizar os limites fronteiriços da Guiana Portuguesa, especialmente a foz do rio Amazonas, com praças

⁵⁸⁷ *Idem, ibidem.*

militares e a imponente fortaleza de São José de Macapá, dependiam de situações e de sujeitos que não se restringiam aos agentes do Estado e à sua capacidade de movimentar e controlar os trabalhadores indígenas e os escravizados com ascendência origem africana. Não estavam aquelas sociedades, portanto, limitadas aos ditames do sucesso ou fracasso das políticas de ocupação, colonização e defesa do território. Estavam aquelas vilas também potencializadas ou restritas por sujeitos que não podem ser vistos apenas como “mão de obra”; ou pelo menos, vê-los apenas como mão de obra, ao nosso entendimento, esvazia os sujeitos históricos que foram aqueles seres humanos. Esta compreensão limitada daquelas pessoas (tidas apenas como mão de obra) não nos permite vê-las como agentes possíveis do próprio destino naquele labirinto fronteiriço, que não só sofreram a ação do Estado, mas também negociaram e muitas vezes submeteram as políticas e as estratégias da Coroa às suas ações.

4.3 – A vila de São José de Macapá

Antes da criação da vila de São José de Macapá, em 1758, por Mendonça Furtado, o povoado era ocupado por famílias oriundas das ilhas dos Açores e das Canárias, trazidas pelo rei d. João V⁵⁸⁸, desde a década de 1740. Novamente, em 1759, casais oriundos das Ilhas Atlânticas foram enviados a Macapá⁵⁸⁹ com a intenção de garantir a posse e colonizar as terras. Dois anos após a chegada dos casais, em 1761, a população havia aumentado, atendendo às expectativas dos governantes ao criarem a vila. Por outro lado, as dificuldades de acesso e produção de alimentos também cresciam, inclusive obrigando o governador do Grão-Pará a permitir que a população burlasse uma determinação real de proibição de açougues locais. No ofício ao secretário de Marinha e Ultramar, o governador Melo e Castro comunicava que não se podia levar a termo aquela proibição, em razão do aumento populacional e da incapacidade das atividades de caça e pesca, que não davam conta de alimentar satisfatoriamente os habitantes, pois, com a

⁵⁸⁸ BRAUN, João Vasco Manoel de. “Roteiro Chorografico da Viagem que o Ill^{mo} e Ex^{mo} Senhor Martinho de Souza e Albuquerque, Gov^oe Cap^{mo} General deste Estado, determinou fazer ao Rio das Amazônas em parte que fica compreendida na Capitania do Grão-Pará, tudo em destino de ocularmente observar, e socorrer a Praça, Fortalezas e Povoacoens, que lhes são confrontantes”. 73 p. Cópia. Manuscrito. Cópias em 21, 2, 033; 21, 2, 035; 21, 2, 039. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Proveniente da Coleção [Castelo Melhor]. CEHB n. 752. ABN v. 72. Cat. Castelo Melhor n. 262.

⁵⁸⁹ Ofício do intendente geral do comércio, manufaturas e agricultura do Pará. No documento não foi definido o número total de casais enviados, fica apenas frisado que a maioria do contingente ficou na vila de São José de Macapá, 33 na vila de Ourém e 32 em Bragança para colonizarem as terras da capitania. AHU_ACL_CU_013, Cx. 44, D.3995. Pará 5/2/1759.

proibição do açougue em aquela vila, e estabelecimento das canoas da caça e pesca para o fornecimento do sustento cotidiano daqueles moradores, observei que seu número se tem aumentado tanto, que certamente só com aquele pequeno auxílio senão sustentar aquele povo, pois a cada um dos moradores não chegava o benefício da caça e pesca, senão de quatro em quatro meses, não obstante o fazer-se bem regular a repartição, porque os dias que gastavam no mato e rio, a quantidade que se caçava, e a muita gente por quem se repartia, fazia o não chegar a proporção de que se necessitava.

[...] Nesta prudente e respeitosa imaginação e vendo a necessidade que os moradores tem daquele sustento, mandei continuar o açougue, por se seguir dele sem infração das ordens de Sua Majestade, as utilidades seguintes em benefício do mesmo real serviço⁵⁹⁰.

A proibição do estabelecimento de açougues na vila de Macapá se dava em função da tentativa do governo em aumentar as cabeças de gado vacuum até o número de 3 mil para ocuparem os “largos campos”.

Nos seus primeiros anos de existência como vila, a população de Macapá padecia com a falta de sal e escravos para “ajudar” nas “culturas” de plantações. Em ofício ao secretário de Marinha e Ultramar, Mendonça Furtado, o governador Manuel Bernardo de Melo e Castro⁵⁹¹, em 1761, descrevia o “miserável estado” em que se encontravam as povoações da capitania com a escassez de sal. A ausência provocava dificuldades para a salga dos alimentos que sustentavam a vida dos moradores, para o próprio comércio das cidades e para a própria Real Fazenda, pois impedia que as vilas fornecessem “salgas” para a cidade de Belém. Assim, o governador Melo e Castro solicitava: “para esta falta de providencia, me pareceu importante fazer presente a Vossa Excelência esta notícia, para que a mesa do comércio queria mandar em todos os navios mais porção deste lastro que aqui se reputa por tão bom preço”⁵⁹². Sobre a falta de escravos nas vilas, e principalmente em Macapá, ele afirmava:

Não deixa de ser igualmente significante a falta dos escravos que em preços exorbitantes não podem chegar a todos, e ainda com tudo isto padecem estes lavradores tanta falta de operários, que apenas chega qualquer destes navios, e que nunca trazem duzentos pretos, logo são tantos os necessitados, que para se evitar a confusão que há na sua venda, se manda por guardar as portas da Companhia, havendo em mim grande cuidado em observar a ordem se sua majestade a respeito. [...]

Os povoadores de Macapá obrigados das ordens de vossa excelência, e da minha presunção, querem empregar os seus tostões em escravos que os ajudem em suas culturas, mas como não podem

⁵⁹⁰AHU_ACL_CU_013, Cx. 48, D.4433. Pará 22/4/1761.

⁵⁹¹AHU_ACL_CU_013, Cx. 48, D.4435. Pará 28/4/1761.

⁵⁹²*Op. Cit.*

chegar para os muitos que os carecem, ficaram por muito tempo impossibilitados deste benefício, exceto esses poucos que constam da relação inclusa, e que deste navio segundo, fiz que se provessem os mais necessitados⁵⁹³.

No referido ofício, estavam anexadas duas relações: na primeira, constavam os nomes dos povoadores/compradores dos sujeitos que seriam submetidos ao trabalho escravo, a quantidade e uma referência indireta à faixa etária daqueles sujeitos, ainda que sem nomes. Na segunda relação, era mencionado o nome das pessoas que podiam comprar “pretos”. Apesar de serem relações pequenas e com poucas informações, elas trazem alguns indícios do perfil da preferência na aquisição dos homens submetidos à escravidão. Ao todo, foram compradas oito pessoas, cinco “moleques” e três “molecas”, com preços variáveis⁵⁹⁴. Abaixo reproduzimos um quadro com a relação.

Quadro 8

Para o povoador Antonio José da Silva	
1 moleque por	750,000
Outro dito pelo mesmo preço	750,000
1 moleque por	720,000
Para o povoador André Espinola	
1 moleque por	900,000
Para outro povoador	
1 moleque por	790,000
Para o povoador Francisco Espinola	
1 moleca por	750,000
Para o povoador Thomé F. Bitencurt	
1 moleca por	750,000
Para o povoador João F. de Almeida	
1 moleca por	750,000
Soma	626,000

⁵⁹³ AHU_ACL_CU_013, Cx. 48, D.4435. Pará 28/4/1761.

⁵⁹⁴ A respeito dos preços de escravos durante o tráfico negreiro, ver Eltis; Richardson (2003, p. 9-46) <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v4n6/2237-101X-topoi-4-06-00009.pdf>. (Acesso em: 4/8/2017); Marquese in *Novos Estudos*, n. 74, março, 2006, p. 107-123. <http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29642pdf> (Acesso em: 4/8/2017); Domingues in CASTILLO; ALBUQUERQUE; SAMPAIO (orgs.), 2014, p. 21-60; Chambouleyron in *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 79-114, 2006. <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n52/a05v2652.pdf> (Acesso em: 4/8/2017).

Quanto à faixa etária, podemos indicar que aqueles indivíduos deveriam ter entre 7 e 15 anos de idade. O que nos permite afirmar isso é o “Mapa de todos os habitantes e fogos que existem na freguesia de São José de Macapá, 30 de junho de 1773”⁵⁹⁵, onde a denominação para as faixas etárias estabeleceu que até os 7 anos se considerava criança e, dos 7 aos 15, rapazes e raparigas. Portanto, aquelas pessoas adquiridas e denominadas “moleques” e “molecas” estavam na faixa etária entre os 7 e 15 anos. No segundo anexo, intitulado “Relação das pessoas da vila de São José de Macapá que podem comprar pretos”⁵⁹⁶, apareciam 10 moradores: 8 homens, dos quais 2 militares: o capitão e o sargento da vila; e duas mulheres, uma delas viúva.

Em outro ofício datado do mesmo período do que tratou as informações acima, o governador relatou a respeito de sua primeira viagem à recém-criada vila de Macapá. Esse comunicado nos permite saber que a maioria dos casais povoadores estava estabelecida em moradias precárias, com os telhados arruinados e que, no decorrer do período mais chuvoso na região, aqueles moradores tinham “chuvas em todas as casas por falta de telha”⁵⁹⁷.

Como não poderia ser diferente naquele momento, o cuidado com a defesa da vila foi destacado no comunicado com a notícia da construção de um quartel para o destacamento militar local. O governador não explicitou em números, mas afirmou que a população estava crescendo e a prova, segundo ele, era a solicitação de ajudantes para o vigário local, já que este reclamava que não conseguia mais atender o rebanho⁵⁹⁸.

Em ofício de julho daquele mesmo ano de 1761, no qual o governador remetia vários documentos referentes às medidas tomadas quanto à vila de Macapá, foi apresentada uma relação com a quantidade de famílias e moradores da vila onde constavam 151 famílias e 525 habitantes no povoado⁵⁹⁹. Integrava, ainda, o ofício, uma relação dos moradores “que já possuíam pretos”⁶⁰⁰: eram seis, um possuía 4, outro, 2 e os outros quatro possuíam 1 cada um deles. Das pessoas tomadas como escravas, 5 eram mulheres e 5 homens. Militarmente, a vila possuía uma companhia de auxiliares com um capitão, um alferes, 2 sargentos, 4 cabos e 49 alistados na companhia. Esses números da corporação são significativos, pois equivalem a mais de 10% da população total da vila de Macapá e demonstram efetivamente o caráter militar da praça nesses anos iniciais de sua existência.

⁵⁹⁵ AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D.6065. Pará 8/11/1773.

⁵⁹⁶ AHU_ACL_CU_013, Cx. 48, D.4435. Pará 28/4/1761.

⁵⁹⁷ AHU_ACL_CU_013, Cx. 48, D.4436. Pará 28/4/1761.

⁵⁹⁸ *Op. Cit.*

⁵⁹⁹ AHU_ACL_CU_013, Cx. 50, D.4551. Pará 3/7/1761.

⁶⁰⁰ *Op. Cit.*

Ainda em 1761, foi apresentada a planta da fortaleza São José de Macapá, feita pelo engenheiro Gaspar João de Gronfeld.

As preocupações com o resguardo das fronteiras, sua ocupação e proteção contra as intenções dos outros países europeus de ultrapassarem os limites fronteiriços estabelecidos, ficaram expostas em ofício do governador Melo e Castro para o secretário de Estado dos Negócios do Reino e Mercês, o conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal. Neste documento de 1762, aparece de forma contundente a necessidade de “vigiar os lugares mais importantes deste Estado, particularmente, São José do Macapá, por se encontrar mais exposto as invasões dos inimigos”⁶⁰¹. Para o governador Melo e Castro, uma das maneiras de garantir a segurança das terras fronteiriças do Cabo Norte, seria o aumento do efetivo militar, mesmo sendo uma tropa não paga de auxiliares⁶⁰². Assim Melo e Castro explicava a situação:

O cuidado que aplico a boa defesa da Praça de Macapá, me obrigou a aumentar as suas guarnições com auxiliares e ordenanças de Gurupá e Cametá, formando com elas dois distintos destacamentos que se rendem de dois em dois meses; e estas tropas são das que fiz quando andei nas revistas destas fortalezas e vilas, tão úteis ao serviço de Sua Majestade como tem mostrado a presente conjuntura, a que acodem com a mesma prontidão e menos despesas que os soldados pagos⁶⁰³.

Em 1773, dez anos após a formação das companhias auxiliares na vila, o número de alistados havia triplicado. Ainda que o então governador, João Pereira Caldas, apontasse, com certa lamentação, a existência de 167 homens aptos a pegar em armas⁶⁰⁴. Esse número de alistados aumentava anualmente, sendo que, em 1774, já eram 198 homens prontos a pegar em armas, ou seja, 31 soldados a mais do que no ano anterior. O número de deserções era quase o mesmo de alistamentos, 26 desertores⁶⁰⁵.

⁶⁰¹ AHU_ACL_CU_013, Cx. 52, D.4774. Pará 2/6/1762.

⁶⁰² As milícias ou corpo de auxiliares foram criadas em 1641, em Portugal. Tinham como principais características um serviço militar não remunerado e compulsório, armando-se por conta própria ou por comandantes exercitados e disciplinados. Tais milícias não tinham, entretanto, função militar permanente. Os corpos se organizavam em terços e companhias, cuja hierarquia estava distribuída nos seguintes postos: mestres de campo, coronéis, sargentos-mores, tenentes-coronéis, capitães e tenentes; os oficiais inferiores eram os alferes, sargentos, furriéis, cabos de esquadra, porta-estandarte e tambores. O recrutamento acontecia nas bases territoriais junto à população civil; assim eram recrutados os homens aptos ao serviço militar. As principais funções eram cooperar com as tropas pagas, ou até mesmo substituí-las nas funções de defesa do território ou para sair do mesmo. Ver IZECKSOHN in FRAGOSO; GOUVÊA, 2014, p. 483-521.

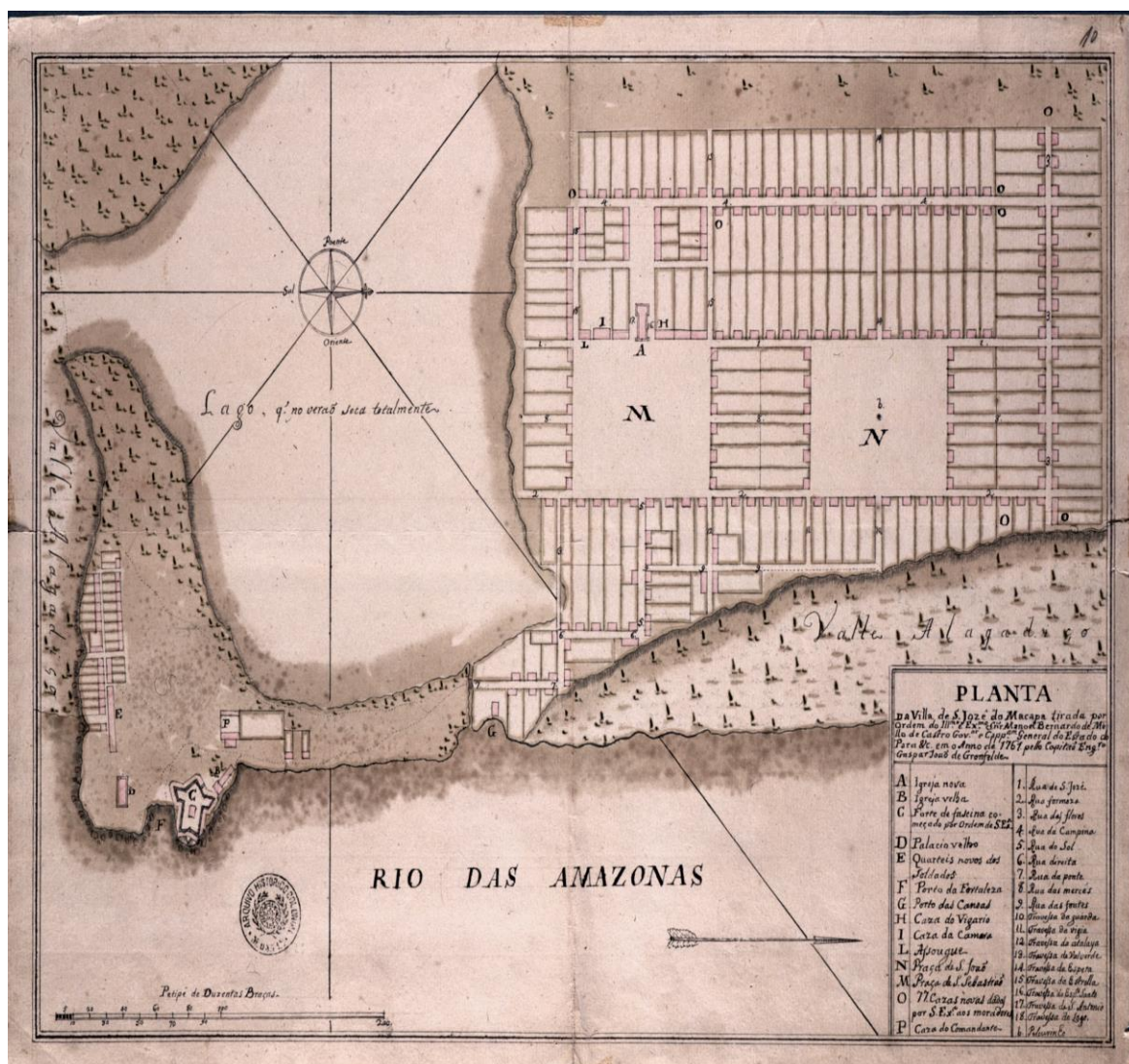
⁶⁰³ AHU_ACL_CU_013, Cx. 54, D.4914. Pará 9/4/1763.

⁶⁰⁴ AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D.6057. Pará 28/10/1773.

⁶⁰⁵ AHU_ACL_CU_013, Cx. 72, D.6095. Pará 28/1/1774.

Abaixo segue a planta do sítio em que se localizava a Fortaleza de São José de Macapá.

Imagem 5



A Fortaleza de São José de Macapá, planta de Antonio Landi⁶⁰⁷.

Todavia, a maior dificuldade para o desenvolvimento da vila, segundo o governador, era a escassez de pessoas para o regime compulsório de trabalho nas lavouras. Além das já citadas dificuldades de obtenção de trabalhadores de origem africana, os trabalhadores indígenas estavam se ausentando das vilas⁶⁰⁸. Aliás, o governador Pereira Caldas, para afirmar aquela dificuldade, recorreu a um documento produzido pelo seu antecessor em que este afirmava, em 1761, em uma passagem textual, de certa maneira, até fora do comum para

⁶⁰⁷ Cartografia e iconografia relativa ao Pará. Planta da Fortaleza de São José de Macapá. 1772. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. <http://www.forumlandi.ufpa.br/biblioteca-digital/desenho/planta-da-fortaleza-de-jose-de-macapa>. (Acesso em: 15 mai. 2017).

⁶⁰⁸ AHU_ACL_CU_013, Cx. 70, D.5993. Pará 7/4/1773.

os posicionamentos gerais dos governadores do Grão-Pará, Manoel Bernardo de Melo e Castro, argumentava para o secretário de Marinha e Ultramar, Mendonça Furtado, o seguinte sobre os trabalhadores indígenas:

Vossa Excelência, sabe excelentemente o desgosto com que os Índios olham para o trabalho, quando veem que se lhes demora o tempo do descanso, ou ao menos de poderem ir cultivar o sustento para suas mulheres e filhos, e muitas vezes, ainda sem esse motivo, fogem a violência da ocupação: sendo por natureza remissos, ainda se fazem mais inconstantes⁶⁰⁹, vendo que o serviço os priva daqueles cômodos que lhes é preciso para a subsistência de suas casas e famílias.

Como os descimentos são raros, e esses muito diminutos de gente, não se podem aumentar as povoações, e ainda que muitos nascem, também morrem muitos.

Por ser esta maneira muito digna de uma prudente e séria ponderação, a represento a V. Exc.^a com aquela respeitosa humildade que deve a inteligência da minha ignorância⁶¹⁰.

O trecho em destaque, ainda que contenha as recorrentes reverências e as bajulações comuns nos tratamentos hierárquicos do Estado português⁶¹¹, possui uma incomum ponderação sobre as condições dos indígenas nas vilas do Grão-Pará, em especial, a passagem que o governador se refere à “violência da ocupação”, que desorienta por completo a “subsistência de suas casas e famílias”. Ou seja, consciente ou não de suas palavras, o governador aponta sutilmente que a principal causa da diminuição dos trabalhadores indígenas foram as relações de trabalho impostas pelos colonizadores. A solução apresentada pelo governador Melo e Castro para a questão da ausência de trabalhadores, em 1761, foi ratificada pelo governador Pereira Caldas, em 1773, que era a introdução, a cargo da Real Fazenda, de trabalhadores negros nas povoações do Estado do Grão-Pará.

Pereira Caldas afirmava que as contínuas expedições para a capitania do Mato Grosso estavam por determinar o desaparecimento dos indígenas. Ele citou uma em especial, a que foi comandada pelo capitão-general João Pedro da Câmara, em que morreram mais de 200 indígenas⁶¹². Em Macapá, a situação era dramática, pois ele afirmava: “Tem morrido infinitos, chegando-se até ao ponto de se tirarem os rapazes das escolas para suprirem aos aterros e mais serviços daquela Praça”. Na verdade, segundo Pereira Caldas, a própria repartição determinada pelo Diretório não estava acontecendo. Por esse motivo, dizia Pereira

⁶⁰⁹ A ideia de inconstância dos indígenas apareceu de maneira definitiva no Sermão do Espírito Santo, escrito pelo padre jesuíta António Vieira, em 1657. A respeito do tema sobre a inconstância da alma ameríndia, ver Castro (2002, p. 183-266).

⁶¹⁰ AHU_ACL_CU_013, Cx. 70, D.5993. Pará 7/4/1773.

⁶¹¹ Sobre essas relações, ver Monteiro in BICALHO; FERLINI, 2005, p. 93-118; e SANTOS, 2011.

⁶¹² AHU_ACL_CU_013, Cx. 70, D.5993. Pará 7/4/1773.

Caldas que já fazia alguns anos que moradores não enviavam para o Sertão as canoas que recolhiam os indígenas e, portanto, diminuía-se “aquele interessantíssimo ramo de comércio, porque apenas vão a ele as canoas das referidas povoações de índios, quando alguns lhes restam para semelhante colheita”⁶¹³.

Segundo Renata Malcher, a legislação do Diretório não dotava as vilas da Amazônia com mecanismos de administração mais autônomos, como acontecia nas vilas do Estado do Brasil. Isso acontecia porque,

implicitamente, e expressamente, achava que seus povoadores não estavam capazes de se governar sozinhos. Com o diretor, que era nomeado pelo governador, passava-se por cima da câmara, que é o órgão deliberativo e de representação do município. Assim, a figura do diretor é, em si, uma contradição e ao mesmo tempo a demonstração do enorme pragmatismo e da peculiar adaptabilidade do projeto colonial português. Poder-se-á dizer que, nesse sentido, as novas vilas eram, de certo modo, falsas vilas, se as olharmos do ponto de vista da representação social.

Note-se que vários dos mecanismos que faziam parte do sistema dos aldeamentos continuaram a ser mantidos, inclusive os descimentos de índios para aumento da população das vilas. Neste caso os diretores é que eram incentivados a atrair novos povoadores para as suas vilas, aliciando-os, ou arrecadando-os, tal como os missionários faziam. O sistema de distribuição de mão de obra também continuou, ainda maior e mais complexo, o que em vários aspectos agravou a situação social que se pretendia resolver.⁶¹⁴

Dentro do projeto de urbanização do vale amazônico durante o governo de Mendonça Furtado no Grão-Pará, entre 1751 e 1759, foram criadas 41 novas vilas e 31 lugares ou freguesias. Sem dúvida, como afirma Renata Malcher, a vila de São José de Macapá foi o grande empreendimento urbano, pois a experiência-modelo deveria espelhar o seu projeto administrativo e político⁶¹⁵. Apesar de toda a expectativa depositada pelos governantes na principal vila situada na foz do rio Amazonas, trinta anos após a fundação de Macapá, conforme o relato do governador da praça, João Vasco Braun, a situação daquela povoação era desesperadora. Segundo ele, aquela estava no mais completo abandono e “necessitando

⁶¹³ AHU_ACL_CU_013, Cx. 70, D.5993. Pará 7/4/1773.

⁶¹⁴ ARAUJO in *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1, pp. 57-58. <http://www.scielo.br/pdf/anaism/v20n1/v20n1a03.pdf>. (Acesso em: 3 mai. 2017).

A respeito do processo de urbanização do vale amazônico, no início da segunda metade do século XVIII, ver Araújo in *cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/...pombal/.../file.html* (acessado em 18/05/2017); Sampaio in *Revista de História Social*. Campinas-SP: n. 10, p. 73-100, 2003. <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/329/284> (Acesso em: 18 mai. 2017).

⁶¹⁵ ARAUJO in *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1, p. 57-58. <http://www.scielo.br/pdf/anaism/v20n1/v20n1a03.pdf>. (Acesso em: 3/5/2017).

de socorro”, e “que jamais se conseguirá destes habitantes uma voluntária e progressiva existência”⁶¹⁶.

A percepção esperançosa dos governantes relativamente aos moradores da vila de Macapá e o consequente desenvolvimento do povoado diminuía cada vez mais ao se aproximar dos finais do século XVIII. Se, na década de 1790, o então governador da praça não via possibilidade nenhuma de “progresso” em razão da inabilidade dos seus habitantes com suas culturas, o governador anterior, Lobo de Almada⁶¹⁷, em 1782, ainda enchia seus superiores com otimismo a respeito do que a população podia fazer com os progressos de suas lavouras de arroz e algodão. Assim expressava Almada:

pois sendo certo que Macapá encerra em sim um povo de lavradores sumamente aplicados e que este continente tem abundantemente terras muito acomodadas e próprias para a cultura, particularmente de arroz e algodão. Segue-se que quanto maior for o número de braços para o trabalho da lavoura, tanto maior será o adiantamento destes habitantes, a importância dos domínios e rendimentos das alfândegas; pois eu tenho dito e comprovado mais de uma vez com razões que não tem sido contrariada: que Macapá só pode muito bem deixar cada ano, de [?] arrobas de arroz para cima, contanto que haja suficientemente que ajude os lavradores⁶¹⁸.

A ajuda que Almada destacava era a dos trabalhadores indígenas. No ofício em questão, ele iniciou destacando o número de índios necessários para as lavouras das vilas de Macapá, Mazagão e Vistosa, respectivamente, 238, 82 e 28. O lugar de onde viriam aqueles indígenas deveria ser do descimento da vila de Monte Alegre, no Baixo Amazonas. Em nosso entendimento, a diminuição do ânimo dos governadores da praça de Macapá com o desenvolvimento da vila – em um espaço de tempo de menos de 10 anos, entre o ofício de Almada (1782) e o de Braun (1789) – está diretamente ligado à possibilidade da administração da vila de obter a participação dos indígenas nos trabalhos das lavouras. Ou seja, quanto mais a disponibilidade de trabalhadores indígenas diminuía nas décadas finais do século XVIII, mais o desânimo e a descrença com o “progresso” da vila de Macapá aumentavam.

⁶¹⁶AHU_ACL_CU_013, Cx. 99, D 7852. Pará 28/10/1789.

⁶¹⁷AHU_ACL_CU_013, Cx. 88, D 7193. São José de Macapá 25/4/1782.

⁶¹⁸AHU_ACL_CU_013, Cx. 88, D 7193. São José de Macapá 25/4/1782.

4.4 – As vilas de Macapá, Vistosa da Madre de Deus e Mazagão: de mãos dadas pela foz do rio Amazonas?

Ainda nos anos iniciais da criação daquelas vilas, em 1773, o governador Pereira Caldas realizou uma viagem pelas vilas de Vistosa da Madre de Deus⁶¹⁹, Mazagão⁶²⁰ e Macapá⁶²¹. Naquela digressão, o governador fez observações e considerações a respeito do estado das edificações, principalmente o das fortificações, o desenvolvimento das atividades agrícolas, além das dificuldades apresentadas por alguns moradores. Não esquecendo que Pereira Caldas foi o governador que começou a manifestar, nas suas comunicações com o secretário de Marinha e Ultramar, a intenção de construir uma ligação terrestre entre aquelas vilas.

A viagem em direção às três vilas da foz do rio Amazonas teve início no dia 4 de agosto de 1773, partindo de Belém com direção à vila de Macapá, mais especificamente com interesse pelo andamento da construção da fortaleza, que parecia ser a questão mais importante da visita. O governador levou consigo “todos os oficiais engenheiros que existiram nesta capitania”⁶²². Acompanhavam o governador o engenheiro Domingos Sambuceti e o capitão-engenheiro responsável pela obra, Henrique João Wilkens⁶²³. Tudo isso para determinar “o estado atual daquela fortificação, o que ainda resta a fazer-lhe, os defeitos que se reconhecem, as ruínas que se lhe observam e se receiam nas suas consequências, as reparações que precisam”⁶²⁴; pois aquela construção já demonstrava ser o maior investimento da Coroa portuguesa na construção de fortificações no Vale Amazônico. Exatamente por essas despesas, o governador avisava que uma parte da praça já estava em ruínas com a entrada de água, causando alagamentos e rachaduras num dos baluartes já construídos.

Além dos elevados custos da construção alegados por Pereira Caldas, até aquele momento, a obra da fortificação tinha consumido a vida de “muitos operários”, sem, no entanto, especificar o número de trabalhadores mortos nem ao menos detalhar a causa direta daquelas mortes, visto que “a associação do fatigante [trabalho de retirada de pedras] às longas viagens resultava na disseminação das moléstias [...] além da comida estragada dada

⁶¹⁹ AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D 6067. Pará 8/11/1773.

⁶²⁰ AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D 6066. Pará 8/11/1773.

⁶²¹ AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D 6065. Pará 8/11/1773.

⁶²² AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D 6065. Pará 8/11/1773.

⁶²³ Macapá, 11 de agosto de 1773. In AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D 6065. Pará 8/11/1773.

⁶²⁴ AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D 6065. Pará 8/11/1773.

aos operários”, que causavam problemas intestinais, por vezes mortais para aqueles trabalhadores⁶²⁵. As pedreiras mais próximas da praça ficavam pelo menos a 15 léguas de distância nos rios Arapucu⁶²⁶ e Capim⁶²⁷, “cuja viagem se faz em cinco dias para ir e voltar”. O estabelecimento da vila de Macapá continuava, segundo Pereira Caldas, como quando da sua criação, em 1759: “Sem nobreza alguma e com casas cobertas de palha”. Seus moradores eram descritos como sujeitos com uma vida sofrível “proveniente da agricultura e das suas lavouras”. Mesmo com essas dificuldades, afirmava Pereira Caldas, os moradores trabalhavam com empenho “superior as suas possibilidades”. A seguir, reproduziremos o mapa com o total de habitantes e fogos da vila em 1773:

Quadro 9

[illegible]Habitantes e fogos da freguesia de São José do Macapá⁶²⁸

A vila de Macapá possuía, segundo o levantamento feito em 1773, 265 moradias e 1.307 habitantes, dos quais 986 eram livres e 321 em situação de cativo, divididos em 232

⁶²⁵ CAMILO, 2003, 143-142.

⁶²⁶ Macapá, 15 de outubro de 1773. In AHU ACL CU 013, Cx. 71, D 6065. Pará 8/11/1773.

⁶²⁷Pará, 11 de novembro de 1773. In AHU ACL CU 013, Cx. 71, D 6065. Pará 8/11/1773.

⁶²⁸ AHU ACL CU_013, Cx. 71, D 6065. Pará 8/11/1773.

crianças com menos de 7 anos livres e 39 em situação de cativo; 187 pessoas com idade entre 7 e 15 anos livres, e 18 nessa faixa etária eram cativas; os homens livres com idade entre 15 e 60 eram 259, e as mulheres livres com idade de 14 até 50 anos eram 254; os idosos livres de 60 até 90 anos eram 18, e os idosos com mais de 90 eram 2; as mulheres com idades entre 60 e 90 anos eram 33, e havia apenas uma idosa com mais de 90 anos. Não constavam idosos ou idosas cativas com mais de 60 anos. Os cativos com idade entre 15 e 60 anos eram 204, e as cativas com idades entre 15 e 50 anos eram 60. A viagem de Pereira Caldas seguiu de Macapá à Vila Vistosa da Madre de Deus. Segundo o próprio governador, o deslocamento levou 24 horas, sendo boa parte daquele tempo consumida pela subida da navegação do rio Anarapécu. Pereira Caldas considerou ainda que a distância da vila para a costa e a margem setentrional do rio Amazonas fazia com que a mesma recebesse poucas visitas das autoridades da Capitania. Assim o governador descrevia a freguesia e os moradores:

Se acha na ruína das casas e na consternação e pobreza de seus moradores [...]. As casas por serem feitas a pressa e sem escolhas de madeiras, tem caído e se tem arruinado na maior parte e se espera ao resto o mesmo sucesso. E os seus moradores, sendo os mais deles vindos das Galés e das Casas de Correção, tão bem não são de grandes esperanças para o adiantamento daquele estabelecimento⁶²⁹.

Pereira Caldas aponta que um dos possíveis causadores do atraso da vila de Vistosa de Madre de Deus era o fato de boa parte de seus moradores ser degredada. Isso não era nenhuma novidade nas práticas da Coroa portuguesa, no contexto da ocupação de algumas de suas áreas colônias. Simeí Torres lembra que a utilização do degredo se mostrou uma prática longeva desde o século XIII. Nos séculos XV e XVI, o degredo era uma pena bem definida em resposta a algum delito ou pecado cometido contra a legislação vigente. Portanto, trata-se de uma punição à exclusão do sujeito do convívio social, sendo que a distância do envio daquele variava de acordo com a intensidade de seus crimes, podendo ele ser enviado às áreas coloniais de África, Ásia ou América portuguesa.

Ao longo do século XVII, o degredo passou a assumir um caráter também de serviço militar régio, não sendo considerada apenas uma punição, mas um benefício aos serviços reais “por colocar à disposição do Estado os seus condenados”⁶³⁰. Segundo Torres, ao longo da segunda metade do século XVIII, predominou o pensamento de que o degredo seria a

⁶²⁹ AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D 6067. Pará 8/11/1773.

⁶³⁰ TORRES in *Revista de História USP*, 2013, p.133.

eliminação dos detritos da sociedade portuguesa e o transporte de forças para colonizar as colônias portuguesas. Assim, Torres afirma que, para a Amazônia portuguesa, pode-se observar “a ocorrência de comutações de pena de degredo de caráter coletivo”, o que, para a Coroa portuguesa, se mostrava uma engrenagem capaz de subsidiar a defesa e consolidar o povoamento da terra⁶³¹.

No caso da Vila Vistosa de Madre de Deus, segundo Pereira Caldas, o que acontecia era o despovoamento do estabelecimento em função da falta de meios e de possibilidades para o cultivo da terra, apesar de dizer que o “lugar da povoação é bastante próprio e agradável”⁶³². O governador atribuía o insucesso das lavouras à repetida justificativa da falta de escravos para a realização dos “pesados trabalhos”. Pereira Caldas acalmava o secretário de Marinha e Ultramar, garantindo que havia persuadido os moradores a continuar com a “subsistência”, mas finalizava o comunicado dizendo que as possibilidades oferecidas pelo Estado português eram limitadas.

A Vila Vistosa da Madre de Deus possuía, a partir da contagem feita em 1773, 134 moradias e 566 moradores, dos quais 445 eram livres e 121 em situação de cativo. Esses ficavam divididos nas seguintes faixas etárias: 111 crianças com menos de 7 anos, livres, e 38 em situação de cativo; 60 pessoas com idade entre 7 e 15 anos, livres, e 11 nessa faixa etária como cativas; os homens livres com idade entre 15 e 60 eram 107, e as mulheres livres com idade de 14 até 50 anos eram 149; homens cativos de 15 a 60 anos eram 36, e mulheres na condição de cativas com idade entre 14 e 50 anos eram 32; os idosos livres de 60 até 90 anos eram 8; as mulheres com idades entre 60 e 90 anos eram 10. Naquele momento, existia no povoado apenas uma idosa com mais de cinquenta anos. A seguir o mapa com o número de moradores e habitantes de Vistosa da Madre de Deus:

⁶³¹ TORRES in *Revista de História USP*, 2013, p. 137.

⁶³² AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D 6067. Pará 8/11/1773.

Quadro 10

[illegible]Habitantes e fogos da freguesia de Vistosa da Madre de Deus⁶³³

A última parada do governador Pereira Caldas foi Vila de Nova Mazagão. O deslocamento de Vistosa da Madre de Deus durou 40 horas. Por estar localizada próxima à desembocadura do rio Mutuacá e mais próxima da margem setentrional do rio Amazonas, Nova Mazagão ficava distante poucas horas de viagem fluvial até Macapá. No novo estabelecimento, o governador oficializou a fundação da vila de Nova Mazagão, assim como a constituição da justiça e posturas legais do lugar. Nas considerações do Pereira Caldas, é perceptível a maior importância da vila em relação a Vistosa da Madre de Deus. Assim ele definiu os investimentos:

Não deixe de recomendar também muito todo o possível adiantamento na construção das casas: porém, reconheço que por isso mesmo que vão melhores, gastam mais tempo e fazem maior despesa; sendo considerável a que tem importado e há de ainda importar o referido estabelecimento, não obstante toda a grande economia que nele tenho praticado⁶³⁴

⁶³³ AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D 6067. Pará 8/11/1773.

⁶³⁴ AHU ACL CU 013, Cx. 71, D 6066. Pará 8/11/1773.

Ao se referir às casas do referido povoado, Pereira Caldas acreditava que aquele estabelecimento estava em melhores condições que os de Vila Vistosa, pois, mesmo as casas sendo construídas em madeiras e cobertas de palha, as construções prometiam uma duração mais prolongada e já tinham uma preparação para receber telhas. Com relação aos moradores, o governador falava animado, porque ele considerava as pessoas da freguesia com mais qualidade que as de Vistosa da Madre de Deus; por isso havia maior esperança no aumento do povoado. Esse sentimento aumentava ainda mais, segundo Pereira Caldas, porque, até aquele momento, pelo menos 50 famílias ainda estavam abrigadas na cidade de Belém à espera do traslado para Nova Mazagão. A seguir, podemos visualizar o mapa com o número de moradores e habitantes de Nova Mazagão:

Quadro 11

Mapa de todos os Habitantes e Fogos existentes na freg. de N.ª de Assunção da Vila de Mazagão
abr. de Julho de 1773

Povoados Livres.	Velhos.	Povoados Captivos.	Velhos.	Local.	Velhos.
Crências de brancos		Crências de brancos		Crências de brancos	
12	Crências de brancos	5	Crências de brancos	543	Crências de brancos
12	Crências de brancos	6	Crências de brancos	528	Crências de brancos
128	Crências de brancos	53	Crências de brancos	515	Crências de brancos
10	Crências de brancos		Crências de brancos	551	Crências de brancos
36	Crências de brancos		Crências de brancos		Crências de brancos
51	Crências de brancos		Crências de brancos		Crências de brancos
302	Crências de brancos		Crências de brancos		Crências de brancos
29	Crências de brancos		Crências de brancos		Crências de brancos
	Crências de brancos		Crências de brancos		Crências de brancos
5	Crências de brancos		Crências de brancos		Crências de brancos
6	Crências de brancos		Crências de brancos		Crências de brancos
53	Crências de brancos		Crências de brancos		Crências de brancos
	Crências de brancos		Crências de brancos		Crências de brancos
10	Crências de brancos		Crências de brancos		Crências de brancos
5	Crências de brancos		Crências de brancos		Crências de brancos
39	Crências de brancos		Crências de brancos		Crências de brancos
1	Crências de brancos		Crências de brancos		Crências de brancos
	Crências de brancos		Crências de brancos		Crências de brancos
543	Crências de brancos		Crências de brancos		Crências de brancos
528	Crências de brancos		Crências de brancos		Crências de brancos
515	Crências de brancos		Crências de brancos		Crências de brancos
551	Crências de brancos		Crências de brancos		Crências de brancos

N. 81.

Nova Mazagão possuía uma população de 543 pessoas, das quais 428 eram livres e 115 viviam em regime de cativo, além de 141 moradias. Esses habitantes ficavam divididos nas seguintes faixas etárias: 76 crianças livres com menos de 7 anos e 15 em situação de cativo; 83 pessoas com idade entre 7 e 15 anos livres, e 11 nessa faixa etária eram cativas; os homens livres com idade entre 15 e 60 eram 128, e as mulheres livres com idade de 14 até 50 anos eram 102; homens cativos de 15 a 60 anos eram 51, e mulheres na condição de cativas com idade entre 14 e 50 anos eram 37; os idosos livres de 60 até 90 anos eram 10; as mulheres com idades entre 60 e 90 anos eram 29.

A partir dos três mapas populacionais reproduzidos nas suas originalidades nas páginas anteriores, resolvemos separar alguns dados e reagrupá-los em novos mapas elaborados por nós para este capítulo. Entendemos que esse exercício estatístico pode nos ajudar a compreender melhor algumas dinâmicas populacionais vividas pelas vilas de Macapá, Vistosa da Madre de Deus e Mazagão na segunda metade do século XVIII, além de situá-las comparativamente com algumas vilas do Estado do Grão-Pará e Rio Negro. Com a intenção de contextualizar a densidade populacional das vilas pesquisadas, utilizaremos também números absolutos e percentuais das populações das duas capitais do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Belém e Barcellos. Apresentaremos os mapas e, em seguida, faremos algumas considerações sobre os dados destacados por nós. Abaixo segue uma tabela⁶³⁶ na qual separamos os números absolutos seguidos de seus percentuais da população das três vilas da foz do rio Amazonas. Aqueles habitantes foram divididos, seguindo a separação dos mapas originais. Desse modo, a condição das pessoas na sociedade eram: livres, cativas e a soma dessas parcelas.

Quadro 12

Habitantes	São José de Macapá		Vistosa da Madre de Deus		Nova Mazagão	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Pessoas livres	986	75,44%	445	78,62%	428	78,82%
Pessoas cativas	321	24,56%	121	21,38%	115	21,18%
Pessoas livres e cativas – Total	1307		566		543	

⁶³⁶ Tabela elaborada por nós a partir das informações contidas em: AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6065. Pará 8/11/1773; AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6066. Pará 8/11/1773; AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6067. Pará 8/11/1773.

Nos dados demográficos das vilas de Macapá, Vistosa da Madre de Deus e Nova Mazagão, destacaremos aqui as divisões por sexo e faixa etária consideradas nos mapas originais de 1773, mas reagrupando os dados em uma tabela elaborada por nós. Estão apresentadas abaixo em dois mapas populacionais: o primeiro de habitantes livres, divididos em: livres do sexo masculino (crianças até 7 anos de idade, rapazes, homens e velhos) e livres do sexo feminino (crianças até 7 anos de idade, raparigas, mulheres e velhas)⁶³⁷; o segundo mapa se refere aos cativos, repetindo-se as mesmas divisões do mapa anterior⁶³⁸:

Quadro 13

Habitantes livres	São José de Macapá		Nova Mazagão		Vistosa da Madre de Deus	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Crianças do sexo masculino até 7 anos	126	9,64%	42	7,73%	67	11,84%
Rapazes de até 15 anos	98	7,50%	42	7,73%	40	7,07%
Homens de 15 até 60 anos	259	19,82%	128	23,57%	107	18,90%
Homens de 60 até 90 anos	18	7,35%	10	1,84%	8	1,41%
Homens com mais de 90 anos	2	0,15%	0	0,00%	0	0,00%
Crianças do sexo feminino até 7 anos de idade	106	8,11%	34	6,26%	44	7,77%
Raparigas de 7 até 14 anos	89	6,81%	41	7,55%	20	3,53%
Mulheres de 14 até 50 anos	254	19,43%	102	18,78%	149	26,33%
Velhas de 50 até 90 anos	33	2,52%	29	5,34%	10	1,77%
Velhas com mais de 90 anos	1	0,08%	0	0,00%	0	0,00%

Quadro 14

Habitantes cativos	São José de Macapá		Nova Mazagão		Vistosa da Madre de Deus	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Crianças do sexo masculino de até 7 anos	18	1,38%	5	0,92%	67	11,84%
Rapazes de até 15 anos	10	0,77%	6	1,10%	40	7,07%

⁶³⁷Mapa elaborado por nós a partir das informações contidas em: AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6065. Pará 8/11/1773; AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6066. Pará 8/11/1773; AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6067. Pará 8/11/1773.

⁶³⁸*Idem, Ibidem.*

Homens de 15 até 60 anos	204	15,61%	51	9,39%	107	18,90%
Homens de 60 até 90 anos	0	0,00%	0	0,00%	8	1,41%
Homens com mais de 90 anos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Crianças do sexo feminino até 7 anos de idade	21	1,61%	10	1,84%	44	7,77%
Raparigas de 7 até 14 anos	8	0,61%	5	0,92%	20	3,53%
Mulheres de 14 até 50 anos	60	4,59%	37	6,81%	149	26,33%
Velhas de 50 até 90 anos	0	0,00%	1	0,18%	10	1,77%
Velhas com mais de 90 anos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%

A composição demográfica das três vilas do Cabo Norte criadas entre os anos de 1759 e 1769 estava diretamente ligada ao contexto do caráter militar de proteção da foz setentrional do rio Amazonas e de colonização daquelas terras concentrando a produção agrícola, principalmente na rizicultura. Nesse sentido, o percentual de pessoas cativas existentes naquelas vilas só ficava muito abaixo da freguesia urbana de Belém, que, em 1787, possuía 5.276 habitantes. Destes, 2.733 eram escravos, perfazendo um percentual de 50% da população vivendo na condição de escravizados⁶³⁹. Assim como em algumas vilas e lugares da zona rural de Belém, onde havia uma produção mais intensa de açúcar, café e arroz, percentual de pessoas escravizadas era superior aos 40% da população na virada do século XVIII para o XIX. Citamos algumas: a população da vila de São Domingos da Boa Vista tinha 1.929 habitantes, destes 1.047 eram escravizados, ou 53% dos habitantes; na bacia do rio Capim, havia 1.655 moradores e destes 663 eram cativos, ou 40,1% dos habitantes viviam na condição de escravizados; no rio Bujaru, da população de 1.714 moradores, 915 eram escravizados, ou 53,4% dos habitantes; no rio Acará, existiam 1.437 pessoas escravizadas ou 54,7% da população estimada em 2.976 moradores⁶⁴⁰.

No mapa acima que apresentou as populações das vilas da foz do rio Amazonas, ao considerarmos os percentuais da presença de pessoas escravizadas naquelas sociedades,

⁶³⁹ Populações com percentual superior a 50% dos habitantes composta por pessoas escravizadas eram muito comuns em áreas de produção em larga escala, como por exemplo, o açúcar e o café. A região de Campos dos Goitacases, localizada na capitania do Rio de Janeiro, concentrava algumas fabricas de açúcar. Na freguesia da São Gonçalo, ficavam os três maiores engenhos de toda aquela planície. Em termos percentuais a população da vila de São Salvador possuía, em 1790, 52% da sua população de trabalhadores em regime de escravidão. A população total em números absolutos era de 20.091 habitantes. In LARA, 1988, p. 136-137. Assim como nas fronteiras do Cabo Norte, a Guina Francesa possuía uma população escrava que chegava aos 85% da população total que, em números absolutos, significava: 12.362 habitantes livres e cativos total e 10.533 cativos. In CARDOSO, 1984, p. 50.

⁶⁴⁰ MARIN, 1985, pp. 136-137. In BEZERRA NETO, 2000, p. 18.

esses percentuais estavam muito próximos dos verificados na composição de indivíduos escravizados no Vale Amazônico nas décadas finais do século XVIII. Aqueles indivíduos escravizados representavam 22,80 % do total da população que habitava a região amazônica. Os levantamentos demográficos utilizados nesta tese foram contados e registrados a mando dos Governadores do Estado do Grão-Pará e Rio Negro.

O historiador Dante Ribeiro aponta que, quando se separam as populações das capitanias do Pará e do Rio Negro, a diferença percentual da presença de indivíduos escravizados era significativamente superior no Pará (26,16%) aos 3,29 % de pessoas escravizadas na capitania de São José do Rio Negro⁶⁴¹. No mapa abaixo, destacamos os números populacionais absolutos e percentuais do Estado do Grão-Pará e Rio Negro em 1788, assim como, os valores das capitanias separadamente.

Quadro 15

Habitantes	Capitania do Grão-Pará		Capitania do Rio Negro		Estado do Grão-Pará e Rio Negro	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Pessoas livres	42.585	73,84%	11.661	97,71%	54.243	77,80%
Pessoas cativas	15.084	26,16%	397	3,29%	15.481	22,20%
Pessoas livres e cativas – Total	42.585		12.058		69.924	

Ao compararmos os dados populacionais das vilas de Macapá, Mazagão e Vistosa da Madre de Deus com os dados populacionais apresentados no mapa acima, especialmente as porcentagens, do Estado e das capitanias do Vale Amazônico, percebemos que aquelas vilas da foz do rio Amazonas tinham uma população de indivíduos escravizados em patamares percentuais muito próximos da média da capitania do Pará, assim como do Estado como um todo. Se pegarmos separadamente a cidade de Belém, capital o Estado, no ano de 1792, pode-se verificar, no mapa abaixo, que o percentual da população de indivíduos escravizados fica consideravelmente acima das médias das povoações do Vale Amazônico. No entanto, na vila de Macapá, no ano de 1789, sua população de indivíduos escravizados era de 44,45%. Portanto, o percentual de sujeitos escravizados era superior ao percentual de Belém, capital da capitania. Abaixo, seguem as tabelas com os números absolutos e as porcentagens das

⁶⁴¹FONSECA. 2001, in Revista Veredas Amazônicas.

www.periodicos.unir.br/index.php/veredasamazonicas/article/download/241/257. Acesso em: 19 out. 2017.

populações da cidade de Belém, da vila de Macapá e da vila de Barcellos, entre os anos de 1786 1792:

Quadro 16

Habitantes	Belém	
	Absoluto	%
Branços	4.423	51,59%
Índios, pretos e mestiços livres	1.099	12,82%
Escravos negros	3.051	35,59%
Total	8.573	100%

População de Belém em 1792⁶⁴²

Quadro 17

Habitantes	Macapá (1789)	
	Absoluto	%
Livres	969	56,94%
Escravos	733	43,06%
Total	1.702	100%

Habitantes da vila de Macapá⁶⁴³

Quadro 18

Habitantes	Barcellos (1786)	
	Absoluto	%
Branços	231	20,07%
Índios	756	68,09%
Escravos negros	167	10,04%
Total	1.154	100%

Mapa populacional da capital da capitania do Rio Negro, Barcellos⁶⁴⁴.

⁶⁴² CARDOSO, 1984, p. 141-142.

⁶⁴³ Mapa elaborado por nós a partir das informações contidas em: AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 7852. São José de Macapá 28/110/1789.

⁶⁴⁴ Mapa elaborado por nós a partir das informações contidas em: Biblioteca Nacional-RJ, Manuscritos, 21, 1, 1 n. 7, “Mapa de todos os moradores brancos, índios e pretos escravos existentes na vila capital de Barcellos”, 31 de outubro de 1786. In CARDOSO, 1984, p. 146.

Antes, porém, de pontuarmos algumas considerações sobre os três mapas populacionais acima e em razão de estarmos privilegiando as considerações desta passagem do capítulo as parcelas populacionais de trabalhadores escravizados de origem africana, recorreremos às considerações de José Bezerra sobre a escravização de negros durante o período colonial no Vale Amazônico. Numa passagem que consideramos emblemáticas sobre como nós entendemos também a presença daqueles trabalhadores no Grão-Pará, Bezerra, afirmou o seguinte:

Tornou-se bastante comum, na historiografia brasileira, associar o processo de conquista e colonização portuguesa na região amazônica ao estabelecimento de uma economia extrativista, assentada na mão de obra indígena⁶⁴⁵. De fato, ao longo dos séculos XVII e XVIII, no vale amazônico, houve a estruturação das condições necessárias ao desenvolvimento das atividades de apresamento dos indígenas, ao lado da coleta e comercialização das chamadas “drogas do sertão”, inclusive, a partir da fundação das missões ou aldeamento e das fortificações militares. Todavia, restringir nossa compreensão do processo de ocupação portuguesa da dita região unicamente em função de uma economia extrativista baseada na exploração do trabalho dos índios parece ser uma leitura muito empobrecida dessa mesma realidade, uma vez que não dá conta de que o processo de colonização lusa na Amazônia implicou igualmente no estabelecimento de uma economia e sociedade lastreada em atividades agrícolas e criatórias voltadas para o mercado, explorando igualmente o trabalho cativo de índios mas, sobretudo, o trabalho escravo de origem africana⁶⁴⁶.

Bezerra Neto ressalta a necessidade de reconhecer que as sociedades do Vale Amazônico do período colonial estavam para além das atividades coletoras e de comercialização das “drogas do sertão” e que envolviam várias modalidades de utilização do trabalho indígena e o recurso aos trabalhadores escravizados de origem africana, não é o suficiente para observar a diversidade de especificidades existentes no universo colonial português existente na região amazônica⁶⁴⁷. Arriscamos mesmo dizer várias “Amazônias”, e uma dessas situada na foz setentrional do rio Amazonas, nas terras do Cabo Norte, nós nos propomos a estudar nessa tese.

Dizendo de outra forma, segundo Bezerra Neto, “deve-se evitar a leitura da Amazônia Portuguesa enquanto área periférica da América Colonial Portuguesa”⁶⁴⁸, pois as experiências vividas em outras sociedades coloniais do mundo colonial lusitano, não podem

⁶⁴⁵ Ver os trabalhos de Arthur Reis, Arthur Viana. In: BEZERRA NETO, 2000, p. 12.

⁶⁴⁶ Ver os trabalhos de Arthur Reis, Arthur Viana. In: BEZERRA NETO, 2000, p. 12.

⁶⁴⁷ BEZERRA NETO, 2000, p. 12.

⁶⁴⁸ Op. Cit., p. 12.

e não devem servir de modelo explicativo para se compreender as dinâmicas dos tipos de sociedades colônias que existiram no Vale Amazônico. Não nos alongaremos mais nestas considerações porque o capítulo I desta pesquisa já apresentou aquela discussão sobre a presença de trabalhadores de origem africana na região da América Portuguesa atravessada pelo rio Amazonas. Dito isto, necessário para as ponderações com os dados demográficos que estamos realizando, voltemos aos mapas demográficos de Belém, Macapá e Barcelos.

Embora não seja nossa pretensão desdobrar em análises mais profundas os dados demográficos referentes à população de escravizados da vila de Macapá nas décadas finais do século XVIII, os números e percentuais dos habitantes da vila apresentados na Tabela 14 são impressionantes, pois, excetuando o período de construção da Fortaleza de São José de Macapá, de 1764 a 1782, onde a presença de escravizados de origem ou descendência africana foi bastante intensa, o percentual daquela população sempre girou em torno dos 20% a 25%, conforme já demonstrado em outro quadro populacional neste capítulo. Em 1789, aquele percentual da população de escravizados atingiu 43%. De todo o período pesquisado nesta tese e com base nos dados demográficos disponíveis para pesquisa, o ano de 1789 foi o maior percentual da presença de habitantes escravizados de origem africana. Por outro lado, não consta no levantamento demográfico feito em 1789, nenhuma família de origem indígena. Lembremos, mais uma vez que nesta tese estamos apenas constatando estes números e percentuais, sem desdobrá-los em análises mais profundas.

Retomemos a narrativa inicial da viagem pelas três vilas da margem setentrional do rio Amazonas de Pereira Caldas, em 1773, Vila Vistosa, Nova Mazagão e Macapá. O governador parecia definitivamente convencido de que a pretendida comunicação por via terrestre entre aquelas povoações se mostrou impraticável, devido à existência numerosa dos “grandes lagos e pântanos que se encontram, e totalmente dificultam o pretendido caminho; assim não há mais remédio que recorrer ao da água, ainda que menos vantajoso para se socorrer Macapá em caso de ataque”⁶⁴⁹. Outra dificuldade apontada pelo governador, com relação à distância e à comunicação da vila, dizia respeito à inviabilidade de exercitar conjuntamente os corpos de auxiliares de cavalaria de Macapá com a infantaria de Mazagão, para se transformarem numa tropa ligeira em caso de guerra ou ameaça de outros países interessados na posse da foz do rio Amazonas. Quanto às questões de ordem militar, a preocupação premente do governador era com a regulação e a disciplina das tropas, conforme projetado pelas reformas militares, como já discutido no capítulo II desta tese.

⁶⁴⁹ AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D 6066. Pará 8/11/1773.

Por fim, finalizaremos este capítulo, que versou sobre as três vilas do Cabo Norte criadas às margens setentrionais da foz do rio Amazonas, considerando um ofício escrito em 1789. Neste, o governador da praça de Macapá, João Vasco de Braun, militar que havia realizados várias viagens pelos caminhos fluviais do Vale Amazônico desde a década de 1770, construía um conhecimento razoável sobre a região setentrional da capitania do Grão-Pará. Ao enviar um mapa com as famílias, lavouras e serviços existentes, na freguesia de São José de Macapá, ao secretário de Estado de Marinha e Ultramar, teceu algumas considerações sobre as “gentes” daquela terra. Assim inicia Braun o referido ofício:

O escrúpulo e respeito que a longa experiência d’América me tem influído respeito aos Amanuenses[escriva], de que se tem confiado alguns papeis que envolvem segredo e ponderação (...) Aceitará Vossa Excelência aceitação destes moradores e o socorro que esta praça tanto necessita.

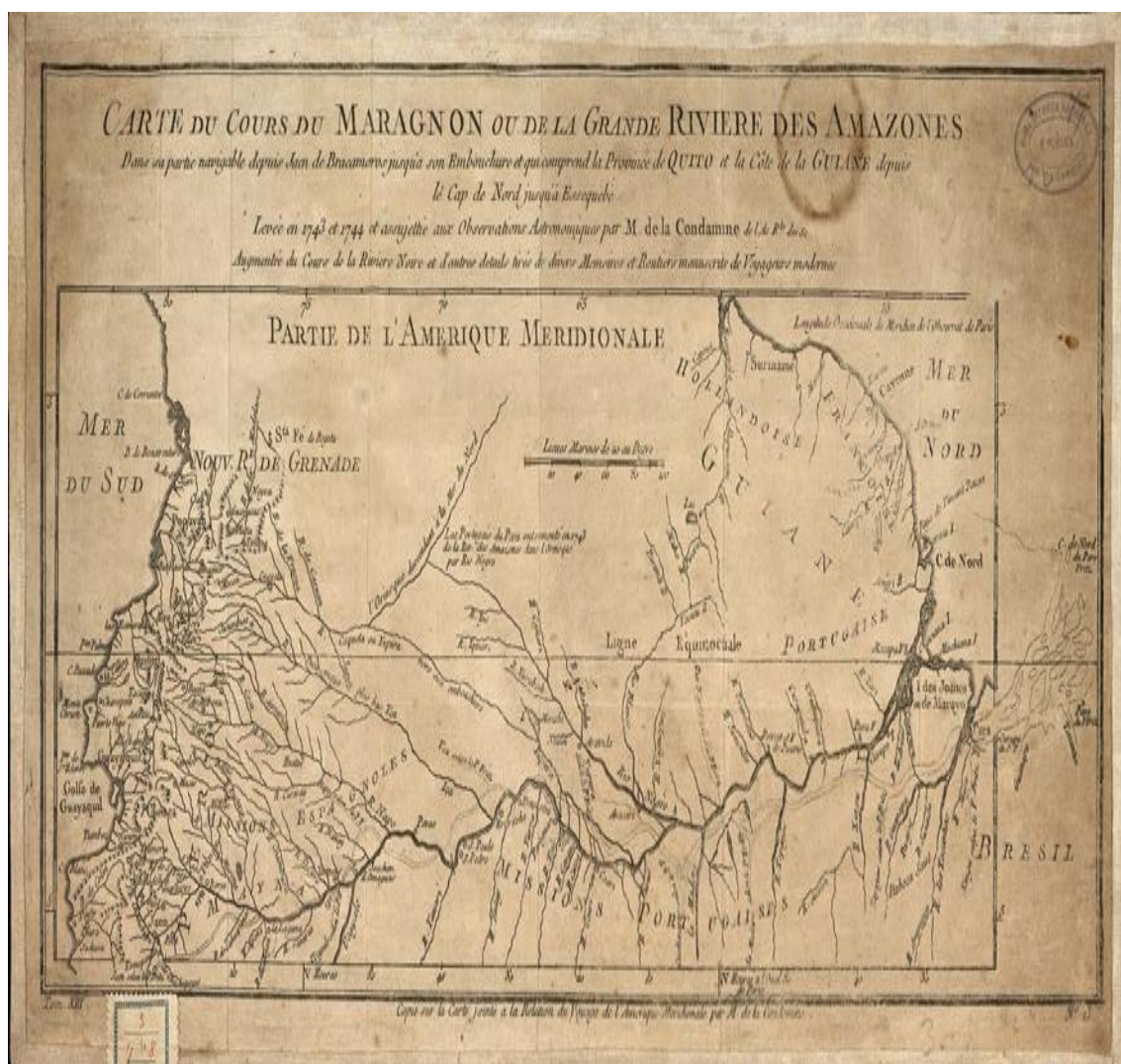
A preciosidade destas terras, já a Vossa Excelência aquelas memórias referi assim como a generosa gratidão com que elas correspondiam aos indivíduos que por este ofício aqui se houvessem de mandar esperando agora mais que as raras virtudes com que Vossa Excelência protege a simples verdade me hajam de desculpar o sincero e patriótico zelo, com que inseparável do mais profundo respeito, tenho a honra de dizer a V. Exc.^a que jamais se conseguirá destes habitantes uma voluntária e progressiva existência⁶⁵⁰.

Feita essa introdução de certa forma elogiosa aos moradores, o governador da Praça reconhecia, logo em seguida, que essa boa vontade em colonizar a terra por parte dos habitantes não era o suficiente. De fato, para os governantes da capitania do Grão-Pará e da vila de Macapá, assim como das vilas de Vistosa e Nova Mazagão a década final do século XVIII não apresentou os resultados esperados quando da criação daquelas com vistas ao povoamento e a proteção do delta do rio Amazonas e da costa setentrional da Guiana Portuguesa. Como vimos, naquele período praticamente os moradores já haviam abandonado Vila Vistosa. Nova Mazagão padecia com a deserção de muitas famílias que preferiam retornar a Belém, onde haviam permanecido por volta de três anos antes da chegada a Nova Mazagão.

⁶⁵⁰ AHU_ACL_CU_013, Cx. 99, D 7852. Macapá 28/10/1789.

Conclusão

Mapa 23



Carte du cours du Maragnon ou de la Grande Riviere de Amazonas⁶⁵¹.

Nos últimos dias do ano de 1799, o prático Francisco Xavier Alcântara e o piloto Francisco Soares Vieira comunicavam oficialmente ao governador do Grão-Pará, d. Francisco de Souza Coutinho, que haviam descoberto o canal que ligava de maneira rápida e segura a foz do rio Amazonas à Praça de Macapá. Isso significava que as várias horas em que as embarcações “perdiam” navegando pelo labirinto de ilhas, furos e canais do desague setentrional do Amazonas, iriam diminuir. O prático Francisco viajou pelo menos três vezes

⁶⁵¹Carte du cours Du Maragnon ou de la Grande Rivière de Amazonas [Cartográfico]. In Biblioteca Nacional. Acervo Digital. http://acervo.bn.gov.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=189http://objdigital.bn.gov.br/objdigital2/acervo_digital/div_caastrografia/cart516183/cart516183.jpg. Acesso em: 20 ago. 2017.

consecutivas para o mapeamento dos canais da foz do rio Amazonas. O piloto Francisco também tinha uma larga experiência em viagens para aquela foz e para a costa de Macapá, muito dos descobrimentos sobre caminhos fluviais e canais daquela parte setentrional do Grão-Pará se devia ao conhecimento daqueles dois sujeitos. Estas considerações foram feitas pelo governador Coutinho ao secretário de Marinha e Ultramar, d. Rodrigo Coutinho⁶⁵². Segundo o governador, a navegação das embarcações portuguesas pela foz do rio Amazonas estava garantida com a presença de duas charruas que faziam a vigilância daquela costa.

O governador Coutinho era um entusiasta da construção de embarcações na capitania do Grão-Pará, pois acreditava que aquelas embarcações eram fundamentais para a navegação e expedições ao rio Amazonas e seus afluentes, e a fabricação delas na própria capitania era bem vantajosa, dada a quantidade e qualidade das madeiras originárias da região. Afirmava que era “aquele que respeita a construção e expedição de charruas” para o domínio do complexo Vale Amazônico⁶⁵³.

Ao mesmo tempo do comunicado sobre a foz do Amazonas, o governador Coutinho solicitava de seu superior o aumento da tropa militar da capitania, especialmente a criação de um regimento de artilharia que, segundo ele, desde o ano de 1772, quando governou o Grão-Pará, João Pereira Caldas, que a solicitação urgente da composição daquele regimento para a defesa da capitania já era anunciada. Pelo menos, segundo o governador Coutinho, deveria ser criado um regimento artilhado na Ilha Grande de Joanes, pois toda a costa ocidental e meridional daquela Ilha era “lavada pelas águas de todos os rios que descem do interior do Brasil”⁶⁵⁴. Acreditava Coutinho que este regimento conseguiria socorrer a Praça de Macapá no caso de um conflito, principalmente com os franceses. Para se manter tudo como estava na foz do rio Amazonas e nas fronteiras do Norte mais próximas, o governador Coutinho estabelecia que:

Deveriam existir vigias na parte sul d’Araguari em frente da sua embocadura em termos que se consigam os fins que a Vossa Mercê indiquei, fazendo rondar e visitar a mesmas vigias a toda a restante Costa de que ainda não estamos desapossados, para saber e participar toda a novidade que ocorrer e para proceder como for mais conveniente ao Serviço de Sua Alteza, mantendo a boa paz e harmonia que subsiste com a confinante Nação Francesa⁶⁵⁵.

⁶⁵² AHU_ACL_CU_013, Cx. 116, D 8958. Pará 23/11/1799.

⁶⁵³ AHU_ACL_CU_013, Cx. 118, D 9081. Pará 20/9/1800.

⁶⁵⁴ AHU_ACL_CU_013, Cx. 116, D 8958. Pará 23/11/1799.

⁶⁵⁵ AHU_ACL_CU_013, Cx. 123, D 9501. Pará 1º/12/1802.

Nas três últimas décadas do século XVIII, os territórios fronteiriços que separavam as Guianas Francesa e Portuguesa, marcadamente a região entre os rios Oiapoque e Araguari, passaram por contínuos processos de disputas, principalmente entre franceses e portugueses, constituídos nos governos de Caiena e do Grão-Pará. Ao longo daquele tempo, era fácil para os representantes daquelas coroas saberem a quem não pertencia o território disputado. O mais difícil era saber em qual território se tinha o efetivo controle sobre os seus limites territoriais. Isto porque para além dos planos de ocupação, colonização e defesa daqueles limites territoriais, desenvolvidos e executados por governadores, forças militares e administradores colônias naquelas terras viviam sujeitos sociais, entre eles: indígenas, escravizados de origem africana, colonos empobrecidos, fugitivos da justiça, desertores militares, posseiros que, em boa parte das situações que envolviam as definições dos interesses territoriais de França e Portugal, não estiveram sob o controle daqueles Estados. Aqueles sujeitos, em muitos casos, fizeram suas escolhas próprias, escolheram seus caminhos para traçar suas vidas naqueles verdes labirintos.

Isto posto, não quer dizer que França e Portugal, em alguma medida, não conseguiram delimitar suas fronteiras territoriais e construir uma história nacional francesa e portuguesa nas Guianas que visou, em larga medida, homogeneizar histórica e culturalmente aqueles sujeitos em torno de nações e nacionalismo que começam a despontar naquele momento⁶⁵⁶. É fato também que, em vários momentos daquele final de século XVIII, alguns sujeitos escolheram um lado do conflito e muitas vezes pegaram em armas para defender os interesses, quer do Estado de França, quer do Estado de Portugal. Todavia, o que nosso estudo demonstrou é que aquelas escolhas nunca foram tão simples e claras em escolher um lado da fronteira. Como já escreveu Flávio Gomes, aquelas fronteiras sempre foram borradas⁶⁵⁷, e nós diríamos indefinidas. De acordo com o que vimos na passagem do documento acima destacado, o governador Coutinho afirmava, em 1802, que era “rondar e visitar a mesmas vigias a toda a restante Costa de que ainda não estamos desapossados”. Ou seja, talvez um dos governadores que mais se voltou para a questão fronteiriça com a França nas últimas décadas dos Setecentos, afirmava categoricamente que nada estava definido, nem mesmo a parte da costa já intitulada portuguesa.

De todo modo, buscamos nesta tese acompanhar as escolhas de vida de alguns sujeitos que ajudaram a constituir as várias faces do território fronteiriço nas Guianas

⁶⁵⁶A esse respeito ver especialmente o capítulo I, *A nação como novidade: da revolução ao liberalismo*. In HOBBSAWM, 1990, p. 27-62.

⁶⁵⁷GOMES, 2005.

Francesa e Portuguesa e que transformaram a região entre os rios Oiapoque e Araguari não só no lugar das suas sobrevivências, mas também das suas vivências. Nós nos detivemos, principalmente, nos sujeitos que foram submetidos ao trabalho escravo, boa parte deles oriundos de lugares da costa ocidental africana, principalmente de Angola, pelo menos nos documentos por nós pesquisados. A questão documental talvez se constitua no maior desafio para a pesquisa histórica que envolve sujeitos históricos que, no caso do território por nós estudado, quase sempre aparecem na documentação produzida por agentes da estrutura administrativa metropolitana, sem nome e com pouquíssimas referências, além de termos genéricos e vazios, como: pretos e pretas, índios e índias, mulatas e mulatos, ou negras e negros. Imputava-nos um questionamento pesado: como construir uma interpretação das dimensões da experiência histórica daqueles sujeitos escravizados em meio a esta realidade documental?

Nesta questão tivemos forte impulso com a leitura do artigo intitulado *Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa*, no qual a autora Silvia Lara realiza um balanço apurado dos momentos historiográficos sobre a escravidão. Por ter nosso aporte documental baseado nas comunicações entre governadores, secretários de ultramar e outras autoridades colônias, nós nos valem das seguintes perguntas da autora no referido artigo:

Podemos também nos perguntar como e de modo a ação dos governados impôs limites e levou os governantes a transformar seus modos de governar... As fugas e os quilombos, por exemplo, fizeram que senhores e autoridades coloniais aprimorassem os mecanismos de controle sobre a escravaria, criassem novos cargos e ofícios no nível local (como no caso dos capitães-do-mato) e alterassem o sistema de colaboração entre as forças entre as forças privadas e públicas⁶⁵⁸.

Com esses questionamentos no horizonte procuramos, ao longo dos capítulos da tese, fazer emergir os outros sujeitos das fronteiras que, nas suas sobrevivências especialmente precárias, faziam surgir uma vivência que fugia, constituía mocambos, aliançava-se com indígenas, guerreava contra os mesmo indígenas, associava-se a outros tantos sujeitos das fronteiras que também moldavam aqueles territórios com práticas e táticas que estavam para além das tentativas de controle e ordenamento dos impérios ultramarinos europeus, aqueles sujeitos constituíam as muitas faces das fronteiras dos verdes labirintos do Cabo Norte.

⁶⁵⁸ LARA, 2005, p. 35. In BICALHO; FERLINI, 2005.

Fontes e Bibliografia

A - Fontes Primárias manuscritas

I – APEP

Códices (formato digital)

BRPAAPEP.SC.CGD.CO0456. Livro que há de servir de Registo da Cartas de Officcio, alguns particulares, e Ordens que diferentes repartições expede o Illm. E Exm^o. Senhor Martinho de Souza e Albuquerque, Governador e Capitam General deste Estado, cujo teve principio em Sete de Outubro do Ano de 1788. Termo 4^o.

BRPAAPEP.SC.QL.CO0412.

BRPAAPEP.SC.CDG.CO0153.

BRPAAPEP.SC.CDG.CO0259.

II – APEM

Código 1257 – RELAÇÃO dos mazaganistas estabelecidos na Vila Nova de Mazagão, e suas vizinhas, por Manuel da Gama Lobo de Almada. 1 vol., 320x220 mm. 186 fls. AHU

Código 1991 – Livro de Registro do vencimento a fazer na Corte e no Grão-Pará às famílias de Mazagão que se vão estabelecer naquela Capitania. 1^o vol., 347x225 mm. 22 fls. AHU

III – BNRJ (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro)

BRAUN, João Vasco Manoel de. *“Roteiro Chorografico da Viagem que o Ill^{mo} e Ex^{mo} Senhor Martinho de Souza e Albuquerque, Gov^{or}e Cap^{am} General deste Estado, determinou fazer ao Rio das Amazonas em parte que fica comprehendida na Capitania do Grão-Pará, tudo em destino de ocularmente observar, e socorrer a Praça, Fortalezas e Povoacoens, que lhes são confrontantes”*. 73 p. Cópia. Manuscrito. Cópias em 21, 2, 033; 21, 2, 035; 21, 2, 039. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Proveniente da Coleção [Castelo Melhor]. CEHB n. 752. ABN v. 72. Cat. Castelo Melhor n. 262.

COUTINHO, Francisco Mauricio de Souza. Ofício a Martinho de Melo e Castro, relatando-lhe todos os passos das expedições que mandou fazer na região do Oiapoque, perto da povoação francesa da Guiana. [S.I.], 1789-1798. Cóp M.S. Coleção Linhares.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *“Dissertação sobre as terras do cabo do Norte pertencentes a Coroa de Portugal pela parte do norte da Capitania do Grão-Pará”*. [s.l], [s.d.] 26 p. Cópia. Manuscrito. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Proveniente da Coleção Lagos. ABN v.1, p. 228, CEHB n. 10.520.

VALADIM, José Lopes. *“Descrição Geografica da Costa da Guyana Portuguesa desde a Praça de S. José de Macapá até os limites confinantes com a Colônia Francaza”*. Biblioteca Nacional: C.E.H.B. nº278 C.E.H.B. nº278 e n. 279. Coleção Carvalho. Loc.: 07,2,018. (citado como v3).

IV – ANRJ

1) Códices, caixas e livros

V – IHGB (Rio de Janeiro)

VI- ADC (Archive Départementale de Cayenne - Guyane Française)
Marine et Colonies – Archives Coloniales.

VII – AHU – Projeto Resgate

AHU_ACL_CU_013, Cx. 3, D 267; AHU_ACL_CU_013, Cx. 31, D. 2977;
AHU_ACL_CU_013, Cx. 33, D. 3151; AHU_ACL_CU_013, Cx. 34, D. 3192;
AHU_ACL_CU_013, Cx. 39, D. 3624; AHU_ACL_CU_013, Cx. 44, D.3995
AHU_ACL_CU_013, Cx. 48, D.4361; AHU_ACL_CU_013, Cx. 48, D.4433;
AHU_ACL_CU_013, Cx. 48, D.4435; AHU_ACL_CU_013, Cx. 48, D.4436
AHU_ACL_CU_013, Cx. 50, D.4551; AHU_ACL_CU_013, Cx. 52, D.4774;
AHU_ACL_CU_013, Cx. 54, D.4914; AHU_ACL_CU_013, Cx. 54, D.4954
AHU_ACL_CU_013, Cx. 54, D.4960, AHU_ACL_CU_013, Cx. 52, D. 4790,
AHU_ACL_CU_013, Cx. 55, D.5041; AHU_ACL_CU_013, Cx. 55, D. 5048,
AHU_ACL_CU_013, Cx. 57, D.5100; AHU_ACL_CU_013, Cx. 57, D.5136;
AHU_ACL_CU_013, Cx. 58, D.5270; AHU_ACL_CU_013, Cx. 69, D. 5911;
AHU_ACL_CU_013, Cx. 69, D. 5913; AHU_ACL_CU_013, Cx. 69, D. 5933;
AHU_ACL_CU_013, Cx. 69, D.5934; AHU_ACL_CU013, Cx. 69, D. 5938;
AHU_ACL_CU013, Cx. 70, D. 5990; AHU_ACL_CU_013, Cx. 70, D.5993;
AHU_ACL_CU_013, Cx. 70, D.6003; AHU_ACL_CU_013, Cx. 70, D. 6008;
AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D.6057; AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D 6065;

AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6066; AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6083;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 72, D.6095; AHU_ACL_CU_013, Cx. 72, D.6100
 AHU_ACL_CU_013, Cx.72, D. 6131; AHU_ACL_CU_013, Cx. 73, D. 6182;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 73, D.6195; AHU_ACL_CU_013, Cx. 74, D. 6206;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 74, D. 6212; AHU_ACL_CU_013, Cx. 74, D. 6237;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 74, D. 6247; AHU_ACL_CU013, Cx. 74, D. 6248;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 74, D. 6250; AHU_ACL_CU_013, Cx. 75, D. 6291;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 74, D. 6256; AHU_ACL_CU_013, Cx. 74, D. 6268;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 75, D. 6332; AHU_ACL_CU_013, Cx. 75, D. 6335;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 75, D. 6350; AHU_ACL_CU_013, Cx. 75, D. 6355;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 75, D. 6366; AHU_ACL_CU_013, Cx. 75, D. 6368;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 76, D. 6392; AHU_ACL_CU_013, Cx. 77, D. 6407;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 77, D. 6419; AHU_ACL_CU_013, Cx. 78, D.6463;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 78, D. 6462; AHU_ACL_CU_013, Cx. 78, D. 6464;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 76, D. 6499; AHU_ACL_CU_013, Cx. 78, D. 6505;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 79, D. 6527; AHU_ACL_CU_013, Cx. 80, D. 6628;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 80, D. 6635; AHU_ACL_CU_013, Cx. 81, D. 6650;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 81, D. 6671; AHU_ACL_CU_013, Cx. 82, D. 6721;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 82, D. 6738; AHU_ACL_CU_013, Cx. 88, D 7193;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 89, D 7244; AHU_ACL_CU_013, Cx. 90, D. 7368;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 90, D. 7372; AHU_ACL_CU_013, Cx. 99, D. 7852
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 100, D. 7957, AHU_ACL_CU_013, Cx. 101, D. 7977;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 102, D. 8098; AHU_ACL_CU_013, Cx. 103, D. 8139;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 101, D. 8179; AHU_ACL_CU_013, Cx. 104, D. 8245;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 105, D. 8285; AHU_ACL_CU_013, Cx. 105, D. 8297;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 106, D. 8354; AHU_ACL_CU_013, Cx. 106, D. 8400;
 AHU_ACL_CU_013, Cx.107, D. 843; AHU_ACL_CU_013, Cx.109, D. 8559;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 109, D. 8566; AHU_ACL_CU_013, Cx. 109, D. 8575;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 109, D. 8579; AHU_ACL_CU_013, Cx. 109, D. 8611;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 111, D.8689; AHU_ACL_CU_013, Cx. 112, D. 8712;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 114, D. 8841; AHU_ACL_CU_013, Cx. 114, D. 8842;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 116, D. 8958; AHU_ACL_CU_013, Cx. 118, D. 9081;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 118, D. 9097; AHU_ACL_CU_013, Cx. 118, D. 9107

AHU_ACL_CU_013, Cx. 121, D. 9333; AHU_ACL_CU_013, Cx. 122, D. 9369;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 123, D. 9466; AHU_ACL_CU_013, Cx. 123, D.9501;
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 123, D.9503; AHU_ACL_CU_013, Cx. 125, D.9602;
 AHU-PE, Cx. 103, Doc. 8006; AHU-SP, Cx. 24, Doc. 2354

VIII – Fontes primárias impressas

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na Era Pombalina – correspondência inédita do Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759). Rio de Janeiro: IHGB, 1967.

GOMES, Flavio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal de; COELHO, Mauro Cezar (organizadores). Relatos de Fronteiras: Fontes para a História da Amazônia séculos XVIII e XIX. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. Arquivo Público. Retratos do Maranhão Colonial: correspondências de Joaquim de Mello Póvoas, governador e capitão-general do Maranhão, 1771-1778. São Luís: Edições SECMA, 2009.

REIS, Arthur César Ferreira. Limites e demarcações na Amazônia brasileira. Belém: SECULT, 2ª ed., 1993, volume I e II.

VERGULINO-HENRY, Anaíza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. A Presença Africana na Amazônia Colonial: uma Notícia Histórica. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. CEDEAM. Cartas do Primeiro Governador da Capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Mello e Póvoas (1758-1761): transcrições paleográficas. Introdução Prof. Samuel Benchimol. Manaus: Universidade do Amazonas, 1983.

IX– Bibliografia consultada e citada

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “História geral das guerras sul-atlânticas: o episódio de Palmares”. In GOMES, Flávio. Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2010, pp. 63-99.

AMOROSO, Marta Rosa. “Corsários no caminho fluvial. Os Mura do rio Madeira”. In CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretária Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, pp. 297-310.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. “Quilombos maranhenses”. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos Gomes. Liberdade por fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 433-466.

BASTOS, Carlos Augusto de Castro. No limiar dos Impérios: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (c.1780-c.1820). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

BATISTA, Luciana Marinho. “Os Rodrigues Martins: notas sobre a trajetória e estratégias de umas das famílias mais ‘distintas em qualidade e riqueza’ no Grão-Pará (de meados do século XVIII a fins do XIX)”. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 379-402.

BICALHO, Maria Fernanda. “Da colônia ao império: um percurso historiográfico”. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. O governo dos povos. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 91-106.

_____. “As tramas da política: conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinos”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (organizadores). Na trama das redes: políticas e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp 343-372.

BOSCHI, Caio César. Exercícios de pesquisa histórica. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011.

_____. Projeto Resgate: antecedentes e corolários. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 8, n. 9, pp. 11-25, 1º semestre de 2006. <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/1731/1872> Acesso em: 17 jan. 2017.

_____. “Administração e administradores no Brasil pombalino: os governadores da capitania de Minas Gerais”. Rio de Janeiro: Revista Tempo, 2002, n.13, p. 77-109

BOXER, Charles. O império marítimo português 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRITO, Adilson Júnior Ishihara. Insubordinados sertões: o Império português entre guerras e fronteiras no norte da América do Sul – Estado do Grão-Pará, 1750-1820. São Paulo: Tese

(Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2016.

CAMILLO, Janaina Valéria Pinto. Homens e pedras nos desenhos das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764-1782). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

_____. A medida da Floresta: as viagens de exploração e demarcação pelo “País das Amazonas” (Séculos XVII e XVIII). Campinas, SP: [s.n.], 2008. Tese de Doutorado.

CAMPOS, Maria Verônica. “Goiás da década de 1730: pioneiros, elites locais, motins e fronteiras”. In: Bicalho, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Modos de governar: ideias e práticas no império português Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005, p. 341-360.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. A economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817). Rio de Janeiro: Edição Graal, 1984.

_____. Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

_____. “O trabalho na colônia”. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Campus, 9ª edição, 2000, p. 95-128.

_____. “A tomada de Caiena vista pelo lado francês”. In: Revista Navigator, v. 1, n. 10, 2010, pp. 13-23. http://revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie.html, acessado dia 28/09/2016.

CARVALHO, Marcus Joaquim. “João Pataca e a sua ‘quadrilha mais mansa’ do quilombo do Catuacá”. In: In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. O governo dos povos. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 445-465.

CERTEAU, Michel de. “A operação histórica”. In: NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques. História: novos problemas. Tradução Théo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 4ª ed., 1995, pp. 17-48.

COELHO, Mauro Cezar. “As viagens filosóficas de Charles-Marie de La Condamine e Alexandre Rodrigues Ferreira”. In: GOMES, Flávio dos (organizador). Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX). Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999, p. 97-128.

COSTA, Ana Paula Pereira. “Senhores e potentados: negociações e reciprocidades na formação de ‘exércitos privados de escravos’ em Minas Gerais no início do século XVIII”. In: ECHEVERRÍ, Adriana Maria Alzarte; FLORENTINO, Manolo; VALENCIA, Carlos Eduardo (organização). Impérios ibéricos em comarcas americanas: Estudos regionais de história colonial brasileira e neogradiana. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010, p. 45-84.

COTTA, Francis Albert. Negros e mestiços nas milícias da América Portuguesa. Belo Horizonte: Crisália, 2010.

CRUZ, Miguel Dantas. “A militarização do território no Brasil meridional (c. 1766-1800)”. In: MOTTA, Márcia, SERRÃO, José Vicente, MACHADO, Marina (org.). Em terras lusas: conflitos e fronteiras no Império Português. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, p. 105-136.

CUNHA, Alexandre Mendes; CARDOSO, José Luís. Discurso e política colonial no Império Luso-Brasileiro (1750-1808). Revista Tempo, vol. 16, n. 31, pp. 65-88, 2011. <http://www.scielo.br/pdf/tem/v17n31/04.pdf> Acesso em: 25 dez. 2015.

DOMINGUES, Ângela. “O mar como fronteira: Cook, Banks e Parkinson e a construção de imagens do Brasil colonial”. In: CEM, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8825.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. “Um governador ilustrado: Francisco de Souza Coutinho, govenador governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão”. In ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de, SILVA, Gian Carlo de Melo, SILVA, Kalina Vanderlei, SOUZA, George Felix Cabral de (organizadores). Políticas e estratégias administrativas no mundo Atlântico, et all. Recife: Editora Universitária, 2012, p. 83-102. www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S2237...lng=en Acessado em 25/09/2017.

DOMINGUES, Angela. Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: Comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2000.

DOMINGUES, Cândido. “Tráfico, tempo e lucro: capitães negreiros e redes comerciais da Bahia setecentista”. In CASTILLO, Lisa Earl; ALBUQUERQUE, Wlamyra; SAMPAIO, Gabriela dos Reis (orgs). Barganhas e querelas da escravidão: tráfico, alforria e liberdade (séculos XVIII e XIX). Salvador: EDUFBA, 2014, pp. 21-60.

FALCON, Francisco. “Pombal e o Brasil”. In TENGARRINHA, José (org.). História de Portugal. Reviso técnica Maria Helena Ribeiro da Cunha. Bauru – SP: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001, pp. 227-244.

_____. “Antigos e novos estudos sobre a ‘época pombalina’”. In FALCON, Francisco; Rodrigues, Claudia (organizadores). A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015, pp. 7-24.

FARAGE, Nádia. As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 199.

FARIA, Regina Helena Marins de. “As colônias militares de meados dos Oitocentos e a formação de um campesinato: o caso da colônia de Gurupi (Maranhão)”. In CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva (organizadores). História militar da Amazônia: guerra e sociedade (séculos XVII-XIX). Curitiba: Editora CRV, 20015, pp. 211-222.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Tratado histórico do rio Branco. In: AMOROSO, Marta; FARAGE, Nádia (orgs.). Relatos da fronteira amazônica no século XVIII. São Paulo: NHII/USP; FAPESP, 1994

FIGUEIREDO, Luciano. “Pombal cordial. Reformas, fiscalidade e distensão política no Brasil: 1750-1777”. In IN FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia (organizadores). A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015, p. 125-174.

_____. “Além de súditos: notas sobre revoltas e identidade colonial na América portuguesa”. Rio de Janeiro: Revista Tempo, n. 10, 2000, p. 13. http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg10-5.pdf Acesso em: 31 jan. 2017.

FONSECA, Dante Ribeiro da. O trabalho do escravo de origem africana na Amazônia. Rondônia: Revista Veredas Amazônicas – nov. – nº 01, Vol. I, 2011. In: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/veredasamazonicas/article/view/241> Acesso em: 23 set. 2017.

FURTADO, Júnia Ferreira. “Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para o império marítimo português no século XVIII”. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. O governo dos povos. São Paulo: Alameda, 2009, p. 107-130.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII: antologia de textos (1591-1808). Rio de Janeiro: José Olympio Editora; São Paulo: Unesp, 2012.

FRANÇA, Jean Marcel de Carvalho; RAMINELLI, Ronald. Andanças pelo Brasil colonial: catálogo comentado (1503-1808). São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GOMES, Flavio dos Santos. Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, séculos XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. A Hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII e XVIII). São Paulo: Ed. UNESP, Ed. POLIS, 2005.

_____. “Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira”. In: GOMES, Flávio dos (organizador). Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX). Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999, p. 225-318.

GOMES, Flávio; QUEIROZ, Jonas Marçal. “Em outras margens: escravidão africana, fronteiras e etnicidade na Amazônia”. In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio. Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 141-164.

GOMES, Flávio dos Santos; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “Fronteiras e mocambos: notas sobre desertores militares na Amazônia setecentista”. In: GOMES, Flávio dos (organizador). Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX). Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999, p. 195-224.

GOUVÊA, Maria de Fatima. “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)”. In FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda

Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (organizadores). O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 285-316.

HARTOG, François. Memórias de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

_____. O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

HESPANHA, António Manoel. “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (organizadores). O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 163-188.

_____. Caleidoscópio do Antigo Regime. São Paulo: Alameda, 2012.

_____. “Por que é que foi ‘portuguesa’ a expansão portuguesa? Ou o revisionismo nos trópicos”. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. O governo dos povos. São Paulo: Alameda, 2009, p. 39-62.

_____. “Antigo Regime nos trópicos: um debate sobre o modelo político do império colonial português”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (organizadores). Na trama das redes: políticas e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 43-94.

HILL, Christopher. O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640. Tradução Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KANTOR, Íris. “Novas expressões de soberania portuguesa na América do Sul: impasses e repercussões do reformismo pombalino na segunda metade do século XVIII”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. O Brasil Colonial, volume 3 (ca 1720 – ca 1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 463-482.

LARA, Silvia Hunold. Fragments Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. “Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Modos de governar: ideias e práticas no império português Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005, p. 21-38.

LOEDELLO, Monique Cristina de Souza. “Escravos negros na fronteira entre Brasil e Bolívia”. In: SCHEIDT, Eduardo; MOURA, Ana Maria da Silva; RODRIGUES, Fernando

da Silva; MONTEIRO, Cláudio Antônio Santos. História Social das Fronteiras. Jundiaí: Paco Editorial, 2012, p. 155-178.

MACHADO, Marina Monteiro. Entre fronteiras: posses e terras indígenas nos sertões (Rio de Janeiro, 1770-1824). Guarapuava: Unicentro, 2012.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. “Sebastião de Carvalho e Mello e a economia do Brasil”. In Labirintos Brasileiros. São Paulo: Editora Alameda, 2011, p. 173-198.

_____. “Um novo método de governo: Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o governador e capitão-general do Grão-Pará e maranhão (1751-1759)”. In Labirintos Brasileiros. São Paulo: Editora Alameda, 2011, p. 173-198.

MALCHER, Renata. As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, dissertação de Mestrado, 1992.

MARTA, Michel Mendes. Em busca de honras, isenções e liberdades: as milícias de homens pretos forros na cidade do Rio de Janeiro (meados do século XVIII e início do XIX). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2013. <http://www.repositorio.uff.br/jspui/handle/1/221>. Acesso em: 18 jan. 2017.

MARIN, Rosa Acevedo. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos no período colonial. Belém, Novos Cadernos NAEA, v. 8, n. 1, 2005, pp.73-114. <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/48> Acesso em: 18 abr. 2017.

MARTINS, José de Souza. Fronteira – a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

_____. “A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira”. In: SCHWARCZ, Lilian M. (org.). História da vida privada no Brasil: contraste da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 659- 726.

MATTOS, Hebe Maria. “A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica”. In FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (organizadores). O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 141-162.

MAXWELL, Kenneth. Chocolate, piratas e outros ensaios. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. “A disputa pelos ‘principais e mais distintos moradores’: As Câmaras Municipais e os Corpos Militares”. Belo Horizonte: Revista Varia História/UFMG, nº 33, p. 219-233, 2005.

_____. “As novas diretrizes defensivas e o recrutamento militar. A Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII”. In: Revista de História, n. 54, 2006, p. 267-295.

_____. “Os corpos de ordenanças e auxiliares. Sobre as relações militares na América portuguesa”. In: História: Questões & Debates. Curitiba: Editora UFPR, n. 45, 2006, p. 29-56.

_____. “Amazônia colonial: fronteiras e forças militares (segunda metade do século XVIII)”. Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH-Rio. In: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399889278_ARQUIVO_TEXTO.pdf. Acesso em: 17 jan. 2016.

_____. “As áreas de guerra aberta e as de prevenção militar. O Centro-sul e o Norte da América Portuguesa (segunda metade do século XVIII)”. Rio de Janeiro: Revista de História Comparada - Programa de Pós-Graduação em História Comparada-UFRJ. v. 10, n. 1, 2016, p. 58-82. In: http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/artigos/rhc_volume010_Num001_jun16_002.pdf Acesso em: 24 set. 2017.

MONTABO, Bernard. Le grad livre de l’histoire de la Guyane: des Orígenes à 1848. Éditions Orphie. 2004.

_____. Le grad livre de l’histoire de la Guyane: de 1848 à nous jours. Éditions Orphie. 2004.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII”. In: Bicalho, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Modos de governar: ideias e práticas no império português Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005, p. 93-118.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. “Aparente e essencial: sobre a representação do poder na Época Moderna”. In: In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. O governo dos povos. São Paulo: Alameda, 2009, p. 519-538.[]

MOTA, Maria Aparecida Rezende. “A historiografia portuguesa oitocentista, as ‘causas da decadência’ do Império Atlântico e o ‘sentido da colonização’ do Brasil: apontamentos para o debate historiográfico”. In: GUEDES, Roberto (organizador). Dinâmica imperial no Antigo Regime: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados: séc. XVI-XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 237-252.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P.. “Guerra aos franceses: a política externa de D. João VI e a ocupação de Caiena”. In: Revista Navigator, v. 1, n. 10, 2010, pp. 70-82. http://revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie.html, Acesso em: 28 set. 2016.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “O cotidiano das tropas luso-brasileiras na Guiana Francesa”. In: CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva (organizadores). História militar da Amazônia: guerra e sociedade (séculos XVII-XIX). Curitiba: Editora CRV, 20015, p. 115-128.

NOVAIS, Fernando. Brasil e Portugal na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

PEDREIRA, Jorge. “A economia política do sistema colonial”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. O Brasil Colonial, volume 3 (ca 1720 – ca 1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 419-462.

PIANTONI, Frédéric. L'enjeu migratoire em Guyane Française. Matoury: Ibis Rouge Editions. 2009.

PIRES, Rogério Brittes W.. Duas rotas para as Guianas: Fronteiras e Populações nas Descrições do Norte Amazônico por Francisco José Rodrigues Barata e José Lopes dos Santos Valadim (1791-1799). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. http://www.fbn.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/2013/rogerio_brittes_w.pires_trab_revisado_0_0.pdf Acesso em: 20 fev. 2017.

POLÓNIA, Amélia; BARROS, Amândio. “Articulação Portugal/Brasil. Redes informais na construção do sistema Atlântico (séculos XVI – XVIII)”. In ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de, SILVA, Gian Carlo de Melo, SILVA, Kalina Vanderlei, SOUZA, George Felix Cabral de (organizadores). Políticas e estratégias administrativas no mundo Atlântico, et all. Recife: Editora Universitária, 2012, p. 19-48.

POMBO, Nívea. Dom Rodrigo de Souza Coutinho: pensamento e ação político-administrativa no império português (1778-1812). São Paulo: Hucitec, 2015.

_____. “Unidade política e territorial nos projetos de D. Rodrigo de Souza Coutinho”. In: MOTTA, Márcia, SERRÃO, José Vicente, MACHADO, Marina (org.). Em terras lusas: conflitos e fronteiras no Império Português. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, p. 81-103.

PUJOL, Xavier Gil. Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII. Lisboa: Penélope, n. 6, 1991, p. 119-144.

QUEIROZ, Jonas Marçal de; COELHO, Mauro Cezar. Amazônia: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX). Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001.

RAMINELLI, Ronald. Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governos a distância. São Paulo: Alameda, 2008.

RAVENA, Nírvia. “‘Maus vizinhos e boas terras’: ideias e experiências no povoamento do Cabo Norte – século XVIII”. In: GOMES, Flávio dos (organizador). Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX). Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999, p. 63-96.

REIS, Artur César Ferreira. “A ocupação portuguesa no vale amazônico”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, tomo I, vol. I, p. 257-272.

_____. “A ocupação de Caiena”. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Bertrand Brasil, tomo I, vol. III, 13ª ed., 2011.

_____. A política de Portugal no Valle Amazônico. Belém: Secretaria de Estado do Pará, 1993.

_____. Limites e demarcações na Amazônia brasileira. Belém: SECULT, 2 vols. 1993.

REIS, João José. “Resistência e controle dos escravos na Bahia: a conspiração Haussá de 1807”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (organizadores). Na trama das redes: políticas e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 549-599.

RICCI, Magda Maria de Oliveira; SOUZA, Sueny Diana Oliveira de. “Fronteira em movimento: o Pará e o Maranhão a partir dos de Turiaçu (1772-1808)”. In: SCHEIDT, Eduardo; MOURA, Ana Maria da Silva; RODRIGUES, Fernando da Silva; MONTEIRO, Cláudio Antônio Santos. História Social das Fronteiras. Jundiaí: Paco Editorial, 2012, p. 179-191.

ROLLER, Heather Flynn. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no Sertão Amazônico, C. 1750-1800. Revista de História. São Paulo, n. 168, pp. 201-243. <file:///C:/Users/paulo/Downloads/59153-76054-1-SM.pdf> Acesso em: 7 dez. 2015.

ROSTY, Cláudio Skôra. “Campanha da Guiana Francesa: Caiena tomada aos franceses”. In: Revista Navigator, v. 1, n. 10, 2010, p. 43-51. http://revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie.html, Acesso em: 28 set. 2016.

ROCHA, Ale Rafael. “O provimento dos oficiais da tropa de ordenança: poder, poder, instituições e elites locais no Estado do Maranhão e Grão-Pará (primeira metade do século XVIII)”. In: CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva (organizadores). História militar da Amazônia: guerra e sociedade (séculos XVII-XIX). Curitiba: Editora CRV, 20015, p. 85-102.

RUSSEL-WOOD, A. J. R.. Escravos e libertos no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. “Fronteiras do Brasil Colonial”. In: RUSSEL-WOOD, A. J. R.. Histórias do Atlântico português. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 279-302.

SAFIER, Neil. “Os espaços dos povos: mapas, poesias e paisagens etnográficas na Amazônia setecentista”. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. O governo dos povos. São Paulo: Alameda, 2009, p. 203-212.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. “A economia do império português no período pombalino”. In: IN FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia (organizadores). A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015, p. 31-58.

SAMPAIO, Patrícia Melo. “Administração colonial e legislação indigenista na Amazônia portuguesa”. In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flavio. Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 123-139.

SAMPAIO, Patrícia Melo. “Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia”. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

_____. (org.). O fim do silêncio – presença negra na Amazônia. Belém: Açai / CNPq, 2011. 298 p.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. “A casa e o real serviço: Francisco Xavier de Mendonça Furtado e o governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759)”. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 442, p. 75-124, 2009.

_____. “O governo do estado do Grão-Pará e Maranhão: biografias e trajetórias administrativas (século XVIII)”. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 447, p. 75-94, 2010.

_____. O governo das conquistas do Norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780). São Paulo: Annablume, 2011.

_____. “‘Muito mais cadáver do que Estado’ – Trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (século XVIII)”. In ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de, SILVA, Gian Carlo de Melo, SILVA, Kalina Vanderlei, SOUZA, George Felix Cabral de (organizadores). Políticas e estratégias administrativas no mundo Atlântico, et all. Recife: Editora Universitária, 2012, p. 169-188.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. “O marquês de Pombal e a formação do homem-público no Portugal setecentista”. In: IN FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia (organizadores). A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015, p. 413-452.

SILVA, Luiz Geraldo. “Gênese das milícias de pardos e pretos na América Portuguesa: Pernambuco, e Minas Gerais, Séculos XVII e XVIII”. São Paulo: Revista de História/USP, n. 169, p. 111-144, 2013.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, José Manuel de Azevedo e. O modelo pombalino de colonização da Amazônia. Universidade de Coimbra. <http://www.uc.pt/fluc/iheu/artigos/modelopombalino>, Acesso em: 17 jan. 2016.

SLENES, Robert W.. Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Campinas-SP: Editora da Unicamp, p. 17-76, 2001.

SOARES, Márcio de Souza. “A promessa de alforria e os alicerces da escravidão na América portuguesa”. In: GUEDES, Roberto (organizador). Dinâmica imperial no Antigo Regime: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados: séc. XVI-XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 35-50.

SOUZA JÚNIOR, José Alves. Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do Setecentos. Belém: Ed. UFPA, 2012.

SOUZA, Laura de Mello e. O diabo e terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

_____. “Política e administração colonial: problemas e perspectivas”. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. O governo dos povos. São Paulo: Alameda, 2009, p. 63-90.

SWEENEY, Robert. “Outras canções de liberdade: uma crítica de ‘Todas as montanhas Atlânticas estremeceram’”. In Revista Brasileira de História. São Paulo: v. 8, n. 16, 1988, p. 205-219.

THOMPSON, E. P.. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. Revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello e Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Senhores e caçadores: a origem da lei negra. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOMICH, Dale W.. Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho, Capital e Economia Mundial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

TORRÃO FILHO. “‘Does every traveller see all that he describes’: the blind traveler James Holman and the limits of the traveler eye”. In Revista de História. São Paulo, 2016, n. 115, pp. 319-348. <http://www.scielo.br/pdf/rh/n175/2316-9141-rh-175-00319.pdf> Acesso em: 26 out. 2017.

TORRES, Simeia Maria de Souza. “Exclusão e incorporação: degredados na Amazônia portuguesa na segunda metade do século XVIII”. In Revista de História, São Paulo, n. 168, 2013, pp. <http://www.scielo.br/pdf/rh/n168/0034-8309-rh-168-00131.pdf> Acessado em 09/10/2017.

UGARTE, Auxiliomar Silva. Sertões de bárbaros – O mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos – séculos XVI-XVII. Manaus: Editora Valer, 2009.

VIANA, Arthur. As fortificações na Amazônia. Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará. Pará: Typographia do Instituto Lauro Sodre, 1905, Tomo IV.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. “Quilombos em Mato Grosso – Resistência negra em área de fronteira”. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos Gomes. Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 213-239.

WEHLING, Arno. “A conquista de Caiena –1809 retaliação, expansão territorial ou fixação de fronteiras”. In: Revista Navigator, v. 1, n. 10, 2010, pp. 9-12. http://revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie.html, acessado dia 28/09/2016.

Anexos

NORDESTE	AL	TRAIPU	URUÇU	01420.002199/2009-79	25/08/2009
NORDESTE	AL	UNIÃO DOS PALMARES	MUQUÉM	01420.001241/2004-20	02/02/2004
NORDESTE	AL	VIÇOSA	GURGUMBA	01420.002219/2009-10	25/08/2009
NORDESTE	AL	VIÇOSA	SABALANGÁ	01420.002189/2009-33	24/08/2009
NORTE	AM	BARCELOS NOVO AIRÃO	TAMBOR	01420.001039/2006-60	11/05/2006
NORTE	AM	BARREIRINHA	BOA FÉ	01420.003753/2012-31	30/03/2012
NORTE	AM	BARREIRINHA	ITUQUARA	01420.000504/2013-74	16/01/2013
NORTE	AM	BARREIRINHA	SÃO PEDRO	01420.003750/2012-05	30/03/2012
NORTE	AM	BARREIRINHA	TEREZA DO MATUPIRI	01420.003752/2012-96	30/03/2012
NORTE	AM	BARREIRINHA	TRINDADE	01420.003751/2012-41	30/03/2012
NORTE	AM	ITACOATIARA	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS DO LAGO DE SERPA	01420.009341/2014-76	30/07/2014
NORTE	AM	MANAUS	BARRANCO	01420.015560/2013-11	01/12/2013
NORTE	AP	CALÇOENE	CUNANI	01420.000018/2005-46	06/01/2005
NORTE	AP	FERREIRA GOMES	IGARAPÉ DO PALHA	01420.001511/2010-41	09/07/2010
NORTE	AP	ITAUBAL	SÃO MIGUEL DO MACACOARI	01420.006712/2010-34	22/11/2010
NORTE	AP	MACAPÁ	ABACATE DA PEDREIRA	01420.002351/2015-61	15/09/2013
NORTE	AP	MACAPÁ	AMBÉ	01420.000133/2006-00	27/01/2006
NORTE	AP	MACAPÁ	CAMPINA GRANDE	01420.008998/2013-35	30/07/2013
NORTE	AP	MACAPÁ	CARMO DO MARUANUM	01420.009442/2013-66	08/08/2013
NORTE	AP	MACAPÁ	CONCEIÇÃO DO MACACOARI	01420.002182/2005-98	13/09/2005
NORTE	AP	MACAPÁ	CURIAÚ	08100.004127/1997-33	20/11/2012
NORTE	AP	MACAPÁ	CURRALINHO	01420.003000/2009-20	04/11/2009
NORTE	AP	MACAPÁ	ILHA REDONDA	01420.000266/2006-78	10/02/2006
NORTE	AP	MACAPÁ	LAGO DO PAPAGAIO	01420.006766/2014-23	04/06/2014
NORTE	AP	MACAPÁ	LAGOA DOS ÍNDIOS	01420.000072/2002-49	22/11/2007
NORTE	AP	MACAPÁ	MEL DA PEDREIRA	01420.002395/2005-10	06/10/2005
NORTE	AP	MACAPÁ	PORTO DO ABACATE	01420.001513/2006-53	23/06/2006
NORTE	AP	MACAPÁ	RESSACA DA PEDREIRA	01420.000124/2010-97	16/03/2010
NORTE	AP	MACAPÁ	RIO PESCAÇO	01420.009440/2013-77	08/08/2013
NORTE	AP	MACAPÁ	ROSA	01420.000262/2006-90	10/02/2006
NORTE	AP	MACAPÁ	SANTA LÚZIA DO MARUANUM I	01420.010618/2011-61	11/08/2011
NORTE	AP	MACAPÁ	SANTO ANTÔNIO DA PEDREIRA	01420.015467/2015-61	14/12/2015
NORTE	AP	MACAPÁ	SANTO ANTÔNIO DO MATAPI	01420.002873/2007-53	18/10/2007
NORTE	AP	MACAPÁ	SÃO JOÃO DO MARUANUM II	01420.010619/2011-13	11/08/2011

NORTE	AP	MACAPÁ	SÃO JOÃO DO MATAPI	01420.003001/2009-74	04/11/2009
NORTE	AP	MACAPÁ	SÃO JOSÉ DO MATA FOME	01420.000263/2006-34	10/02/2006
NORTE	AP	MACAPÁ	SÃO JOSÉ DO MATAPI DO PORTO DO CÉU	01420.002945/2010-68	13/09/2010
NORTE	AP	MACAPÁ	SÃO PEDRO DOS BOIS	01420.000269/2006-10	10/02/2006
NORTE	AP	MACAPÁ	TORRÃO DO MATAPI	01420.010348/2013-50	26/08/2013
NORTE	AP	MACAPÁ LARANJAL DO JARI	SÃO JOSÉ	01420.009189/2012-60	20/07/2012
NORTE	AP	MACAPÁ SANTANA	SÃO RAIMUNDO DA PIRATIVA	01420.002942/2006-48	16/11/2006
NORTE	AP	MAZAGÃO	LAGOA DO MARACÁ	01420.012797/2012-51	08/10/2012
NORTE	AP	OIAPOQUE	KULUMBÚ DO PATUAZINHO	01420.003031/2009-81	06/11/2009
NORTE	AP	OIAPOQUE	VILA VELHA DO CASSIPORÉ	01420.012605/2013-98	07/10/2013
NORTE	AP	SANTANA	ALTO PIRATIVA	01420.001757/2007-17	10/07/2007
NORTE	AP	SANTANA	CINCO CHAGAS	01420.002363/2009-48	09/09/2009
NORTE	AP	SANTANA	ENGENHO DO MATAPI	01420.001680/2009-47	10/07/2009
NORTE	AP	SANTANA	IGARAPÉ DO LAGO	01420.007090/2011-42	08/06/2011
NORTE	AP	SANTANA	NOSSA SENHORA DO DESTERRO DOS DOIS IRMÃOS	01420.002984/2009-21	03/11/2009
NORTE	AP	SANTANA	SÃO FRANCISCO DO MATAPÍ	01420.006763/2014-90	05/06/2014
NORTE	AP	TARTARUGALZINHO	SÃO TOMÉ DO APOREMA	01420.000123/2010-42	20/01/2010
NORTE	AP	VITÓRIA DO JARI	TAPERERA	01420.010417/2012-44	15/08/2012
NORDESTE	BA	ABAÍRA	BARRA DE CATOLÉS	01420.007567/2014-32	01/07/2014
NORDESTE	BA	ABAÍRA	ALTO DA BOA VISTA	01420.000299/2009-61	16/02/2009
NORDESTE	BA	ABAÍRA	ASSENTO	01420.000298/2009-16	16/02/2009
NORDESTE	BA	ABARÉ	FAZENDA CURRAL DA PEDRA	01420.000195/2007-94	31/01/2007
NORDESTE	BA	ABARÉ	JULIÃO	01420.000195/2007-94	31/01/2007
NORDESTE	BA	ABARÉ	PEDRA DA ONÇA	01420.000195/2007-94	31/01/2007
NORDESTE	BA	ABARÉ	PIRANHÁ	01420.000195/2007-94	31/01/2007
NORDESTE	BA	ABARÉ	TUIUIÚ	01420.000195/2007-94	31/01/2007
NORDESTE	BA	ÁGUA FRIA	CURRAL DE FORA	01420.016129/2013-84	16/12/2013
NORDESTE	BA	ALAGOINHAS	FAZENDA CANGULA	01420.002600/2005-47	21/10/2005
NORDESTE	BA	ALAGOINHAS	FAZENDA OITEIRO	01420.002603/2005-81	21/10/2005
NORDESTE	BA	ALAGOINHAS ARAMARI	CATUZINHO	01420.002601/2005-91	21/10/2005
NORDESTE	BA	AMÉLIA RODRIGUES	PINGUELA	01420.003711/2015-42	25/03/2015
NORDESTE	BA	AMÉRICA DOURADA	ALEGRE	01420.003594/2013-55	10/04/2013
NORDESTE	BA	AMÉRICA DOURADA	BARRIGUDA DOS BIDÓS	01420.003592/2013-66	10/04/2013
NORDESTE	BA	AMÉRICA DOURADA	BOA ESPERANÇA	01420.003082/2013-99	28/03/2013

COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS (CRQs) COM PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO EM ANDAMENTO: AGUARDANDO COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO - ATUALIZADA ATÉ 15/05/2017.

Não atende totalmente ao I, II, IV e V do art. 3º da Portaria FCP 98/2007.

UF	MUNICÍPIO	DENOMINAÇÃO DA COMUNIDADE	Nº PROCESSO FCP	DATA DA ABERTURA DO PROCESSO	DOCUMENTAÇÃO FALTANTE
AM	CAREIRO	SÃO JOSÉ	01420.014583/2015-62	27/11/2015	ATA/HISTÓRICO
AP	MACAPÁ	SÃO LUIZ DO FLEXAL	01420.004966/2016-11	18/05/2016	ATA/REQUERIMENTO
AP	MACAPÁ	SÃO RAIMUNDO DO MARUANUM	01420.000027/2017-71	03/01/2017	
AP	MAZAGÃO	SÃO MIGUEL DO RIO MARACÁ	01420.004964/2016-14	18/05/2016	ATA/REQUERIMENTO
AP	SANTANA	ILHA DE SANTANA	01420.004960/2016-36	18/05/2016	ATA/HISTÓRICO
BA	ALAGOINHAS	ARAÇAS	01420.014116/2011-17	24/10/2011	ATA/HISTÓRICO
BA	ANDARAÍ	IGATU	01420.002644/2007-39	28/09/2007	ATA/HISTÓRICO
BA	ANDARAÍ	MATA GRANDE	01420.001579/2007-24	22/06/2007	ATA/HISTÓRICO
BA	ARAÇAS	ONÇA DE BAIXO, ONÇA DE CIMA, VILA DO ARANHA, OLHOS D'AGUA, REGATÃO PATI, GAROUPA I, GAROUPA II, ARAÇAS MIRIM, LÔDO, RIACHO SUJO, PAPUSUL, PAU FERRO I, PAU FERRO II, MORGADO BAIXÃO, COVÕES, PALMEIRAS, MORGADO, FAZENDA DESTERRO, FAZENDA BOM SUCESSO, PIAÇAÇA, ESTREITO E PATIOBA	01420.015104/2013-63	25/11/2013	ATA/HISTÓRICO
BA	ARAÇAS	PROGRESSO II	01420.004509/2013-76	30/04/2013	ATA/HISTÓRICO
BA	AURELIANO LEAL	PESQUEIRA NEGRA DE AURELIANO LEAL	01420.004698/2012-04	17/04/2012	ATA/HISTÓRICO
BA	BARRO ALTO	RUA DO JUÁ	01420.002830/2008-59	22/09/2008	ATA/HISTÓRICO
BA	BIRITINGA	TRINDADE	01420.001188/2007-18	11/05/2007	ATA/HISTÓRICO
BA	BOM JESUS DA LAPA	CAPÃO DE AREIA	01420.001461/2009-68	22/06/2009	ATA/HISTÓRICO
BA	BONINAL	CAPÃO	01420.003038/2008-11	10/10/2008	ATA/HISTÓRICO
BA	CACHOEIRA	MUTECHO E ACUTINGA	01420.012864/2016-61	12/12/2016	HISTÓRICO
BA	CAETITÉ	LAGEDO DE OROCA	01420.001185/2007-76	11/05/2007	ATA/HISTÓRICO

COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS (CRQs) COM PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO EM ANDAMENTO: AGUARDANDO VISITA TÉCNICA - ATUALIZADA ATÉ 15/05/2017. - Conforme § 2º, art. 3º da Portaria FCP 98/2007.


UF	MUNICÍPIO	DENOMINAÇÃO DA COMUNIDADE	Nº PROCESSO FCP	DATA DE ABETURA DO PROCESSO	ETAPA ATUAL PROCESSO FCP
BA	AMÉRICA DOURADA	PREVENIDO	01420.003584/2013-10	10/04/2013	AGUARDANDO VISITA TÉCNICA
BA	CONDE	BUCOCO, COCO, OCOCO, COLÔNIA DO COQUEIRO, CHIQUEIRO, CAMPO FRIO, FAZENDA COQUEIRO, FAZENDA PIMENTEIRA, FAZENDA VERMELHO, FAZENDA AROEIRA, FAZENDA SÃO BENITO, FAZENDA RIO DE MEIO DE MARÉ, FAZENDA PALMEIRAS, FAZENDA CACHOEIRAS, FAZENDA ALTAMIRA, FAZENDA OS FÓRNOS, FAZENDA BAIXIOS	01420.004514/2013-89	30/04/2013	AGUARDANDO VISITA TÉCNICA
BA	ESPLANADA	JURUNA, MULUNGU, FORMIGAS, GUARIBAS, RIACHO GRANDE, BAIXIOS, BACIAS, ROBALO, CAJUEIRO, SAPÉ, OS PRETOS, OS CUNHAS, FALCÃO, BALSAMO, PIAÇAÇA, PALAME, CACHOEIRA DE NINIZIO, PANEIAS, TERREIRO DOS ÍNDIOS, CORTE GRANDE, CACHOEIRA, CANABRAVA, TERRENO DAS PEDRAS, GUARIBAS, FUNDÃO, MALOMBÉ, PALMEIRAS, FAZENDA BUI, ALTO DE SANTANA, ALTO DO LICURI, RIACHÃO, AZEVEDO, BOI, COVA DA SANTINHA, BREJÃO, JANGADO, JUDIÁ, JANELA VERDE, ONÇA, CAJAZEIRA, RIACHO SECO, RIBEIRO DA COSTA, TORRÃO, COCO, CAMBUBANDE, BANGALÔ, OITIS, FAZENDA QUINHABINA, XAVÉ, JANJÃO, PIPOUCO.	01420.010159/2013-87	21/08/2013	AGUARDANDO VISITA TÉCNICA
BA	SENHOR DO BONFIM	TERREIRO OGUM ONIRÉ	01420.015124/2015-04	07/12/2015	AGUARDANDO VISITA TÉCNICA
DF	SANTA MARIA	MESQUITA/SANTA MARIA	01420.001164/2017-22	31/01/2017	AGUARDANDO VISITA TÉCNICA
ES	CONCEIÇÃO DA BARRA	CÓRREGO DA ANGÉLICA	01420.013320/2015-36	13/11/2015	AGUARDANDO VISITA TÉCNICA
MA	CURURUPU	RIACHUELO	01420.003709/2015-73	25/03/2015	AGUARDANDO VISITA TÉCNICA
MA	CODÓ	BOQUEIRÃO DOS VIEIRAS	01420.011898/2016-39	17/11/2016	AGUARDANDO VISITA TÉCNICA

MG	GAMELEIRAS	TEOTÔNIO GORUTUBA	01420.009129/2014-17	25/07/2014	AGUARDANDO VISITA TÉCNICA
MG	ITABIRA	MORRO LABOEUX	01420.008298/2012-60	02/07/2012	AGUARDANDO VISITA TÉCNICA
MG	ITABIRA	ENGENHO	01420.008677/2012-50	09/07/2012	AGUARDANDO VISITA TÉCNICA
MG	JAÍBA	SANTA LÚZIA	01420.006005/2014-71	20/05/2014	AGUARDANDO VISITA TÉCNICA
MG	JANAÚBA	GORUTUBANAS	01420.011687/2014-34	15/09/2014	AGUARDANDO VISITA TÉCNICA
PA	GURUPÁ	FLEXINHA E CARRAZEDO	01420.007053/2015-68	18/06/2015	AGUARDANDO VISITA TÉCNICA
PE	OROCÓ	NOVOS OLHARES	01420.006546/2015-81	03/06/2015	AGUARDANDO VISITA TÉCNICA
RJ	RIO DE JANEIRO	CHÁCARA DO CÉU DOIS IRMÃOS	01420.014757/2014-14	13/11/2014	AGUARDANDO VISITA TÉCNICA


Andamento dos Processos - Quadro Geral

SR	Comunidade	Município	Área _{/ha}	Número de Famílias	Etapas
 AMAPÁ 21	Conceição do Macacoari	Macapá	8.475,6311	20	 TITULADO
	Mel da Pedreira	Macapá	2.629,0500	14	 TITULADO
	Rosa	Macapá	4.984,4857	17	 RTID
	São Raimundo da Pirativa	Santana	23,4184	13	 TITULADO
	São José do Mata Fome	Macapá	1.657,5228	36	 RTID
 ALAGOAS 22	Tabacaria	Palmeira dos Índios	410.9756	89	 DECRETO NO DOU

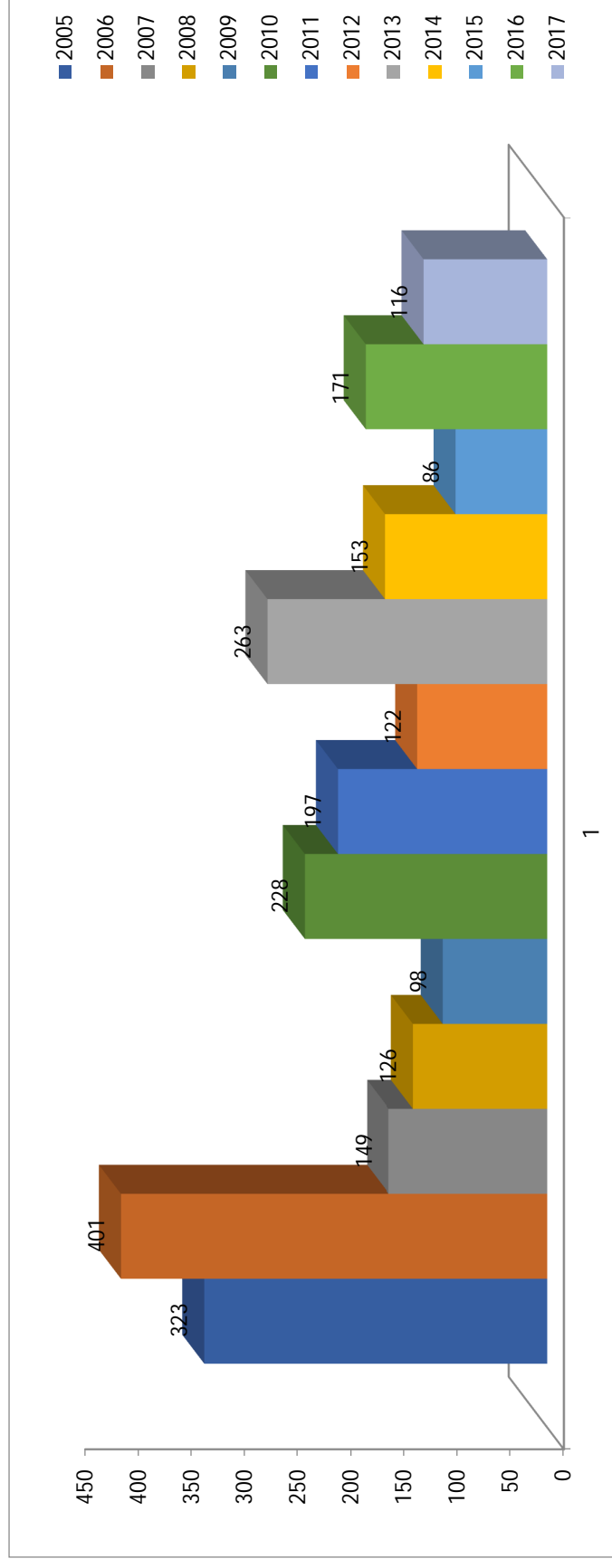
Relação de Processos Abertos

UF/SR	Nº De Ordem	Nº Processo	Comunidade	Município	Ano De Abertura
 AMAPÁ 21	1	54350.000346/2004-07	Cunani	Calçoene	2004
	2	54350.000347/2004-43	Carvão	Mazagão	2004
	3	54350.000348/2004-98	Lagoa dos Indios	Macapá	2004
	4	54350.000349/2004-32	Mazagão Velho	Mazagão	2004
	5	54350.000700/2004-95	Rosa	Macapá	2004
	6	54350.001106/2005-01	São José do Mata Fome	Macapá	2005
	7	54350.000393/2005-23	Conceição do Macacoari	Macapá	2005
	8	54350.000344/2005-91	Mel da Pedreira	Macapá	2005
	9	54350.001367/2005-12	Ilha Redonda	Macapá	2005
	10	54350.001368/2005-67	Ambé	Macapá	2005
	11	54350.000174/2006-25	São Pedro dos Bois	Macapá	2006
	12	54350.001243/2007-07	São Raimundo do Pirativa	Santana	2007
	13	54350.000691/2008-66	São Tomé do Aporema	Tartarugalzinho	2008
	14	54350.000902/2008-61	Cinco Chagas do Matapi	Santana	2008
	15	54350.000361/2010-95	Engenho do Matapi	Santana	2010
	16	54350.000408/2010-11	Kulumbú do Patualzinho	Oiapoque	2010

Relação de Processos Abertos

UF/SR	Nº De Ordem	Nº Processo	Comunidade	Município	Ano De Abertura
 AMAPÁ 21	17	54350.000153/2011-77	Igarapé do Palha	Ferreira Gomes	2011
	18	54350.001002/2011-36	Ressaca da Pedreira	Macapá	2011
	19	54350.000100/2012-37	N. Senhora do Desterro dos Dois Irmãos/ Nossa Senhora do Desterro do Matapi	Macapá	2012
	20	54350.000221/2012-89	Santa Luzia do Maruanum I	Macapá	2012
	21	54350.000254/2012-29	São Miguel do Macacoari	Macapá	2012
	22	54350.000511/2012-22	Curralinho	Macapá	2012
	23	54350.000014/2013-13	São José do Matapi do Porto do Céu	Macapá	2013
	24	54350.001168/2013-49	Campina Grande	Macapá	2013
	25	54350.001169/2013-30	Carmo do Maruanum I	Macapá	2013
	26	54350.001037/2013-37	Igarapé do Lago	Santana	2013
	27	54350.001694/2013-84	São João do Maruanum II	Macapá	2013
	28		São João do Matapi	Macapá	2013
	29	54350.001695/2013-29	Tapera	Laranjal do Jari	2013
	30	54350.000260/2014-48	Alto Pirativa	Santana	2014
	31	54350.000739/2014-84	Lagoa do Maracá	Mazagão	2014
	32	54350.000120/2014-70	Santo Antônio do Matapi	Santana	2014

2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
89	323	401	149	126	98	228	197	122	263	153	86	171	116



QUADRO GERAL DE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS (CROs)

Nº	UF	2004 CRQs (Certidões)	2004 Nº CRQs (COMUNIDADE)	2005 CRQs (Certidões)	2005 Nº CRQs (COMUNIDADE)	2006 CRQs (Certidões)	2006 Nº CRQs (COMUNIDADE)	2007 CRQs (Certidões)	2007 Nº CRQs (COMUNIDADE)	2008 CRQs (Certidões)	2008 Nº CRQs (COMUNIDADE)	2009 CRQs (Certidões)	2009 Nº CRQs (COMUNIDADE)	2010 CRQs (Certidões)	2010 Nº CRQs (COMUNIDADE)	2011 CRQs (Certidões)	2011 Nº CRQs (COMUNIDADE)	2012 CRQs (Certidões)	2012 Nº CRQs (COMUNIDADE)	2013 CRQs (Certidões)	2013 Nº CRQs (COMUNIDADE)	2014 CRQs (Certidões)	2014 Nº CRQs (COMUNIDADE)	2015 CRQs (Certidões)	2015 Nº CRQs (COMUNIDADE)	2016 CRQs (Certidões)	2016 Nº CRQs (COMUNIDADE)	2017 CRQs (Certidões)	2017 Nº CRQs (COMUNIDADE)	CRQs (Certidões)	Nº CRQs (COMUNIDADE)
1	ACRE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	ALAGOAS	0	0	10	11	8	8	3	3	1	1	27	27	14	14	1	1	0	0	0	0	1	1	2	2	0	0	0	0	67	68
3	AMAZONAS	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5	2	2	0	0	0	0	0	0	8	8
4	AMAPÁ	0	0	4	4	7	7	0	0	0	0	2	2	11	11	3	3	0	0	7	7	0	0	2	2	4	4	0	0	40	40
5	BAHIA	22	34	52	62	111	120	23	26	36	36	21	21	48	50	90	96	9	9	73	127	42	46	30	33	40	58	16	19	613	737
6	CEARÁ	2	2	4	5	7	7	2	2	1	1	3	3	7	7	5	5	7	7	4	4	3	3	0	0	0	0	3	3	48	49
7	DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	ESPIRITO SANTO	1	5	5	6	20	20	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	1	1	0	0	0	0	2	2	2	2	2	2	35	40
9	GOIÁS	1	1	4	4	8	8	3	3	3	3	3	3	1	1	0	0	0	0	3	3	4	4	3	3	0	0	12	14	45	47
10	MARANHÃO	6	158	42	44	24	24	28	29	42	42	6	6	52	56	48	53	45	47	75	75	36	36	17	24	53	59	32	35	506	688
11	MINAS GERAIS	9	9	29	29	39	40	11	11	15	15	7	7	20	27	14	22	22	30	17	29	9	11	11	12	26	33	17	24	246	299
12	MATO GROSSO DO SUL	0	0	11	11	2	2	2	2	1	1	0	0	1	1	3	3	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	22	22
13	MATO GROSSO	0	0	55	57	1	1	5	5	0	0	1	1	2	2	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	6	70	77
14	PARÁ	18	18	8	9	37	37	17	19	0	0	0	0	10	11	6	6	5	14	59	102	11	12	5	5	18	18	11	14	205	265
15	PARAÍBA	1	1	7	7	14	14	1	1	3	5	3	3	2	2	3	3	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	36	38
16	PERNAMBUCO	5	5	45	45	11	11	19	23	11	11	3	3	6	6	7	11	1	2	4	4	12	12	4	4	1	1	11	14	140	152
17	PIAUI	2	2	7	7	23	23	2	2	0	0	5	5	4	8	1	1	21	22	1	1	10	10	1	1	4	4	1	1	82	87
18	PARANÁ	0	0	6	8	24	24	4	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	35	37
19	RIO DE JANEIRO	3	3	5	5	6	6	1	1	2	2	2	2	2	2	5	5	1	1	2	2	3	3	0	0	2	3	4	4	38	39
20	RIO GRANDE DO NORTE	2	2	2	2	6	6	5	5	0	0	2	2	4	4	0	0	0	0	1	1	0	0			0	0	1	1	23	23

21	RONDÔNIA	1	1	2	2	3	3	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	8	8		
22	RORAIMA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
23	RIO GRANDE DO SUL	9	9	5	5	13	14	9	9	7	7	7	32	2	2	5	6	5	12	12	0	0	14	4	4	4	124	126			
24	SANTA CATARINA	3	3	0	0	1	1	2	2	0	0	3	2	2	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	13	13			
25	SERGIPE	2	2	4	4	8	8	1	1	0	0	0	0	0	7	7	3	2	2	2	0	0	2	6	0	0	31	35			
26	SÃO PAULO	1	1	15	15	14	15	10	10	3	6	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	1	51	55			
27	TOCANTINS	1	1	1	1	13	13	0	0	1	1	3	5	8	8	0	0	0	0	3	8	6	1	1	0	0	37	44			
TOTAL POR ANO:		89	257	323	343	401	413	149	159	126	131	98	100	228	246	197	220	122	144	264	373	153	165	86	97	171	207	116	142	2.523	2.997

INFORMAÇÕES ATUALIZADAS ATÉ 07/07/2017

*CRQ: Comunidades Remanescentes de Quilombos

QUADRO GERAL DE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS (CROs)

Nº	UF	2004 CRQs (Certidões)	2004 Nº CRQs (COMUNIDADE)	2005 CRQs (Certidões)	2005 Nº CRQs (COMUNIDADE)	2006 CRQs (Certidões)	2006 Nº CRQs (COMUNIDADE)	2007 CRQs (Certidões)	2007 Nº CRQs (COMUNIDADE)	2008 CRQs (Certidões)	2008 Nº CRQs (COMUNIDADE)	2009 CRQs (Certidões)	2009 Nº CRQs (COMUNIDADE)	2010 CRQs (Certidões)	2010 Nº CRQs (COMUNIDADE)	2011 CRQs (Certidões)	2011 Nº CRQs (COMUNIDADE)	2012 CRQs (Certidões)	2012 Nº CRQs (COMUNIDADE)	2013 CRQs (Certidões)	2013 Nº CRQs (COMUNIDADE)	2014 CRQs (Certidões)	2014 Nº CRQs (COMUNIDADE)	2015 CRQs (Certidões)	2015 Nº CRQs (COMUNIDADE)	2016 CRQs (Certidões)	2016 Nº CRQs (COMUNIDADE)	2017 CRQs (Certidões)	2017 Nº CRQs (COMUNIDADE)	CRQs (Certidões)	Nº CRQs (COMUNIDADE)
1	ACRE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	ALAGOAS	0	0	10	11	8	8	3	3	1	1	27	27	14	14	1	1	0	0	0	0	1	1	2	2	0	0	0	0	67	68
3	AMAZONAS	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5	2	2	0	0	0	0	0	0	8	8
4	AMAPÁ	0	0	4	4	7	7	0	0	0	0	2	2	11	11	3	3	0	0	7	7	0	0	2	2	4	4	0	0	40	40
5	BAHIA	22	34	52	62	111	120	23	26	36	36	21	21	48	50	90	96	9	9	73	127	42	46	30	33	40	58	16	19	613	737
6	CEARÁ	2	2	4	5	7	7	2	2	1	1	3	3	7	7	5	5	7	7	4	4	3	3	0	0	0	0	3	3	48	49
7	DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	ESPIRITO SANTO	1	5	5	6	20	20	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	1	1	0	0	0	0	2	2	2	2	2	2	35	40
9	GOIÁS	1	1	4	4	8	8	3	3	3	3	3	3	1	1	0	0	0	0	3	3	4	4	3	3	0	0	12	14	45	47
10	MARANHÃO	6	158	42	44	24	24	28	29	42	42	6	6	52	56	48	53	45	47	75	75	36	36	17	24	53	59	32	35	506	688
11	MINAS GERAIS	9	9	29	29	39	40	11	11	15	15	7	7	20	27	14	22	22	30	17	29	9	11	11	12	26	33	17	24	246	299
12	MATO GROSSO DO SUL	0	0	11	11	2	2	2	2	1	1	0	0	1	1	3	3	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	22	22
13	MATO GROSSO	0	0	55	57	1	1	5	5	0	0	1	1	2	2	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	6	70	77
14	PARÁ	18	18	8	9	37	37	17	19	0	0	0	0	10	11	6	6	5	14	59	102	11	12	5	5	18	18	11	14	205	265
15	PARAÍBA	1	1	7	7	14	14	1	1	3	5	3	3	2	2	3	3	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	36	38
16	PERNAMBUCO	5	5	45	45	11	11	19	23	11	11	3	3	6	6	7	11	1	2	4	4	12	12	4	4	1	1	11	14	140	152
17	PIAUI	2	2	7	7	23	23	2	2	0	0	5	5	4	8	1	1	21	22	1	1	10	10	1	1	4	4	1	1	82	87
18	PARANÁ	0	0	6	8	24	24	4	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	35	37
19	RIO DE JANEIRO	3	3	5	5	6	6	1	1	2	2	2	2	2	2	5	5	1	1	2	2	3	3	0	0	2	3	4	4	38	39
20	RIO GRANDE DO NORTE	2	2	2	2	6	6	5	5	0	0	2	2	4	4	0	0	0	0	1	1	0	0			0	0	1	1	23	23

21	RONDÔNIA	1	1	2	2	3	3	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	8	8		
22	RORAIMA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
23	RIO GRANDE DO SUL	9	9	5	5	13	14	9	9	7	7	7	32	2	2	5	6	5	12	12	0	0	14	4	4	4	124	126			
24	SANTA CATARINA	3	3	0	0	1	1	2	2	0	0	3	2	2	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	13	13			
25	SERGIPE	2	2	4	4	8	8	1	1	0	0	0	0	0	7	7	3	2	2	2	0	0	2	6	0	0	31	35			
26	SÃO PAULO	1	1	15	15	14	15	10	10	3	6	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	1	51	55			
27	TOCANTINS	1	1	1	1	13	13	0	0	1	1	3	5	8	8	0	0	0	0	3	8	6	1	1	0	0	37	44			
TOTAL POR ANO:		89	257	323	343	401	413	149	159	126	131	98	100	228	246	197	220	122	144	264	373	153	165	86	97	171	207	116	142	2.523	2.997

INFORMAÇÕES ATUALIZADAS ATÉ 07/07/2017

*CRQ: Comunidades Remanescentes de Quilombos